

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

João Vitor Schmutzler Abrahão

SENTIDOS DOS RESTOS E INSISTÊNCIA DE VIDAS
As trilhas do plano Haussmann e suas repercussões na reforma Pereira Passos

Rio de Janeiro

2022

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

SENTIDOS DOS RESTOS E A INSISTÊNCIA DE VIDAS

As trilhas do plano Haussmann e suas repercussões na reforma Pereira Passos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Supervisor (PDSE): Octave Debary

Rio de Janeiro

2022

S159 Schmutzler Abrahão, João Vitor
Sentidos dos restos e a insistência de vidas: as trilhas do plano Haussmann e suas repercussões na reforma Pereira Passos / João Vitor Schmutzler Abrahão. -- Rio de Janeiro, 2022.
295 p.

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2022.

1. Reforma Urbana. 2. Restos. 3. Memória. 4. Subjetividade. 5. Violência. I. Ramos de Farias, Francisco, orient. II. Título.

JOÃO VITOR SCHMUTZLER ABRAHÃO

Sentidos dos restos e a insistência de vidas: as trilhas do plano Haussmann e suas
repercussões na reforma Pereira Passos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Memória Social, do Centro de
Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Memória Social.
Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em
Memória Social
Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Banca Examinadora:

Francisco Ramos de Farias (Orientador) - UNIRIO

Diana de Souza Pinto - UNIRIO

Eliezer Pires da Silva – UNIRIO

Carlos Emilio Ibarra Montero - UAS

Octave Debary – Université de Paris – SHS Sorbonne

Aprovada em: ____/____/____

Ao professor Francisco Ramos de Farias, fantástico professor, atencioso orientador, extraordinário ser humano. Sem o seu apoio eu jamais estaria concluindo essa jornada. Serei eternamente grato pela sua amizade!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus pais: Maria e Milton, por terem me amparado sempre, fornecendo as condições necessárias para que eu chegasse até aqui, sempre com muito amor e muito apoio. Da mesma forma, agradeço a minha irmã Debora que sempre me deu auxílio quando precisei. Agradeço também a minhas sobrinhas Elisa e Mariana, meu sobrinho Gabriel, e meu cunhado Thiago.

Não poderia deixar de citar meus “auaugradecimentos” aos meus grandes amigos e companheiros leais Sorriso, Manu, Zoe e Marley. Muito obrigado pelo seu amor Bazuquita!

Agradeço novamente ao professor Francisco, por toda a ajuda ao longo dessa vasta jornada, principalmente pela enorme colaboração na construção do projeto para que eu obtivesse a bolsa PDSE que me permitiu a realização dessa pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer também à Naitan por toda a valiosa ajuda que me deu ao longo desse percurso. Deixo aqui minhas mais sinceras e profundas desculpas por todo o mal que eu possa ter te causado, nunca foi minha intenção.

Um agradecimento especial aos meus grandes amigos, quase irmãos, Davi, Renildo e Marcio, que sempre me deram forças para a conclusão desse trabalho e, mesmo diante das minhas ausências, sempre estiveram ao meu lado.

Gostaria de agradecer também ao professor Octave Debary, que me supervisionou ao longo de minha estadia como pesquisador na SHS Sorbonne – *Université de Paris Cité*, em Paris, tornando-se um grande amigo, com sábios conselhos e animados jantares.

Agradecimentos especiais aos professores Carlos Emilio Ibarra Montero, Diana de Souza Pinto e Eliezer Pires da Silva por fazerem parte dessa banca e pelas valiosas contribuições a essa pesquisa.

Aproveito também para agradecer à Hercília pelas conversas descontraídas no corredor e pelo cafezinho que foi essencial na construção dessa pesquisa. Da mesma forma, deixo meus agradecimentos ao Lucas, sempre muito gentil e disponível para ajudar no que fosse possível. Agradeço também aos divertidos companheiros de café e bate papo da vigilância da UNIRIO: Ferreira, César, Doriedson, Madruga, Seu Jorge, Wilson, Oscar, Fabiano e Edmilson.

Por fim, a todos meus sinceros agradecimentos!

Yet a day comes when a man notices or says that he is thirty. Thus he asserts his youth. But simultaneously he situates himself in relation to time. He takes his place in it. He admits that he stands at a certain point on a curve that he acknowledges having to travel to its end. He belongs to time, and by the horror that seizes him, he recognizes his worst enemy. Tomorrow, he was longing for tomorrow, whereas everything in him ought to reject it. That revolt of the flesh is the absurd.

Albert Camus

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar, pelos rastros documentais, os diferentes momentos que concorreram para a realização da Grande Reforma Urbana na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, bem como para a execução dos *Grands Travaux* na cidade de Paris, na segunda metade do século XIX. A remodelação da capital federal à época fundamentou-se na transposição de ideias e ideais da reforma parisiense, realizada pelo prefeito Georges-Eugène Haussmann. Nesse sentido, realizamos uma incursão cartográfica pautada em três vertentes conceituais: cidade, violência e memória, utilizando pistas para adentrar em situação de campo nas duas cidades, bem como nos acervos referentes a essas duas transformações urbanas. Para esse propósito, apresentamos as duas cidades no âmbito dessas reformas urbanas, explicitando complexidades, intensidades e consequências, no intuito de identificar os possíveis interesses de uma elite econômica aliada aos poderes estatais que defendiam a proibição de movimentos sociais, além de justificativas progressistas, higienistas e eugênicas. Ainda, intentamos descrever os possíveis aspectos em comum entre as duas reformas no tocante aos seus efeitos sociais. Desse modo, analisamos em que medida, os contextos demarcados pelas temporalidades relativas às intervenções realizadas, conjugam aspectos arquitetônicos com subjetividades (processo de remoção e deslocamento de pessoas), e ainda, estão afeitos às dinâmicas do tempo, no que se refere à conservação, destruição ou até mesmo o esquecimento proposital de gestores públicos, bem como os interesses econômicos que visam à consolidação de determinadas classes sociais na manutenção de seus *status quo*, às custas da pauperização de outras. Como resultado dessa pesquisa foi possível elencar semelhanças e diferenças tanto nos argumentos utilizados na execução das duas reformas quanto nos trabalhos propriamente realizados. Além disso, foi possível identificar semelhanças nos percursos desses dois gestores, bem como nos legados deixados pela execução de seus trabalhos. Por fim, concluiu-se que tanto nos *Grands Travaux* em Paris, quanto na Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro, os interesses econômicos foram preponderantes no fomento das intervenções, porém subrepticamente escamoteados em políticas e discursos sanitários e pela busca de um ideal de modernidade e progresso, que se levantam pretensiosamente como universais, mas culminam como benefícios para poucos.

Palavras-chave: Reforma Urbana. Restos. Memória. Subjetividade. Violência.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze, through documentary evidence, the different moments that contributed to the realization of the Great Urban Reform in the city of Rio de Janeiro, at the beginning of the 20th century, as well as to the execution of the Grands Travaux in the city of Paris, in the second half of the 19th century. The remodeling of the federal capital at the time was based on the transposition of ideas and ideals from the Parisian reform, carried out by Mayor Georges-Eugène Haussmann. In this sense, we carried out a cartographic incursion based on three conceptual aspects: city, violence and memory, using clues to enter the field situation in the two cities, as well as in the collections referring to these two urban transformations. For this purpose, we present the two cities within the scope of these urban reforms, explaining complexities, intensities and consequences, in order to identify the possible interests of an economic elite allied to state powers that defended the prohibition of social movements, as well as progressive, hygienist and eugenic justifications. Furthermore, we intend to describe the possible aspects in common between the two reforms in terms of their social effects. In this way, we analyze to what extent, the contexts demarcated by the temporalities related to the interventions carried out, combine architectural aspects with subjectivities (process of removal and displacement of people), and also, if this contexts are affected by the dynamics of time, with regard to conservation, destruction or even the purposeful oblivion of public managers, as well as the economic interests that aim at the consolidation of certain social classes in the maintenance of their status quo, at the expense of the impoverishment of others. As a result of this research, it was possible to list similarities and differences both in the arguments used in the execution of the two reforms and in the works themselves. In addition, it was possible to identify similarities in the paths of these two managers, as well as in the legacies left by the execution of their work. Finally, it was concluded that both in the Grands Travaux in Paris and in the Great Urban Reform in the city of Rio de Janeiro, economic interests were predominant in the promotion of interventions, however, surreptitiously concealed in health policies and discourses looking for an ideal of modernity and progress, which pretentiously rise up as universal, but culminate as benefits for few.

Key-words: Urban Reform. Traces. Memory. Subjectivity. Violence.

LISTA DE IMAGENS ILUSTRATIVAS

Imagem Ilustrativa 01	Quartzo Negro no <i>Jardin des Plantes</i> , Paris.....	26
Imagem Ilustrativa 02	Clava indígena no Museu Quai Branly, Paris	27
Imagem Ilustrativa 03	Gravura de Daumier sobre os Grands Travaux	96
Imagem Ilustrativa 04	Napoleão III entregando decreto a Haussmann.....	109
Imagem Ilustrativa 05	Tumba da família Haussmann em Paris	113
Imagem Ilustrativa 06	Simetria e retidão da cidade de Paris.....	124
Imagem Ilustrativa 07	Mapa de Paris no século XVII.....	128
Imagem Ilustrativa 08	Mapa de Paris em 1787	131
Imagem Ilustrativa 09	Rue Beaubourg (antiga Rue Transnonain)	137
Imagem Ilustrativa 10	Escavações Arènes de Lutece.....	141
Imagem Ilustrativa 11	Arènes de Lutece atualmente.....	142
Imagem Ilustrativa 12	Place de la Nation	147
Imagem Ilustrativa 13	Bois de Boulogne e Bois de Vincennes.....	148
Imagem Ilustrativa 14	Centro da cidade do Rio de Janeiro em 1900	160
Imagem Ilustrativa 15	Planta do Cais do Porto	170
Imagem Ilustrativa 16	Charge “Por causa das Avenidas”	196
Imagem Ilustrativa 17	Charge “Os Passos milagrosos”	201
Imagem Ilustrativa 18	Segunda loja Parc Royal no Largo de São Francisco.....	202
Imagem Ilustrativa 19	Plano de Intervenções de Pereira Passos	205

LISTA DE IMAGENS CARTOGRÁFICAS

Imagem Cartográfica 01	Mapa de Paris em 1842	213
Imagem Cartográfica 02	Mapa de Paris em 1871	215
Imagem Cartográfica 03	Projeto Boulevard Haussmann	217
Imagem Cartográfica 04	Decreto de 26 de Março de 1852.....	219
Imagem Cartográfica 05	Plano de desapropriação Grands Travaux	220
Imagem Cartográfica 06	Retidão e alinhamento dos planos	222
Imagem Cartográfica 07	Imagem aérea do Quartier l'Opera Garnier	223
Imagem Cartográfica 08	Plano de alterações urbanas Boulevard Haussmann.....	224
Imagem Cartográfica 09	Planilhas de imóveis a serem expropriados.....	226
Imagem Cartográfica 10	Gravura do Boulevard Haussmann.....	227
Imagem Cartográfica 11	Fotografia do século XX do Boulevard Haussmann	228
Imagem Cartográfica 12	Fotografia do século XXI do Boulevard Haussmann.....	229
Imagem Cartográfica 13	Demolições para abertura da l'Avenue de L'Opéra	230
Imagem Cartográfica 14	Mapa de expropriações da l'Avenue de l'Opera	231
Imagem Cartográfica 15	Fotografia da Avenue de l'Opera	232
Imagem Cartográfica 16	Visão frontal da Opéra Garnier	234
Imagem Cartográfica 17	Avenue de l'Opera.....	235
Imagem Cartográfica 18	Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1885	237
Imagem Cartográfica 19	Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1885 aproximada	238
Imagem Cartográfica 20	Relatórios da Comissão de Melhoramentos	242
Imagem Cartográfica 21	Melhoramentos projetados por Pereira Passos	244
Imagem Cartográfica 22	Melhoramentos projetados aproximado	244
Imagem Cartográfica 23	Projeto da Avenida Central.....	246
Imagem Cartográfica 24	Projeto da Avenida Central aproximado.	247
Imagem Cartográfica 25	Íncio dos trabalhos de construção da Avenida Central	248
Imagem Cartográfica 26	Fachada de edificação na Avenida Central.....	251
Imagem Cartográfica 27	Avenida Central.....	252
Imagem Cartográfica 28	Avenida Central após a Grande Reforma.....	254
Imagem Cartográfica 29	Vista aérea da Avenida Central	255
Imagem Cartográfica 30	Obelisco de Luxor	258
Imagem Cartográfica 31	Obelisco Avenida Central.....	258
Imagem Cartográfica 32	Theatro Municipal	260

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Percurso histórico de Haussmann	114
Tabela 2 Percurso histórico Pereira Passos	174
Tabela 3 Edificações demolidas Boulevard Haussmann	225
Tabela 4 Aumento populacional no Rio de Janeiro	239
Tabela 5 Edificações desapropriadas para abertura da Avenida Central.....	256

SUMÁRIO

PRÓLOGO	11
1 INTRODUÇÃO	19
2 A INVENÇÃO DA CIDADE	45
2.1 Acerca da evolução dos espaços urbanos	77
3 OS <i>GRANDS TRAVAUX</i> DE HAUSSMANN E A CIDADE DE PARIS	93
3.1 Descortinando a vida de um homem pelas suas pegadas	106
3.2 A transformação da cidade de Paris pelos <i>Grands Travaux</i>	123
4 A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO	153
4.1 Conhecendo Francisco Pereira Passos pelo seu percurso de vida	173
4.2 A Grande Reforma Urbana	183
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	207
5.1 Caderno Cartográfico: o cenário de Paris nos <i>Grands Travaux</i>	211
5.2 Caderno Cartográfico: o cenário do Rio de Janeiro na Grande Reforma Urbana	237
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
REFERÊNCIAS	274

PRÓLOGO¹

Um pesquisador na construção de uma escrita sobre cenários urbanos

[...] escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra - a entrelinha - morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente.

Clarice Lispector

Os encaminhamentos a que nos propomos na tessitura desta reflexão, acerca da existência, progresso, decadência, desaparecimento e reaparecimento dos complexos urbanos, têm como ponto de partida uma vertente de cunho subjetivo, completamente entrelaçada com as trilhas de meu percurso acadêmico, o que, de certa forma, tem marcantes ressonâncias em minha história de vida.

Em certo sentido, inclino-me a admitir que os diversos passos que marcaram minhas pegadas advém da curiosidade de um ser humano que, desde seu nascimento, confrontou-se com os enigmas que são insinuados e desvelados no tocante ao fato de viver em uma grande cidade.

Aventuro-me a pensar que a vida na cidade tem singularidades distintas da vida no meio rural, visto que o processo de subjetivação em ambos os lugares acontece em razão de marcadores próprios que influenciam decisivamente na visão de mundo e na apreensão de cada pessoa acerca de si mesma.

Com isso, quero salientar que a minha condição de ser cidadão me compromete com um olhar estritamente relacionado às paisagens que fizeram e fazem parte do meu percurso de vida.

Certamente, a cidade é uma questão que faz parte da minha vida. Apesar de tão próxima, mostra-se bastante enigmática nos densos véus relativos à sua complexidade, pois embora dispondo da certeza de que cotidianamente piso em suas pedras, não tenho tanta certeza com relação ao segredo que as mesmas ocultam. Nesse sentido, a cidade, ao mesmo tempo tão familiar ao meu percurso de vida, é também um espaço que guarda

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

uma considerável estranheza, mesmo para quem acompanha os ritmos mais corriqueiros de suas jornadas, o amanhecer e o anoitecer.

Diante de um cenário complexo e atrativo, fui levado, pelos fluxos dos ventos e as ondas das marés, a refletir sobre uma cidade e o sentido de um ser cidadão. Não por acaso, engajei-me na produção de uma escrita cujo recorte problematiza a existência de duas urbes, uma no hemisfério norte (Paris) e outra no hemisfério sul (Rio de Janeiro) e que, apesar da distância, mantiveram-se em consonância em muitos de seus aspectos.

O que me impulsionou ir ao encontro dessas duas metrópoles deve-se, sobretudo, à presença marcante de um estilo arquitetônico do final do século XIX na capital francesa para a cidade em que pretendia, na qualidade de capital brasileira, transformar-se a ponto de ser considerada a sua cópia fiel.

Como ser cidadão, atuando como um *flâneur*, aventurei-me a descortinar muitas das minhas vivências sobre o solo de uma grande metrópole, mas não o farei sem antes apresentar o sentido de *flâneur* com o qual me identifico. Em princípio, há uma acepção de *flâneur* como ator social que se encarrega da leitura dos espaços urbanos, dando destaque ao processo de meditação comemorativa. Certamente não é essa a categoria em que me enquadro.

Ainda, podemos considerar o *flâneur* como um *outsider*, ou seja, um habitante que apesar de ser fortemente afetado pela história da cidade, posiciona-se em exterioridade. Sem dúvida, não é essa a condição na qual tomo partido para refletir sobre as cidades.

Enfim, considero-me um *flâneur* na qualidade de um habitante que, sem passos premeditados, realiza percursos, lançando-me a esmo para, enfim, defrontar-me com os inúmeros cruzamentos e direções de uma paisagem em movimento com a qual interajo a ponto de a cidade do Rio de Janeiro ser, metaforicamente, também um capítulo da minha história de vida que, pelo menos, é estreitamente relacionado às multiplicidades de meus traços identitários: o fato de ter nascido nessa cidade, considerando as tradições, me condiciona a lançar mão da expressão “carioca” diante de uma apresentação de minha pessoa.

Reconheço esse capítulo como uma escrita que tomou corpo, ao longo da minha vida, em duas direções. Primeiro, posso dizer que o capítulo teve início com minhas andanças em instituições escolares. Em seguida, esse percurso ampliou-se pela sua continuidade no âmbito profissional, também em instituições da mesma natureza, denotando assim um “movimento” interno que concorreu para a minha aproximação com esses espaços.

Com a convicção que me é peculiar, inclino-me a admitir que minha escolha pela segunda direção referida se deveu, sem sombra de dúvidas, a um movimento oposto, que consistiu no declínio de uma carreira considerada bastante promissora no âmbito das Forças Armadas.

Após o término de um curso de formação de sargentos, quase no momento de escolha de uma unidade para a prestação de serviços, concluí que se seguisse esse caminho estaria na contramão das minhas aspirações e, definitivamente, declinei, ainda a tempo, da carreira militar, diante da convicção de que não desejaria escrever o traçado de minha existência e deixar pegadas a partir de uma institucionalização dessa natureza.

Os traçados esboçados até então deixam transparecer o entrecruzamento do meu perfil acadêmico com a trajetória no âmbito das minhas realizações profissionais, motivo pelo qual é difícil abordar uma dessas circunstâncias da minha vida sem automaticamente aludir a outra.

Sendo assim, ao discorrer sobre minha trajetória profissional, automaticamente ressalto as repercussões das idas e vindas pelas instituições escolares, em uma aposta de transformação subjetiva com momentos de transformações distintas: graduação, mestrado e doutorado que ora concluo, em relação ao qual estive imerso e em um programa de doutorado sanduíche na capital francesa.

A minha trajetória profissional, que ora trago a lume, apresenta singularidades que decorreram de vários acontecimentos que, de certo modo, confluíram para o exercício das funções que atualmente me encarrego, em uma universidade federal.

Após a conclusão do Ensino Médio, realizei um concurso para a Escola de Sargento das Armas (ESA) e, sendo aprovado, optei pelo setor administrativo, já dando indícios de uma área de interesse que se consolidou pela minha desistência das atividades militares e uma aposta na esfera do serviço público da qual decorreu a aprovação no concurso público para Assistente em Administração da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), instituição na qual atuo até o presente momento.

Vale salientar que, à época na qual iniciei minhas atividades nessa instituição, ingressei em um curso superior voltado para a docência, abrindo, assim, um leque de possibilidades para o meu percurso profissional, que certamente não seria realizado na caserna, visto que não fui capaz de domar por completo a minha vertente de solidariedade e sepultar a empatia pelo ser humano. Ao mesmo tempo, descobri que não me alinhava ao perfil exigido para a referida carreira: um pendor naturalizado para a prática do sadismo.

Dessa forma, com uma convicção inabalada, apostando alto em uma mudança de carreira como um caminho possível de sentido para minha vida, iniciei a graduação no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), momento em que reconheço ter sido lançada uma das pedras fundadoras do meu destino nas veredas acadêmicas.

Na ambientação a esse novo lugar, a universidade, tive o privilégio de realizar trabalhos de campo por diversas regiões do país, conhecendo escolas indígenas e do campo, tribos indígenas e assentamentos de fazendas não produtivas, propriedades familiares de cultivo e grandes latifúndios. Assim, pela primeira vez, estive imerso em um espaço que tem marcadores distintos quando comparados ao espaço urbano. O encontro com o espaço rural foi bastante instigante para fazer florescer em mim inquietações sobre o *modus vivendi*, além da circunscrição dos espaços urbanos.

Ainda no escopo dessa graduação, ampliei meu universo de conhecimentos, tal era minha inquietude no tocante ao saber, razão pela qual participei de um grupo de pesquisa na universidade, cuja temática consistia em estudos sobre países da África Subsaariana. O resultado dessa incursão se consolidou na produção do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *Fronteiras e territórios de Estado no Sahel: Geopolítica da independência do Sudão do Sul*, aprovado em 2016. Desse modo, em razão desse rastro traçado a partir de um propósito, atravessei mais uma fronteira nas andanças pelo campo do conhecimento acadêmico, consolidando a minha formação profissional.

Motivado por essas experiências, porém ainda com o sentimento de um ser inquieto, aspirei a aprofundar meus estudos e assim vislumbrei consolidar uma prática de cunho interdisciplinar que se configurou nos percursos até então realizados. Daí então, investi em um projeto para realização do curso de Mestrado em Memória Social para abordar questões da Geografia Humana, com destaque a uma temática que diz respeito ao processo de transformação das cidades, no caso, o projeto de revitalização do Porto Maravilha. Insta salientar que a realização desse projeto exigiu retroceder e conhecer outras reformas na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências.

Assim, de uma situação presente naquela época, fui lançado à construção de um passado. Também pudera, a essa altura, devido à transmissão de saber decorrente da realização de disciplinas no curso de mestrado, já tinha entabulado várias discussões sobre a Memória Social.

Durante a realização do curso de Mestrado, mais uma vez tive a oportunidade de aprofundar minha prática de docência pela realização do componente curricular optativo:

Seminário em Estágio Docência. Nessa ocasião, atuei no curso de Pedagogia, sob orientação do professor Francisco Ramos de Farias, na disciplina Psicologia Institucional, na qual me dediquei exclusivamente a temáticas que abordam questões sociais, em particular, a violência, focalizando, sobretudo, a condição de pessoas adultas em situação de abandono social.

Em face do meu desempenho no curso de Mestrado, com reconhecido destaque, fui orientado a realizar a passagem direta para o Doutorado, o que de fato ocorreu em nove meses após o meu ingresso no curso². Todavia, como era de meu interesse, defendi a dissertação de Mestrado intitulada: *Memórias do Porto Maravilha: o eclipsamento de violências traçado por elegâncias estéticas*, em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, uma vez que estava movido pela preocupação de dar um retorno social, o que se efetivou pelas pegadas produzidas pela escrita que convergiu na minha dissertação.

Após essa breve passagem pelos fatos memoriais da minha vida, principalmente no âmbito acadêmico-profissional, encaminho-me para a remissão de um aspecto subjetivo de minha trajetória bastante entrelaçado com a cidade que conheceu os meus primeiros passos e na qual transito todos os dias.

O fato de ter nascido e crescido em uma grande cidade, repleta de belezas naturais, teve um impacto considerável em meu *modus vivendi*, a despeito dos contrastes que se evidenciam nas latentes desigualdades e questões relacionadas à dinâmica de uma urbe de tamanho porte: a cidade do Rio de Janeiro, na qual vivo até a atualidade. Nascido na Ilha do Governador, vivenciei desde cedo o individualismo próprio das grandes cidades, principalmente tendo como parâmetro a cidade onde vivo, o que desde muito jovem fez emergir em mim uma enorme inquietação com relação a questões ligadas à estrutura social, principalmente as desigualdades.

Provavelmente, as pronunciadas condições de desigualdade que dizem respeito à cidade do Rio de Janeiro tiveram e ainda têm um grande efeito em mim, pois impõem-me a pensar em seus sombrios contrastes e luminosidades efervescentes.

Obviamente, as microrregiões que se organizam segundo critérios diversos produzem cenários distintos: uns bastante aprazíveis, enquanto que outros são verdadeiras fontes de incômodo e desolação. Como ser cidadão que atravessa diariamente diferentes

² É importante salientar que essa passagem, embora comum, e constando nos regulamentos dos Programas de Pós-Graduação, aconteceu pela primeira vez no Programa de Pós-Graduação de Memória Social, dado meu excelente desempenho e dedicação no cumprimento das atividades didáticas.

traçados geográficos e geopolíticos, estive sempre em estado de inquietação no sentido de entender não só a produção da desigualdade social, mas, sobretudo, a sua manutenção.

É nesse solo de ambiguidades, paradoxos, contrastes e contradições que subjetivei um percurso materializado em minhas andanças mediante incursões no campo dos saberes, em função das quais construí, *pari passu*, as lentes do cartógrafo, que hoje me considero, para embrenhar-me na aventura e descortinar as dimensões enigmáticas, encobertas por diferentes véus, das urbes relativas aos processos de transformações urbanas. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro tem uma longa história a contar nos diversos sedimentos que produziram cenários estratificados desde o momento de lançamento de sua pedra fundamental.

Os diferentes rastros da história da cidade, seus restos e vestígios, bem como os espaços edificados, compõem uma paisagem urbana com a qual quotidianamente interajo, nos seus fluxos e contrafluxos, semelhante ao movimento das marés que, passada a turbulência, retornam ao mesmo lugar. Quero salientar que a interação com a cidade decorre de um longo processo de afetação, haja vista que os detalhes de sua geografia (presentes e ausentes) são interlocutores com os quais estabeleço, na qualidade de geógrafo, um profícuo diálogo.

O mistério e os emaranhados tecidos pelas redes urbanas se constituem em uma temática que sempre me foi cara por ter vivenciado uma série de transformações urbanas que me afetaram e ainda me afetam como ator social, trabalhador, pesquisador, já que por ter formação em Geografia, em meu percurso acadêmico a questão da Geografia Urbana sempre me aguçou o interesse e a pesquisa.

Assoma-se também meu percurso no campo da Memória Social, por intermédio do qual conheci um ícone desse campo de estudos, Maurice Halbwachs, que, por coincidência ou não, dedicou grande parte de seus estudos à questão das cidades e quanto mais adensava nessas leituras, mais percebia que essa era uma área ainda não explorada dentro da Memória Social, o que faz com que se justifique uma pesquisa desse teor, ou seja, que de alguma maneira possa preencher uma lacuna e aprofundar os estudos em memória.

Sendo assim, faço um retorno à epígrafe do prólogo para manifestar a árdua tarefa do autor que ora escreve: a escrita.

O ofício da escrita, principalmente na execução de uma pesquisa dessa magnitude, é uma grande aposta arriscada: o risco de não conseguir escrever nada, o risco de escrever alguma coisa que não faça sentido, o risco de escrever muito pouco e deixar lacunas, o

risco de escrever demais e tornar-me prolixo, o risco da avaliação e julgamento do meu estilo de escrita.

Dessa forma, seguindo o sábio conselho de Clarice, empreendo um grande esforço em uma escrita distraída, buscando apreciar a jornada expedicionária dessa pesquisa, de forma a seguir uma espécie de metodologia cartográfica de escrita. É escrevendo que se escreve. As trilhas da pesquisa certamente me levarão a algum lugar, bem como as palavras escritas aqui nos levarão a alguma reflexão.

Seja devido a lembranças, seja pelos conhecimentos obtidos a partir de leituras diversas, estamos diante de uma escrita que, pela sua variedade, comporta a imprevisibilidade devido às consequências decorrentes das experiências vividas. Os limites das páginas dessa escrita são colocados em ação por uma impulsão praticamente autônoma. Contudo, na qualidade de limites, fazem ressonância às bordas da linguagem, que por sua vez irremediavelmente colocam à margem as trilhas do que até então não foi alçado ao âmbito do sentido.

Assim, trago meu percurso de estudos e de vivência e encaminho ao crivo crítico dos sábios, pensadores e leitores que há muito se debruçam sobre muitos assuntos. Ao menos meu empreendimento é testemunha da intenção de tracejar um escrito para que possa ser compreendido.

O que lhes apresento é resultado de escolhas, atitudes, decisões e acontecimentos que, no seu conjunto, apontam para a minha história acadêmico-pessoal.

A preocupação de pensar no que relatar ou não dentre tantas experiências sinaliza um empenho em tentar, de alguma maneira, selecionar ocorrências que me tornaram o que sou agora: geógrafo, funcionário público, pesquisador, mestre, e agora doutor. No entanto, todas essas experiências, sejam boas ou ruins, tiveram e têm algum papel na minha formação, tanto como profissional, como ser humano.

Por fim, em meio ao grave cenário “pandêmico-obscurantista-apocapolítico” que vivemos hodiernamente, desejo que a leitura desse texto tenha, ao menos, a serventia de distrair um leitor inquieto, constantemente afetado diante das agruras de um horizonte que cada vez mais se fecha.

Mesmo em um cenário bastante sombrio, descortinou-se uma luz ao fim do túnel: a realização de um doutorado sanduíche na capital francesa, com o fito de encontrar sedimentos, pistas, pedras que “falassem” sobre a dinâmica das cidades e, em particular, sobre os respingos que incidiram na cidade do Rio de Janeiro.

Deixo aos leitores a proposta de uma clareira para ser aberta em meio a uma mata virgem cujo solo dificilmente conhece a incidência dos raios solares e, assim, faço minhas as palavras de Caetano Veloso:

Terra

Por mais distante

O errante navegante

Quem jamais te esqueceria?

Assim, apresento-me como navegante das incertezas, porém seguro de que seguirei algumas trilhas e encontrarei pedras que falam!

É a minha escrita sobre expedições em solos movediços e em mares em tormenta que pretendo deixar como legado.

1 INTRODUÇÃO

*I said life, sweet life, must be somewhere to be found,
Instead of a concrete jungle, illusion, confusion.*

Robert Nesta Marley

A tese que ora proponho como realização de uma escolha assenta-se em três vertentes conceituais bastante imbricadas. Em princípio, enveredo para o entendimento das reformas urbanas e, por intermédio desse encaminhamento, me confronto com as cidades. Em seguida, ao adentrar nesse universo, tão familiar e também tão desconhecido e estranho, deparo-me com constatações acerca de uma particularidade da experiência humana, a violência entendida, em um primeiro momento, como a violência relativa à criação das cidades em razão da corrupção irremediável de um nicho da natureza e, em segundo, a violência relativa ao processo de gerenciamento das condições de vida nas urbes com todas as sequelas possíveis ambientais e subjetivas. Por fim, ainda seguindo essas trilhas, sou levado a pensar em questões concernentes à memória, principalmente quando me disponho às andanças próprias de um ser urbano que se inquieta constantemente com os vestígios, pegadas, rastros de épocas passadas ocultados e, ao mesmo tempo, evidenciados tanto nos traçados decorrentes das intervenções destinadas às reformas urbanas e seus produtos, quanto nas paisagens que conheceram o seu fim.

De posse dessa perspectiva, aproximo-me da cidade do Rio de Janeiro, por uma razão, até certo ponto óbvia, haja vista que o interesse por essa cidade, em especial um de seus momentos históricos (a grande intervenção realizada, no início do século XX, pelo prefeito Pereira Passos) acionou em mim inquietações para uma incursão em uma metrópole mundialmente conhecida, a cidade de Paris, por razões óbvias: a estreita relação do reformador brasileiro com a produção de um cenário ousado na cidade francesa.

O sentido dessa aproximação à metrópole carioca, para mim, é o de um texto histórico que alude as vidas de meus ancestrais, marcadas por ausências, apagamentos, omissões, mas que não são impeditivas de insinuarem a presença visível de um passado nos seus proeminentes monumentos, suas ruínas, sombras, “fantasmas” e paisagens

destruídas, conforme podemos depreender nas distintas configurações traçadas para diferentes tipos de intervenções na cidade em cartas, mapas, pinturas.

Nessa viagem percorro as trilhas em solo que suponho ser bastante conhecido, mas ao mesmo tempo fugidio, pelas sutilezas que suas paisagens dissimulam, disfarçam e ocultam. Nessa incursão, atento-me aos resíduos de um passado da cidade que persistem em suas paisagens edificadas para também me aproximar dos indícios que sinalizam vozes silenciadas e ecos de vidas que conheceram seu fim. Esses indícios evidenciam também os vazios preenchidos e significados por quem cotidianamente interage com blocos de concreto e com as disposições imaginárias do que seria o estrato anterior no lugar em que se depreende uma determinada paisagem.

Seguindo a indicação apontada pelas premissas suscitadas, podemos afirmar que qualquer transformação urbana com a qual o ser cidadão se defronta é uma abertura para uma interrogação sobre o que havia naquele lugar e qual o destino das vidas que por ali circulavam. Desse modo, as interações subjetivas com todo o cenário arquitetônico são reveladoras de que os espaços vazios produzidos pelas várias camadas históricas são preenchidos com a vida dos habitantes e visitantes. Se entendermos a cidade como um livro, são seus leitores que se encarregam de produzir as memórias dos espaços visíveis que surgiram no lugar daqueles que deixaram de existir, mas que persistem em restos nos vazios identificáveis e naqueles que são objetos de suposição ou de inferência.

Munidos com as lentes cartográficas através das quais lançamos um olhar para a cidade do Rio de Janeiro, no contexto específico da grande intervenção para a reforma realizada no início do século XX, lanço-me em uma espécie de viagem cujo destino é a cidade de Paris, em especial no momento de reforma dessa urbe, que aconteceu precisamente em duas décadas (1853 a 1870) da segunda metade do século XIX.

A intenção de realizar um transcurso nessas duas urbes tem diferentes razões, embora a principal consista no fato de que os gestores das duas reformas foram contemporâneos. *Exempli gratia*, o prefeito Francisco Pereira Passos estudou na *École Ponts et Chaussées*, em Paris, de 1857 a 1860, época da realização do Plano Haussmann, conforme assinala Enders (2015).

Tanto em uma urbe quanto em outra vamos trilhar espaços edificados que emergiram a partir de demolições, modificações da superfície, escavações, arrasamentos,

alterações em cursos de pequenos córregos, alinhamentos e também de um processo de deslocamento de pessoas (PINON, 2016), pela estratégia a qual teve e ainda tem graves consequências na dinâmica das duas metrópoles. Assim, abrimos nossa reflexão com uma intrigante indagação: o que nos dizem os espaços edificados sobre as transformações arquitetônicas e igualmente sobre as vidas que tiveram seus destinos selados pelos gestores do Poder Público? Certamente, o cenário que nos é dado no presente insinua e nos reporta a um passado, assim como a possibilidade de que a paisagem com a qual interagimos poderá ser preservada ou deixar de existir em pouco tempo, a depender do feixe de interesses que se voltem para a mesma, em razão das circunstâncias de realização de eventos, intervenção em situações de catástrofes, bem como o pendor econômico.

Podemos admitir que, de certo modo, as estruturas edificadas que compõem as paisagens urbanas evidenciam uma rede de conglomerados que insinua a existência de vazios na mente de quem está constantemente afetado e interage com as paisagens. Desse modo, tanto os signos que sinalizam as operações de esquecimento, quanto as lembranças, inscrevem o caráter ambíguo da cidade em termos de continuidade e descontinuidade, especialmente se considerarmos a heterogeneidade no processo dos arranjos subjetivos e de edificações, bem como no contraste de suas microrregiões.

Os vazios que se insinua nos conglomerados urbanos são modalidades de entrelinhas, devidamente articuladas, por intermédio das quais é possível proceder uma leitura das cidades, considerando os espaços urbanos construídos, os espaços urbanos em aberto, as ruínas e seus desdobramentos, entre outros. Essas modalidades de espaços, em seu conjunto, compõem paisagens sobre as quais podemos construir memórias, cujos significados são diferentes dependendo da classe social e também econômica, do nível de escolaridade, da maneira como cada pessoa apreende o mundo, do sentido dos restos acondicionados pela história, entre outros tantos possíveis, em relação ao ser que interage e convive com os espaços urbanos.

A par dessas considerações, podemos então enunciar as três vertentes conceituais a serem abordadas ao longo dessa pesquisa: cidade, memória e violência. Mais especificamente, o foco dessa tese situa-se no ponto de confluência entre esses três operadores conceituais. Quer dizer, pretendemos ler, por meio dos rastros nas duas

idades, as memórias insinuadas por esse compósito de tempos, bem como as diversas nuances de violências que essas memórias podem nos suscitar ou até mesmo, elucidar.

Nesse sentido, aludimos a dois recortes temporais, um para cada cidade, a saber: focaremos a metrópole francesa no intervalo entre 1853, data em que o imperador Napoleão III encarregou Haussmann da incumbência de realizar uma intervenção urbana para produzir uma cidade monumental, até 1870, momento em que esse produtor de um novo cenário para a cidade de Paris foi destituído de sua função na prefeitura. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, concentramo-nos no período entre 1902, data em que Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito da cidade, até 1906, quando deixou o cargo sob fortes críticas (BENCHIMOL, 1992).

Sendo assim, o eixo matricial desse estudo consiste em analisar, pelos rastros documentais, os diferentes momentos que concorreram para a execução da reforma, tanto na metrópole francesa, na segunda metade do século XIX, quanto na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Há uma particularidade que deve ser ressaltada: uma das metrópoles pertence ao chamado mundo antigo, enquanto a outra ao mundo moderno, situam-se em diferentes hemisférios: a primeira no hemisfério norte e a segunda no hemisfério sul e a primeira insere-se na rubrica dos países colonizadores enquanto que a segunda, aos países colonizados.

Nesse sentido, consideramos os antecedentes dessas reformas, em termos de condições políticas, econômicas, científicas e, principalmente, estéticas. Esses vetores contribuíram para a instauração de um grande canteiro de obras nesses dois grandes centros urbanos. Em Paris, a exigência recaiu na construção de amplas avenidas como medida estratégica para impedir protestos e movimentos sociais³. No tocante à cidade do Rio de Janeiro⁴, o gestor das grandes transformações na região central pretendia apresentar para o mundo uma metrópole que, segundo a idealização dos seus executores, deveria estar no mesmo patamar das grandes urbes do hemisfério norte, especialmente as do continente europeu, inspirada no estilo arquitetônico haussmanniano.

Uma vez tendo contextualizado o escopo de inserção da presente proposta, encaminhamo-nos a circunscrever o problema que determina a reflexão acerca do Plano

³ Esse assunto será definitivamente discutido no capítulo 3 desta tese.

⁴ Essa questão será objeto de abordagem no tópico 4 desta tese.

Hausmann e suas repercussões, considerando a transposição de ideias e ideais para o solo brasileiro, ao encargo do prefeito Pereira Passos.

A estruturação do problema atende, de forma direta, a questões de natureza social e humana, diante da possibilidade de que uma intervenção urbana produz, ao mesmo tempo, modificações no cenário arquitetônico e profundas mudanças em termos de arranjos subjetivos, especialmente pelas operações executadas em uma cidade com seus ambientes, seus processos de interação, suas projeções, nacionais e internacionais e, também, sobre um espaço no qual circulam vidas afetadas pelos marcos referentes aos espaços edificados e aos demolidos.

É conveniente observar que, em nossa linha de raciocínio, consideramos os vestígios desses espaços urbanos como indícios para a construção de memória e, por extensão, nos concentraremos nas urbes escolhidas para nossos propósitos, em função de suas trajetórias históricas e dos vários movimentos de sobrevivência diante de intempéries e ações humanas.

Direcionando-nos por esses aportes, chegaremos a uma construção, de extrema importância, para problematizar nossa questão, em termos de metas a serem alcançadas nas ações desenvolvidas. Trata-se do entendimento da cidade como uma imagem artificial, frequentemente construída para ser moldada às aspirações de seus idealizadores. Na verdade, como esses projetos são fruto dos anseios de pessoas que aspiram a horizontes futuros, geralmente são planos inacabados, uma vez que dificilmente seria possível colocar em prática uma idealização, principalmente se considerarmos as diversas finalidades que são embutidas na elaboração, implementação e execução de um plano de reforma urbana.

Vendo a questão por esse ângulo, nos encaminharemos para traçar o escopo a partir do qual pretendemos refletir sobre o contexto das reformas urbanas, com relação às duas metrópoles mencionadas. Antes de prosseguirmos, teceremos considerações sobre o termo reforma, no intuito de especificar o nosso entendimento acerca do mesmo, quando articulado às questões urbanas.

No tocante ao termo reforma, sabemos tratar-se de uma transformação que modifica um cenário existente, sendo, por isso mesmo, um segmento de uma história. Desse modo, qualquer plano de reforma de uma cidade deve se assentar na premissa de

que a produção de uma novidade, por mais potente que seja, para apagar rastros de um passado, é em si insuficiente, uma vez que, na qualidade de indícios, os rastros persistem no espaço edificado, apontando para o que outrora ali existira. Da mesma forma, os novos espaços edificados têm também uma mensagem implícita no tocante a sinalizar o encaminhamento para um estado de ruínas, e, assim, serem um alerta em relação ao destino daquilo que outrora existira naquele lugar.

Se assim considerarmos, uma reforma urbana constitui uma paisagem que poderemos dizer efêmera, e é essa condição de efemeridade que sugere a existência de um antes (condenado a não mais existir) e um depois que se descortina em um futuro vindouro, denotando a instabilidade da produção de camadas dos aglomerados artificiais.

Eis o direcionamento que nos orienta quanto ao pensamento acerca das intervenções para reformas urbanas na delimitação de duas vertentes intimamente relacionadas. Por um lado, focalizaremos o plano de reforma da capital francesa conhecido como *Grands Travaux* do Barão Haussmann e a influência do estilo arquitetônico haussmanniano que podemos traçar, por outro lado, com a Grande Reforma Urbana de Pereira Passos, marcada nos meios midiáticos pela rubrica de operação Bota-Abaixo. Interessa-nos, a esse respeito, investigar quais as contribuições que o então prefeito Francisco Pereira Passos, nas suas diversas estadias na cidade de Paris, transportou para a reforma da cidade do Rio de Janeiro. Por esse motivo, faz-se necessário esmiuçar os traçados elaborados do Plano Haussmann, visando entender como as ideias de intervenção urbana para reforma, capitaneadas pela lógica do progresso e modernidade, foram decisivas na implementação da Grande Reforma Urbana da Capital Federal brasileira à época.

A essa altura, vale explicitar uma particularidade no tocante a aventura que realizaremos na capital francesa. Considerando-nos verdadeiros *flâneurs* pelas ruas parisienses, alinhamo-nos às palavras do narrador de Proust (2006, p. 226):

Longe de todas essas preocupações literárias e sem me prender a nada, de repente um teto, o reflexo do sol em uma pedra, o cheiro de um caminho detinham-me pelo prazer singular que me proporcionavam, e também porque pareciam esconder, para além do que eu via, algo que me convidavam a buscar e que, apesar de meus esforços, não consegui descobrir.

Quer dizer, o mergulho no campo investigativo pode nos surpreender, com circunstâncias inesperadas, as quais, por vezes, determinadas fontes não são capazes de nos fazer experienciar, principalmente em função do aspecto sedutor e cativante das cidades. Ainda, interessa-nos descobrir o que os espaços edificados e os espaços vazios deixados pelas demolições e outras modificações próprias das reformas urbanas têm a nos dizer como simples passantes que percorrem caminhos até então desconhecidos, com espírito aberto e flexível para ser povoado de novos sentidos.

A título de curiosidade, vale lembrar que a capital francesa escapou por pouco de ser bombardeada na Segunda Guerra Mundial, possibilidade essa que poderia tê-la reduzida a escombros e detritos, como evidenciado no filme *Diplomacia* (2014)⁵, que retrata a posição do ditador alemão de sua intenção de reduzir a cidade à destruição, escombros e cinzas.

No tocante às pretensões de nossa expedição cartográfica, esperamos seguir e abrir trilhas que nos aproximem dos universos dos idealizadores Haussmann e Pereira Passos, bem como as particularidades nas quais as execuções dos dois projetos apontam para singularidades, em termos de filiações políticas, interesses econômicos e prestígio. O vetor que encaminhará um desfecho para as pistas insinuadas consiste em indagar em que medida é possível adaptar um projeto de reforma urbana de uma cidade milenar do hemisfério norte, de repercussão internacional como Paris, para uma cidade de mais de quatro séculos como o Rio de Janeiro?

Ainda, é digno de consideração observar as radicais diferenças: por um lado, a cidade de Paris é capital de um “império” que se notabilizou em termos de um histórico de colonizações na África, nas Américas, na Ásia e na Oceania. Por outro, o Brasil (cuja capital, à época da Grande Reforma Urbana realizada por Pereira Passos, era a cidade do Rio de Janeiro) foi um país colonizado, “descoberto” sob a alegação de um “acidente” de percurso, utilizado principalmente para a exploração de um rico manancial de fontes e riquezas naturais que foram e ainda são explorados.

⁵ Filme franco-alemão do diretor Volker Schlöndorff, referente ao contexto da Segunda Guerra Mundial, cujo roteiro narra a chegada do general alemão Dietrich von Choltitz a Paris sob ordens do Terceiro Reich com a missão de comandar a explosão dessa cidade, sem qualquer restrição. Contudo, em altas horas da noite, a visita surpresa do cônsul geral da Suécia tem um peso considerável no sentido de poupar a capital francesa desse desfecho trágico, a exemplo do que aconteceu com outras tantas urbes europeias.

Para uma melhor exemplificação do que estamos nos referindo, recorremos a dois vestígios culturais brasileiros encontrados ao longo da pesquisa empírica na França. O primeiro é um enorme agrupamento de rochas de quartzo negro, proveniente do Estado da Bahia, encontrado embelezando a entrada do Museu Nacional de História Natural de Paris, conforme se depreende na Figura Ilustrativa 1:

Imagem Ilustrativa 01 Quartzo Negro no *Jardin des Plantes*, Paris



Fonte: Acervo Pessoal, (2021).

O segundo é uma espécie de clava (arma utilizada em combates entre tribos) do século XVI, pertencente aos índios Tupinambá, principal tribo indígena da região do Rio de Janeiro na época do desembarque dos portugueses no Brasil, que se encontra em exposição no Museu *Quai Branly*, também em Paris, conforme a Figura Ilustrativa 2:

Imagem Ilustrativa 02 Clava indígena no Museu *Quai Branly*, Paris

Fonte: *Musée du Quai Branly*, (2021).

Cabe acrescentar que tanto o mineral quanto o artefato indígena fazem parte do acervo patrimonial francês, ambos localizados na cidade de Paris.

Certamente, não há nenhuma possibilidade de negar o contraste extremamente explícito entre as duas urbes. Cabe advertir que a memória da capital francesa, no que se refere a uma topografia urbana, segundo Alcantud (2014, p. 181), “só poderia ser mutável na luta para se localizar em um lugar físico até atingir a categoria de mito”. Provavelmente, foi essa a intenção do Barão Haussmann na aplicação de seu plano, pois vislumbrava a possibilidade de que, a partir da execução de seu projeto, dificilmente haveria uma cidade no mundo que se equiparasse a Paris, em termos de modernização e beleza.

Por esses motivos, nos indagamos se o conjunto de marcos memoriais disponíveis em diferentes arquivos faz ecos e ressonâncias para que possamos, em uma escuta atenta, ouvi-los. Desdobrando essa indagação, nos aventuramos a realizar um percurso pelos rastros e restos, conforme formulou Debary (2017)⁶, bem como em

⁶ Os restos são uma objeção ao sentido primeiro das coisas (uma perda) e uma resistência a seu desaparecimento (uma conservação). Sua requalificação abre-se a uma recuperação da história (DEBARY, 2017, p. 18-19).

possíveis indícios materiais e imateriais, no intuito de entender como os processos históricos funcionam no acondicionamento dos mesmos. Para tanto, é fundamental a imersão, na condição de cartógrafo, para execução dessa pesquisa, estando atento tanto às evidências quanto às insinuações oriundas de restos, rastros, indícios, entre outras possibilidades.

Seguiremos nessa caminhada em dois planos:

I. Concretamente, no processo de afetação pelos espaços edificados, em termos de sua estética, constata-se uma dupla possibilidade: esses espaços sinalizam a existência de estruturas não mais existentes devido às intervenções para reforma, e também se vertem em argumentos para o levantamento de questões concernentes à condição humana.

II. Abstratamente, as pegadas das transformações arquitetônicas são em si indicativas de um processo relativo à construção de uma imagem mítica de uma cidade para deleite de quem usufrui e se beneficia dos espaços revitalizados e condenação a um caminho sem volta de quem, pelas mais diferentes circunstâncias, foi obrigado a não mais habitá-los, não por uma escolha e sim por uma imposição.

Desse modo, a questão que norteia a nossa reflexão consiste em indagar-nos quais minúcias deverão ser utilizadas para que possamos “ler” o legado do Plano Haussmann, em suas evidências, como também nas insinuações a serem apreendidas nas entrelinhas. Sendo assim, lançamo-nos questionamentos que consistem em: até que ponto as forças econômicas e políticas determinaram a transformação de Paris em uma cidade idílica, sendo necessária uma roupagem estética de convencimento, justificada pela monumentalidade? Ainda, a grandiosidade monumental de Paris não poderia ser considerada, no plano mítico, uma espécie de intimidação? E, também, a dimensão mítica da capital francesa não poderia ser considerada, em razão de sua heterogeneidade, a demonstração de impotência das regiões periféricas? Por fim, de um modo geral, a monumentalidade das edificações poderia ser traduzida como uma mensagem de intimidação aos seus habitantes, advertindo-os de sua pequenez?

Acrescente-se que é quase uma universalidade as urbes se valerem de artifícios para produzir monumentos e edificações grandiosas como prováveis fórmulas de ostentação de sua presumida potencialidade. Obviamente, a intenção dos gestores

urbanos, nesse sentido, é uma grande imitação das grandezas naturais. Apesar dessa constatação, é pertinente mencionar que as urbes não são uniformes e suas regiões são objeto de apreciações diferenciadas.

De certo modo, nos espaços urbanos considerados importantes com vistas à preservação e à valorização, processam-se restaurações e demolições. As regiões mantidas na “penumbra” são esquecidas e degradadas, continuando como sempre foram, deteriorando-se significativamente em virtude de serem lançadas à própria sorte. Por esse motivo, reiteramos que é fundamental ser, na qualidade de um cartógrafo desprezioso, afetado pelas pedras que “falam”, indo ao encontro dos inúmeros vestígios que podem ser encontrados, ou não, inclusive as insinuações de edificações demolidas contidas naquelas que atualmente existem, bem como as narrativas disponíveis acerca de vidas que por ali passaram, conforme aponta Debary (2017), na compreensão de que todo resto é pleno de sentido e, de forma indireta, insinua a passagem de vidas, com permanência ou efemeridade.

Seguindo pelo encaminhamento que concerne destaque às “pedras”, esperamos trazer a lume acontecimentos e grandes personagens que, pelos rastros e vestígios, nos possibilitam “fazer falar” monumentos, centros culturais, arquivos, bibliotecas e outras tantas fontes disponíveis.

Partilhamos assim da ideia de que, em consonância com o pensamento de Pollak (1989, p. 10), “a memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos”. São essas as referências que evidenciam uma época que nos afeta em razão das interações subjetivas de outrora, bem como daquilo que foi destruído para dar lugar ao cenário atual. Desse modo, os monumentos arquitetônicos, bem como a trama de relações humanas, integram-se em um legado cultural, nos locais que potencializam “heranças” que nos suscitam lembranças, recordações e, sobretudo, uma ordem sensorial para um cartógrafo que se aventura ante o inesperado.

Embora saibamos que muitas evidências das ocorrências escaparão nessa audaciosa expedição, tais como explosões de rochas, poeiras, perplexidade dos atores sociais, odores de produtos em combustão, entre outros, ainda assim podemos, a partir

dos vestígios, encenar lembranças para um passado em termos da construção de memória. Sabemos também que, tecnicamente, não teremos nenhuma probabilidade de captar o estado emocional dos atores, pois muitos deles já não existem mais, entretanto, não estamos impedidos de levantar questionamentos no tocante à compreensão dos acontecimentos que resultaram na transformação de um cenário urbano, considerando, especialmente, os traçados narrados disponíveis sobre os acontecimentos, os quais, apesar das controvérsias, podem ser considerados verdadeiros sedimentos e segmentos de um percurso histórico.

Assim, estamos advertidos quanto à possibilidade de que o denominador comum das lembranças estruturadas, a partir dos rastros das reformas urbanas, é índice de conflitos e tensões, especialmente reportados a uma conjuntura (em ambas as urbes) na qual o consenso social não se produziu ou aconteceu de forma tímida. Na verdade, a difusão de pactos e acordos estabelecidos em um certo estado de harmonia não passa da construção de um mito, haja vista que o passado longínquo (mais de um século) revela pensamentos dissonantes como uma espécie de desafio à ordem até então vigente.

Outrossim, ponderamos que a nossa expectativa é, após a imersão na capital francesa, munir-nos de indícios para fazermos algumas derivações, no sentido de conjugar, ou não, as ações que concorreram para a execução das duas grandes reformas, em especial os reflexos do Plano Haussmann no planejamento de Pereira Passos.

Queremos salientar que a nossa postura não segue as linhas diretrizes de um registro fotográfico, uma vez que contamos com a possibilidade de sermos transformados, subjetivamente, na qualidade de cartógrafos, pela afetação que se produzirá no contexto do confronto com os restos na capital francesa. Esperamos assim, nos equipar com um refinamento do olhar no sentido da mobilização e transformação das lentes de que dispomos até então para construir cenas (imagens) da Grande Reforma Urbana executada por Pereira Passos, em modalidades de registros possíveis; diários de campo, dossiês, produção de brochuras referente à documentos, portfólios.

Quer dizer, para a execução da presente pesquisa, utilizamos o método da cartografia, o qual tem suas origens em outros campos do saber, com notória importância no campo da Geografia, tendo sido transportado, em termos de seus princípios rizomáticos, princípios estes que fundamentam esse método, conforme será explicitado

em detalhes mais adiante, propostos por Deleuze e Guattari (2000), para o âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Esses princípios constituíram a base do processo teórico-metodológico da cartografia como uma nova abordagem para as pesquisas qualitativas, abrindo, assim, novas perspectivas de investigação principalmente no que diz respeito ao campo das humanidades. É necessário, antes de adentrarmos nas características do método, entender as origens do termo cartografia, além de distingui-lo do seu principal campo de utilização: a Geografia.

Dessa maneira, a fim de adentrarmos no campo de entendimento da cartografia, julgamos necessário lançar mão de algumas observações iniciais. Etimologicamente, a palavra cartografia tem duas origens: na palavra grega *graphie*, que quer dizer escrita, bem como tem suas origens lexicais na língua francesa, oriunda da palavra *carte*, que por sua vez significa mapa em francês (GREGORY *et al.*, 2009). Dessa maneira, notamos a estreita relação da palavra cartografia com a significação de colocar no papel informações construídas de forma gráfica. Para além das origens etimológicas da palavra, a cartografia é comumente conhecida no campo de estudos da Geografia como a ciência que produz mapas e cartas.

A confecção de mapas, cartas e traçados visando a representação do espaço é prática comum há muitos anos. Para que tenhamos noção, o mapa mais antigo de que temos conhecimento é datado de 2.400 a.C., que retratava, em uma placa de argila, a localização do rio Eufrates, localizado à época na Babilônia, onde atualmente corresponde ao território iraquiano (OLIVEIRA, 1993). Além do referido mapa, temos também vestígios do que teria sido o primeiro mapa *mundi* confeccionado com base na ciência cartográfica, curiosamente também na argila, já que suas origens remontam também à antiga Babilônia.

Ainda no tocante à Cartografia, sua característica além da arte de confeccionar e utilizar mapas e cartas, é também considerada uma importante área do conhecimento no que se refere à produção, interpretação e análise oriundas da observação dos espaços geográficos inicialmente terrestres e, posteriormente, chegando até a abranger outros corpos celestes, como mapas de satélites e planetas.

Transpondo a cartografia para as Ciências Sociais, nos deparamos com a cartografia como método de pesquisa. Na década de 1960, os estudiosos Deleuze e Guattari, no contexto de pesquisa acerca da experiência humana, por considerarem que os estudos da época não eram suficientes para dar conta dos processos de produção de

subjetividade, elaboraram a ideia de rizoma, princípio fundante da cartografia como um processo teórico-metodológico.

A grande revolução proposta com esse artifício por Deleuze e Guattari (2000, p. 22) pode ser entendida a partir da seguinte assertiva: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo”. Explicando em outras palavras, em alusão à área de estudos da botânica, depreende-se que o novo entendimento pressupõe que, ao contrário das raízes em que há transposição de uma sobre a outra, servindo de suporte para as plantas, o rizoma, por sua vez, forma uma espécie de rede interconectada.

Por isso, é preciso estarmos cômicos, ao realizarmos uma investigação científica, dos nossos objetivos e das veredas possíveis a serem trilhadas, bem como o tipo de pesquisa e o método os quais o pesquisador vai lançar mão ao trilhar seu caminho investigativo. Entretanto, o método cartográfico não é um todo fechado, de forma que o pesquisador deve sempre estar aberto e atento às pistas e aos novos elementos que possam surgir nas veredas investigativas, já que nesse campo metodológico os caminhos percorridos na investigação são fundamentais para se alcançar os objetivos pretendidos e outros que possam surgir despreziosamente e inquietar o pesquisador.

Essa possibilidade inovadora de pesquisa no âmbito dos fenômenos humanos requer, sobretudo, um processo de construção, que não siga diretrizes à priori de que o pesquisador deva marcar sua entrada em campo com o auxílio de um instrumental devidamente circunscrito. Em uma dimensão contrária ao modo de pensar que parte de pressupostos previamente estabelecidos e fundamenta as diretrizes do método cartográfico, Passos e Benevides de Barros (2012, p. 31) afirmam que “conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da “pesquisa-intervenção”. Eis o leme que balizou nossas incursões nos rastros, restos e vestígios das cidades recortadas para a presente tese, visto que temos muita clareza acerca do processo de afetação que se produziu em nós, em uma via de mão dupla, em nossas caminhadas pelos recônditos que insinuam ou que podem ser significados como uma presença que sinaliza a passagem de vidas. Devemos acrescentar que aludimos também a edificações e paisagens que se transformaram ou que conheceram seu fim em função dos processos de reformas urbanas.

Faz-se necessário também salientar que uma pesquisa inspirada nos pressupostos da cartografia consiste, sobretudo, em subverter as normas dos métodos tradicionais de pesquisa, traçando no próprio percurso de realização as metas da pesquisa, ao invés de se

estabelecer metas a priori. O percurso tem como implicação a presença de afetos, memórias de fluxos dos acontecimentos e das rupturas de continuidade, a ponto de nos posicionarmos em termos de uma contínua construção de memória fundamentada em preceitos éticos e políticos.

Sendo assim, a intenção é, enveredando pelos caminhos que estão à disposição do pesquisador, cartografar uma miríade de acontecimentos que podem resultar em marcantes transformações, tanto nos cenários, quanto na vida das pessoas. Por essa razão, situamos uma proposta de intervenção cujo fundamento é uma ação política, conforme assinalam Passos, Kastrup e Escóssia (2009). Ou seja, nessa concepção, pesquisar é intervir, sem nenhuma pretensão de neutralidade, uma vez que a característica principal desse método consiste em o pesquisador afetar as trilhas por onde circula, como também ser afetado pela dinâmica das paisagens constituídas.

Desse modo, na pesquisa realizada por meio das lentes cartográficas, sujeito e objeto são indissociáveis, em uma relação mútua de construção do emaranhado rizomático em que estão apoiados. De certo modo, encontramos, assim, uma ressonância ao pensamento de Latour (2012), de que todos os componentes de uma pesquisa desempenham papéis fundamentais na sua elaboração, fato que nos leva a pensar que não existe qualquer espécie de supremacia do pesquisador em relação ao campo no qual são construídas as informações, e vice-versa. Ainda, uma pesquisa dessa natureza compreende o conhecimento como uma produção social, isso é, que leva em consideração os atores sociais e suas dinâmicas no espaço e, ainda, o próprio pesquisador como um ator social que compõe essa dinâmica. Por esse motivo, seguir uma trilha em uma incursão ao campo não é somente um trabalho de apreensão, mas sim de transformação, visto que, segundo Barros e Kastrup (2012, p. 58), “o cartógrafo se encontra sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações”.

No entanto, sabemos os devidos cuidados que devemos ter nessa jornada, como um profícuo coadjuvante ao método cartográfico, especialmente no que concerne ao conceito chave dessa proposta: a construção. Quer dizer, ao tatearmos os rastros e restos do processo de reforma urbana, temos clareza de que, *pari passu*, estamos exercendo uma dupla tarefa. Por um lado, temos a pretensão de produzir sentidos para os rastros os quais na qualidade de presença insinuam uma ausência. Por outro, em nossa caminhada, ocupamo-nos também da tarefa de produção de sentido para os vestígios que nos afetam e nos quais, com certeza, deixaremos rastros de nossa passagem.

É preciso esclarecer a acepção que utilizamos acerca do processo de investigação que realizamos no transcurso de nossa aventura expedicionária, visto que, na “pele” de um *flâneur*, nos entretemos em caminhadas sinuosas, mas sem abrir mão de um de nossos propósitos: a firme convicção de que as pedras falam. Assim sendo, realizamos uma espécie de “escavação” simbólica em camadas e em arranjos subjetivos que são insinuados pelos rastros, bem como, ao lançarmos um olhar para as imponentes edificações existentes, não nos esquivamos de pensar em um cenário que outrora deixou de existir, bem como a trama de relações impedida em sua continuidade pelos grandiosos e maciços blocos de concreto. Em certo sentido, caminharemos para a segunda etapa que consiste em, ao nos confrontarmos com um rastro, sermos instigados a nos mover no que concerne à produção de sentido.

Sob esse prisma, queremos traçar as bordas do processo relativo às andanças do cartógrafo e de suas inquietações, visto que, em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que os espaços destruídos pelas reformas se perpetuam em vestígios que são expressos, de forma imperiosa, pelas paisagens que doravante conformam um novo cenário. Em segundo lugar, as vidas afetadas, bem como as vidas removidas, de nenhum modo podem ser consideradas mortas, uma vez que os restos são plenos de indícios de que outrora havia uma outra cena, cujas interações aconteciam por intermédio de outros atores sociais. Queremos salientar com isso que tanto as lembranças que nos chegam pelos rastros da escrita, dos traçados, dos mapas e de outros vestígios, como também o encontro com os cenários edificados que impõem uma trama de relações em razão de seus limites, são, para nossos propósitos, de igual importância por se constituírem sinalizadores para o processo de construção de memória.

Obviamente, não lançamos mão de picaretas para escavar o solo, nem de pequenos dispositivos para realizar a transposição de pedras e outros achados que, por ventura, se insinuaram ao nosso olhar de forma espontânea ou não. O nosso propósito consiste em considerar os solos heterogêneos pelos quais caminhamos como camadas que guardam uma história e vestígios do passado. Esse é o entendimento que temos das pedras que dão consistência aos espaços transitáveis, geralmente encobertos pela pavimentação. Nesse sentido, tanto a camada oculta de pedras, quanto a camada explícita dos pavimentos são indícios de uma história passível de ser descortinada, em termos de um processo que resulta em uma aproximação possível no âmbito da significação.

Uma vez movidos por essa convicção, temos certeza de que os destroços das reformas, bem como as pessoas que foram removidas para dar lugar a novos cenários e

novas teias de relações, de alguma forma, mantêm-se intactos por muito tempo na imaginação, assim como são eternizados na escrita. Contudo, a acessibilidade aos espaços aos quais foram confinados (destroços e pessoas) é uma tarefa que exige uma disponibilidade e abertura, principalmente para suportar os efeitos e as intempéries no confronto com os rastros traçados simbolicamente por essas viagens forçadas.

Fazendo uma ressalva, não estamos aqui fazendo apologia a uma certa nostalgia que conclama um passado como uma espécie de paraíso perfeito a ser considerado, entre outras finalidades, para condenar as reformas, visto que, se ao descortinar nosso objeto de estudo apresentamos a cidade em duas nuances, organismo vivo e livro, somos cômicos de que, tanto em uma, quanto em outra, determinados processos de regulação e manutenção são necessários. O que nos causa uma certa inquietação consiste na utilização dos meios e das justificativas pelas quais os processos de reforma urbana são realizados.

Destarte, julgamos então que podemos então anunciar nosso objetivo geral na execução desse trabalho: pretendemos analisar em que medida, os contextos demarcados pelas temporalidades relativas às intervenções realizadas conjugam aspectos arquitetônicos com subjetividades, pelo processo de remoção e deslocamento de pessoas, e ainda, estão afeitos às dinâmicas do tempo, no que se refere a aspectos como sua conservação, sua destruição ou até mesmo o esquecimento proposital de gestores públicos, bem como os interesses econômicos que visam à consolidação de determinadas classes sociais na manutenção de seus *status quo*, às custas da pauperização de outras.

Seguindo essa linha de raciocínio, vamos pautar o indicador relativo à transformação de Paris realizada por Haussmann e sua influência para a Grande Reforma Urbana de Pereira Passos, entendendo que a inspiração que determinou a reforma da capital brasileira à época fundamenta-se em proposta de aplicação do estilo arquitetônico do Plano Haussmann. A consecução desse objetivo pressupõe a existência de um amálgama entre o arcabouço teórico selecionado e as pistas descobertas na incursão pelas duas cidades, seja por intermédio de arquivos, seja na condição de um *flâneur* que caminha à deriva, “tropeçando” nas pedras e sendo afetado pela luminosidade do espectro de cores que se evidenciam a um andarilho. Acrescentamos que esta é uma parte do processo investigativo, haja vista que nos deteremos no contato sistemático com as fontes

disponíveis em três espaços da capital francesa: *Archives de Paris*, *Bibliothèque Administrative da Ville de Paris* e *Bibliothèque Historique da Ville de Paris*.

Dessa forma, no intuito de alcançar aos objetivos preconizados, a presente pesquisa reveste-se de uma estratégia meticulosa nos seus princípios e em suas modalidades de intervenção em situação de campo, conforme as indicações suscitadas pelas pistas no tocante à cartografia, tanto nos acervos referentes ao Plano Haussmann, quanto nas periferias de Paris, que surgirão em função da execução do mesmo. Pretendemos, com essa dupla inserção, propor diretrizes metodológicas inovadoras no contexto que articula a reforma da cidade do Rio de Janeiro ao referido plano francês.

A partir dessa incursão, esperamos avançar no desenvolvimento metodológico de práticas interdisciplinares em pesquisa, no sentido de evidenciar as interações que resultam de uma prática de imersão e intervenção pelas lentes da cartografia nos traçados, deixados como vestígios, mas igualmente nas pretensões que não foram consolidadas, na medida do possível.

Guiamo-nos, na consecução de nossos objetivos, pela elaboração conceitual acerca do conceito de rastro, conforme propõem, principalmente, Debary (2017) e Ricœur (2007), visando a circunscrever os diferentes materiais que determinaram a grande transformação de Paris nessa categoria. Desse modo, refletimos sobre em que medida o resto (como aquilo que não se deixa aprisionar, como a sobra, o indesejável que insiste em retornar, tornando-se visível), emergindo nos contrafluxos sociais, nos auxilia na reflexão sobre a relação entre memória, reformas urbanas, violência, segregação e estigmatização, em ambos os contextos.

Essa linha de ação nos direciona para estudar as diferentes circunscrições políticas que convergiram no Plano Haussmann, no sentido de entender como o processo de adaptação, transposição e transmutação realizado pelo prefeito Pereira Passos correspondeu aos princípios filosóficos do projeto francês ou se Pereira Passos lançou mão de uma série de injunções outras (critérios eugênicos, higienistas, nepotismo) para propor a ilusão de uma “Paris dos Trópicos”. Afinal, como nos adverte Reemtsma (2012, p. 232), “quando falamos sobre nossas motivações, buscamos legitimar nossas ações”. Então, não teria sido esse o argumento utilizado por Pereira Passos: pautar em condições extremas como higiene e aspecto insalubre da cidade para realizar a operação Bota-

Abaixo? É pertinente salientar que as argumentações de progresso e de melhorias sanitárias apresentadas por Pereira Passos são na verdade justificativas que visam a anuência do Poder Público e da sociedade. Desse modo, acreditamos que tanto as credenciais que foram outorgadas ao prefeito Pereira Passos, quanto às justificativas apresentadas na implementação de certas medidas, tinham por base se constituir em um suporte sólido de convencimento visando à aceitação pela sociedade.

Dando continuidade aos nossos pressupostos e em sequência às premissas aventadas, prosseguiremos pela utilização das pistas que impulsionam o ingresso à situação de campo nas duas cidades, bem como do aporte teórico selecionado. Ainda, objetivamos, de maneira pormenorizada, alcançar, a partir da análise dos restos e indícios de objetos materiais e imateriais que, por diferentes vertentes, insistem em serem alçados à categoria de memória, afetando-nos pelo viés de produções imagéticas ou pelos tracejados das produções escritas, os seguintes objetivos específicos:

I. Representar, a partir de diferentes formas imagéticas, a cidade de Paris no âmbito dos *Grands Travaux*, no intuito de sua complexidade, intensidade e consequências de suas transformações. Esse direcionamento pressupõe um olhar crítico mediante a seleção de marcos de referência que confluem para uma apreensão acerca do surgimento dos espaços edificados, os quais, em suas aparências, escondem e omitem traçados subjetivos de vozes que foram silenciadas, insinuando a importância da memória na delação de violências.

II. Identificar, na reforma urbana de Haussmann, os possíveis interesses de uma elite econômica e política que vislumbrava a proibição dos movimentos sociais, a censura dos meios de divulgação e, principalmente, o fim dos levantes e reivindicações da classe proletária parisiense.

III. Contrastar, na Grande Reforma Urbana de Pereira Passos, os interesses econômicos que fomentavam intervenções em nome de políticas higienistas, eugênicas e progressistas.

IV. Relacionar os aspectos em comum, caso existam, entre as reformas de Haussmann e Pereira Passos, no que tange aos seus efeitos sociais, principalmente o enriquecimento das elites e a pauperização das classes marginalizadas.

Para alcançar esses objetivos, descreveremos nos croquis, mapas e esboços as linhas de tensão na colocação de fronteiras que demarcam uma região valorizada, o centro, e regiões degradadas, a periferia, considerando os indicadores que circunscrevem regiões a serem transformadas, em termos de melhoria e embelezamento e regiões que são insinuadas, para as quais são removidos grandes contingentes populacionais. Via de regra, as regiões de remoção e assentamento são apenas referidas, sem fazer parte do corpo dos traçados⁷. Constatamos assim, nessa disposição, um caráter diferenciado para as regiões, com destaque àquelas que são vislumbradas em termos de retorno econômico, uma vez que são objetos de especulação imobiliária.

Em termos práticos, considerar esses pormenores em nossa expedição investigativa equivaleria a concentrarmo-nos nas dinâmicas urbanas, considerando a extensão dos espaços que compõem o núcleo central da cidade e as linhas reais e imaginárias que delimitam a periferia como regiões paradoxalmente ligadas e desconexas, em função da carência de serviços ou falta de assistência de setores estatais.

Para dar cabo à nossa empreitada, além de analisar as imagens dos acervos disponíveis (considerando que delas podemos extrair diferentes sentidos, seja no tocante a sua especificidade, seja quanto às temporalidades as quais elas se referem), nos deteremos no âmbito de circunstâncias singulares e históricas já que compreendemos que cada imagem apreendida em um documento, qualquer que seja sua natureza, contém diversos sentidos, cada qual referido a um contexto específico com possibilidades de abertura no tocante à polissemia.

De resto, salientamos que, quando nos detemos em uma imagem (seja proveniente de um traçado, seja concernente a um relato), em nenhum momento deixamos de considerar as fronteiras imaginárias imóveis⁸ que são construídas pelo poder público com dupla finalidade: de um lado, a contenção de uma massa de pessoas consideradas “indesejáveis” para circular nos espaços embelezados e, de outro, segurança e proteção

⁷ É interessante observar que, se analisarmos cuidadosamente o plano piloto de uma reforma urbana, é possível detectar referências no sentido da indicação de regiões nas quais haverá remoção de pessoas para demolições. No entanto, não há, na maioria das vezes, uma clara alusão ao processo de reassentamento das pessoas que são obrigadas a deixar seus *habitats* de convivência e grande parte de suas histórias.

⁸ A alusão a essa acepção justifica-se no sentido de diferenciar as fronteiras concretas construídas (físicas) das cidades medievais, delimitadas por grandes muralhas, sob vigília constante. Cabe acrescentar que a modernidade não pôs fim a esses limites físicos os quais, lamentavelmente, ainda são utilizados por alguns países com a finalidade de manter vivo um projeto de coesão nacional.

para uma elite que dispõe de alto poder aquisitivo e de consumo. Esse modo de proceder fica evidente na planificação e implementação das reformas, conforme abordaremos nos tópicos 2.2 e 2.3 da presente tese.

É importante destacar que esses objetivos específicos correspondem ao detalhamento do objetivo geral em suas potencialidades de direções. Nesse sentido, o seu desdobramento se fundamenta em um conjunto de argumentos.

Em primeiro lugar, configura-se um contexto de inovações metodológicas para a análise de documentos e de acervos imagéticos, com a finalidade de apreender as insinuações concernentes às incidências subjetivas que, porventura, persistam em rastros e vestígios de memória, apoiando-nos na exortação de Halbwachs (1941, p. 191): “os fatos visíveis são símbolos de verdades invisíveis”. Provavelmente, somos orientados pela indicação de que, no contexto do processo da construção de memória, realizamos um movimento do presente, dimensão temporal na qual nos deparamos com fatos visíveis em função de nossas lembranças, para um passado relacionado a fatos que tanto podem ter acontecido e compor uma capítulo da História, como serem distorções difundidas como memórias, portanto da ordem de verdades invisíveis, se consideramos que um fato apresentado como memória oficial deve ser pensado na teia de relações que estabelecem com outros nem sempre disponíveis ou aceitos.

A descrição dos objetivos específicos se orienta pela concepção de memória, entendida não como um simples fato social, mas um processo que pode ser analisado a partir da relação da sociedade com temporalidades distintas, espaços demolidos, edificados e modificados, linguagens utilizadas na apresentação dessas temporalidades e espaços, restos arquitetônicos, além dos fluxos interrompidos e os que são abertos pelas reformas.

Não obstante, a especificação dos objetivos propostos está afeita aos desafios inerentes aos processos de conservação dos rastros, como também da extensão, a partir dos mesmos, para a conformação dos espaços sociais.

Objetivamos, assim, percorrer uma via histórica que se desdobra em operações as quais concernem à seletividade entre aquilo que deve ser lembrado e aquilo que é lançado ao esquecimento no âmbito das reformas urbanas, seja nas justificativas que fundamentam o planejamento, seja no contexto das operações de execução pois,

conforme aponta Gondar (2016, p. 24), o ato de recordar “não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro”. Cabe salientar que essa impulsão ao futuro decorre de evidências referidas ao passado, pois no tocante às reformas urbanas, conforme afirmou Spadone (2014, p. 154), “cada uma dessas pedras fala de uma mentalidade desaparecida, evocadora da poesia que lhe confere o recuo dos anos e assim despertamos a alma de épocas antigas pela nossa mentalidade do século XX”. É essa a perspectiva que nos orienta, e com essa ferramenta, esperamos nos confrontar com as inúmeras pedras das duas cidades, no sentido de interrogar esses vestígios na esperança de que nos tenham algo a dizer. Aliás, as pedras falam! E assim seguimos as pegadas do antigo legado, *Saxa loquuntur*⁹, conforme Freud¹⁰ (1996, p. 113), quando apresentou a sua interpretação como uma contribuição para a humanidade:

Imaginemos que um explorador chega a uma região pouco conhecida onde seu interesse é despertado por uma extensa área de ruínas, com restos de paredes, fragmentos de colunas e lápides com inscrições meio apagadas e ilegíveis. Pode contentar-se em inspecionar o que está visível, em interrogar os habitantes que moram nas imediações [...]. Mas pode agir de modo diferente. Pode ter levado consigo picaretas, pás e enxadas, e colocar os habitantes para trabalhar com esses instrumentos. Junto com eles, pode partir para as ruínas, remover o lixo e, começando dos resíduos visíveis, descobrir o que está enterrado. Se seu trabalho for coroado de êxito, as descobertas se explicarão por si mesmas: as paredes tombadas são parte das muralhas de um palácio ou de um depósito de tesouro; os fragmentos de colunas podem reconstituir um templo; as numerosas inscrições, que, por um lance de sorte, talvez sejam bilíngues, revelam um alfabeto e uma linguagem que, uma vez decifrados e traduzidos, fornecem informações nem mesmo sonhadas sobre os eventos do mais remoto passado em cuja homenagem os monumentos foram erigidos.

Depreendemos, assim, que o roteiro que nos propomos a seguir sugere a existência de um cenário composto por restos, fragmentos, ruínas e outros indícios que podem tanto ser uma fonte de atração, quanto de repulsa, especialmente no tocante ao

⁹ *Saxa Loquuntur* é uma expressão latina, cujo significado aproximado é: as pedras falam. Seguiremos o entendimento acerca do significado dessa expressão em virtude de considerarmos assaz pertinente aos nossos propósitos.

¹⁰ Freud, em sua obra *Construções em análise* compara o objeto arqueológico com o objeto psíquico, aproximando os ofícios do arqueólogo aos de um analista. Nesse sentido, o autor aborda o exemplo da cidade de Pompéia e os trabalhos de escavação realizados na cidade. Para Freud, os objetos podem ser aproximados pois “todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao ser humano” (1996, p. 168).

ímpeto de desvendar um passado “escondido” nas entranhas dos arranha-céus das grandes metrópoles e outras produções monumentais. Nesse sentido, nossa viagem se encaminha para descortinar, pela inferência e insinuação, as diferentes camadas temporais que se superpõem em uma metrópole pelas reformas urbanas. Sendo assim, a alusão à expressão *Saxa loquuntur* nos posiciona no sentido de ir ao encontro de resquícios materiais nos quais o passado pode ser desvelado com as marcas das transformações produzidas pela intenção e vontade dos grandes gestores nas urbes.

Em nossa análise, queremos trazer para ilustração dois espaços urbanos intimamente relacionados: a Paris de Haussmann e o Rio de Janeiro de Pereira Passos, grandes complexos que, em cada hemisfério do planeta, concentram atividades artísticas, econômicas e culturais de grande porte. A implementação de projetos visando à transformação se justificaram em ambas a ponto de criar uma linha de ruptura entre o que se considera uma cidade antiga, geralmente desprestigiada (caso não haja preservação), e uma cidade nova, com ares promissores de prosperidade.

Não obstante, a realização de um empreendimento dessa natureza (a planificação e a execução de uma reforma urbana) não acontece de forma pacífica, principalmente em função de movimentos que impulsionam o aparecimento de tensões e conflitos. Porém, diante das tensões, aqueles que ecoam suas vozes contra as reformas são vencidos, uma vez que há interesses em jogo que prevalecem, conforme aconteceu no Plano Haussmann, segundo Alcantud (2007), em que artistas, poetas e habitantes de determinada região insurgiram-se contra a demolição e a destruição de marcos referenciais de memória sem, no entanto, terem seus esforços recompensados, pois prevaleceram os interesses do então imperador Napoleão III.

Situação análoga aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no alvorecer do século XX, então Capital Federal, quando o prefeito Pereira Passos, que recebeu “plenitude de poderes, excepto o de crear e elevar impostos” (DEL BRENNNA, 1985, p. 20), encarregou-se de uma grande reforma no centro da cidade, utilizando-se de dois artifícios. Um deles concerniu à necessidade de proteção contra doenças infecciosas, o que se concretizou pela operação Bota-Abaixo, que não apenas se fundamentava em critérios higienistas. Conforme aponta Lessa (2000), havia no centro da cidade inúmeras habitações em condições sanitárias precárias, as quais favoreciam o contágio e a proliferação de doenças

infecciosas. Por esse motivo, critérios higienistas foram utilizados como argumentos inquestionáveis em nome das políticas sanitárias. Além disso, considerando o potencial quantitativo de remoção de pessoas que passaram a viver em condições miseráveis e em regiões longínquas do centro da cidade, somos levados a pensar na aplicação de critérios eugenistas. Obviamente, essas pessoas, escolhidas por critérios raciais e econômicos, não foram deslocadas de suas habitações apenas por essas serem consideradas insalubres. Contudo, suas resistências foram totalmente vencidas e a paisagem onde viviam em pouco tempo deixou de existir para dar lugar a grandes blocos de concreto, como muito bem ilustra o cenário atual da Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central.

O outro artifício caracterizou-se pela proposta de modernização arquitetônica para tentar elevar a Capital Federal à condição de uma cidade com ares de metrópole moderna e transformá-la em um centro cultural para irradiar costumes e tradições a todo o país, alinhando-se assim, aos anseios e exigências do programa ditado pelo capitalismo em países do continente europeu e da América do Norte, depois da Segunda Revolução Industrial¹¹.

Analisando a questão por esse viés, não podemos deixar de mencionar os impactos sociais e humanos favoráveis a uma parcela da população e desfavoráveis a outra. A essa altura, tencionamos esclarecer a seguinte questão: a situação semelhante que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em função da Grande Reforma Urbana de Pereira Passos teria, verdadeiramente, se inspirado nas ideias de Haussmann? Da mesma forma que Haussmann produziu um mito de polo cultural para a cidade de Paris, Pereira Passos, com sua reforma, projetou condições para a construção de um mito que se propagou, inclusive, no cancionário popular: Cidade Maravilhosa¹². Contudo, vale observar que o mito imposto à cidade do Rio de Janeiro traz, de forma sub-reptícia, uma política de solução para questões sociais antagônicas: os interesses da elite carioca e as necessidades de sobrevivência da classe economicamente marginalizada.

¹¹ Vale salientar que se considera a Primeira Revolução Industrial a partir do início no século XVIII com o uso de energia a vapor e a crescente mecanização da produção. A Segunda Revolução Industrial, por sua vez, tem seu início no século XIX com o advento da eletricidade e a produção em linha de montagem. Já a Terceira Revolução Industrial teve seu início nos anos 70 do século XX, com a informatização parcial pelo uso de *microchips* e computadores.

¹² A música Cidade Maravilhosa, uma marcha composta por André Filho e arranjada por Silva Sobreira para o carnaval de 1935 foi adotada, na década de 1960, como hino da cidade do Rio de Janeiro.

A bem dizer, em provavelmente nenhum dos croquis traçados para a reforma são evidenciadas contradições e situações conflitivas, especialmente sob a justificativa de um ideal de progresso que culminou para o desenraizamento de muitas vidas, as quais estavam em sintonia com o espaço já constituído, o que, de certo modo, confere ao grande plano de transformação as feições, segundo Choay (2007), de uma utopia longínqua, visto que em nenhum momento a cidade do Rio de Janeiro, apesar de todos os esforços, nivelou-se, de igual para igual, às dimensões arquitetônicas, artísticas, culturais e acadêmicas da capital francesa. É conveniente esclarecer que não poderia ser esperado que a cidade do Rio de Janeiro se equiparasse à cidade de Paris, não só em razão de seus diferentes e contrastantes relevos, como também pela história secular da capital francesa e a jovialidade da cidade do Rio de Janeiro. Além do mais, a cidade do Rio, pelo menos, esquadrihada pela Grande Reforma Urbana de Pereira Passos, é espremida entre o mar e a montanha com uma grande floresta, características essas não presentes na capital francesa.

Uma vez percorridas as ideias que compõem a primeira seção dessa tese, intitulada introdução, apresentamos o desdobramento e o tratamento da questão objeto desse estudo em mais três seções, sendo que algumas serão desdobradas em subseções.

A segunda seção desdobra-se em duas subseções. A primeira se concentrará no estudo das cidades, focalizando os seguintes aspectos: origem, dinâmica e a compreensão da cidade no mundo atual. A segunda se dedicará à explanação da reforma parisiense conhecida pela rubrica de *Grands Travaux*, evidenciando os seus antecedentes, correntes favoráveis e desfavoráveis e a criação de cenários diferenciados a partir de critérios econômicos e sociais. Por fim, a terceira subseção concerne ao cenário da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, uma década depois da elevação do Brasil à condição de República. Nesse contexto, serão abordados os seguintes aspectos: a pretensão de Pereira Passos em transformar a cidade do Rio de Janeiro para inseri-la na rubrica de grandes metrópoles europeias, a perpetuação de vestígios imperiais, a necessidade de transformar a capital brasileira à época em razão da possibilidade de industrialização e, finalmente, os progressos e retrocessos da operação Bota-Abaixo, especialmente

considerando o processo de favelização¹³, criação de regiões periféricas degradadas, a segregação e a desigualdade.

A terceira seção concerne ao aporte metodológico da presente investigação, sendo subdivida em três subseções, a saber: a primeira dedicada à explanação do método, considerando os caminhos traçados na produção dos achados, as repercussões das afetações produzidas diante do encontro com os rastros e vestígios e a circunscrição dos procedimentos de análise e interpretação. A segunda versará sobre o cenário de Paris nos traçados de Haussmann, na produção de informações mediante diferentes procedimentos de busca em fontes diversas, além do encontro do pesquisador com os rastros detectáveis, metaforicamente, em paralelepípedos e outras pedras da capital francesa. Seguindo direção análoga, a terceira subseção volta-se para o cenário da cidade do Rio de Janeiro no contexto da Reforma Pereira Passos, visando reunir elementos que tracem uma possível linha de continuidade, ou mesmo descontinuidade entre a reforma parisiense e a carioca. Nessas duas seções realizaremos a análise dos achados produzidos, na qual encarregamo-nos de uma interpretação que tratará as possíveis semelhanças, diferenças e contrastes no intuito de subsidiar as estratégias preconizadas a partir da construção do corpus metodológico.

Finalmente, mas não menos importante, apontaremos, na quarta e última seção, as considerações que surgiram ao longo de toda a investigação. Entretanto, cabe alertar que não consideramos a tarefa finalizada e, além disso, advertimos quanto aos limites do estudo e a possível abertura de novas trilhas para futuros pesquisadores.

¹³ Favelização é um processo sociopolítico decorrente da construção de habitações, geralmente sem o controle dos agentes do Estado em áreas pouco valorizadas, sem condições mínimas de saneamento e segurança, sendo também espaços localizados em áreas impróprias para construção, como encostas, aterros, mangues. Não queremos com isso apresentar a favelização como resultado de uma escolha de seus habitantes; muito menos naturalizar esses espaços pelas características que lhes são imputadas e sim lembrar que esses nichos urbanos são fruto de gestões pouco atentas e preocupadas com os problemas habitacionais.

2 A INVENÇÃO DA CIDADE

*O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram com a força
De pedreiros suicidas*

Chico Science

As cidades são organismos artificiais pulsantes cravados em pedras, na terra, sobre as águas. Desde as priscas eras, os espaços urbanos se constituíram em uma dinâmica cujo movimento aponta para duas direções: no sentido horizontal, esses organismos se expandem na pretensão de alcançar as linhas do horizonte e no sentido vertical pretendem desafiar não somente as leis da gravidade, como também alcançar os espaços dos corpos celestes com os quais os seres humanos somente se deleitam, quando possível, pelo recurso da visão, da imaginação e dos grandes avanços da Astronomia. O firmamento em que se encontram os corpos celestes é na verdade um grande desafio aos anseios humanos e a sua imaginação, sendo indícios inquestionáveis de sua impotência e incompletude.

O nosso ponto de partida pressupõe o entendimento de que a cidade é um organismo fincado nas pedras, mas metaforicamente um espaço móvel entendido como uma espécie de caleidoscópio por intermédio do qual podem ser apreendidas as versões produzidas pelo urbanismo, por aspectos identificadores, pela memória histórica, pelos esforços de preservação, pelo esquecimento e por demais modalidades de ações políticas postas em práticas pelos gestores dos centros urbanos.

Disso, então, resulta a imagem acerca da cidade como um conglomerado de vestígios, mas sobretudo de signos. Sobre a cidade de Paris, nos reportamos à leitura de Victor Hugo (2018) sobre a cidade em sua obra *O corcunda de Notre-Dame*¹⁴, texto no qual afirma que “o gênero humano tem dois livros, dois registros, dois testamentos: a construção e a imprensa, a Bíblia de pedra e a Bíblia de papel” (HUGO, 2013, p. 152). Podemos, assim, inferir que a retratação da capital francesa seria comparável a um livro escrito na pedra, cujos itinerários traçados resultam de uma montagem de múltiplos discursos e múltiplas possibilidades de apreensão, seja para seus habitantes, seja para visitantes reais ou imaginários.

¹⁴ Tradução brasileira da obra *Notre-Dame de Paris*.

Encaminhamo-nos para deslindar as ranhuras das pedras, entendendo que esses traçados têm muitas informações valiosas aos nossos propósitos. Desse modo, as pedras que coparticipam com os habitantes na construção da história de uma cidade são eivadas de mistérios e de vestígios que incitam à produção de sentido, conforme bem assinalaram Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 37):

A cidade é bem o *topos*, o lugar onde se condensam procedimentos técnicos de dominação da natureza, as formas privilegiadas de expressão de si no agir comunicativo, tornadas possíveis pela multiplicidade de operadores simbólicos e, o estímulo a autorreflexão emancipatória pela possibilidade de interações linguísticas frequentes e diversificadas e afiliação a grupos múltiplos¹⁵.

Da maneira que as cidades deixam pegadas sobre a história de sua existência, podemos compará-las a um texto, o qual, uma vez escrito, é constantemente reescrito com acréscimos, modificações e eliminação de páginas, motivo pelo qual a história de uma cidade se compõe de diferentes camadas cada qual podendo ser pensada como simulacros, ou seja, segmentos se considerarmos que cada modificação produz uma paisagem própria, especialmente no tocante aos diferentes contrastes produzidos em razão, seja da intervenção humana, seja pela incidência de intempéries naturais, bem como os indícios de recônditos que são mantidos à distância, sob densos véus e longe do conhecimento de seus habitantes. De certo modo, podemos considerar a cidade como uma complexa engrenagem construída como espaço de vivência de coletividades, sendo um solo frutífero que permeia a circulação de fluxos universais, recursos e serviços. O uso do termo “simulacro”, com relação ao traçado da história de uma cidade, nos sugere considerarmos os diferentes fragmentos que subsistem em restos e rastros como partes significativas que contam a maneira como são transformadas as paisagens de um espaço urbano.

Não obstante, adotamos, em nossa *démarche*, a concepção de simulacro como uma representação imagética que modifica, por efeitos de distorção ou disfarce, determinados aspectos para, enfim, apresentar um cenário artificial construído na pretensão de ser um componente real, quando na verdade as transformações que se sucedem em um meio urbano somente podem ser consideradas como representações com

¹⁵ Tradução livre de: *Or la ville est bien ce topos, ce lieu où se condensent les procédures techniques de domination de la nature, les forme privilégiées d'expression de soi dans l'agir communicationnel, rendues possibles par la multiplicité des opérateurs symboliques, et cette stimulation à l'autoréflexion émancipatoire par la possibilité d'interactions linguistiques fréquentes et diversifiées et d'affiliations à des groupes multiples.*

as quais as pessoas interagem subjetivamente, compondo assim uma dinâmica praticamente imaginária. Devemos assinalar que existe também uma trama constituída pelas interações sociais que acontecem nas cidades, as quais têm lugar sobre espaços edificados e transformados, como também nos seus escombros, resíduos e restos.

Todavia, à medida que consideramos a cidade um denso conglomerado que comporta, além de seus componentes estáticos, um grande afluxo, entendemos que, em função dessas circunstâncias, são esquadrihados espaços, os quais se inscrevem em uma dimensão histórica. Isso se dá especialmente pelo fato de a cidade se voltar para a organização de setores burocráticos encarregados do registro estatístico da oscilação demográfica, bem como dos fluxos relativos ao deslocamento de pessoas. Ainda assim, a cidade é também um potente vetor de vigilância e controle na delimitação de seus espaços esquadrihados, bem como na permissão de circulação.

Essa vigilância discreta opera um enquadramento e separa o normal do patológico, o louco do são, os espaços abertos (com circulação permitida) e os espaços restritos (com circulação restrita). Essas linhas de separação apoiam-se em práticas policiais, práticas burocráticas e no arranjo do espaço. O paradoxo da liberdade é que ela pode livremente conduzir ao seu contrário, e que a cidade, por estratégias sutis ou grosseiras, torna-se o teatro do terror, ou a rede de repressão discreta, principalmente se levarmos em conta os seus vigilantes mecanismos de controle.

Atemo-nos à concepção de liberdade, lema da Revolução Francesa, referida à vida urbana. Em princípio, sua caracterização entende a liberdade na vida da cidade como um processo de múltiplas particularidades, visto que o meio urbano produz um leque de ações próprias em seus habitantes em decorrência de suas interações. Desse modo, a atitude de reserva, a manutenção de certa distância (em meio a uma proximidade máxima), a postura de antipatia decorrente da assunção de um ar de indiferença e o caráter artificial, quase teatral, das ações, de certo modo, bloqueiam a expressão de ações inovadoras e inventivas, haja vista que a cidade impõe, imperiosamente, um *modus operandi* a ser seguido.

Acrescente-se então que as diferentes expressões de cautela que um habitante do meio urbano exhibe funcionam como uma blindagem que assemelha os habitantes a quase protótipos de autômatos¹⁶. Obviamente não podemos generalizar tal comportamento a todos os habitantes de uma cidade, visto que diferentes urbes têm configurações distintas,

¹⁶ Segundo Abbagnano (2007, p. 97): “coisa inanimada que se move por si ou, mais especificamente, um aparelho mecânico que realiza algumas das operações consideradas próprias do animal ou do homem”.

características distintas, bairros distintos, dentre outras heterogeneidades¹⁷, alterando sobremaneira o *modus vivendi* dos habitantes de um mesmo bairro, por exemplo. Todavia, essa atitude de cautela referente à peculiaridade dos centros urbanos funciona como um recurso necessário ao habitante dos meios urbanos, que, na medida do possível, procura resistir psiquicamente às inúmeras agressões decorrentes do viver urbano (trânsito, grandiosidade dos monumentos, fluxo excessivo de pessoas).

Cabe, a esse respeito, fazer uma advertência: nessa corrida de proteção, determinadas pessoas, em constante interação com o meio urbano, não se privam de lançar mão de expressões agressivas, como, por exemplo, a atitude intempestiva de um motorista (tanto o ocasional, quanto o profissional), em decorrência da fadiga psíquica pelas grandes jornadas de trabalho. Contudo, essa regra não se aplica a todos os motoristas, visto que existe a manifestação de singularidades de cada um em suas ações e em suas interações com o meio urbano.

Se partimos do pressuposto de que a cidade representa o espaço de manifestação e ampliação da liberdade, devemos também entender que a sua estrutura funciona, em alguns de seus dispositivos, como verdadeiros meios de opressão. Cabe acrescentar que, parcialmente, o cerceamento da liberdade nas urbes se acentuou em decorrência da divisão de trabalho, consequência direta da Revolução Industrial (PARK, 1987).

Sem sombra de dúvida, a liberdade concedida ao ser humano cidadão é o cruzamento de duas confluências marcantes. Por um lado, a independência individual, herança da Revolução Francesa, e, por outro, a formação de uma originalidade pessoal, derivada da oposição singular ao espírito objetivo considerado como cultura de massa cristalizada.

Antes de continuarmos nosso mergulho no entendimento do que seja uma cidade, faz-se necessário trazer a lume uma de suas marcantes particularidades. Por um lado, as cidades, ao se constituírem, transformam-se em grande potencial de atração por “prometer” ao ser humano um modo de vida em termos de conforto, bem-estar, segurança e proteção contra as intempéries da natureza. Por outro, em razão das pressões que os espaços edificados e os fluxos de deslocamento impõem aos seus habitantes, existe também a possibilidade de as cidades serem um espaço de repulsa, principalmente em função de ocorrências típicas do meio urbano, como a violência e o transtorno decorrentes

¹⁷ Segundo Tuan (2005, p. 251): “a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito”.

dos reparos necessários para sua manutenção, bem como da execução de intervenções para reformas na rubrica de revitalização.

Um olhar em retrospectiva para as ações decorrentes dos anseios e ambições humanas nos encaminha a uma de suas produções milenares e que, até o atual momento, continua envolvida em mistérios e penumbras. Não resta dúvida que estamos situando o advento das cidades, em vários pontos do planeta Terra, considerando uma espécie de multiplicação em termos da produção de um artefato criado pela imaginação. Essa façanha humana, na *via crucis* traçada pelas necessidades, deveu-se, sobretudo, ao ofício ao qual o ser humano se atribuiu com o propósito de domesticar a natureza, desvendando seus mistérios. Essa caminhada, até certo ponto, concorreu para a produção de feitos positivos e negativos, à medida que alcançou um reconhecido progresso, como também incorreu na produção de danos irreversíveis.

Nada mais é propalado nos dias atuais do que a ameaça que paira sobre o planeta em que vivemos com previsões pessimistas de que o seu fim não está tão longínquo como imaginamos. Obviamente, não nos posicionamos contra o progresso decorrente das grandes invenções humanas. No entanto, lançamos um grito de alerta para que os avanços científicos sejam mediados também por princípios éticos, haja vista os efeitos danosos que incidem e incidirão sobre a nossa única morada. Cabe salientar que, ainda segundo previsões dos cientistas, chegaríamos ao momento de um grande impasse, uma vez que as ações humanas, sem um cálculo preciso quanto aos seus efeitos, concorrerão fatalmente para o extermínio do único abrigo de que o ser humano dispõe.

Não desconhecemos que um dos efeitos devastadores do planeta consiste exatamente na criação das cidades que, atualmente, ocupam uma parcela significativa de sua superfície, a qual se transformou radicalmente, pelo extermínio de formas vivas, muitas das quais atualmente extintas e outras em grave risco de extinção. Certamente, o aparecimento do ser humano deve ser pensado como o maior impulso de transformação do planeta, sobretudo, a partir de uma de suas criações artificiais: as cidades. No entanto, resta-nos indagar o motivo pelo qual o ser humano, após sua aparição, não continuou em harmonia com seu entorno conforme aconteceu com outras formas de vida, tendo se encarregado da tarefa de produzir instrumentos os quais, uma vez colocados em prática, foram e são responsáveis pelas mais pronunciadas degradações de alcances e efeitos, praticamente incalculáveis na esfera do pensamento.

Estamos, assim, apontando com as cidades uma particularidade da ação humana no âmbito das coisas produzidas na natureza. Resta-nos então, enveredar no sentido de

encontrar explicações acerca do processo que mobilizou o ser humano, não só na quixotesca tarefa de dominar a natureza, como também de produzir artefatos e utensílios, alimentando-se da crença de que um dia alcançaria um estado de harmonia. Dentre suas produções, uma que provavelmente faz parte da história da condição humana consiste na proposição de fórmulas, visando soluções para os impasses relativos à manutenção da sobrevivência. Provavelmente, as cidades entram no bojo dessas invenções, ou seja, em algum momento de sua história, o ser humano viu-se diante da exigência relativa à construção de espaços habitados, completamente diferenciados do *modus vivendi* em grutas e cavernas.

Contudo, o ser humano, como afirma Farias (1997, p. 26), “enfrenta e afronta a natureza, sendo obrigado a lutar com suas forças contra esse ‘monstro’ que, de maneira inexorável, se afigurava a sua frente, como uma fonte inesgotável de enigmas e de inquietações”. Provavelmente, na perspectiva de produzir soluções para os impasses da vida, alimentou-se da crença da criação de um lugar ideal de bem-estar e tranquilidade e assim se encarregou da tarefa de produzir verdadeiros paraísos artificiais, mas que conservam, em seus recônditos, ilhas demoníacas e indomáveis. Estendendo as nossas considerações, podemos afirmar que as cidades, desde sua criação, são espaços nos quais reinam a ambiguidade, contradições e grandes paradoxos, visto que são soluções para determinadas circunstâncias, enquanto que ao mesmo tempo vertem-se em verdadeiros problemas para outras.

Ainda, podemos trazer para a discussão um determinante das cidades, ou seja, um aspecto de cunho subjetivo de grande mobilização. Estamos aludindo à situação de ameaça e encurralamento do ser humano em decorrência da experiência do medo. Provavelmente o medo tem uma contribuição importante no que concerne à necessidade do ser humano para criar, como amparo e proteção, as cidades, conforme nos adverte Body-Gendrot (2018, p. 53), ao afirmar que a civilização humana “tem seus alicerces no medo, que instiga o desenvolvimento de tudo de que os seres humanos se cercam: casas, cidades, armas, leis, instituições sociais, arte e religião”. Podemos, a partir dessa proposição, entender que o medo, com seu efeito imediato, e a insegurança, são dois tipos de sensação que estão ligados à história das cidades e, provavelmente, continuam sendo dois dos maiores vetores que são ainda experimentados nos grandes complexos urbanos.

Refletindo sobre essa advertência podemos afirmar que o medo é uma sensação que responde pelo enjaulamento do ser humano, sendo, por esse motivo, a depender de sua manipulação, um dos mais poderosos instrumentos de dominação e controle. Não

resta dúvida que a imposição do medo, em larga escala, representa o propósito do exercício do poder, geralmente justificado para a manutenção da ordem social.

Se o medo é uma mola propulsora que impulsiona o ser humano a invenções como fórmulas de solução para suas necessidades, podemos aplicar essa assertiva com relação à criação das cidades, visto que, não por acaso, Tuan¹⁸ (2005) incluiu um capítulo inteiro dedicado às cidades na sua obra *Paisagens do Medo*¹⁹. Segundo o referido autor:

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça a vida e mutila as pessoas.

Dessa maneira, seguindo a concepção de cidade como lugar marcado pelo temor, aventuramo-nos a apresentar os seguintes pontos para prosseguir em nossa caminhada argumentativa.

O ser humano movido por uma sensação de insegurança, seja diante das intempéries naturais, seja diante da ameaça que advém do convívio com o semelhante, lembrando o velho adágio de Hobbes (2008) “o homem é o lobo do homem”, ocupou-se de mais uma tarefa: além de produzir meios de sobrevivência teve que se voltar para o projeto de construção das cidades como recurso de segurança e proteção. Certamente, o ser humano engajou-se nessa empreitada na crença de que a aproximação dos meios habitacionais propiciaria, também, um acolhimento subjetivo, criando melhores condições de solidariedade, especialmente pela ação em conjunto com o propósito de enfrentamento das intempéries, bem como de quaisquer tipos de ameaças. Só que, nessa expectativa, o ser humano não se advertiu quanto aos efeitos da indiferença e do anonimato que se caracteriza, sobretudo, pela vida citadina. Essas circunstâncias que se evidenciaram com a transformação decorrente das grandes descobertas científicas e da incorporação de aparelhos diversos configuram, segundo Park (1987, p. 45):

A cidade e, especialmente, a cidade grande, onde mais do que em qualquer outro lugar, as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é em um sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo.

¹⁸ O geógrafo Yi-Fu Tuan é um dos “criadores” da geografia humanística que busca estruturar o setor de estudos relacionados com a percepção, atitudes e valores ambientais. Cunhou o termo topofilia, o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico.

¹⁹ Capítulo 12 - Medo na cidade. (TUAN, 2005, p. 231).

Cabe acrescentar que os fenômenos que geram o medo, embora façam parte da experiência humana, avolumaram-se, em nossa época, especialmente à luz das descobertas científicas, como por exemplo, a bomba atômica com sua potencialidade destrutiva. Essa invenção mortífera, mais uma vez, fez o ser humano curvar-se na busca de proteção e, acreditando em sua capacidade, construiu, além das cidades, estruturas potentes conhecidas como *bunkers*²⁰. Assim sendo, as grandes estruturas criadas para a proteção evidenciaram pontos frágeis, em função do avanço das descobertas científicas.

Ainda é digno de nota observar que, se o ser humano, em priscas eras, fugia da chuva, do relâmpago, do trovão, atualmente teme as ocorrências que podem advir da parafernália tecnológica, o que nos leva a supor que a dimensão do medo esteve sempre presente em sua vida, mudando apenas em versões no tocante às suas fontes. Desse modo, as cidades como meios de proteção mostram-se ser escudos com grande grau de porosidade às potencialidades destrutivas criadas pelo próprio ser humano.

Enfim, é pertinente salientar que as situações que geram medo e insegurança, mesmo considerando as intempéries naturais, são, em grande parte, decorrentes das ações humanas. Essas sensações são mais evidentes nas áreas urbanas em função da competitividade pela sobrevivência, assim como em função de programas políticos, da heterogeneidade das urbes e das questões que são socialmente compreendidas por determinados vieses quando interesses estão em jogo. Quer dizer, depreendemos, assim, que as cidades concentram vários significados: ilusão de proteção, até certo ponto, suporte material diferenciado em boas e más qualidades, apoio estratégico no tocante às questões que emanam das interações subjetivas com a complexa teia de relações das urbes.

Dessa forma, aprofundando a nossa viagem comparativa, consideramos a cidade uma espécie de palimpsesto, na qualidade de uma escrita que guarda vestígios de outras escritas. O recurso a essa analogia, para pensar as cidades, se refere ao fato de as reformas urbanas poderem ser consideradas práticas de apagamento e reescrita, pelos mais variados motivos, mas que também propiciam o aparecimento de novas formas que emergem de restos e escombros.

Desse modo, a cidade, em sua atual configuração, é uma obra cujo conteúdo sugere a existência de diferentes camadas temporais as quais remontam a cenários anteriores. Assim configurada, o entendimento que tecemos acerca da cidade nos leva a

²⁰ Abrigos subterrâneos construídos para proteção em situações de guerra.

considerá-la como obra exclusiva do pensamento humano, sendo também o local onde se aloja a grande maioria dos objetos fabricados com vistas ao atendimento das necessidades. Por esse motivo, no dinamismo da cidade confluem intencionalidades diversas: vontades políticas, intervenções técnicas e propostas estéticas.

Concebida por esse viés, a cidade é uma operação de negação da natureza, daí entendermos o sentido do adágio “paraíso artificial”. É na condição de paraíso artificial que a construção das urbes impõe uma memória que se mescla ao cenário da natureza. Quer dizer, a cultura produzida pela cidade, na melhor das hipóteses, representa uma imposição técnica utilizada pelo ser humano para dominar, reverter e escravizar a natureza, conforme propôs Heidegger (1997)²¹, pelo uso da técnica moderna, aspecto esse onipresente nas cidades, especialmente em razão do maquinário que responde pela sua dinâmica. Segundo o autor, a técnica moderna se coloca como um grande desafio à natureza no sentido de ter seu controle para exploração seguida de armazenamento, além de sua disponibilidade a todo momento.

Faz-se necessário, a essa altura da discussão acerca do tema cidade, problematizar a questão concernente à sua origem, apontando uma advertência com relação ao emprego que estamos fazendo do termo “técnica”. Em princípio, pelo fato de os aportes heideggerianos nos sugerirem que a técnica é autônoma. Mais que isso: a técnica também interfere na constituição dos arranjos subjetivos. Quer dizer, trata-se de um “cosmos” oriundo da parafernália tecnológica regido por dois princípios antagônicos. Por um lado, a técnica dispensa a teorização, uma vez que vislumbra o resultado da ação e não o saber acerca de sua mediação. Por outro, o anseio da eficiência da técnica deixa em segundo plano, quando o faz, as considerações éticas, uma vez que visa exclusivamente à realização da ação.

À luz desses esclarecimentos, nos transportamos, considerando essas singularidades do empreendimento da técnica, à dinâmica dos espaços urbanos e, para tanto, nos valem, como suporte a essa aproximação, das ideias de Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 83), que concebem a cidade:

[...] no seu papel de memória acumulada, lugar de história e de confluências em um ponto do destino humano. As operações imobiliárias que visam a lei do lucro pretendem realizar funções excluindo as dimensões cultural e histórica. Nessa perspectiva, a cidade

²¹ É importante salientar que não nos deteremos, para nossos propósitos atuais, nas particularidades do conceito de técnica conforme proposto por Heidegger. Apenas nos interessa a característica da técnica que consiste em considerar a natureza como reserva disponível (HEIDEGGER, 1997). Nesse sentido, a cidade não escapa de ser uma alteração irreversível imposta à natureza.

tornar-se-á uma máquina amnésica. Contudo, como a história é o lugar da liberdade, a cidade à medida que é o testemunho privilegiado da história, testemunha também, a liberdade dos seres humanos na construção do seu destino²².

Refletindo sobre a questão por esse ângulo, somos levados a admitir que o ser humano cidadão não pode se esquivar de ser um agente na construção da memória das urbes nas quais deixa suas pegadas. Essas pegadas correspondem a signos, traços que serão decifrados ou não pelas gerações futuras. No entanto, a memória da cidade uma vez constituída, não como um texto acabado e sim como um texto em construção, conclama curiosos e interessados à produção de sentidos. Não estamos longe dessa empreitada nessa nossa investigação.

É interessante observar, a esse respeito, que a cidade considerada um livro escrito e reescrito somente pode ser compreendida no âmbito da memória, conforme postulou Halbwachs (1925/1994), ao entender que cada segmento referido a uma temporalidade sugere também a existência de quadros sociais necessários para que os grupos sociais realizassem seus rituais comemorativos na reconstrução do passado.

Precisamos, para uma melhor compreensão das apropriações que fazemos da contribuição de Halbwachs para o estudo das cidades, situar a obra na qual o conceito de quadro social da memória é proposto: *Les cadres sociaux de la mémoire*, o fundamento acerca da lembrança é relativo à ideia de processo, ou seja, em seu modo de entender os caminhos pautados nas possibilidades **de que** lembramos (conteúdo) e **por que** lembramos (causas) não são frutíferos para abordagem da memória social, que deve ser focalizada a partir ideia de **como lembramos**. A tese inovadora que Halbwachs (1925/1994) apresenta pode ser enunciada nos seguintes termos: nunca lembramos fora dos contextos social, grupal e espacial. Lembramos sempre no interior de certos **quadros** de referência. Com isso, Halbwachs nos apresenta uma contribuição significativa ao afirmar que um mecanismo que ativa a produção de lembrança a partir do quadro social, entendido como uma forma estruturante de seu conteúdo, tem, pois, uma função lógica, visto que, no quadro, se originam e se fundam as produções mnêmicas. Por esse motivo, o quadro social deve ser considerado como um efeito, por ser da ordem de um *habitus*,

²² Tradução livre de: [...] *dans son rôle de mémoire accumulée est un lieu d'histoire et de rassemblement en un point du destin humain qui est nié. Les opérations de promotion immobilière, travaillées par la loi du profit, veulent réaliser des fonctions excluant toute dimension culturelle ou historique. Dans cette perspective, la ville deviendra une machine amnésique. Or, l'histoire est le lieu de la liberté; la ville parce qu'elle est témoignage privilégié de l'histoire porte témoignage de la liberté des hommes dans la construction de leur destin.*

compreendido como uma obra da razão prática, coletiva e individual, e causa, por ser o motor de vários atos intelectuais, corporais, pensamentos, emoções, sentimentos, disposições de todo tipo. Enfim, o quadro tem uma potência, sendo indutor de produções representativas ou ativas, na medida em que é a cristalização de múltiplas induções passadas. Por isso, o quadro é uma forma constituída-constituente, revelando vários graus de organização da visão de mundo de cada época.

Cabe salientar que recorrer a essa noção para fundamentar a construção de memória em nossa investigação deve-se à possibilidade de os quadros construírem um sistema geral do passado, intimamente dependente da linguagem, das palavras e das categorias pelas quais se efetua a evocação daquilo que não é mais, ou seja, valemo-nos de nossas lembranças para reconstruí-las, conforme aponta Halbwachs (1925/1994), “falamos de nossas lembranças antes de evocá-las. É a linguagem e todo sistema de convenções sociais que são solidários nesse processo e que nos permite a cada instante reconstruir nosso passado”²³. Assim, nos encaminharemos para a realização de nossa expedição, seguindo pistas com vistas à reconstrução do passado, no caso das duas cidades, dado o caráter de permanência, mesmo afeitos a transformações históricas.

Aliás, mesmo os quadros sociais sendo instâncias que atravessam o tempo, suas configurações se modificam devido às transformações de valores e costumes. Por esse motivo, salientamos que cada época da história da humanidade, que incide em uma cidade, é responsável pela escrita de um capítulo ou a produção de um segmento temporal, conforme assinalou Bresciani (2002, p. 29):

Nas anotações e escritos sobressaem ainda camadas de memória que reconhecem na cidade o lugar de garantia contra o arbítrio e o capricho dos poderosos. Seria o espaço de legitimidade, espaço jurídico novo, fonte de ruptura e emancipação das malhas de servidão e da escravidão; lugar da contestação radical, efetiva e irreversível, baseada em uma concepção de mundo expressa na declaração dos direitos do homem e do cidadão, em cartas constitucionais. Constituiria um solo seguro para os homens se sentirem inseridos em uma rede de práticas contratuais e relações formais, se opondo a antigas práticas e noções de comunidade.

Depreende-se, assim, um argumento que justifica a existência da cidade, visto que em função de seus diferentes aparatos legais e administrativos, tem a pretensão de ser um espaço de igualdade mediante a propagação de regras a serem devidamente obedecidas e

²³ Tradução livre de: Nous parlons nos souvenirs avant de les évoquer; c'est le langage, et c'est tout le système des conventions sociales qui en sont solidaires, qui nous permet à chaque instant de reconstruire notre passé (1994 [1925], p. 199).

seguidas por todos os seus habitantes. Por esse motivo, a cidade configura-se como um espaço de legitimidade e legitimação como possibilidade de emancipação mediante a conscientização. É desse modo que a cidade alude a uma história, em diferentes camadas, para aqueles que a constroem e se encarregam, também, da construção de sua história em um marcado processo de interação.

No que tange à história das cidades, salientamos que as pegadas do ser humano são transmitidas nos vestígios de seus projetos citadinos, desde remotas épocas, em relação às quais, por diferentes motivos, decidiu criar condições artificiais das quais resultaram espaços arquitetônicos dispostos em contiguidade. Porém, a esse respeito, é preciso indagar, mesmo que de antemão saibamos que não teremos tanto êxito na obtenção de uma resposta. Inquieta-nos refletir sobre a possível motivação que levou o ser humano a idealizar e concretizar o projeto de criação das cidades inseridas no contexto da experiência humana.

O projeto de construção de espaços edificados, uns contíguos aos outros, redundou no adensamento de pessoas, de forma transitória nas urbes antigas, como também, de maneira permanente, especialmente a partir da Revolução Industrial, e esse aspecto é um diferencial em termos comparativos, não apenas da disposição dos espaços urbanos, como também da vida que neles têm lugar. Quer dizer, as cidades da Antiguidade funcionavam para a finalidade de realização de festividades e, sobretudo, para a formação de guerreiros. Esse cenário foi se transformando gradativamente, dando outras afeições às cidades, que passaram a incorporar e exercer outras funções, como bem nos lembra Park (1987, p. 36):

A cidade antiga era, principalmente, uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempos de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente, uma conveniência do comércio e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão de trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos trabalhar com a suposição de que os aglomerados humanos conheceram momentos distintos, desde a época da vida em abrigos naturais (grutas e cavernas), até as sofisticadas *smart cities*²⁴. Evidencia-se, assim, uma

²⁴ “O termo ‘*smart cities*’ refere-se a qualquer utilização avançada de tecnologia nas cidades com o objetivo de otimizar o uso dos recursos, produzir novos recursos, modificar o comportamento dos usuários ou

passagem no processo de interação que, provavelmente, deve ser considerada em termos das marcantes influências do espaço habitado. Outrossim, a alusão à vida nas grutas e cavernas não nos autoriza a pensar em uma modalidade de vida como precursora da criação das cidades. Notadamente, as condições que levaram à criação das cidades devem ser buscadas em outros determinantes.

É quanto a esses determinantes que nos deparamos com conflitos insolúveis no contexto das propostas dos pensadores acerca de qual teria sido o principal motivo que levou o ser humano a criar as cidades. A esse respeito, podemos tecer considerações.

Inicialmente, é pertinente formular a hipótese de que viver segundo o funcionamento da natureza sem qualquer alteração pode ter consistido em uma modalidade de insatisfação para o ser humano o qual, movido pela sua inquietação, decidiu transformar o mundo à sua volta, produzindo um cenário artificial imposto à natureza. Após esse feito, várias consequências se produziram, nem todas de caráter eminentemente produtivo. Em certo sentido, a devastação do meio natural por intermédio dos instrumentos técnicos fabricados pelo ser humano representou o enfraquecimento de forças da natureza, por um lado, e por outro a expressão descontrolada de outras.

A criação de espaços dispostos de forma contígua, próprios dos meios urbanos, representou uma modalidade de convivência em função do aumento demográfico, considerando uma pequena área geográfica. Essa situação em que as pessoas passaram a disputar pequenos espaços, na mobilidade pelos espaços urbanos, teve consequências importantes no sentido da exposição à convivência com pessoas estranhas, como na espera em grandes filas. Nesse sentido, o que parecia ser uma solução, uma vez ao ser produzida, transformou-se em um grande problema. E, para ilustrar essa circunstância recorremos ao pensamento do zoólogo Konrad Lorenz, que na obra *A agressão*, apresenta diferentes apontamentos sobre as consequências para a vida da imposição à disputa de espaços, estendendo sua análise para as questões de adensamento geográfico. Em uma outra de suas obras, Lorenz (1974, p. 17) afirma de forma contundente: “que sentido podem ter para a humanidade a expansão demográfica ilimitada, o frenesi insensato da competição, a terrível corrida armamentista, o enfraquecimento progressivo do cidadão?”. Não estaria Lorenz nos chamando a atenção para as consequências da superpopulação com concentração máxima de pessoas nas cidades que, em função dos mecanismos de competição, produziriam prejuízos de cunho subjetivo? Uma visão

promover outros tipos de ganho em termos de flexibilidade, segurança e sustentabilidade” (MOROZOV, E.; BRIA, F., 2019).

utópica seria a de pensar que as cidades deveriam ser construídas com capacidade limitada de pessoas e equipamentos, para serem bem conservadas e assim não entrarem em ruínas devido ao excesso de uso, principalmente.

Não desconhecemos nem somos ingênuos a tal ponto de negarmos que esses fenômenos, além de tantos outros, somente se evidenciaram em razão da presença devastadora do ser humano, e mais, da execução de uma de suas maiores façanhas, a criação das cidades, que contribuiu significativamente para o extermínio de formas de vida, bem como serviu de *habitat* para novas, muitas das quais assumem proporções gigantescas, atualmente consideradas de difícil controle, como por exemplo, determinadas espécies de animais, principalmente ratos, baratas e pombos; formas vivas para as quais as cidades não dispõem de predadores naturais para equilíbrio.

Não apenas atentemos para esse aspecto que pode remontar à origem das cidades, haja vista que os progressos decorrentes da utilização da técnica, as descobertas das substâncias químicas, os avanços da medicina, bem como todo o arsenal de artefatos produzidos com a finalidade de atenuar o sofrimento humano tende, conforme já salientamos, a passos largos, a arruinar a humanidade. Com o passar dos séculos, em decorrência das criações humanas e da sofisticação técnica, a humanidade foi experimentando uma das mais temidas sensações: uma espécie de asfixia progressiva, principalmente pelo desenvolvimento de um *modus vivendi* que se caracteriza, de modo crescente, pela estranheza e falta de solidariedade entre os seres humanos.

O padrão de vida decorrente da contiguidade das habitações é marcado por uma espécie de proximidade que concorreu para a perda da hospitalidade, visto que vizinhos coexistem como estranhos, mas não desconhecidos. Mais uma vez recorremos a Lorenz (1974, p. 27):

Na verdade, o ajustamento humano nas cidades modernas é em grande parte responsável por não sermos mais capazes de distinguir o rosto do próximo nessa fantasmagoria de imagens humanas que mudam, se superpõem e se apagam continuamente. Diante dessa multidão e dessa promiscuidade, nosso amor pelos outros se desgasta a tal ponto que o perdemos de vista.

A feição que nos molda a vida nos centros urbanos desde seus tempos originários concorre para a demonstração de que é impossível amar a todos aqueles com quem cruzamos em nosso dia a dia. Por esse motivo, somos impelidos a fazer escolhas, uma vez que a proximidade nos leva a experimentar estranhas sensações, como já nos alertou

Freud (2019, p. 44), diante dos escombros que passaram a compor a paisagem do continente europeu:

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si, e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretasse uma crítica deles e uma exortação a modificá-los. Não sabemos por que uma suscetibilidade tão grande envolveria justamente esses detalhes de diferenciação; mas é inegável que nesse comportamento dos indivíduos se manifesta uma prontidão para o ódio, uma agressividade cuja procedência é desconhecida, e à qual se pode atribuir um caráter elementar.

Contudo, entendemos, pela expressão “fazer escolhas”, uma postura subjetiva que consiste em manter distância emocional na corrida de encontrar pessoas que sejam dignas de nossa consideração, o que dificilmente acontece na vida das cidades, em função das correntes de grande concentração de seres humanos, como deslocamentos para estudo, trabalho, lazer, entre outros. Quer dizer, a vida em extrema proximidade dos aglomerados urbanos pode ter sido uma fonte determinante da seguinte advertência: o envolvimento emocional deve ser comedido. Eis um dos aspectos que mancha o projeto idealizado como humanidade, pois o temor de fazer parte de uma massa indistinta tem como contrapartida manifestações de indiferença, conforme podemos depreender do legado freudiano, em sua obra canônica publicada na terceira década do século XX: *O mal-estar na cultura* (FREUD, 2011). Sendo assim, a necessidade de criação das cidades trouxe um problema insolúvel: as pessoas foram obrigadas a conviver, quase que na intimidade umas das outras, sendo testemunhas vivas dos hábitos e costumes rotineiros de cada uma que apresenta nuances toleráveis e intoleráveis. Quer dizer, a vida na cidade põe à prova determinadas fragilidades que dificilmente não evidenciaríamos na vida no meio rural, de modo a impor também confrontos que exigem mecanismos de adaptação específicos como disponibilidade de orientação espacial em meio a adversidade de monumentos e espaços edificadas.

Ainda a esse respeito, podemos recorrer a Levinas (2019), acerca da reação que temos diante do rosto de nosso semelhante, especialmente uma reação de estranheza e desconforto. Assume-se a essa prerrogativa a possibilidade de conscientização acerca das diferentes fontes de ameaças e, sendo assim, a criação da cidade concorreu para uma proximidade que praticamente torna inevitável o confronto com o semelhante e com as diferentes modulações expressas em seu rosto.

É possível também elencar no estudo das origens das cidades o início da domesticação dos animais, a pecuária e o plantio de frutas e vegetais comestíveis, por meio de mudas ou sementes. A esse respeito, é importante assinalar que, em conformidade com o pensamento de Mumford (1998), os primeiros sinais do cultivo de raízes tuberosas descobertas por arqueólogos na região da Índia remontam ao período mesolítico²⁵, o que significa que, há aproximadamente quinze mil anos, os primeiros cultivos começaram a ser realizados. Ainda, esse teria sido o fator principal que levaria à organização do ser humano em aldeias, caracterizadas por uma associação permanente de familiares e vizinhos que se ocupavam do plantio e criação de animais, fatores cruciais no desenvolvimento de uma ocupação prolongada da terra e a criação de laços sociais comunitários que serviriam de base para a criação das urbes.

Seguindo pelo mesmo viés dessa temática, porém em contraposição a essa linha de raciocínio, estudos arqueológicos, segundo Diamond (2013), apresentaram outra perspectiva ao demonstrar que sistemas complexos de irrigação não teriam acompanhado o surgimento de burocracias centralizadas. O argumento que serve de suporte a essa assertiva pode ser formulado nos seguintes termos: os sistemas complexos de irrigação surgiram após o advento de uma centralização política e burocrática, a qual teria possibilitado a construção e o desenvolvimento das técnicas de irrigação para cultivo. Considerando essa linha de raciocínio, Diamond (2013, p. 121) sustenta a tese de que os primeiros vilarejos surgiram por volta de onze mil anos antes da Era Cristã, conforme a explicitação seguinte:

[...] a domesticação de animais e o cultivo de plantas significaram muito mais do que comida e populações mais numerosas. Os excedentes de alimentos resultantes e (em algumas áreas) o transporte por animais desses excedentes eram um pré-requisito para o desenvolvimento das sociedades sedentárias, politicamente centralizadas, socialmente estratificadas, economicamente complexas e tecnologicamente inovadoras.

É possível inferir, dessa forma, que a condição *sine qua non* para o surgimento e desenvolvimento das cidades deve levar em consideração outros fatores além da capacidade de criar animais e cultivar hortaliças. Quer dizer, sem o desenvolvimento de técnicas que culminariam em uma maior produtividade e, por conseguinte, em uma

²⁵ Período, aproximadamente, de 13.000 a.C. até 9.000 a.C., caracterizado como fase de transição entre os períodos Paleolítico e o Neolítico.

capacidade de produzir mais que o necessário para o consumo, não existiria o excedente, provável germe dos aglomerados urbanos.

À vista disso, justamente a partir do desenvolvimento de aldeias centradas na agricultura e na criação de animais e, principalmente com o aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e de pecuária, emergem os excedentes de produção. Com o desenvolvimento de novas técnicas, os agricultores conseguiram pela primeira vez produzir uma maior quantidade de víveres do que era necessário para suprir o produtor e seus familiares. Os excedentes passam a ser trocados por outros gêneros alimentícios em feiras esporádicas que, aos poucos, vão se tornando permanentes e vão dando lugar aos centros da economia urbana.

A partir daí, a história nos fornece muitos indícios de uma fórmula que, com tão poucas exceções, torna-se quase uma “lei universal urbana”: o excedente gera a troca, que por sua vez dá início aos centros urbanos, os quais desenvolvem-se pela utilização e criação de novas tecnologias que culminam na melhoria de questões relativas à saúde, educação, melhor qualidade de vida, melhoria de expectativa de vida e queda nos índices de mortalidade, aumento da densidade populacional, expansão territorial do espaço urbano, intensa verticalização, aumento do preço do solo citadino, gentrificação, aumento de ocupações irregulares em espaços insalubres próximos aos centros urbanos, como áreas de deslizamentos e inundações... Não é necessário continuar enumerando essa extensa lista, pois os contornos do retrato falado da cidade idealizada como modelo funcional harmônico já estão devidamente esboçados de tal maneira que praticamente poucas cidades conseguiriam passar incólumes a essas intempéries e outras circunstâncias que nelas incidem.

Um outro ponto a ser destacado por sua participação na germinação dos espaços urbanos refere-se aos lugares utilizados para a sacralização de mitos mediante a edificação de santuários, templos e cemitérios utilizados para cerimônias e comemorações. Da mesma forma, os espaços dedicados ao saber, como por exemplo, a Acrópole e o liceu de Aristóteles, bem como as ágoras e universidades, tiveram importância no surgimento e no desenvolvimento das urbes.

Pelo fato de o objeto recortado para o estudo concernir às cidades, apresentamos a compreensão sobre esses espaços em termos de suas estruturas e de seu dinamismo, considerando-os na rubrica de organismos vivos, diferenciados, sobretudo pela marca de uma história que aponta para as singularidades de sua atualidade, bem como faz a remissão ao seu passado histórico. Nesse escopo, nossa expedição às duas urbes (Paris e

Rio de Janeiro) nos leva a considerar tanto os espaços edificados e transformados das reformas, como as pegadas que insistem em se fazer presentes no esfumaçado da poeira e dos escombros.

Cabe salientar que, seguindo essa linha de raciocínio, é pertinente lançar mão de uma particularidade concernente ao processo de produção da história de uma cidade, especialmente pela atuação de seus atores sociais. Assim, recorreremos a Ribeiro (2002, p. 89), que nos aponta:

A historicidade de uma cidade depende do fato de as várias classes e frações, construídas em atores sociais, compartilharem de um mesmo modelo cultural. Ao mesmo tempo, é através do modelo cultural que se reconhece, de um lado, os atores em sua pluralidade, diversidade e conflito e, de outro, os interesses comuns, ainda que as classes economicamente dominantes imponham os seus interesses e a sua visão de mundo.

Entendemos, assim, que a construção histórica de uma cidade não deve apresentar o pendor apenas para privilegiar os feitos de um segmento social, visto que as tensões geradas entre as microrregiões de uma cidade (umas clamando por proteção, enquanto outras são concebidas como foco de violência), são na verdade uma vertente ativa na escrita de suas camadas temporais.

Para substancializar as pretensões então preconizadas, faz-se necessário estabelecer as seguintes premissas, as quais consideramos como eixos norteadores que evidenciam a complexidade da questão em pauta:

I. Em princípio, partimos da ideia de um pressuposto à noção de origem, ou pelo menos, a um cenário anterior existente no tocante ao espaço onde se edifica uma paisagem urbana, com seus blocos de concreto, seus espaços de circulação, áreas destinadas ao trabalho e áreas de lazer. Sem muito esforço de pensamento, é fácil inferir e compreender que no *topos* em que se edifica uma cidade desaparecem muitos aspectos da natureza como rios, córregos, lagoas, montanhas, árvores, manguezais, pântanos, animais.

Desse modo, se considerarmos as cidades uma espécie de formação de aglomerado, somos levados a conceber a existência de um estado de pura dispersão, com dotação de movimento²⁶, no qual a urbe é edificada enquanto transformação irremediável da natureza; esse mesmo raciocínio pode ser estendido a determinadas produções

²⁶Alusão ao estado de natureza anterior à criação da cidade, processo que modifica substancialmente, na condição de uma corrupção, seguindo o viés platônico, da natureza existente.

humanas que fazem parte de cenários não urbanos²⁷. A utilização desse recurso se justifica para que possamos supor o aparecimento dos espaços construídos e o desaparecimento de aspectos naturais. O desaparecimento desses aspectos, geralmente pela sua destruição, deve ser entendido como uma consequência da formação dos aglomerados e da transformação irreversível de um aspecto da natureza.

II. Em seguida, identificamos dois tipos de aglomerados: os que se formam espontaneamente, por critérios totalmente fortuitos, ou pela ausência dos mesmos, como as coisas da natureza, e os aglomerados artificiais que decorrem da ação do pensamento e da vontade humanos, como por exemplo, as cidades. Sendo assim, entendemos que a pura dispersão se desdobra em formações próprias da natureza, como montanhas, rios, vulcões, captáveis pela dimensão sensorial humana, e formações artificiais, como urbes, hidrelétricas, pontes, estradas.

É sobre essa segunda categoria de formação de estratos compostos que nos deteremos em nossa reflexão, uma vez considerando a delimitação de nosso estudo no tocante à dinâmica e vida das cidades.

III. Enfim, alocaremos as cidades na rubrica de aglomerados dinâmicos que apresentam um transcurso: são criadas, desenvolvem-se, entram em ruínas, são conservadas e permanecem ou desaparecem, seja em função de catástrofes naturais, conforme aconteceu em Pompéia e Herculano²⁸, seja em decorrência do desinteresse humano ou mesmo de conflitos sangrentos.

Analisando a questão por essa perspectiva, alinhamo-nos à perspectiva de entendimento da cidade como uma variedade de versões temporais superpostas, ou seja, um texto em permanente construção, mas que paradoxalmente conserva, por algum motivo, os vestígios de sua pedra fundamental, haja vista serem as cidades existentes acúmulos de sucessivas versões produzidas por reformas e demais tipos de ocorrências, as quais, à medida que evidenciam um cenário, geralmente ocultam outro.

A relação de expressão de um cenário e do apagamento de outros nos faz pensar que as cidades trazem embutidas, em seus recônditos, memórias materiais de diferentes épocas, razão pela qual qualquer tentativa de compreensão de uma cidade esbarra necessariamente na habilidade de decifrar as diferentes camadas de historicidade,

²⁷ Para citar alguns exemplos de produções humanas não urbanas: Stonehenge, no Reino Unido; as Pirâmides de Gizé, no Egito; as Cabeças da Ilha de Páscoa, no Chile.

²⁸ É interessante observar que, no âmbito da memória, o soterramento dessas cidades, pela erupção do vulcão Vesúvio, entendido como uma espécie de apagamento, consistiu no seu maior potencial de conservação, visto que foram conservados intactos seus restos e vestígios.

geralmente pouco acessíveis às lentes de um olhar distraído e descompromissado. Sendo assim, somente é possível lançar um olhar sobre as cidades a partir de certa familiaridade e, sobretudo, interesse.

As cidades são uma criação humana que intrigam e se apresentam como verdadeiros enigmas à própria humanidade; inspiram curiosidade e luminescência, medo e conforto, violência e felicidade. Signos de aprisionamento, paradoxalmente, pelo intenso dinamismo de pessoas e de equipamentos de locomoção, além da proximidade dos nichos habitacionais, os espaços urbanos são o resultado da necessidade do ser humano em transformar, de forma radical, a natureza a sua volta, criando um cenário artificial.

É importante conceber que os espaços urbanos são configurações que se assentam, de forma completamente arbitrária, na natureza por obra do pensamento. Aliás, conforme assinala Brown (2019, p. 64):

[...] o espaço não é apenas uma arquitetura para o poder, mas a cena da imaginação e dos imaginários políticos. Ordenamentos humanos do espaço e os significados atribuídos a esses ordenamentos moldam nossas conceituações de quem e do que somos, especialmente na vida com os outros. Esses ordenamentos podem pôr em primeiro plano, localidades hemisféricas ou características topográficas: uma nação perde seu mar em acordos de pós-guerra, uma represa transforma um rio em um lago, um bairro é cindido pela construção de uma rodovia ou de um muro.

Eis as mais perfeitas alegorias das quais podemos nos valer para transportá-las no sentido do entendimento das reformas urbanas que resultam em transformações do espaço, originalmente acessível a todos²⁹, para uma categoria de espaço privado e também espaço público, cuja utilização é sujeita a determinadas restrições. Nesse sentido, podemos afirmar que a criação das cidades, bem como o contínuo processo de transformação, corresponde a uma racionalização decorrente da intervenção na natureza.

Complexas, díspares e enigmáticas, as cidades já foram e ainda são matéria de interesse de estudo nas mais diversas áreas do saber. Grandes pensadores se debruçaram sobre a cidade como fenômeno na tentativa de compreendê-lo, a exemplo de Aristóteles (2011), em sua obra *Política*, ao admitir que aquele que for incapaz de se associar ou que não sinta a necessidade, nem que seja por sua autossuficiência, não faz parte de qualquer

²⁹ É bastante comum nas urbes existirem espaços de convivência os quais, em função de interesses econômicos ou de outras naturezas, são transformados em espaços de circulação regulada ou verdadeiras fortalezas com controle eficaz quanto ao ingresso de pessoas.

cidade, e por isso, caracteriza aqueles que não coabitam as cidades como bichos ou deuses. Quer dizer, para o filósofo, as cidades tornam-se uma peculiaridade à condição de humano, um animal político, e por isso, social por sua natureza.

A advertência aristotélica nos encaminha para o entendimento acerca do surgimento da cidade no âmbito da experiência humana. Em certo sentido, podemos elucubrar qual teria sido a razão pela qual o ser humano viu-se premido pela necessidade de criação dos monumentos artificiais que são as cidades. A esse respeito, faz-se prudente referenciar-nos na indagação de Ansay & Schoonbrodt (1989, p. 17):

O que nos leva a crer que a cidade é necessidade; necessidade do ser humano enquanto ser individual autônomo e ser social? Qual o sentido da cidade além das respostas que ela pode aportar a questões demográficas (como alojar de uma maneira mais eficaz uma população crescente), ou econômicas (como assegurar de uma maneira crescente a indústria e seus desdobramentos)?³⁰

Situar as cidades entre duas perspectivas (demográfica e econômica) consiste em considerá-las enquanto organismos complexos na sua dinâmica, bem como no tocante a sua origem.

Em primeiro lugar, as cidades se constituíram em um domínio territorial diferenciado em função das instituições criadas: setores para a administração, para a realização de rituais e espaços de diversão. Não obstante, conforme assinala Wirth (1987, p. 93), “a cidade, em termos estatísticos, é sempre um conceito administrativo no qual os limites legais desempenham um papel decisivo no delineamento da área urbana”. Essa indicação nos leva a compreender que, no tocante ao dispositivo administrativo, geralmente localizado nos centros das cidades, há subjacente a essa conformação uma dimensão do poder. Com isso são criados órgãos que funcionam em termos de demarcação de limites, para os habitantes das urbes e também do meio rural.

Além disso, devemos considerar que o meio urbano propicia, em larga escala, um espaço o qual o ser humano pode utilizar para deixar indícios de sua existência mediante suas intervenções que se transformam em pegadas, no tocante à proposta de autonomia pela expressão de liberdade. Ainda, seguindo as indicações de Ansay & Schoonbrodt (1989, p. 102), vale destacar que “a cidade é sempre um excesso de si mesmo,

³⁰ Tradução livre de: Qu'est-ce qui peut faire croire que la ville est nécessaire, besoin de l'homme en tant qu'être individuel, autonome, et en tant qu'être social? Quel est le sens de la ville, au-delà des réponses qu'elle peut apporter aux questions démographiques (comment loger d'une manière plus efficace une population croissante) ou économiques (comment assurer d'une autre manière la croissance de l'industrie de masse et ses débouchés)?

extravasamento para fora de si, imprevisibilidade, ou seja, mistérios a serem desvelados. Pode-se afirmar, sem forçar, que a relação à estranheza é constitutiva da cidade”³¹. Configurada nesses termos, a cidade, tanto pela sua forma física, quanto pela trama de forças sociais, deve ser compreendida na rubrica de uma encenação da história da humanidade. Em outros termos, se a cidade é o conjunto composto por produções arquitetônicas e dinâmicas subjetivas, então, no entendimento de organismo vivo, consiste em uma heterogeneidade complexa de monumentos, edificações, máquinas, mecânicas, fluxos energéticos, tanto do momento presente, quanto do passado.

Em segundo lugar, outra perspectiva pela qual podemos pensar a fundação de uma cidade consiste não na determinação de uma instância de um poder (político, religioso ou econômico), e sim na presença de intrusos, andarilhos, comerciantes, imigrantes, refugiados, os quais, ao exercerem funções no comércio, prestações de serviços ou, simplesmente, deambularem à deriva, concorrem, senão para a criação, mas para a transformação significativa do cenário urbano, aspecto esse que, embora remonte à Antiguidade, e mesmo à Idade Média, ainda se faz presente em nosso cotidiano.

É conveniente observar que mesmo as pessoas que habitam o meio rural estão vinculadas aos complexos urbanos, especialmente em função de determinados órgãos: administrativos, segurança, assistência à saúde, entre outros.

Em busca de suprir a necessidade de convivência na condição de animal político, o ser humano aglutinou-se em urbes, criando uma espécie de bioma artificial próprio, dedicado a prover boas condições de vida e proteção diante dos perigos da natureza. Sem dúvida, houve, nessa empreitada, um grande erro de cálculo, haja vista que, se por um lado, o ser humano conseguiu produzir condições para se proteger das intempéries ambientais, por outro, pouco ou quase nada conseguiu fazer para evitar as ameaças decorrentes da violência própria do viver citadino.

No âmbito da criação das cidades, a humanidade, ao longo dos tempos, observou a natureza, mimetizou suas estruturas, suas funções e até mesmo seu funcionamento, no intuito de criar condições semelhantes de maneira artificial para benefício próprio. Nessa tarefa, muitas vezes agrediu e violentou sua própria musa inspiradora, uma vez que, conforme assinala Ceccarelli (2006, p. 111):

[...] a degradação que a atividade humana vem produzindo na natureza é irreversível, e que, se nada for feito, as consequências nos próximos cinquenta anos são imprevisíveis. A atividade humana solicitou tanto

³¹ Tradução livre de: La ville est toujours excès d'elle-même, sortie hors de soi, imprévisibilité, voire étrangeté à connaître. On peut affirmer sans forcer que le rapport à l'étranger est constitutif de la ville.

da natureza que não há mais garantia de que os ecossistemas do planeta sustentem as futuras gerações.

Em face dessa constatação, considerando a invenção das cidades, o ser humano, desde o momento em que os espaços urbanos foram edificados, vive diante de um grande paradoxo. Por um lado, o ser humano não foi capaz de produzir “freios” que amortecessem as devastadoras ondas de violência, não só pelo extermínio de inúmeras espécies, como também pela destruição gradativa do planeta, em especial de suas condições de vida. Por outro, se olharmos à nossa volta e imaginarmos o quão transformada encontra-se a superfície do planeta, com a criação das cidades em praticamente todos os seus recantos, constatamos que o progresso esperado com as cidades se constitui também como uma modalidade de violência, à medida em que são produzidas formas de dejetos com potencialidades devastadoras.

Cabe acrescentar que as cidades são marcos de referência que servem de orientação para os seres humanos, na forma de espaços edificados visíveis até os mais profundos recônditos, podendo ser desvelados ou não. Essa dualidade espacial produz configurações distintas, evidenciando as estruturas arquitetônicas, bem como tudo aquilo que deixou de existir para dar lugar aos novos cenários.

No que diz respeito às suas origens, as cidades remontam a uma necessidade humana no intuito de produzir aglomerados para fins específicos, como por exemplo, a realização de rituais religiosos e práticas de intercâmbio comercial. A princípio, eram pouco utilizadas como espaço residencial, ou seja, as pessoas costumavam ir às cidades para fazer negócios ou participar de comemorações e, em seguida, retornavam às suas moradias, geralmente em espaços longínquos dos centros urbanos (KOTKIN, 2012).

Utilizando-se da analogia à dinâmica de vida dos seres vivos, tencionamos pensar a cidade como um organismo vivo a partir do momento em que surge, cresce, desenvolve-se, evolui, podendo se conservar ou entrar em ruínas e deixar de figurar no conjunto de outras criações humanas.

Como tudo o que tem um começo, as cidades não escapam do destino que lhes é reservado: evoluem em termos de cenários complexos, degradam-se, remodelam-se, visando sua conservação ou seu desaparecimento, deixando apenas rastros e vestígios, os quais são potencialidades para a manutenção desses aglomerados no imaginário social, além de perpetuar vestígios a serem lembrados, bem como memórias omitidas e esquecidas.

Antes de avançar em nossa problematização, faz-se necessário abrir um parêntese para apresentar o escopo teórico que nos guia no entendimento acerca do conceito de rastro, guardada sua devida semelhança e especificidade no tocante à noção de vestígio. Se entendermos o vestígio como uma alusão ao passado, não podemos sustentar esse mesmo raciocínio quando trabalhamos com a concepção de rastro, visto que, de acordo com Ricœur (2007, p. 434):

[...] todos os rastros estão no presente, nenhum deles exprime ausência, muito menos anterioridade. Então, é preciso dotar o rastro de uma dimensão semiótica, com um valor de signo, e considerar o rastro como um efeito-signo, signo da ação do sinete sobre a impressão. [...] Para pensar o rastro é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença.

Entendemos, assim, que a ideia de rastro somente pode ser formulada a partir da noção de inscrição, não só como um indício de presentificação, como também signo de ausência e de anterioridade.

Orientando-nos pelas ideias apresentadas, nos confrontaremos com rastros, indícios e vestígios nas duas metrópoles. No entanto, para cada uma dessas categorias adotaremos uma posição epistemológica e um olhar que lhe seja apropriado, dada as próprias singularidades de cada uma dessas categorias de memória. À luz desses marcadores (signos de memória), entabulamos um diálogo com a cidade em uma acepção muito particular no contexto de um organismo vivo no qual esses marcadores são encontrados.

Guiando-nos por esse entendimento acerca da cidade, partilhamos das ideias bastante inovadoras de Ansay & Schoonbrodt (1989, p. 15), ao afirmarem que:

A cidade adoce, a cidade vai mal, tanto as do Norte, quanto as do Sul do mundo, por causas distintas, com efeitos divergentes. As cidades gritam de dor. A perda da urbanidade de umas, o crescimento enlouquecido de outras... A democracia urbana é quase morta³².

Nada melhor para ilustrar a suposição que carrega nosso pensamento acerca da cidade como um organismo vivo. No entanto, se a cidade adoce e grita de dor é preciso que alguém se dedique a “curá-la” e ouvir seus apelos lancinantes. Não apenas no sentido de demolir uma obra criada para fazer surgir outra, mas entender o que suas paisagens

³² Tradução livre de: La ville a mal, la ville va mal, celles du nord comme celles du sud du monde, pour des causes différentes, avec des effets divergents. Les villes crient de douleur. La perte de l’urbanité des unes, la croissance folle des autres... La démocratie urbaine est quasi morte.

revelam sobre sua história, em termos de seus valores considerados em função das interações dos espaços existentes e inexistentes com os seres humanos.

Assim, elucidamos os caminhos, bem como as pedras a serem confrontadas com relação ao objeto de estudo recortado em torno das duas urbes: Paris e Rio de Janeiro. Quer dizer, em um projeto bastante audacioso, pretendemos trilhar diferentes naturezas, tanto aquelas bem iluminadas como as sombrias que são inferidas por vestígios que insinuam um tempo e um espaço outrora existentes. Por isso, a metáfora da cidade como organismo vivo é, para nossos propósitos, de extrema utilidade.

Particularizando essa concepção, podemos admitir que as cidades, assim como um organismo vivo, são comparáveis a dinâmicas homeostáticas, pois precisam de recursos, os mais variados possíveis, para sua sobrevivência. Além disso, conclamam por cuidados no intuito de preservar seu bem-estar e garantir a condição de encantamento, mesmo quando são criadas em meio a aspectos naturais, que lhe garantem embelezamento, tais quais relevos e amenidades diversas, mas também formas arquitetônicas e monumentos grandiosos, da mesma maneira que, analogamente, as cirurgias modelam o corpo humano em busca de um ideal de perfeição estética.

Sendo assim, os aglomerados urbanos correspondem a estratos que, do ponto de vista histórico, formam verdadeiras camadas com indícios que sugerem passagens de vidas e a realização de demolições, soterramentos, incêndios, intempéries naturais. Esses estratos segmentados remetem, cada um, a passagem de um momento histórico sendo seus vestígios verdadeiros indícios de memória que possibilitam o entendimento acerca do percurso de sua existência, marcado sobretudo por transições que sinalizam a intervenção humana. Desse modo, o aparecimento de novas modalidades arquitetônicas, em face dessas ocorrências, na sua dinâmica relacional, evidencia interações com seres humanos. Mais ainda, essas novas modalidades evidenciam também que os espaços edificados das urbes cumprem seu destino: surgem e desaparecem; e, em seus lugares, poderão surgir novas paisagens que terão o mesmo destino, sendo que cada uma delas espelha uma modalidade subjetiva de interação humana.

Entretanto, o que parecia ser o paraíso planejado e arquitetado para o bem-estar humano não apresenta apenas qualidades e fatores positivos. Em sua evolução, lado a lado com o desenvolvimento da humanidade, surge uma série de problemas e conflitos que muitas vezes são causados pelo andamento e combinação dos arranjos decorrentes das interações entre seres humanos e espaços arquitetônicos, traduzindo-se em verdadeiras questões que clamam por reflexão.

Ao longo de seu desenvolvimento, as cidades atraíram e repulsaram seres humanos, foram ampliadas e reduzidas, destruídas e revitalizadas, demolidas e conservadas, evidenciando a existência de diferentes paisagens.

A noção de paisagem, conforme conceituada por Santos (2014), refere-se a tudo que podemos enxergar, o que nossos olhos conseguem alcançar, o domínio do visível, formado não apenas de volumes mas também de cores, movimentos, odores, sons. Quer dizer, a paisagem resulta de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos.

No tocante às cidades, as paisagens urbanas, com o passar dos tempos, tornam-se aos poucos um compósito de estruturas de diferentes tempos, formas com estilos artísticos heterogêneos, funções as mais variadas que se aglomeram em um mesmo espaço. Quer dizer, tal qual uma paisagem do passado nos insinua rastros e vestígios memoriais, a cidade pode ser encarada como um imenso arquivo vivo de memórias. Não por acaso, o criador do conceito de memória coletiva, Maurice Halbwachs, debruçou-se nessa temática com afinco, produzindo verdadeiros tratados sobre as cidades, como por exemplo, a obra *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte* (1941). Apesar da grande dedicação de Halbwachs pelo assunto, a temática das cidades é uma parte de sua obra que não é comumente perscrutada, provavelmente pelo fato de que os estudos sobre a memória, em seu caráter original, sobressaíram.

A essa altura da nossa reflexão queremos traçar uma particularidade das cidades e assinalar que a criação de uma cidade se assenta em um complexo de relações diversas: culturais, políticas, econômicas, técnicas, sociais. Apesar do amplo emaranhado traçado por essas relações, a cidade lança-se em um movimento em direção à autonomia, por vezes relegando a segundo plano os determinantes dessas vertentes. Por estes motivos, o planejamento de uma cidade, fruto das aspirações de seus gestores, quase sempre responde às exigências de acumulação de capital, principalmente no contexto atual, marca que impregna a sua história. Sendo assim, trazemos mais uma vez para o âmago de nossa discussão as palavras de Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 31), quando afirmam que:

A cidade é o espaço de um combate no qual o movimento social persiste para a defesa e a ilustração do lugar urbano, determinante positivo para o exercício real da liberdade e momento para a efetivação da razão no seu poder simbólico e na sua efetividade ética. A espacialidade da cidade é um agenciamento em que interagem atores sociais em

modalidades de ação que condensam e acumulam a experiência histórica da humanidade.³³

Depreendemos, assim, que o desdobramento da elucidação acima pode ser considerado em três vertentes significativas referidas à constituição e à existência dos espaços urbanos. Ao termos em mente a configuração das cidades em seus diferentes cenários, somos levados a concebê-las na acepção de um espaço pleno de exigências, contradições e pressões que propicia uma experiência singular ao ser humano, em um processo de interação contínua com os espaços edificados e, igualmente, como partícipe de uma teia de relações subjetivas. Ainda, a cidade não apenas positiva a relação dos seres humanos com seus inúmeros espaços, conformando uma dinâmica de vida, como também exige, do ser humano, a sua positividade. Por fim, a cidade é uma engrenagem dinâmica permanente que, em razão de seus traçados e limites impostos, funciona na dialetização das formas espaciais e forças sociais. De certo modo, a cidade impõe aos seus habitantes e aos espaços construídos uma espécie de interação, como também suscita imaginações acerca de seu passado e de seu futuro. Por esse motivo, a experiência do ser humano no contexto do cenário urbano é singular e repleta de constantes demandas, no tocante à compreensão acerca da existência dos espaços edificados, bem como daqueles que deixaram de existir e, também, sobre a complexidade das relações que são travadas pelos seus habitantes.

Entender a cidade considerando-a como um fenômeno constitui-se uma abertura para o pesquisador. No caso da nossa expedição pretendida, vivenciar uma circunstância muito particular, à medida que somos constantemente afetados pelos escombros, restos, vestígios, resíduos, espaços edificados, espaços transformados, monumentos, cenários estéticos e dinâmicas provocadas pelo fluxo de pessoas. Essa empreitada estrutura-se pelo fato de que a imersão nos diferentes traçados, espaços edificados e demolidos indicados por restos e vestígios é fundamental na compreensão das cidades na qualidade de “expressão de uma experiência originária”³⁴ (ANSAY & SCHOONBRODT, 1989, p. 32). Certamente, aludimos a uma experiência cujo conteúdo concerne à dinâmica dos afetos e, portanto, ao âmbito subjetivo, cujas impressões retratam a incursão do

³³ Tradução livre de: La ville est le lieu d'un combat où le mouvement social persiste à défendre et à illustrer le lieu urbain, déterminant positif pour l'exercice réel de la liberté et moment pour l'effectuation de la raison dans son pouvoir symbolique et dans son effectivité éthique. La spatialité de la ville est un agencement où interagissent des acteurs sociaux dans des modalités condensant et accumulant l'expérience historique de l'humanité.

³⁴ Tradução livre de: expression d'une expérience originarie.

pesquisador, como também as “vozes e olhares” que emanam das diferentes estruturas da cidade que interagem com as pessoas. Esses entrecruzamentos configuram um fluxo que somente pode ser interpretado a partir das pressões que rompem os limites referidos a uma norma objetiva exterior a própria cidade, conforme podemos ilustrar com os planos piloto elaborados para as reformas. No entender de Bresciani (2002, p. 30), esse fluxo “opera uma síntese pré-reflexiva e constitui a experiência específica de viver em cidades como algo que ultrapassa, ou simplesmente não é contido nos saberes analíticos que a tematizam como objeto”.

Na verdade, a expedição do pesquisador pela cidade em caráter exploratório revela-se como um aprofundamento no campo do saber sobre a cidade e possibilita a formulação de diferentes contextos, a partir dos cenários construídos, tanto daqueles existentes, quanto daqueles que cederam seus lugares em processos de reforma.

Conceber a cidade por esse prisma significa considerá-la como estruturada a partir de uma “personalidade” específica que estimula o potencial da imaginação humana mediante a criação de formas e percursos em derivação dessas experiências. Há, então, o imbricamento da subjetividade com os traçados que as malhas urbanas impõem aos seres humanos. A esse respeito, vale a observação de Ladrière (1973, p. 33), bastante significativa no que se refere à complexidade das cidades, incluindo tanto seus aspectos objetivos, quanto suas tramas subjetivas, visto que, em seu entender, as cidades “que não se deixam reconstituir no imaginário são cidades inabitáveis”. Entende-se assim a reafirmação de que as cidades têm uma história construída em camada e que cada camada alude a um contexto, de certo modo, evocado a partir de vestígios e rastros. Quer dizer, as cidades são construídas imaginariamente com paisagens que incluem espaços edificadas e as pessoas que interagiram com os mesmos, considerando a possibilidade dessas paisagens terem sido alteradas em função dos processos de reforma.

Dando sequência à advertência acima, podemos conjecturar que a experiência subjetiva, no contexto urbano, pressupõe uma superposição, conforme acontece com o arranjo propiciado pelas camadas temporais da cidade pouco ordenada das lembranças, uma vez que entram em cena tanto as lembranças referentes às experiências devidamente vividas, quanto aquelas referidas às experiências de nossos ancestrais que nos são transmitidas muitas vezes, conforme salientou Pollak (1989), na categoria de memória subterrânea. Aproximamo-nos desse conceito no intuito de fazer uma derivação para pensar a complexidade das cidades com relação ao processo de intervenção para reforma. Em princípio, alinhamo-nos às ideias de que o patrimônio arquitetônico, bem como as

paisagens que o acompanham têm implicações subjetivas, fazendo parte da vida dos habitantes de uma cidade. Considerando essa possibilidade, passamos à construção de memória associada ao planejamento para execução de uma reforma urbana, haja vista, que o arsenal documental conservado é o ponto de partida para a organização de uma modalidade de memória que conhecemos como memória oficial. Contudo, sabemos que os traçados produzidos para justificar e argumentar as reformas urbanas deixam brechas, pois são soterrados determinados aspectos censurados ou julgados sem importância, como os programas de assentamento para as pessoas que tiveram suas habitações demolidas e foram deslocadas para regiões periféricas; como também determinadas manobras para beneficiar grupos ou pessoas, seja nos processos de desapropriação, seja no tocante à escolha de profissionais para se encarregarem de certas tarefas como cálculos, orçamentos, plantas arquitetônicas, entre outros.

Cabe salientar que essas circunstâncias que são escamoteadas ou colocadas em segundo plano também fazem parte da memória persistindo em relatos de pessoas que apresentam outras facetas dos acontecimentos relativos ao processo de reforma urbana, podendo emergir em momentos críticos na categoria de memórias subterrâneas, as quais, de acordo com Pollak (1989, p. 4) “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Essas lembranças confinadas ao silêncio são transmitidas geralmente por via oral, embora não figurem nos planos de execução das reformas. Quer dizer, essas lembranças permanecem vivas, de modo que a tentativa de apagá-las ou empurrá-las para o esquecimento, nem sempre é bem-sucedida, tornando-se formas de resistência que extrapolam os limites dos traçados dos planos de reforma e que podem ser cotejadas em interpretações a partir de certas injunções no projeto, como cancelamento de uma empresa e contratação de outra, conforme acontece com frequência na realização de obras públicas. Nesse sentido, o processo de construção de memória também concerne a outro tipo de memória além da memória oficial difundida. Esses são então os rastros que procuramos nos vestígios das reformas urbanas das cidades que escolhemos para nossos propósitos.

Nesse sentido, o texto que forjamos com as lembranças referidas às experiências subjetivas no contexto urbano, próprias ou transmitidas por tabela, compõem um arranjo bastante disperso e sem continuidade precisa, o que se coaduna com a ideia de que a dinâmica do ser humano que decorre das influências mútuas, devido às interações com os espaços arquitetônicos, constitui um arranjo que, embora sequenciado, apresenta

fraturas e distorções como é próprio de todo processo de constituição da memória, conforme assinalou Farias (2011, p. 7), ao indicar que “as condições da vida cotidiana propiciam ao ser humano uma espécie de fragmentação [...], visto que a memória mostra-se de forma evanescente, fragmentária e também ausente”.

No entendimento que considera o percurso histórico de vida das cidades e suas transformações, argumenta-se que, da cidade regida por princípios racionais, foram eliminados os vestígios de lendas e mitos concernentes à sua fundação. Cabe acrescentar que, geralmente, os marcos referidos à pedra fundamental, quando persistem, são referendados em rituais comemorativos. No entanto, mesmo nessas condições, esses rituais não dão conta do aspecto mágico concernente ao ato fundador, constituindo-se assim uma fratura que ancora uma diferença radical. Quer dizer, a cidade criada pela razão expulsou sem possibilidade de retorno a sua dimensão mítica, alijando-a a um passado remoto e longínquo, apenas acessível pelo recurso às lembranças, mesmo que sejam distorcidas e esparsas. Sendo assim, podemos, mais uma vez, lançar mão da contribuição de Bresciani (2002, p. 32) acerca dessa diferença quando propõe que:

Nossas cidades modernas encontram-se inversamente despidas de memórias não represadas pela razão; seus mitos de fundação constituem elaborações históricas. Nelas, se nos dispusermos a voltar a atenção para os traços de memória gestuais, de comportamentos diversos, ou seja, de uma memória em ação, estaremos, talvez, aptos a olhar para as memórias como elementos arquiteturais, considerando-as também um dos elementos estruturantes do meio urbano.

Sendo assim, as experiências que acontecem na cidade, qualquer que seja a modalidade, atrelam-se umas às outras, de modo a constituir uma espécie de fluxo contínuo mediado pela afetividade, aspecto significativo na interpretação das marcas objetivas que transcorrem no tempo. Podemos assim argumentar que a cidade força seu habitante a ter experiências com o cenário então existente, inclusive a experiência de tentar entender a sua dinâmica e o transcurso do emaranhado de suas relações. Eis o que depreendemos de Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 33), em uma aproximação ousada, quando afirmam que “uma cidade dispõe de uma quase-personalidade específica que estimula o poder da imaginação, à medida que recria formas, a partir de experiências”³⁵. Em certo sentido, essa assertiva nos encaminha para pensar a cidade como uma

³⁵ Tradução livre de: une ville dispose d'une quasi-personnalité spécifique qui stimule le pouvoir de l'imagination en tant qu'elle recrée des formes à partir d'expériences.

construção imaginária, pois fora desse contexto, só poderíamos conceber as cidades como ruínas inabitáveis, a exemplo de Chernobyl³⁶.

Sendo assim, a cidade somente pode ser descrita em uma espécie de movimento de ressonância própria de seus espaços evidentes com suas dimensões ocultas e, ao nos referirmos a dimensões ocultas, estamos, certamente, situando o âmbito da experiência humana e, também, das inúmeras formas que sucumbiram diante do processo de transformação, ao mesmo tempo em que vidas foram alijadas de seus *habitats*, sem possibilidade de retorno.

A apropriação que cada habitante tem da cidade, seja na condição de permanência dos novos espaços, seja na interdição em continuar a habitá-los é uma experiência corporificada que pode ser metaforicamente descrita como uma espécie de desvelação, entendida como um salto qualitativo que cada um tem de si ao interagir com o espaço urbano, seja pela sua variedade de formas, seja pelo que há de permanente nos espaços plenos e vazios os quais atravessam a sua história.

Contudo, vale fazer uma advertência a respeito das interações do ser humano com as urbes, pois temos que considerar a relativa distinção entre as interferências de uma metrópole, comparáveis às interferências de uma cidade pequena em seus habitantes, como também é fundamental entender o âmbito das experiências singulares propiciadas pelo meio rural. Aliás, acerca dessas dinâmicas distintas, Simmel (1987, p. 12), argumenta que “a cidade faz um contraste profundo com a vida da cidade pequena e a vida rural, no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica”.

No intuito de avançarmos no aprofundamento acerca desse contraste, podemos admitir que a vida na cidade, especialmente nas grandes metrópoles, concorreu para a transformação da luta do ser humano com a natureza, em uma arena onde os seres humanos não apenas funcionam como verdadeiros autômatos, embotando aspectos de reconhecimento e solidariedade, mas que se embrenham em uma corrida competitiva ditada pelo lucro, não mais somente esperado da exploração da natureza, e sim da força de trabalho. Contudo, devemos compreender esse cenário em seus desdobramentos, considerando a complexidade dos meios nos quais convivem os seres humanos.

Diante das explicações suscitadas, teceremos algumas considerações.

³⁶ Devido ao acidente atômico os espaços habitáveis perderam completamente a sua significação, sendo elevados à condição de ruínas, ainda assim não recomendadas ao convívio de seres humanos.

Em primeiro lugar, várias abordagens acerca das cidades alinham-se à ideia de um texto escrito, vivo e em constante transformação, considerando a possibilidade de assentamento no tocante à circulação do capital e do consumo.

Em segundo lugar, uma impressão deve ser considerada a esse respeito: entrar no discurso acerca da cidade é uma expedição comparável, analogamente, à entrada em um grande bazar. Ou seja, esse tipo de expedição confronta o investigador com uma espécie de multiplicidade conceitual, aproximações interdisciplinares híbridas e setores específicos de grande rigor científico. Quer dizer, um mesmo conceito pode ser abordado pelas mais diversas áreas do conhecimento, de maneiras distintas, o que de forma alguma, ao nosso ver, representa adversidade ou infortúnio. Ao contrário, essa pluralidade conceitual nos indica que talvez trilhemos pelas tão cobiçadas veredas da interdisciplinaridade (e porque não nos atrever a dizer transdisciplinaridade?)

Em terceiro lugar, depreende-se disso uma certeza: a vida em comum em uma cidade apresenta, na verdade, duas faces de uma mesma moeda. Por um lado, o bem-estar que pode advir da utilização dos vários serviços disponíveis no meio urbano e, de outro, as tensões e conflitos que a corrida competitiva nos processos de interação suscita. Eis o solo de areia movediça que, de certa forma, serve de base às propostas urbanistas.

Em quarto lugar, as cidades, considerando sua estrutura, são entendidas como ágoras, como centros de decisão, funcionando como um aparelho disciplinar, bastante eficiente, especialmente para um contingente da população que, no processo de luta de classes, tem pouquíssimas ou nenhuma chance de ascensão social. Essa constatação aplica-se, com todo rigor, às pessoas que são removidas em consequência de reformas urbanas, povoando de maneira desordenada, pela falta de assistência estatal, microrregiões as quais em um rápido intervalo de tempo são inscritas na rubrica de espaços urbanos marginalizados. De certo modo, as reformas urbanas produzem espaços destinados apenas a um segmento da população com formas arquitetônicas que só admitem determinados tipos de mobilidade.

Por fim, é essa a aproximação que nos permite considerar, por um lado, as racionalidades embutidas nas apostas urbanistas e, por outro, as consequências de suas estruturas formais, nem sempre evidentes, ditadas principalmente pelo mercado em suas diferentes modalidades. Isso quer dizer que a alusão ao mercado faz parte da história das cidades, tanto das cidades da Antiguidade, quanto das cidades modernas. Obviamente, com a devida ressalva de que, com o advento do capitalismo, a dinâmica do mercado sofreu transformações e torções consideráveis. É sobre o transcorrer dessas

transformações que nos detemos ao abordar um de seus aspectos: a evolução dos espaços urbanos.

2.1 Acerca da evolução dos espaços urbanos

A city which belongs to just one man is no true city

Sófocles

Diante das argumentações apresentadas até então, passaremos a circunscrever os meios urbanos, considerando diferentes épocas e, sobretudo, seus marcadores principais. No entanto, trabalharemos com um esquema que considera três aspectos principais, os quais se revestem de importância direta ou indireta na abordagem do tema recortado para nossa reflexão: os espaços urbanos na Antiguidade³⁷, a cidade do Renascentismo³⁸ e a cidade que se ergueu a partir do desmoronamento do cosmos aristotélico, com o advento da modernidade. Entendemos, assim, que os arranjos urbanos assim configurados dizem respeito, sobretudo, ao cenário das revoluções científicas e, igualmente, do aparecimento de novas engrenagens que passaram a fazer parte do cotidiano da vida nos meios urbanos.

Queremos salientar que a divisão adotada em nossa problematização considera as transformações de âmbito subjetivo, além de programas idealizados para a solução de conflitos e tensões nas ocorrências marcantes da história da humanidade, como as descobertas científicas e, igualmente, os confrontos sangrentos. Quer dizer, o cenário de cada uma dessas épocas apresenta marcadores que são considerados peças-chave para a compreensão da criação, da dinâmica, da evolução, da perpetuação e da extinção das cidades. No entanto, há um aspecto que tem um lugar de destaque nesse contexto que concerne à chamada revolução que desmoronou por completo, deixando em verdadeiros “escombros” o cosmo erguido pelo pensamento aristotélico, o qual dominou o ocidente por mais de dois milênios.

Queremos assim salientar que o advento da ciência moderna produziu um tipo de ser humano reflexivo o qual, munido das ferramentas aliadas ao *cogito*, se empenhou em uma nova aventura no sentido de reformular e criar novos cenários para as cidades, a partir do contributo das descobertas científicas. Vale então indicar os balizadores que marcaram essa transformação, conforme aponta Koyré (2006), na formulação de dois

³⁷ Período da história da humanidade compreendido entre 4.000 a.C. até 476 d.C.

³⁸ Período da história europeia aproximadamente entre meados do século XIV e o fim do século XVI.

teoremas fundamentais para a situar as transformações que aconteceram nas cidades em decorrência da revolução industrial.

O primeiro desses teoremas consiste na proposição de que entre a Ciência Antiga e a Ciência Moderna existe um corte que é definido no âmbito de ruptura epistemológica. O segundo teorema, circunscrito no primeiro, consiste na assunção de que a ruptura epistemológica representou uma verdadeira revolução mediante uma operação realizada a quatro mãos. No âmbito da ontologia, Descartes descentrou o ser contemplativo ao fundar uma nova ontologia, a qual teve como suporte o *cogito*. Seguindo ainda a orientação de Koyré (2006), outro momento subversivo foi realizado por Galileu, que revolucionou a física colocando em xeque pressupostos até então vigentes e aceitos como verdades inquestionáveis.

Ainda, é conveniente observar que antes da revolução galileana, segundo Koyré (2006), o mundo era concebido como um *topos* no qual acontecia a interação entre pessoas determinada pela transcendência do divino. Após Galileu, há um silêncio dos espaços infinitos e o ser humano é considerado apenas uma forma viva entre dois infinitos: o planeta Terra e o cosmos. Na verdade, a cidade, embora “cravada na terra”, mantém uma ligação com o cosmos mediante o uso do telescópio.

Sendo assim, a revolução propiciada pelo advento da ciência moderna deve ser considerada o fundamento importante para pensar a dinâmica das cidades do mundo atual, visto que a ciência galileana expressa, no âmbito de uma física matematizada³⁹, possibilidades de utilização de recursos fundamentados em estruturas esboçadas em cálculos, como antecedência lógica à construção dos espaços edificados nas urbes, entre os quais seus monumentos e demais componentes funcionais.

Uma vez tendo realizado a circunscrição desse grande percurso para situar o surgimento da era moderna, passaremos então a, em linhas gerais, apresentar características que tematizem as urbes nas referidas eras. Certamente, o nosso recuo nos reporta aos vestígios e ainda espaços edificados das cidades na época da Antiguidade.

Embora haja registros escritos de cidades em épocas milenares, há uma discordância dos historiadores a esse respeito. No entanto, não é nossa intenção validar uma ou outra proposta, uma vez que nos interessa pensar a cidade como lugares criados e ocupados pelos seus habitantes, então pouco importa se esses espaços urbanos

³⁹ A física matematizada consiste no procedimento que despojou as coisas de suas qualidades sensíveis, à medida que os fenômenos naturais e humanos passaram a ser interpretados a partir de grandezas quantitativas.

remontam à pré-história ou são criações do cenário atual. Entretanto, alguns aspectos do surgimento das cidades aparecem em muitas obras de autores que se debruçaram sobre o tema, na tentativa de solucionar esse mistério.

Dessa forma, no intuito de evocar alguns desses aspectos, reportamo-nos a afirmação de Mumford (1998, p. 16), quando sustenta que:

O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial, que serve de meta para a peregrinação: sítio ao qual a família ou os grupos de clã são atraídos, a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quaisquer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades ‘espirituais’ ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior duração, de significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida.

Sendo assim, é possível inferir que os primeiros espaços urbanos da Antiguidade se desenvolveram, principalmente, ao redor de centros cerimoniais, quer dizer, havia nas cidades antigas uma observância e preocupação com relação ao sagrado.

Inicialmente, os traçados urbanos das cidades da Antiguidade, segundo Tuan (2005), em grande parte, estavam relacionados aos pontos cardeais, baseados principalmente na observação da ordem cósmica do firmamento. Ainda, uma das funções que podemos conjecturar a esse respeito seria a tentativa de ordenar a sociedade de acordo com o ordenamento celeste, quer dizer, idealizava-se que a estabilidade e previsibilidade dos céus pudessem ordenar o caos terreno. Ainda hoje é possível notar centros sagrados em algumas cidades, as quais ainda conservam a tradição de rituais religiosos, perpetuando, assim, suas funções originais de atração de fiéis, como Meca, Roma e Jerusalém, por exemplo.

Outro importante aspecto das cidades antigas refere-se ao fato de que grande parte delas era cercada por grandes muralhas e fortalezas, permitindo a passagem somente por grandes portões, os quais eram vigiados dia e noite. É o caso, por exemplo, da Muralha da China, construída no intuito de proteger o império das invasões de povos de outras regiões. A própria cidade de Paris, com indícios de civilizações que remontam há mais de três mil anos antes da era cristã, também foi cercada por muralhas e grandes portões visando a proteção de seus habitantes e aparatos urbanos (MUMFORD, 2016).

Aliado aos rituais de celebração, um aspecto importante deve ser considerado nas cidades do mundo antigo: a sua constituição em verdadeiras fortalezas, lugares seguros para a formação de guerreiros, personagens de destaque considerável junto aos demais habitantes. Esse era o contexto que marcava a vida nas cidades: comemoração, preparação

para guerra e proteção contra os perigos externos. Esse cenário vai se modificar radicalmente a partir de mudanças significativas de hábitos, visto que além das atividades de caça e pesca, o ser humano desenvolveu novas técnicas destinadas à pecuária e à agricultura, além do projeto de construção das grandes catedrais e outros templos dedicados às religiões, na qualidade de lugares sagrados, cuja função tem um papel decisivo no *modus vivendi* dos seres citadinos, bem como de quem habitava o meio rural.

Na verdade, o aparecimento dos templos como lugares de devoção e adoração, de certo modo, modificou o cotidiano de vida nos centros urbanos, especialmente à medida que reunia pessoas aparentemente desconhecidas. Cabe salientar que a pomposidade dos templos, bem como as riquezas que eles continham funcionavam como uma espécie de alerta contra saques e outras modalidades de desapropriação. Por esse motivo, as cidades medievais, além de torres de vigilância, passaram a se caracterizar, em sua grande maioria, por grandes muralhas construídas de modo a impedir a circulação de pessoas consideradas desconhecidas, indesejáveis e estrangeiras.

Podemos, seguindo essa linha de raciocínio, trazer para a discussão o pensamento de Le Goff (1992), acerca dessa característica das cidades, pois em seu modo de entender, as muralhas das cidades foram responsáveis por um tipo de relacionamento social em razão dos limites impostos e, conseqüentemente, pela assimilação de uma interioridade (o espaço urbano) e uma exterioridade (o além das muralhas). Cabe salientar que emerge, assim, um rudimento de um processo relativo ao de urbanização propiciado pela vida de pessoas no âmbito interno das muralhas como uma espécie de um aglomerado permanente, relativamente denso, de pessoas pertencentes a várias camadas sociais. No entender de Hobsbawm (2008, p. 18), essa transformação na configuração das urbes foi de fundamental importância, visto que “encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos”.

A partir dessa guinada, a cidade medieval conservou o caráter bélico da cidade da Antiguidade, acrescentando-lhe, sobremaneira, um aspecto que pode ser considerado sua característica principal: o florescimento comercial. Contudo, em razão da necessidade das muralhas protetoras, essas cidades enfrentaram desafios quanto ao processo de expansão, ou seja, os aumentos demográficos não só eram contidos, como também sujeitos à punição. Desse modo, conforme aponta Barros (2013, p. 15), “as cidades medievais também apresentaram um determinado tipo de espacialidade e uma materialidade específica”. Não obstante, essas condições influíam, especificamente, no estabelecimento de relações sociais que determinavam o *modus vivendi* das pessoas encerradas no

perímetro urbano demarcado pelas muralhas. Quer dizer, a delimitação espacial, da mesma forma que a materialidade física das habitações, circunscreviam hábitos e costumes que deveriam ser imperiosamente obedecidos.

Vale salientar que mesmo nas grandes cidades medievais esses princípios eram seguidos e, conforme assinala Mumford (1991, p. 340), “nenhuma formação urbana usualmente se expandia por mais de 800 metros a partir de seu centro. Esses limites extensivos não deixavam de trazer repercussões sociais que contribuíam para delinear o modo de vida urbano especificamente medieval”. Desse modo, a cidade medieval, pela sua configuração geográfica, determinava um modo de vida social, cuja singularidade se expressava tanto em termos da proximidade dos espaços destinados às instituições, quanto do processo de interação entre as pessoas. Em certo sentido, as condições de vida nesses espaços urbanos impunham o encontro tanto entre pessoas amigas, quanto com pessoas inimigas, principalmente se considerarmos que os pequenos espaços eram percorridos a pé, o que facilitava o encontro das pessoas e um maior processo de interpenetração entre as diferentes camadas sociais, porém, com controle mútuo e uma privacidade bastante reduzida a não ser no interior dos espaços destinados a fins administrativos e religiosos.

Convém fazer alusão a um aspecto bastante relevante das cidades medievais: enquanto os laços de sociabilidade transcorriam no interior dessas fortificações e também fora delas, não era comum haver um intercâmbio entre pessoas de ambos os espaços. Contudo, mesmo considerando essa restrição, a cidade medieval como um todo representa uma espécie de espacialidade fechada, o que historiadores, a exemplo de Le Goff (1992), consideram como um tipo de urbanização definido pela existência das muralhas. Esse era o modelo prevalente da idade medieval.

É interessante notar que, nas cidades medievais, habitantes de diferentes classes sociais viviam próximos uns aos outros, ou seja, a segregação espacial de cunho econômico ainda não se apresentava como uma questão, visto que prevalecia a segregação hierárquica entre a nobreza, o clero e as demais pessoas. Todavia, a conformação geográfica desses espaços urbanos seguia um princípio norteador: prevalecia a concentração máxima ao redor do centro urbano, principalmente pela ausência de meios de transportes eficientes, o que tornava a proximidade um fator muito importante na época. Além disso, essas urbes não possuíam pavimentação nas ruas, aspecto que dificultava a rápida locomoção das pessoas, assim como tinham condições

sanitárias precárias, e as tempestades as transformavam em grandes valões de águas barrentas que se misturavam aos excrementos.

Além disso, as moradias estavam dispostas de maneira aglomerada, o que propiciava a formação de vielas, becos e passagens os quais se tornavam lugares escuros, estreitos e com pouca passagem de ar, fazendo com que, muitas vezes, vielas tivessem um tamanho razoável em seu início e, um pouco mais para seu interior, se transformassem em passagens demasiadamente estreitas. Para se ter uma ideia, as principais avenidas de Paris tinham apenas seis metros de largura, o que dificultava até mesmo que dois carros dividissem a travessia (TUAN, 2005). Nesse sentido, os limites espaciais corroboraram para uma espécie de urbanismo definido pela existência das muralhas que vai ser radicalmente transformado com o surgimento das cidades da Era Moderna, a qual marcou não apenas o fim das muralhas, mas se fundamentou em um processo de expansão física que significou a abertura para uma maior concentração de pessoas.

É importante destacar que esse novo cenário da cidade tem consequências significativas, a começar pela construção de comunidades que se afastam de seu centro e, desse modo, novos padrões de sociabilidade se estabelecem diante da possibilidade de vida além das muralhas, criando uma nova forma das pessoas perceberem o mundo e também se perceberem, mas às custas de uma maior exposição a ameaças. Contudo, devemos lembrar que a ampliação do território habitacional urbano redundou em uma espécie de estatuto do qual se fez necessária a oferta de uma gama de serviços, além de uma feira ou um mercado local. Desse modo, a cidade da era moderna não se assemelha a um aglomerado residencial para camponeses, nem a espaços estritamente destinados para o comércio, pois outras funções começam a se fazer presentes, como o artesanato em larga escala, sendo, pois, uma abertura para o mundo, o que propiciou uma espécie de urbanização considerada aberta.

Porém, devemos lembrar que as cidades modernas herdaram um grande problema germinado nas cidades medievais: a absorção de um grande contingente de pessoas do mundo rural, forasteiros que idealizavam sobreviver a partir da aposta no comércio. Ainda, é notável o fato de que em decorrência de uma certa heterogeneidade, personagens diversos convivem na cidade, conforme demonstrou Foucault (2008): o nobre, o religioso, o burguês, o mendigo, o bêbado, o avaro, a prostituta, o proxeneta e outros que adensam a população, impondo normas de convivência e hábitos que até então eram desconhecidos nas aldeias e no mundo rural.

Não teria sido essa transformação uma abertura da cidade ao mundo a partir de seu interior? De certo modo, o padrão de convivência referido era pouco comum, ou talvez inexistente nas cidades medievais, principalmente a partir da proposta de acolhimento que aconteceu do surgimento das congregações das ordens mendicantes, conforme assinala Le Goff (1970).

É importante destacar que em qualquer época da história da humanidade as pedras serem utilizadas, ou não, na construção das cidades, não representa um fator determinante, uma vez que esse material é transformando em artefato pela atividade do pensamento. Não desconhecemos o fato de que a dureza da pedra é fundamental na construção das muralhas, das catedrais, das pontes, dos monumentos, das casas. Contudo, para que se constitua uma cidade, é fundamental a recorrência a uma dimensão simbólica: é imperioso que as pedras reunidas “emitam sons” para contar uma história e, desse modo, o seu traçado poder ser interpretado e eternizar-se em uma modalidade de memória, conforme nos orienta Halbwachs (1997). Obviamente o arranjo das pedras na construção de uma cidade é em si mesmo um indício da intervenção humana na natureza. Quer dizer, ao lançarmos um olhar para uma disposição arquitetônica estruturada pelas pedras somos levados à construção de memória, pelo menos, com relação a um passado em que uma ação humana teve lugar. Por isso, as pedras em uma cidade têm sentido. Sendo assim, as cidades jamais devem ser concebidas como um compósito de pedras, argila e tijolos, visto que a sua constituição decorre de um processo de imaginação o qual expressa uma ação coletiva que, ao ser incrustada na natureza, é também um grande desafio à ordem natural. Por esse motivo, admite Senra (2011, p. 63), que “a cidade é o lugar onde se inscreve a história do urbano e preserva a memória de seu repertório coletivo”, considerando a condição do progressivo aumento de sua extensão espacial.

Por esse prisma, podemos considerar que as grandes cidades somente tiveram condição de possibilidade a partir das transformações, especialmente no contexto científico, as quais se sucederam ao advento da era moderna. Contudo, vale uma ressalva: a expressão “cidade grande” não deve ser entendida apenas em relação a sua extensão física, uma vez que sobressai como vetor de interpretação o fenômeno urbano, caracterizado pela multidão de pessoas nas ruas, grande concentração populacional em pequenos espaços e dispersão em outros, diferenças radicais de espaços habitacionais, a convivência com os “ruídos” provenientes do arsenal fabril e do tráfego, marcadores disciplinares humanos e não humanos, entre outros fatores que se inscrevem na rubrica de orientação do cotidiano das pessoas que habitam as urbes.

Se assim considerarmos, somos levados a observar uma grande transformação da cidade moderna em relação à cidade antiga e à medieval, visto que enquanto aquelas eram fundamentalmente um lugar de abrigo, proteção e refúgio, a cidade moderna é tecida em uma teia comunicacional bastante heterogênea, no entrecruzamento de vários discursos, atendendo também a essas funções, mas tendo progressivamente incorporado outras como centros financeiros, turismo, redes de assistência à saúde, malhas de mobilidade, instituições escolares, entre outras. Essa ampliação de funções nos faz pensar a cidade moderna como um grande laboratório no qual são cultivadas várias “culturas”, sobretudo assentadas no ideal de progresso, na crença do poder da ciência e na expectativa de realizações efêmeras e transitórias. Desse modo, as cidades modernas têm um peso considerável na construção das identidades, especialmente na conformação do imaginário social, pois conforme depreendemos de Delgado (2006, p. 117), “as cidades, como espaços de vivências coletivas, são paisagens privilegiadas de registros da memória. A pena dos escritores faz dessas paisagens vivas narrativas, que na interseção com a história, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano”. Contudo, a lógica que norteia nossos propósitos recai, sobretudo, nessa segunda condição, visto que as descrições expressam imagens da cidade, de diferentes maneiras, sobretudo, como lugares artificiais, certamente, construídos em uma dada época. Em razão da passagem dos tempos, esses lugares que davam a impressão de integração, vão apresentando desgastes e modificando significativamente o cenário referente à imagem da cidade construída.

A ação do tempo e também as pegadas deixadas pelos usuários das cidades são argumentos justificados para a realização de transformações, na promessa da oferta de uma tentativa de recuperação de uma primeira imagem perdida, ou como acontece em muitas intervenções urbanas, propor um novo cenário ante a condenação de um antigo. Nesse sentido, não só são aventadas as possibilidades de perdas, em decorrência do processo de desgaste e ruína, como também o desenfreado processo que, com o tempo, se consolida em termos da diversidade de pessoas, da heterogeneidade, dos contrastes; aspectos esses que são apresentados pelos órgãos gestores como ameaça à integridade das cidades, justificados em função da ruptura de valores de certo segmento social, impossibilidade de controle seletivo no acesso às instituições culturais e, sobretudo, difusão de uma fragmentação iminente em tradições solidamente consideradas como fundamentais na coesão social.

Ainda assim, há um aspecto que deve ser considerado no tocante à liberdade que o ser humano idealiza dispor ante a expectativa de habitar as cidades. Contudo, conforme assinalam Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 17):

A liberdade que oferece a cidade permite, em princípio, a cada instante, ligar ou religar outros laços sociais, abandonar traços culturais antigos e aderir a conteúdos culturais novos. A cidade gera uma liberdade incompatível com o projeto de manipulação que a sociedade industrial contemporânea deve desenvolver para sobreviver⁴⁰.

Sendo assim, a liberdade que a cidade oferece é relativa, principalmente se considerarmos as ações de resistência contra a desigualdade e as pretensões de seus habitantes em construir redes de ações culturais, mas que acontecem como movimentos sociais, protestos, reivindicações, embora muitas vezes, se encontrem na contramão dos projetos ditados pelos organismos estatais, revelando-se, assim, processos consistentes de manipulação cultural difundidos sob a rubrica de igualdade, convivência e fraternidade.

O cenário acima descrito apresenta contornos marcantes na cidade moderna, em razão das profundas mudanças arquitetônicas e humanas que ocorreram na cidade medieval, especialmente a partir da organização do espaço urbano para a produção de uma imagem desejada das urbes, cujo apogeu data do século XIX. Aliás, a esse respeito vale recorrer a uma observação de Le Goff (1992, p. 94), para quem “as estruturas sociais urbanas, mesmo englobando o proletariado artesanal, deixam escapar uma parcela numerosa de pobres e de marginais que a cidade tende cada vez mais a excluir. Pode-se encontrar essa paisagem social na paisagem topográfica?” Muito provavelmente, se realizarmos uma busca minuciosa nos restos e rastros, no sentido de apontamento para vidas, responderíamos a essa indagação afirmativamente, considerando que, conforme afirma Abrahão (2018), quase sempre o embelezamento estético eclipsa de forma radical percursos humanos, bem como a história de atores que de certa forma participaram ativa ou passivamente de um processo de transformação urbana.

Esse cenário tem uma estreita relação com a cidade de Paris, especialmente a partir das grandes transformações do Plano Haussmann, como também com a imagem que se produziu em termos de cartão de visita a partir da Grande Reforma Urbana realizada por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Vale

⁴⁰ Tradução livre de: La liberté qu’offre la ville permet en principe à chaque instant de nouer ou de renouer d’autres liens sociaux, d’abandonner des traits culturels anciens et d’adhérer à des contenus culturels neufs. La ville génère une liberté incompatible avec le projet de manipulation que la société industrielle contemporaine doit, de toute nécessité, développer pour survivre.

salientar que focalizamos uma época que se desenha da metade do século XIX à metade do século XX, na qual as cidades, de um hemisfério a outro, foram surpreendidas pela destruição de marcos seculares de tradição para acomodar todo o arsenal que adveio da revolução tecnológica, com o apagamento de rastros, tanto os relativos às pegadas rotineiras, quanto de paisagens. Não obstante, essa política de transformação das urbes faz parte de um processo contínuo. A consequência mais direta desse processo consistiu em propiciar um *modus vivendi* bastante paradoxal, visto que ao mesmo tempo em que o ser humano se vê rodeado de pessoas, está também desenraizado diante da confluência dos aspectos artificiais das cidades. De resto, a proximidade excessiva funciona de uma forma bastante curiosa pelo fato de representar perdas de referências físicas, em razão da manutenção do anonimato e do automatismo. Cabe, a esse respeito, recorrer a ponderações de Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 47), que são bastante convincentes no tocante a esses aspectos das cidades quando assinalam que:

A cidade é mais o lugar da automatização como processo do que da autonomia: automatização dos conjuntos administrativos, das instituições culturais, da esfera privada, das pessoas diante de equipamentos de vigilância, do esfumaçamento das práticas associativas. Os diversos processos de automatização instauram, na sua dinâmica própria, impactos sobre outras esferas, e o exercício, no que tange ao direito, do poder definido em uma esfera, provocando consequências, não desejáveis. Essas interações múltiplas só são possíveis pela justaposição espacial densa caracterizada como lugar da cidade⁴¹.

Podemos, assim, nos aventurar a afirmar que a cidade moderna não só concorre para acentuar o desamparo do ser humano, no tocante à utilização de seus equipamentos pelas pessoas, o que exige, principalmente, um grau mínimo de instrução. Tem também um peso considerável, para determinados segmentos sociais a competitividade quanto aos espaços habitacionais, bem como a disputa para postos de trabalho e inserção em instituições escolares. Há por fim as possibilidades de acidentes e também o desgaste em processos de locomoção para pessoas que precisam se deslocar de suas residências para os postos de trabalho e que muitas vezes habitam regiões distantes. A depender da configuração das cidades, muitas vezes, na esteira de critérios autoritários, pessoas que

⁴¹ Tradução livre de: La ville est plus le lieu de l'autonomisation comme procès que de l'autonomie: autonomisation des ensembles administratifs, des institutions culturelles, de la sphère privée, des individus vis-à-vis des recodages panoptiques, de la nébuleuse des pratiques associatives. Ces divers procès d'autonomisation instaurent, dans leur dynamique propre, des impacts sur les autres sphères, et l'exercice, dans le respect du droit, du pouvoir défini dans une sphère, provoque des conséquences annexes, non désirables et non voulues comme telles. Ces interactions multiples ne sont possibles que par leur juxtaposition spatiale dense caractérisée comme lieu de la ville.

são deslocadas em razão de intervenções urbanas passam a ter limitações quanto ao retorno às suas residências, representando uma forma de exílio do seu próprio nicho. Aliás, encaminhar-nos-emos, seguindo as ideias de Schorske (1989, p. 54), para quem:

[...] a cidade moderna oferecia um eterno *hic et nunc*, cujo conteúdo era passageiro, mas cuja transição era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de momentos variados e passageiros. Para esse modo de pensamento a experiência da multidão era básica: todos os seres humanos desarraigados, todos únicos.

Além desse aspecto de cunho negativo para o habitante das cidades, há também uma equiparação dos aglomerados urbanos a um corpo doente, razão pela qual são justificadas as grandes reformas que se iniciaram, no século XIX, nas grandes cidades do hemisfério norte, cuja idealização foi trazida para o hemisfério sul, especialmente em duas de suas grandes metrópoles: Rio de Janeiro e Buenos Aires (DEL BRENNNA, 1985).

A comparação da cidade a um corpo doente, no contexto da modernidade, encontrou um forte aliado no tocante aos imperativos estéticos, mas, sobretudo, mobilizado por questões sanitaristas e também eugênicas. Contudo, o fator principal que carrega as reformas urbanas deve-se, fundamentalmente, à perspectiva do lucro, haja vista as cidades que se transformam em verdadeiros parques de exibição para o turismo. A esse respeito recorreremos a Lessa (2000, p. 205), para quem:

A partir do grande ciclo de modificações do Rio, passaram a existir empresas interessadas essencialmente na manutenção e ampliação do gasto público com obras urbanas. [...] a Reforma consagra o matrimônio indissolúvel entre capital imobiliário e poder político local.

Situação análoga pode também ser observada em relação a cidade de Paris, uma vez que conforme argumenta Benjamin (2006) as pessoas mais próximas ao prefeito Haussmann, conseguiram uma ascensão econômica notável, visto que, no seu modo de entender, construíram fortunas escandalosas. Aliás, via de regra, as aquisições imobiliárias eram beneficiadas com a abertura de bulevares, os quais não apenas eram distintivos de visibilidade, como também, pela sua amplitude, melhoravam e facilitavam a circulação dos equipamentos de deslocamento na cidade. Vale a esse respeito recorrer a Harvey (2015, p. 288), ao afirmar que:

Os novos bulevares criaram suas próprias formas de espetáculo, com a agitação das carruagens e dos transportes públicos em superfícies recém-macadamizadas (que, segundo alguns radicais, serviam para impedi-los de erguer barricadas com os paralelepípedos). A chegada das novas lojas de departamentos e dos cafés, que invadiam as calçadas dos novos bulevares tornava poroso o limite entre espaços públicos e privados. A proliferação de cabarés, circos, concertos, teatros e das

populares casas de ópera produziu um frenesi de entretenimento popular [...]. A transformação de parques como *Bois de Boulogne* e *Monceau*, e até das praças, como a *Square du Temple*, em locais de socialização e lazer também contribuiu para estimular uma forma extrovertida de urbanização que destacava a exibição pública da opulência privada.

A sedução estética é tão prenhe, conforme salientou Abrahão (2018), que gradativamente tem o potencial de anestesiar os habitantes de uma cidade, principalmente no tocante ao questionamento e avaliação dos efeitos positivos e negativos das reformas. Esse aspecto se acentua quando políticas de musealização da cidade são difundidas e encontram eco em defensores das reformas, dando às cidades a conotação de um espaço mais sacralizado do que confortável para seus habitantes. É verdade que o manancial técnico e as justificativas científicas são fortes aliados dos gestores, contando também com o braço forte dos aparatos midiáticos para espriar uma espécie de embriaguez travestida em proposta de modernidade e progresso, sem uma preocupação maior com as consequências negativas de cunho subjetivo, ou seja, a legitimidade propalada das reformas concorre, muitas vezes, para acentuar a desigualdade social.

É importante destacar, a esse respeito, que a cidade moderna é entendida como um ponto de convergência de olhares distintos os quais fundamentarão fórmulas específicas de dominação, pautadas, sobretudo, em conhecimento científico na disciplinarização dos espaços construídos e também nos arranjos subjetivos. Esse aspecto, no entender de Pechman (1994), nos convoca a pensar que as reformas urbanas, longe de corresponderem às necessidades de segmentos sociais, assentam-se em propósitos de um pequeno grupo, embora seja propalado um discurso de que a transformação concorrerá para beneficiar a população, eclipsando os verdadeiros interesses que são de natureza econômica, os quais sob diferentes disfarces difundem-se em proporções gigantescas, em pequenos espaços de tempo que obliteram, muitas vezes, a capacidade de reflexão e conscientização, gerando certo estado de embotamento e, às vezes, revolta. Contudo, conforme assinala Ribeiro (2002, p. 98):

O poder é controlado por uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente. Essa reflexão deve, contudo, ser considerada com cautela, haja vista que os impactos da globalização sobre a estrutura socioespacial e, sobretudo, sobre o seu sistema de ação coletivas são mediados pela matriz histórica da formação de classes sociais, do Estado e do sistema de hierarquia social [...] a concentração territorial de operários em bairros distanciados das regiões de alto poder de consumo, participa da cadeia de elos que transformam a objetividade econômica (posição nas relações de

produção) e a subjetividade individual em objetividade social e coletiva.

Queremos, então, considerando a possibilidade de reforma dos centros urbanos quase como uma necessidade cíclica, recorrer, mais uma vez, a Senra (2011, p. 72), em sua caracterização da cidade moderna como:

[...] a cidade aberta, metrópole plena de contrastes; a imagem da multidão; a questão social urbana; a ambivalência retórica e a compreensão do escritor como um *voyeur*, transeunte e leitor privilegiado do urbano. Com seus vícios e torpezas, seduções e encantamentos que se impõem e ultrapassam a dimensão da cidade vício e da cidade virtude, o *ethos* urbano confere uma identidade à cidade muito além do bem e do mal.

Se seguirmos a orientação de Huyssen (2000)⁴², especialmente no tocante à transformação da cidade de Berlim nas últimas décadas do século XX, somos levados a constatar que a elevação dessa cidade a um ícone de progresso e modernidade não é *per si* suficiente para banir ou escamotear os contrastes de um espaço que se renova, marcados, principalmente, por áreas de riqueza e áreas de pobreza. Não muito diferente do que aconteceu com as cidades que sediaram os jogos olímpicos, a exemplo do Rio de Janeiro, cuja reforma urbana pouco incidiu para minimizar a desigualdade social. Na verdade, a cidade moderna, pela sua feição fagocitária, é um espaço heterogêneo disforme posto em pedaços, mas acima de tudo, em constante movimento.

A cidade moderna não deve ser concebida como uma criação espontânea, nem uma simples transformação da cidade medieval, pois tendo seus próprios balizadores, concerne a produção de uma escrita própria que segue diretrizes concernentes a Revolução Industrial, mas igualmente alinha-se ao racionalismo advindo da subversão cartesiana e ao cenário do mundo criado pelas descobertas de Galileu. Esses dois marcos, o advento de um ser pensante que atua no mundo a sua volta e a compreensão dos fenômenos pela interpretação de grandezas matemáticas repercutem, de forma significativa, no dinamismo das cidades, uma vez que o novo modo de entender

⁴² Huyssen (2000) afirma que a principal preocupação dos empreendimentos e a reconstrução dos lugares mais importantes do centro da cidade de Berlim parecem estar mais focados na sua imagem do que em seu uso efetivo, servindo mais como atração para turistas e visitantes do que com a construção de um espaço heterogêneo para os próprios moradores da cidade viverem, mais relacionado com o apagamento das memórias do que com a sua preservação. O autor também afirma que a questão da Berlim central é a de melhorar a decoração dos edifícios governamentais e empresariais para atrair mais atenção internacional. A cidade não se trata mais de um texto múltiplo codificado para ser preenchido por seus próprios moradores e leitores, mas sim de uma imagem e design a serviço da exibição do poder e do lucro.

apresentado pela modernidade, funcionou para as intervenções foram planejadas a priori, ou seja, deviam ser reguladas por planos (reformas) que são legitimadas por argumentos racionalizados. É interessante observar que a cidade moderna é contemporânea da difusão da modalidade escrita (graças à invenção de Gutenberg, das técnicas cadastrais, cartográficas e do telescópio). Há de se mencionar, nesse momento, que esses são os alicerces que concorreram para o advento do biopoder, segundo Foucault (1988), considerando que as cidades são, por excelência, lugares fecundos para o desenvolvimento da biopolítica.

Seguindo a esteira do pensamento foucaultiano, Abrahão e Farias (2021) argumentam que:

O biopoder, ou poder sobre a vida, se desenvolveu a partir do século XVII sob duas formas principais: a primeira caracteriza-se pelo desenvolvimento das disciplinas do corpo; já a segunda forma denota as intervenções e regulações da população, denominada [...] biopolítica da população. Assim, as disciplinas do corpo estão ligadas à ideia do corpo como máquina, ao adestramento desse corpo, exploração de suas forças e sua docilização, enquanto a regulação da população designa os processos biológicos e as condições que os fazem variar, tais como nascimento, mortalidade, longevidade, entre outras.

Ainda no que se refere às premissas que fundamentam essa planificação e ao percurso evolutivo de descrição das urbes em épocas diversas, cabe, finalmente, três considerações sobre as urbes:

Em primeiro lugar, consideramos a idealização de habitantes do meio rural acerca das cidades e dos habitantes do meio urbano em relação à vida rural. É muito comum a difusão da ideia de que a cidade se configura como um polo paradisíaco de múltiplas satisfações e lugar pleno de realização. Contudo, os habitantes das metrópoles, premidos pelas inúmeras exigências próprias das vidas nas urbes, idealizam, com certa nostalgia, uma vida edênica em contato direto com a natureza, no meio rural. Em ambos os casos, estamos diante de construções imaginárias, as quais dificilmente se confirmam, pois tanto se vive bem, quanto mal nas urbes e no meio rural.

Em segundo lugar, há um mantra acerca das cidades propalado da seguinte maneira: seus espaços construídos têm de ser conservados sob pena de virarem ruínas, caso não haja interesses escusos, por parte do Poder Público, em deixar uma região de uma metrópole em total abandono, favorecendo os interesses da iniciativa privada. A ameaça de ruína diz respeito à possibilidade de degradação e ao aparecimento de lugares negligenciados na malha urbana. Movidos por essa ameaça, os gestores das cidades

padronizam um outro mito que consiste em um ideal de progresso e sofisticação a serem obtidos pelas reformas urbanas.

Atualmente, existem campos do saber que defendem a conservação dos espaços públicos, a exemplo do Planejamento Urbano, do Turismo e da Museologia que, conforme assinala Rouso (2016, p. 29), à luz da valorização de “políticas públicas do passado, tornam o passado recente um problema a ser enfrentado, confrontado, resolvido, superado”. Esses espaços de saber preconizam que os determinados vestígios urbanos do passado equivalem a espécies de relíquias as quais a sociedade tem a obrigação de conservar a fim de evitar o apagamento e o esquecimento de patrimônios e monumentos.

Acrescentamos que, além da preservação desses rastros memoriais, devemos também lançar um olhar para as memórias afetivas e entender que as densas paredes que atualmente alojam prováveis formas de vida “oportunistas” (bactérias, fungos, vírus) outrora testemunharam e interagiram com a vida de seres humanos, quer dizer, não é somente o aspecto arquitetônico que interessa, visto que a trama de relações estabelecidas entre humanos e edificações deve ocupar um lugar de destaque nas análises, pois são a evidência mais contundente de uma história.

De resto, em terceiro lugar, os idealizadores dos projetos de reforma urbana lançam mão de vários artifícios, incluindo interesses que nem sempre figuram nos esboços que evoluem para as plantas, sem considerar o contexto das relações sociais, amplamente afetado, seja pelo processo de demolição (que acontece sobre uma transformação do espaço), seja no tocante à remoção de pessoas, criando condições para fomentar as fronteiras móveis que concernem ao processo de segregação, mediante a utilização, sobretudo, de medidas higienistas e eugênicas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Geralmente, a adoção desses critérios é justificada pela promessa de apresentação de um cenário estético aprazível que se produz pelo expurgo de vidas humanas, edificações, paisagens naturais, consideradas indesejáveis ou inadequadas para permanecerem em convivência nos novos espaços. Essa foi fundamentalmente a justificativa do Plano Haussmann, que apresentava em destaque o embelezamento estético.

Cabe sinalizar que a heterogeneidade das urbes, profundamente relacionada ao processo de transformação, não apenas favorece o entendimento da cidade no âmbito de uma imagem literária, com suas alegorias para a dinâmica dessas metrópoles, especialmente em termos de um lado obscuro que as autoridades pretendem abafar e negar. Há, ainda, uma compreensão que se depreende dos dispositivos legais que

autorizaram a execução das reformas, além de diferentes registros em meios de divulgação de informação.

Após essa breve reflexão sobre os aspectos teóricos a respeito da origem das cidades, iniciaremos um aprofundamento nos recortes espaciais selecionados. Sendo assim, a próxima seção versará sobre os antecedentes das reformas efetivadas por Haussmann na cidade de Paris.

3 OS *GRANDS TRAVAUX* DE HAUSSMANN E A CIDADE DE PARIS

Nas andanças presumidas por um investigador, no caso o autor dessa tese, existem pretensões estabelecidas a priori que são recursos a serem utilizados para o desafio de realizar incursões em duas grandes metrópoles (Paris e Rio de Janeiro). Por isso, nos ocuparemos da apresentação de um ponto de partida, à medida que, ao estarmos imersos em situação de campo, passaremos a fazer parte dos cenários urbanos de várias maneiras. Na pele de cartógrafo, inclino-me a realizar uma expedição entendida, sobretudo, como uma aventura, um projeto e um propósito, gestados em minha imaginação desde os tempos que me decidi por uma escolha universitária no campo da Geografia, interessando-me pela Geografia Humana. Contudo, se é de expedição que estamos nos referindo, precisamos apresentar os antecedentes que prepararam o terreno para nossa movimentação. Em princípio, não nos omitiremos em admitir que, de antemão, devemos ter o cuidado de utilizar instrumentos que nos auxiliarão nos diversos enfrentamentos próprios de uma caminhada dessa natureza, ou seja, imaginariamente recorreremos a bússolas, astrolábios, lunetas, telescópios, réguas, compassos, sonares, radares, que constituirão os lemes a nos apontar direções e nos guiar.

O momento inicial dessa expedição remonta a uma época em que vislumbrávamos a possibilidade de uma estadia na capital francesa para seguir os rastros, restos e resíduos, produzidos e deixados pelo responsável da grande transformação da cidade. Esse grande acontecimento remonta, segundo Chaudun (2021), ao período de 1853 a 1870, o qual, metaforicamente, retirou Paris das tenebras devido à perpetuação das trevas da Idade Média para lançá-la nas luzes, mediante a justificativa de modernidade e progresso.

Sendo assim, a expedição a que nos propusemos, em solo parisiense, consistiu no desafio de descrever as nossas pegadas, a partir de incursões em desenhos, mapas, croquis, esboços. Esses documentos conformam um verdadeiro texto, cuja autoria remete a uma aspiração grandiosa de Napoleão III para modelar Paris de forma única e singular, conforme afirmam Des Cars e Pinon (2005, p. 16): “A ideia de realizar grandes perfurações na capital para abertura de novas vias, de constituir uma *Grande Croisée* de Paris, de ligar as estações entre si e ao centro é, obviamente, uma ideia de Napoleão III, trazendo assim embelezamentos e saneamento a Paris”⁴³. No ideal de grandiosidade do

⁴³ Tradução livre de: L'idée de percer la capitale de nouvelles voies, de constituer une "Grande Croisée de Paris", de relier les gares entre elles et avec le centre, d'apporter ainsi embellissements et assainissements à Paris, est évidemment une idée de Napoléon III.

Imperador, a cidade deveria tornar-se um polo terrestre a irradiar suas luzes para o mundo, conforme podemos depreender no discurso que esse monarca pronunciou, na comemoração do segundo ano da eleição presidencial, quando afirmou: “abramos novas ruas, higienizemos os bairros populosos que não têm ar durante o dia, assim a luz benéfica do sol penetrará em todas as partes de nossas paredes enchendo de brilho nossos corações”⁴⁴. Nada mais expressivo do que um posicionamento dessa natureza, cujo impulso para sustentá-lo é a luminosidade. Aliás seus dois apelidos “O Grande” e “Rei Sol”, segundo Girard (1986), são evidências de suas ambições, em especial de sua intenção em ser equiparado à estrela que comanda os corpos celestes do sistema solar.

O Imperador conhecido pelas suas astúcias e bravuras em guerras escolheu, segundo Pinon (2016), aquele que se alinhou as suas pretensões, sem medir esforços, nem avaliar as consequências de uma empreitada de tamanha envergadura, Georges Eugène Haussmann, que esteve no poder, na condição de prefeito e de senador, por aproximadamente vinte anos (até ser destituído por aquele que lhe teria dado a “carta branca” para criar a nova Paris). O seu propósito consistiu em uma espécie de reviravolta, a ponto de, caso julgasse necessário, não se intimidar na remoção de “pedras edificadas” as quais, no seu entender, obscureciam a cidade dando-lhe um ar taciturno, para ter lugar um processo de retificação a partir de desapropriações, escavações, perfurações, criação de redes viárias, redes de distribuição de água e de gás e também uma ação eficaz no tocante ao destino dos esgotos que a tornavam insalubre, fétida e repulsiva.

Descrever cartograficamente a transformação de Paris no tempo em que a cidade ficou ao encargo de Haussmann consiste em enumerar e situar as ações realizadas, com referências cronológicas, porém sem deixar de lado uma preocupação fundamental que concerne aos cenários originários e, à medida do possível, considerar as evidências que sinalizam os seus impactos.

Para prosseguir por essa via de experimentação, considerando a afetação em razão dos indícios com os quais somos confrontados diante da façanha de reunir rastros para corporificá-los em memórias, sabíamos que estaríamos imbuídos, antes de tudo, da função voltada ao discernimento e análise dos processos pelos quais ruas, avenidas, praças e bulevares, depois de um processo de ampliação e retificação, passariam a compor

⁴⁴ Tradução livre de: Ouvrons des rues nouvelles, assainissons les quartiers peuplés qui manquent d'air de jour, et la lumière bienfaisante du soleil pénètre partout dans nos murs comme la lumière dans nos cœurs. Discours prononcé à Hôtel de Ville le 1^{er} décembre 1850.

um cenário afeito às novas edificações as quais, doravante, integram-se à paisagem ideal com harmonizações entre o espaço aberto e as habitações em uma proposta de integração.

Certamente, o aparecimento das novas edificações, bem como o desaparecimento de muitas outras, constituem uma rede impressionante basta atentarmos para os diferentes planos subterrâneos nos quais se assenta a luminosa Paris⁴⁵. O novo cenário, produzido pelo apelo à luminosidade e às aberturas para evitar a asfixia, teve um efeito imediato no tocante à proposta de uma solução para as grandes dificuldades de mobilidade na cidade, justificadas principalmente pelas características de ausência de planejamento retilíneo das ruas, além da concentração de espaços exíguos constituídos por ruas estreitas, becos, passagens, vielas. Os contornos tortuosos existentes em alguns espaços de circulação deveriam, bem como as ruas estreitas, segundo a vontade de Napoleão III, deixar de existir, pois eram responsáveis pela sensação de sufocamento e vida na penumbra.

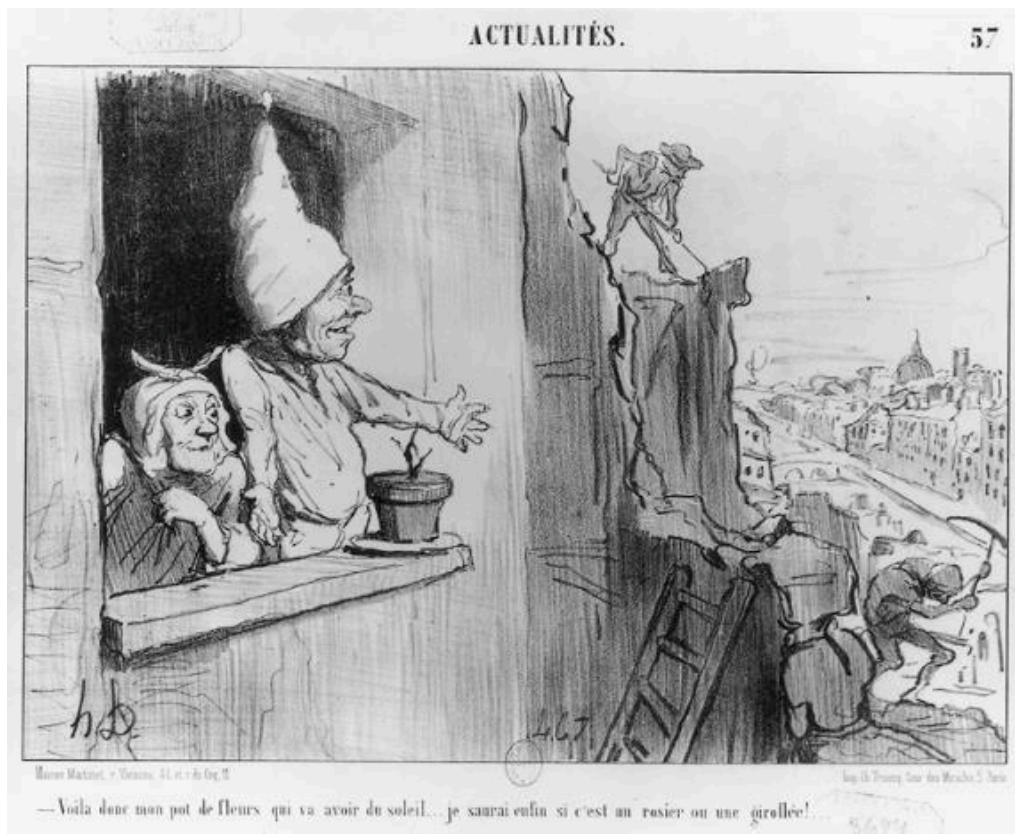
Seguindo essa direção, podemos admitir que as intenções da autoridade máxima francesa eram de produzir uma paisagem dominante na capital a servir de exemplo para as demais cidades do país e também para outras cidades no mundo, conforme verdadeiramente aconteceu, visto que, segundo aponta Pinheiro (2011), foram muitas as extensões do modelo e da influência da haussmannização, começando na Itália pelas reformas em Milão, Florença, Roma, Turim, e nas seguintes cidades: Bruxelas, Londres, Saigon, Cairo e em Nova Deli. Cabe acrescentar que as grandes cidades do interior da França também aderiram ao modelo haussmanniano em proporções consideráveis na construção de prédios seguindo esse estilo arquitetônico. Mas, nos interessa então pensar acerca dessa influência na realização da grande reforma que aconteceu no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Depois desse longo parêntese retomamos a nossa discussão em relação à cidade de Paris. Em certo sentido, a decisão de transformá-la não deve apenas ser relacionada a uma necessidade de embelezamento que não considerou a possibilidade de restauração e conservação, haja vista que é o domínio político que se dispõe a figurar em primeiro plano. Por esse motivo, a figura que seria encarregada da realização desse sonho deveria, a partir da liberação de grandes financiamentos, empenhar-se na organização de uma equipe técnica para a elaboração de mapas e croquis, a ponto de não poupar qualquer pedra que estivesse no caminho considerada como uma inviabilização à produção do novo cenário. Não há dúvida de que o homem escolhido para assinar e realizar essa façanha

⁴⁵ A cidade tem limites horizontais e verticais, no que se refere ao espaço físico no interior das muralhas. Em relação ao espaço subterrâneo, não há limite no tocante às escavações e construções.

sabia muito bem o que estava fazendo e seus primeiros movimentos voltaram-se para a criação de espaços amplos, arejados para os quais se faziam necessárias inúmeras desapropriações de terrenos e de imóveis, o que, em mais de uma década, respingou na pasta orçamentária em razão do quantitativo de indenizações e, conseqüentemente da realização de um trabalho duplo: demolir e construir. A imagem seguinte é uma excelente ilustração.

Imagem Ilustrativa 03 Gravura de Daumier sobre os *Grands Travaux*



Fonte: Harvey, (2015).

Se capturarmos os pormenores da gravura de Daumier, nos deparamos com um grande contraste entre sombra e luminosidade e, também, a reação de satisfação dos habitantes em razão da reforma ter possibilitado o acesso à luz do Sol, fonte de vital importância ao cultivo de plantas. Ainda, a gravura destaca também os princípios de retidão e a amplitude dos espaços urbanos sendo produzida pelas mãos de operários conformados com a determinação para a execução de tarefas.

Cabe acrescentar que em função das reformas, as cidades transformam sua forma, imagem e estrutura pelas pressões decorrentes do planejamento, principalmente a partir de interesses de especuladores e agências de financiamento. Ambas circunstâncias,

acreditamos, excluem os pobres, sendo os mesmos reconhecidos como cidadãos de segunda classe, mas necessários para algumas finalidades. No entanto, as autoridades, para sua tranquilidade, devem conter e controlar esse segmento social, com pouca expressividade em termos do poder de consumo.

Claramente, no entender de Hobsbawm (2012, p. 295), “para os planejadores, os pobres são uma ameaça pública, capazes de criar distúrbios, e, por isso, propõem que seus pontos de concentração sejam eliminados através da abertura de bulevares e avenidas.” Essas seriam as medidas necessárias para a dispersão e afastamento da população pobre das regiões valorizadas, como também para se moverem na busca de moradia e novos postos de trabalho. Além disso, na visada do empreendedorismo, a população pobre é um mercado descartável pelo fato de não gerar lucro, comparado ao segmento da população com elevado poder de consumo que efetivamente dispõe de condições para a aquisição de espaços confortáveis para moradia.

Ao segmento da população pobre, uma vez que suas habitações são demolidas, resta dedicar uma parte de seu parco tempo para se deslocar até as periferias na esperança de encontrar alocações a preços condizentes com sua realidade econômica. Quase sempre as indenizações pagas pelas desapropriações são valores irrisórios para a aquisição de imóveis pela população removida, visto que segundo Pinon (2016) o processo de remoção consiste na transformação que retifica o espaço urbano, conforme aconteceu em Paris.

Quanto às demolições devemos estar atentos aos seus dois significados, visto que, por um lado, determinados espaços de convivência, certamente habitats, são condenados ao desaparecimento, enquanto que, por outro, muitas vidas foram removidas, impedidas de neles circular. Esse é um dos principais impactos de uma reforma realizada por escavações, perfurações, arrasamentos e demais processos de alteração de uma paisagem. No entender de Pinon (1999), esquadrinhar o espaço para a realização de uma escavação é consequência de uma proposta de transformação com vistas à produção de novas vias que impõem cenários, deslocando para o plano da imaginação as pedras até então existentes. Desse modo, o resultado de uma escavação consiste na ampliação dos espaços de circulação, muitas vezes saturados em razão da densidade de pessoas e de aparatos técnicos, como os meios para deslocamento, haja vista que dificilmente uma cidade, depois de muito de tempo de criada comporte as diferentes paisagens produzidas⁴⁶.

⁴⁶ Sem um estrito controle estatal é praticamente impossível, ao longo da criação das cidades, prever e comportar as alterações técnicas e científicas que surgem com o passar dos anos.

Mas é preciso salientar que a nova face que começa a se produzir na cidade de Paris, a partir da década de 1850, foi gestada por Napoleão III, cinco anos antes, de 1849 a 1853, conforme depreende-se da leitura de Girard (1986), dando continuidade, porém em uma perspectiva completamente diferente aos trabalhos realizados pelos prefeitos Gilber-Joseph-Gaspard Chabrol (1812 a 1830), Claude-Philibert Rambuteau (1833 a 1848) e Jean-Jacques Berger (1848 a 1853). Então não podemos afirmar seguramente que a transformação da cidade de Paris tenha sido conduzida somente por Haussmann, mas que ele foi encarregado de produzir as soluções esperadas para os aspectos que desagradavam o Imperador, ávido por uma imagem reluzente da capital francesa.

Para conseguir esse intento, sujeira, feições estéticas da Era Medieval, funcionamento de determinados serviços como curtumes, matadouros, comércios e também formas de habitações aglomeradas deveriam desaparecer do centro da cidade, conforme salienta Pinon (2016). Nesse sentido, inúmeros projetos foram elaborados e então fazia-se urgente a passagem da teoria à prática, o que exigiu previamente medidas orçamentárias para a realização de grandes empréstimos e a promulgação de leis para desapropriações de terrenos e residências.

Cabe salientar, como nos aponta Chaudun (2021), que a administração das economias estava sob o controle do Conselho voltado para a construção civil, o que concorreu para o aparecimento de muitas companhias financeiras movidas pela possibilidade de enriquecimento, contando com ajuda política no momento das concessões. Esse fator teve um desdobramento significativo, segundo Halbwachs (2008), no processo de aquisição de terrenos e moradias a baixos preços pela iniciativa privada, visando uma negociação a preços maiores, uma vez que estava impedida pelo Estado de atuarem na realização das obras. Quer dizer, o setor privado estaria autorizado a adquirir terrenos e imóveis e, conseqüentemente, vender os mesmos para o Estado. Contudo essa postura governamental foi, segundo Pinon (2016, p. 7), “compensada por uma reflexão intensa; uma abundância extraordinária de propostas que constituíram o terreno fértil do qual se inspiraram Louis-Napoléon e Haussmann”⁴⁷.

Os rastros dessas circunstâncias são devidamente acondicionados nos três livros biográficos escritos por Haussmann (1879a, 1879b, 2000), cujos títulos escolhidos começam pela palavra “memória”, os quais contêm também seus posicionamentos,

⁴⁷ Tradução livre de: est compensée par une intense réflexion, un foisonnement extraordinaire de propositions, qui constitueront le vivier dans lequel puiseront Louis-Napoléon et Haussmann.

justificativas e apresentação da verdadeira dimensão dos acontecimentos, frequentemente esfumada pelos seus opositores e críticos, conforme sugere Chaudun (2021, p. 23):

O fato de o canteiro de obras haussmanniano ter caído sob o golpe de seu sarcasmo não é nada alarmante. O que percebemos desde os primeiros passos do novo prefeito parecia ser apenas uma extensão do programa empreendido por seus antecessores. E todos aprovaram. Porém, uma depressão comprometeu o bem-estar material garantido a cada um em oposição à abdicação das liberdades pessoais, e a crítica, excluída do domínio político, ressurgiria no terreno do embelezamento de Paris. Assim, a recessão de 1857, logo que transbordou o círculo das altas finanças, incidiu, de forma negativa, diretamente, nos operários da construção, cujos salários não aumentaram mais. Contudo, os negócios dos especuladores não ruíram, como também os entristecidos espíritos foram, finalmente, retirados de seu isolamento, juntamente com os céticos, os nostálgicos e outras mentes voltadas para o passado⁴⁸.

Na verdade, havia uma insatisfação pela obra de Haussmann e igualmente por sua atitude pessoal. Ambas tinham amplas ressonâncias que concorreram para o aumento da hostilidade apontada em termos de um despotismo. Além do mais, as acusações de corrupção tiveram um peso significativo, uma vez que, conforme afirma Calatrava (2007) aconteceram determinadas manobras para encobrir ou escamotear operações de enriquecimento, desde pequenos negócios até os grandes promotores da especulação imobiliária. As acusações são contundentes, conforme depreende-se na afirmação de Viel-Castel (2005)⁴⁹ apresentada, em tom enérgico, pelas seguintes palavras “Haussmann, o prefeito de Paris, é um ladrão: as provas de seus roubos que tem lugar nas operações da Câmara Municipal, são dribladas, astutamente, por um advogado que se encarrega das instruções para encobri-las”⁵⁰. As acusações eram apontadas em termos de enriquecimento pessoal, em relação às quais Haussmann (1979b, p. 409) comenta, em

⁴⁸ Tradução livre de: Que le chantier haussmannien tombât sous le coup de leurs sarcasmes ne signifie rien d’alarmant. Ce que l’on perçut des premiers pas du nouveau préfet semblait n’être que le prolongement du programme entrepris par ses prédécesseurs. Et tout le monde l’approuvait. Cependant, qu’une dépression vienne à compromettre le bien-être matériel garanti à chacun en contrepartie de l’abdication des libertés personnelles, et la critique, exclue du domaine politique, resurgirait sur le terrain des embellissements de Paris. Ainsi, la récession de 1857, dès qu’elle déborda du cercle de la haute finance, fit gémir les ouvriers du bâtiment dont les salaires ne grimpaient plus, les spéculateurs dont les affaires ne tournaient plus, et, à leur train, les esprits chagrins enfin tirés de leur isolement, les sceptiques, les nostalgiques et autres antiquaires.

⁴⁹ O livro digitalizado não permite que sejam identificadas as páginas em função de perdas pelo estado de conservação.

⁵⁰ Tradução livre de: Haussmann, le préfet de la Seine, est un voleur. Les preuves de ses vols sont déposées chez un avoué de Paris. On commence même, dans le Conseil municipal, à être instruit des infamies du préfet.

forma de se inocentar: “eu ouvi os rumores a que você se referiu; eu os persegui com preocupação; queria descobri-los, apreendê-los, obter provas deles; eu nunca pude”⁵¹.

Podemos, assim, aludir que a estratégia de Haussmann em relação às acusações consistiram, na verdade, em uma atitude de *mea culpa*, convertendo-se em uma dupla armadilha que o manteve aprisionado. Por um lado, os três livros que escreveu são narrativas incontestáveis acerca da história dos *Grands Travaux*, fato esse que impede os historiadores de não reconhecerem o seu engajamento, mesmo diante da necessidade imperiosa de pormenorizar críticas. Por outro lado, Haussmann ofuscado pela luminosidade e pelo seu ideal de grandiosidade, valeu-se de argumentos ingênuos diante de evidências irrefutáveis, como o nepotismo em relação aos seus familiares os quais obtiveram somas significativas pelos trabalhos executados (CHAUDUN, 2021). Mesmo assim, depreende-se que, pela leitura dos *Mémoires*, é praticamente impossível construir uma história positiva ou negativa do urbanismo parisiense, sem uma alusão direta ao conjunto dessas memórias, visto que a haussmannização rompeu fronteiras a partir do momento em que Paris ascendeu à luminosidade, soterrando e transformando suas zonas sombrias em regiões nobres.

No entanto, tanto pelas sendas iluminadas quanto pelas regiões funéreas e outras eclipsadas, são as advertências até então apontadas que cerceiam as margens dos caminhos a serem percorridos em nossa investigação, para a qual nos disponibilizamos a nos desnudar para não sermos ofuscados pela potência dos raios de luminosidade. Ao contrário, teremos de nos familiarizar com a anamorfose que, aos poucos, passará a fazer parte de nossas idas e vindas, nas representações cartográficas realizadas, no plano imaginário, pelo processo de distorção de limites preestabelecidos para, enfim, podermos estabelecer uma relação entre espaço, paisagem, restos de vida, dinâmica subjetiva, na produção de memória.

Assim preparamos o terreno no qual indicaremos as nossas incursões sem nos atermos a rumo prévio, pois de antemão temos clareza que partimos de algum lugar, mas não dispomos de nenhuma certeza acerca de onde chegaremos e se realmente chegaremos, pois declinar diante de acontecimentos é também uma virtude humana, a depender das circunstâncias e das pedras com as quais nos defrontamos, muitas vezes, obstáculos irremovíveis, não do ponto de vista técnico, mas para quem é sensível às questões que concernem ao âmbito da experiência humana.

⁵¹ Tradução livre de: j’entendu les bruits auxquelles vous faites allusion; j’ai les poursuivis avec inquiétude; j’ai voulu les découvrir, les saisir, en acquérir la preuve; je ne l’ai jamais pu.

Então, atraídos pelas cenas e cenários da capital francesa, adotamos a posição de cartógrafos, subjetivados pelas incursões no campo da Geografia, envolvidos com nossa expedição, movidos por muitas inquietações, anseios e desejos de traçar, mesmo na forma de esboços poucos legíveis, as impressões que serão construídas em memórias. Trata-se de uma experiência de encontro na qual são colocadas à prova sensações, imaginação, pensamento e demais atribuições do ser humano que são próprias do percurso de vida, pois o que até pouco tempo mostrava-se tão longínquo, com um oceano a ser atravessado, descortina-se em paisagens múltiplas repletas de formas, cores, sons, odores, imagens, mistérios.

Estamos diante de uma perspectiva, termo tão familiar a um geógrafo, pela qual se abrem caminhos objetivos e imaginários, os quais pelas suas configurações amorfas, apresentam-se como impulsões para percorrê-los. Considerando a via na qual fomos capturados, adentramos ao espaço urbano da capital francesa que, como um espaço qualquer, descortina-se de modo a nos surpreender e sermos inevitavelmente afetados pelos brilhos, sons, odores, flores, rochas, árvores, pássaros, pequenos roedores e outras tantas adversidades.

Curiosamente, cada desvelar que acontece concorre para a abertura de novas trilhas enigmáticas que tanto podem ser seguidas, devido ao seu poder de sedução, quanto podem ser evitadas, devido ao caráter de estranheza e repulsão. Mas, uma vez começada a expedição, os ventos indicam que devemos caminhar e que diante da fascinação que decorre do encontro, não é mais possível ignorar a evidência das ocorrências.

Então, nos encorajamos e decidimos prosseguir, contando com o auxílio de uma bússola para, diante de situações de perdição e estados de epifania, nos despertar para orientar-nos cautelosamente, seja a partir das evidências dispostas a céu aberto; seja em relação aquelas que são imaginadas em sua existência nas profundezas do solo parisiense, marcadas pelo contraste de sombra e luz. Sem dúvida, a condição de luminosidade da superfície e sombra para alguns espaços subterrâneos conforma camadas com estéticas diferenciadas. Há ainda um referencial de separação, no plano de luminosidade quando nos reportamos às grandes portas de passagem e controle que delimitavam duas realidades: o espaço urbano com contornos de finitude, interno às muralhas (*arrondissements*) e um espaço construído a partir das fronteiras demarcadas pelas muralhas que se abrem em expansão em uma direção oposta às muralhas que lhes serve

de ancoragem (*banlieues*)⁵². Certamente são cenários distintos, principalmente no tocante ao campo das características arquitetônicas, econômicas, densidade populacional, capacidade de reconhecimento e certamente condições sociais.

Uma vez que avançamos por esse pórtico, em um processo de “tatear”, nos familiarizamos um pouco com os efeitos produzidos e com a novidade sentida em uma primeira vez. Para nos aproximarmos das coisas, seremos advertidos que, ao lançar um olhar, nos mobilizaremos pelo encantamento e adversidade e, em função dessa mobilização, por vezes, corremos o risco de esquecer que somos também olhados.

O passo seguinte que se sucede ao olhar consiste na empreitada da realização, a passos lentos, para aproximação no intuito de analisar o que se afigura diante de nós. Contudo, o processo se repete, visto que estamos também sendo afetados. Questionamos as intrincadas sutilezas capturadas pela nossa visão acerca dos indícios do espaço e esse questionamento resulta da intervenção do espaço em nós com potentes forças para sinalizar que a travessia pela situação nos fará sair com marcas. Enfim, quando elaboramos minimamente o espaço com o qual interagimos, nos lançamos na aventura interpretativa, para dar prosseguimento a nossa expedição. Sem nos atentarmos, ao cruzar o espaço, deixamos indícios de nossa existência e, ainda mais, saímos sem processar muitas vezes o arrebatamento que a afetação do espaço nos causou.

A nossa passagem, mesmo que efêmera, não só tem a conotação da construção de cenas, nas quais são visíveis a heterogeneidade decorrente de nossa subjetividade com os signos físicos do espaço, como também é um indício de começo de uma escrita em cenários dinâmicos que representam sobretudo um encontro, seja para um caminhante que se desloca na cidade pelos diversos equipamentos, seja para um *flâneur* que se propõe a interagir permitindo-se ser afetado e depois, se for o caso, traduzir em palavras, quando possível, essa afetação.

Sendo assim, quando nos propomos a uma expedição por uma cidade, diferentemente de outras formas de adentramento, como deslocamento laboral, escolar ou turismo, assumimos a postura de um investigador inquieto e disponível, como um contemplador ativo que faz perguntas àquilo com que se defronta, mas também obtêm

⁵² As antigas muralhas da cidade de Paris demarcavam fronteiras entre bairros nobres e localidades periféricas da cidade, onde encontramos regiões diferenciadas com populações de alto poder de consumo, bem como classes sociais pauperizadas. As regiões no interior das grandes portas têm seu crescimento controlado e limitado, enquanto que aquelas que se estendem para além das muralhas crescem indeterminadamente. Cabe acrescentar que a manutenção das portas na estrutura urbana nos dias atuais, sugere um símbolo de separação entre classes sociais, de maneira não somente física, como principalmente simbólica.

respostas ou se vê diante de um emaranhado de indagações pela quantidade de indícios que o surpreende.

Desse modo, adotamos uma via de caminhada e constatamos que uma cidade não se resume à disposição das edificações formando ruas, visto que tanto as construções quanto as pessoas se encontram em contínua interação. Por esse motivo, temos a clareza de que o espaço ao qual adentramos é um dispositivo de ação onde podemos ler a história que insinua um passado, considerando que, pelos rastros com que nos confrontamos, somos levados a construir memória.

Esse encaminhamento merece ser justificado: as cidades nos despertam curiosidade tanto naquilo que elas nos apresentam quanto naquilo que elas escondem, a ponto do tracejado das linhas da história ter sempre rasuras, sinais de desgaste pela passagem do tempo, remendos decorrentes das restaurações, presença de coisas novas e o vazio de tudo que deixou de existir na composição da nova paisagem. Será que estamos falando de edificações, monumentos, praças, jardins? Certamente não, pois é a dimensão social que está sendo evidenciada nessa expedição, da qual provavelmente saberemos que depois de caminharmos, nos transformaremos subjetivamente de forma irreversível, ou seja, ao finalizar o período dessa expedição à capital francesa e ao nos distanciarmos dela, obrigatoriamente estaremos profundamente afetados e nos encontraremos em outro lugar, na condição de responsáveis pela sua execução.

Assim, as andanças em Paris projetaram a possibilidade de um olhar, com uma espécie de ferramenta com a qual tentaremos nos aproximar de espaços tão familiares e tão desconhecidos da cidade do Rio de Janeiro, porém seguindo um fio condutor que pode fazer transportar de um espaço a outro em átimos, sem refazer o caminho traçado pelas pegadas do engenheiro Francisco Pereira Passos (em sua estadia, na capital francesa para estudo, na segunda metade do século XIX), mesmo porque as nossas pretensões divergem profundamente das dele, uma vez que somos cômicos acerca da impossibilidade de a cidade do Rio de Janeiro vir a se transformar a partir do modelo da cidade de Paris. No entanto, não nos distanciaremos das marcas traçadas por esse engenheiro que transformou a região central da cidade do Rio de Janeiro, pois pretendemos encontrar os possíveis elos de admiração e aproximação do prefeito carioca com o executor dos *Grands Travaux*.

Resta salientar que a expedição aludida não corresponde a uma finalização e sim a uma abertura para outros possíveis olhares, não somente em termos da dinâmica das cidades, mas sobretudo sobre o seu pulsar contínuo, o qual, às vezes, nos mobiliza para

que possamos entender minimamente o seu contorno, a sua história e assim, nos posicionarmos diante da ideia de que os espaços, bem como as paisagens, contêm restos de vidas, motivo pelo qual as cidades somente podem ser pensada no âmbito social, visto que, conforme afirma Pinheiro (2011, p. 27):

A estruturação social não existe sem espaço. E a natureza social implica ser o espaço da cidade necessariamente histórico, posicionado em marcos temporais, geográficos e culturais. Ou seja, o espaço é sempre concreto, possuindo qualidades físicas, e, não sendo um fenômeno estático, encontra-se em permanente transformação.

Não nos resta qualquer dúvida acerca de que a estrutura social é a maior responsável pelo grande dinamismo dos espaços nas regiões urbanas, tanto pelas marcas deixadas pelos seus usuários em suas múltiplas interações, quanto pelas conformações naturais próprias a um topos constituído pela matéria e transformado em razão da capacidade racional do ser humano.

Em uma aproximação sobre esse contexto, compreende-se que as ações de transformações de um espaço urbano dependem do seu gestor considerar a possibilidade de ser um agente que, além de primar pela conservação, restauração e produção de novidades a serem incorporadas à paisagem em camadas completamente novas, deve ter em mente que os resultados de suas ações concorrerão para a formação de edificações compósitas, as quais conterão concretamente ou de maneira insinuada, em suas estruturas, marcos de épocas diferentes.

Todavia, um prefeito que se imbuí da tarefa de modernizar uma cidade, como Haussmann, o qual não mediu esforços para suplantiar um estado considerado caótico, destruindo becos e vielas para abrir amplas avenidas e bulevares, não deve ser lembrado simplesmente como um reformador e sim como um engenheiro social, visto que cada pedra retirada, bem como as que são colocadas, têm profundos impactos sociais. Em certo sentido, o trabalho de Haussmann pode ser equiparado, metaforicamente, ao processo de um “parto” em que a vida intrauterina força o ventre materno para vir à luz⁵³. A analogia assim pensada, segundo Blancot (2005), nos indica que Haussmann teria gestado uma cidade, afastando-a das possibilidades de zonas de obscuridade. Mas há um fato: a cidade-luz surgiu a partir das sombras, das penumbras e da escuridão. Em uma atitude corajosa, Haussmann rasgou avenidas, ampliou horizontes, removeu obstáculos e modernizou a

⁵³ Aliás existe uma expressão que difundiu um parto como um acontecimento de dar à luz, pois, na verdade, o ventre materno é um lugar de escuridão.

cidade de Paris, de modo que a capital francesa que atualmente conhecemos é bela e monumental, atrelando-se a uma lógica para se perpetuar e, conseqüentemente, perpetuar o nome daquele que simbolicamente foi encarregado da realização do “parto”, fazendo sucumbir as regiões obscuras da cidade medieval, para fazer surgir grandes construções para as quais apontam os holofotes do mundo.

Porém seria um equívoco ter a compreensão de que, segundo Toledo (1996, p. 142) “quem pensa que ele (Hausmann) estava apenas transformando uma vila medieval em uma capital para os tempos industriais, engana-se”. Não resta nenhuma dúvida que esse processo de transformação aconteceu. Contudo, conforme apontou Benjamin (2006), em razão dos inúmeros conflitos sociais que marcaram a história da capital francesa com episódios sangrentos, a verdadeira finalidade da haussmannização consistiu em demolições com amplas aberturas, propiciando a criação de corredores de circulação para garantir o êxito e a eficácia das manobras militares e assim, melhores condições de abafar motins, protestos e revoltas da população que tomavam a feição de uma guerra civil.

Analisando a questão por esse prisma, chega-se à conclusão de que a ampliação do espaço pela criação de largas avenidas e bulevares, orientados pela perspectiva do alinhamento e da retidão, funcionou para a mobilidade de viaturas militares, com o intuito de impossibilitar, definitivamente, a organização das barricadas em solo parisiense, porém essa finalidade sequer fazia parte da elaboração dos croquis e esboços de reforma, uma vez que ficava evidente a necessidade de um plano urbanístico de embelezamento estratégico (PINON, 2016). Na verdade, a estratégia voltada para a facilitação das manobras militares era considerada uma espécie de “segredo de Estado” e provavelmente a dimensão do embelezamento estético com o propósito de arejamento e eliminação de condições insalubres deveria figurar como o único argumento a ser difundido para justificar todas as operações da reforma.

A considerar essa peculiaridade, uma finalidade que esconde outra, não podemos deixar de enveredar pela compreensão de que preocupações com o bem-estar de altos setores da burguesia e o destino de camadas populares insatisfeitas com a precariedade das condições básicas em que viviam (cujos posicionamentos políticos eram considerados uma afronta ao poder vigente), redundaram em práticas de higienização para combater focos de contágio de doenças visando à diminuição e o fim de mortandade em massa. Entretanto, em contrapartida, as medidas eugênicas utilizadas para a demolição e a aberturas visando ao arejamento e ampliação, concorreram para retirar do cenário urbano ruas e habitações populares, tendo como consequência a remoção de pessoas para regiões

periféricas, radicalizando a segregação social e criando regiões bem diferenciadas, no tocante à melhoria, pela produção de equipamentos e serviços com maior concentração no interior do grande cinturão parisiense delimitado pelas muralhas.

Porém, essa divisão reafirma, mais uma vez, que as cidades são espaços múltiplos, multiformes e dinâmicos, dispostos em camadas temporais, cada uma sendo a abertura para acontecimentos específicos, visto que cada camada temporal, tanto de Paris quanto do Rio de Janeiro, resulta da combinação de vários fatores que singularizam esses espaços urbanos com suas paisagens características e signos, símbolos, luminosidade, bem como outros tantos indicadores das mudanças ocorridas em anos, décadas, séculos ou mesmo milênios. Todo esse conjunto, uma vez disposto metaforicamente em órbitas especiais, são indícios assaz reveladores para a construção de uma memória e, tomando essa linha de raciocínio, como ponto de argumentação chegamos à conclusão de que cada cidade não pode ser pensada sem as marcas de seu tempo, da complexidade de suas condições geográficas, de seus habitantes, das ideologias circulantes e principalmente das transformações decorrentes de vontade e interesse político, sem esquecer as variantes econômicas que, direta ou indiretamente, estão presentes.

3.1 Descortinando a vida de um homem pelas suas pegadas

O cruzamento selado pelo encontro de dois homens ambiciosos foi marcado por momentos de glórias e também de decepção, além de ter, para ambos, desdobramentos diferentes com relação às malhas traçadas pelo poder. Em certo sentido, Napoleão III, após o golpe que fez ressurgir o regime imperial na França, nutria um propósito quanto à possibilidade de o seu nome se transformar em uma referência para os franceses, cuja ressonância fosse de reconhecimento internacional. Aliás, ele nunca escondeu essa sua obstinação. Por esse motivo, conforme aponta Girard (1986), as trilhas idealizadas para a criação da Paris monumental deveriam trazer, como distintivo, referências a sua pessoa. Mas por um, podemos dizer, “acidente de percurso”, o que se perpetuou a partir da transformação da cidade foi o estilo arquitetônico e os rastros indestrutíveis deixados pelo homem de sua maior confiança: o *Préfet-Baron de la Seine*, Georges Eugène Haussmann, que se tornou um nome polissêmico no âmbito da dinâmica das cidades, tanto nas acepções de substantivo, adjetivo e verbo, quanto de uma modalidade de urbanização, mesmo sem ter formação de arquiteto, engenheiro ou urbanista. Quer dizer, o nome que

tem ressonâncias nos diversos recantos do planeta, em termos arquitetônicos e que simboliza Paris, a partir da segunda metade do século XIX, é Haussmann com indiscutíveis projeções internacionais mediante suas influências no planejamento para reformas de muitas metrópoles, em vários continentes dos hemisférios norte e sul.

Podemos fazer a esse respeito uma conjectura: os traçados idealizados nos esboços e croquis por Haussmann, para a transformação de Paris, tinham um poder de atratividade convertido em luminosidade, o qual, em certa medida concorreu para ofuscar o sonho megalomaníaco de Napoleão III, de ser ele a referência marcante do solo francês para o mundo, haja vista que as evidências são, a esse respeito bastantes comprobatórias. Quer dizer, o adjetivo haussmanniano tem projeto e reconhecimento no âmbito das reformas urbanas significativamente maiores quando comparado ao adjetivo napoleônico, haja vista, conforme assinalam Des Cars e Pinon (2005, p. 16) que “é, sem dúvida, graças ao espírito de luta que os contemporâneos designaram à Haussmann - e não Napoleão - como responsável pela transformação de Paris e, portanto, explicitamente como seu autor”⁵⁴.

Nesse sentido, Haussmann pode ter sido a pedra no caminho que limitou a amplitude dos anseios do imperador, em razão, sobretudo, de seu caráter estratégico e de sua veia carismática em suas pretensões de ser incluído no rol artístico das Belas Artes, quando diante da grandeza dos cenários produzidos, idealizados em sua imaginação, não poupou esforços ao escolher para si a condição de “artista demolidor”, como uma referência para ser lembrado e reconhecido. Sem dúvida, conforme assinala Pinheiro (2011), se Haussmann foi uma pedra no caminho no tocante às pretensões do imperador em se immortalizar pela transformação de Paris em uma cidade moderna e monumental, com relação a si próprio, todos os flancos estiveram livres, à medida que, em um certo passe de mágica, praticamente todas as pedras foram retiradas de seu caminho e mesmo as que restaram, tiveram uma curta duração, dada era sua potência demolidora, a partir dos seus argumentos e de sua capacidade persuasiva. Eis mais uma acepção que podemos atribuir ao nome Haussmann: difusor único da cidade de Paris no século XX com irradiações para o mundo.

Em certo sentido, o nome de Haussmann somente pode ser empregado, em razão de duas das três acepções possíveis, no plural. Como um nome, Haussmann se perpetua nas grandes estruturas arquitetônicas produzidas na capital francesa, conforme entende Chaudun (2021, p. 11):

⁵⁴ Tradução livre de: C’est sans doute grâce à ce combat que les contemporains ont désigné Haussmann - et non Napoléon - comme responsable de la Transformation de Paris, et explicitement comme son auteur.

Hausmann é um nome que desvela um sentido: Hausmann é Paris. Como um verbo derivado desse nome, haussmannizar tem o significado de fazer perfurações, ventilar, desobstruir, quer dizer, libertar os fluxos, tanto das vias como das pessoas, tanto da água como do gás, tanto do capital... Haussmannizar é projetar o caos ancestral em luz total⁵⁵.

Podemos ainda trazer, no âmbito da dimensão histórica, a acepção de adjetivação também tributária ao seu nome, uma vez que o termo “haussmanniano” qualifica operações de transformações urbanas, sendo, sem dúvida, indício de um estilo, no caso arquitetônico, que se projetou além da capital francesa para outras grandes cidades do país e do mundo.

No tocante ao substantivo “haussmannização”, trata-se de um neologismo que passa a circular em diferentes meios parisienses, expandindo-se para além de suas fronteiras, que tem sua tradução como um processo relativo à reforma realizada, por um conjunto complexo de intervenções no tecido urbano justificado como caótico, para ser transformado em ícone de modernidade. Na verdade, o sentido mais apropriado para esse termo consiste em pensar a ação apontada pela palavra, como uma modalidade de intervenção radical no meio urbano, carregada por um tipo de estilo. Também essa acepção pode contemplar a referência a um acontecimento histórico em uma cidade que se transformou, segundo os princípios preconizados pelo seu idealizador, mas devidamente influenciado por Hausmann, conforme nos lembra Pinon (1999). No entanto, uma marca desse nome, em termos de reforma urbana, carrega o sentido de intervenção de grande proporção, significando uma espécie de ruptura com a paisagem até então existente e criação de novas paisagens, conforme afirma Paquot (2016).

Eis a interpretação mais plausível, segundo Chaudun (2021), de que Hausmann projetou uma modernidade, em termos de descontinuidade irreversível, para o cenário de caos da Paris medieval, ou seja, selou metaforicamente, com uma pá de cal e muitas rochas, o túmulo relativo aos cenários sombrios e lúgubres de um passado para projetar a metrópole em paisagens de luzes e cores; cenários esses que se mantêm até então como o indício mais evidente da modernidade.

Esse movimento de lançamento de um cenário urbano para uma dimensão futura, com vistas ao desmoronamento completo de um passado, decorreu da transformação de

⁵⁵ Tradução livre de: Hausmann: le nom tombe sous le sens. Comme verbe qu'on en a fait, H est Paris; haussmanniser, c'est percer, aérer, désengorger, c'est-à-dire libérer les flux, ceux des biens comme des personnes, de l'eau come du gaz, celui des capitaux tout autant... Haussmanniser, c'est le projeter le chaos ancestral en pleine lumière.

várias de suas malhas, criando condições para a fluidez de conexões, introduzindo, em seu modo de entender, melhoramentos principalmente pela modificação radical de sua infraestrutura, seguindo as premissas delineadas por um modelo ideológico e cultural: a cidade de Paris deveria se eternizar ímpar, visto que nenhuma outra metrópole, por mais moderna que viesse a ser, estaria à altura de superar seu brilho e até mesmo ameaçar sua posição de destaque.

A ideia de projeção de um cenário de luz visando solucionar um estado de caos referindo a um passado de trevas é a imagem mais apropriada para fazer alusão à importância daquele que capitaneou, segundo Pinon (2016), a realização dos *Grands Travaux*, na cidade de Paris a partir de 1853. O ato de nomeação do então prefeito ocorreu em sessão solene com o Imperador Napoleão III (segundo da esquerda para a direita). Posteriormente em outra reunião, o Imperador entrega a Haussmann (quarto da esquerda para a direita) um decreto de anexação das regiões circundantes ao perímetro da cidade conhecida como Paris, delimitado pelas muralhas ou pelos seus vestígios. A imagem a seguir ilustra o momento de entrega desse decreto.

Imagem Ilustrativa 04 Napoleão III entregando decreto a *Haussmann*



Fonte: Arquivo pessoal, (2021).

Após a nomeação de Haussmann pelo Imperador Napoleão III, o prefeito permaneceu no cargo até 1870, ano da destituição pelo mesmo Imperador, o que significou, além disso, a sua saída definitiva da cena política, não por uma opção, mas por uma imposição. Porém, a força da imagem de que é possível projetar o estado de caos referido à cidade para retirá-la das sombras, principalmente pela remoção de ruas, casas, praças e jardins, considerados escombros indesejáveis, quanto a remoção de pessoas, é de tamanha consistência que efetivou e perpetuou Paris como cidade luz. A luminosidade produzida pelas mãos de Haussmann, a partir de suas ideias grandiosas de transformar Paris em uma obra de arte, custou caro aos cofres públicos, causando, igualmente, a inquietação e o descontentamento de parisienses que defendiam prioridade de outras necessidades.

Ainda, há um aspecto de grande preocupação dos críticos que concerne ao contingente de pessoas que foram removidas, condenadas a viver em regiões periféricas e longínquas, à medida que os espaços nos quais habitavam desapareceram da paisagem da cidade, em razão dos decretos de desapropriação, como medidas públicas em prol do progresso, mas que apresentavam, de forma insinuada, propostas higiênicas e também eugênicas em razão dos desdobramentos de segregação social e controle de pessoas.

Mesmo considerando essas adversidades, a força da luminosidade da capital francesa, segundo Pinon (1995), é de tal envergadura que gestou vários projetos para reformas de cidades na Europa e em outros continentes, obviamente no tocante a ser um cartão de visita que se propagou da reforma, o que de certo modo, oblitera cenários e o *modus vivendi* das pessoas que foram obrigadas a se alojarem nas periferias, em condições bem precárias, circulando nos *arrondissements* apenas para a prestação de serviços. Para cumprir essa finalidade, uma significativa ampliação do sistema viário com regras explícitas de funcionamento aconteceu, dando prosseguimento aos feitos iniciados nas gestões anteriores de Chabrol e Rambuteau reconhecidos, segundo Pinon (2016), como referências marcantes da extensão do sistema viário com criação de linhas de acesso e integração. Embora esses prefeitos tivessem modificado o tecido urbano de Paris, de certo modo, fizeram acréscimos sem alterar drasticamente o cenário existente.

Por esse motivo, a reforma produzida pelos *Grands Travaux* pode ser comparada metaforicamente a uma tocha que, uma vez tendo sido acendida, manteve-se com seu brilho, mesmo diante de grandes intempéries com as duas grandes guerras e outras de menores proporções. Por essa razão, os críticos desfavoráveis à realização da reforma não podem negar que a cidade alterou substancialmente a sua paisagem, transformando-se em

livro vivo, compondo uma história com capítulos extensos em letras douradas, dificilmente ofuscáveis, especialmente pela noção de grandeza que se espraiava nos mais ínfimos recônditos do planeta, cidade de uma modernidade considerável desde o final de século XIX.

Sendo assim, podemos afirmar que a Paris gestada por Haussmann continua perfeitamente em franco desenvolvimento, mas sem se distanciar dos propósitos de seu gestor, que, comparativamente à cidade, conserva seus rastros em indícios evidentes. Ainda, os cenários anteriores são objeto de grande desconhecimento, especialmente devido ao incêndio do *Hotel de Ville* de 1871, que segundo Pinon (2016), destruiu a maior parte dos documentos, como também atingiu restos valiosos que seriam propícios para difundir a personalidade do grande homem, pelas suas ações. Na verdade, o incêndio destruiu papéis, mas pouco afetou os traçados que foram modificados ou criados pelos *Grands Travaux*⁵⁶.

Esse incêndio causou uma grande lacuna no processo de construção de memória relativa ao cenário produzido para a cidade pelo qual é alçada à rubrica de cidade-luz. No entender de Chaudun (2021), o repatriamento tardio de parte dos documentos que foram conservados em Berlin não significou a tentativa de preenchimento de uma lacuna temporal, mas foi dificultado pelas falhas nos documentos devolvidos. De certo modo, as condições de conservação não beneficiaram a manutenção da integridade dos documentos, nem na sua originalidade, uma vez que com o tempo sofreram um grande desgaste. Sem dúvida, a destruição desses documentos, logo após a destituição de Haussmann do cargo de *Préfet de la Seine*, representou uma perda de valor inestimável, principalmente no tocante às suas aspirações de se eternizar a partir de seus feitos, com recurso a provas cabais. Como os documentos foram destruídos pelo incêndio, o próprio Haussmann, antes de sua morte, não poupou esforços e se encarregou da montagem de sua extensa biografia, intitulada *Mémoires* em três tomos (HAUSSMANN, 1979a, 1979b e 2000), conforme já citado anteriormente.

Nesses três extensos volumes, são esquadrihados os traçados planejados para a grande reforma, bem como são apresentados croquis que justificam demolições,

⁵⁶ Essa ressalva concerne ao fato de que, em função das guerras travadas por Napoleão, grande parte dos acervos foram conservados na Alemanha, sendo devolvidos, com danos, tempos depois, mas que se converteram em evidências importantes, segundo Pinon (2016) para a construção da personalidade do grande homem que transformou Paris, a partir da grandiosidade e minúcias que podem ser apreendidas em seu projeto, na explanação dos planos para demolição e apresentação de planilhas orçamentárias. Esse trabalho minucioso mereceu a atenção de Halbwachs (2008) no tocante às suas elaborações acerca da memória.

arrasamentos, desvios de fluxos fluviais, criação de redes de esgotos, construção de malhas para a implementação de redes de aquecimento, aumento da capacidade de aquedutos para melhorar as condições de águas potáveis e outros tantos esboços que, de certo modo, conformam a superposição de vários planos verticais subterrâneos como atualmente é a cidade de Paris, profundamente escavada e perfurada, nos seus solos e alinhada na sua superfície.

A bem dizer, os cenários visíveis banhados pela luz do sol se assentam em galerias e vias de metrô e de trens, bastante iluminadas e ventiladas; como também redes de esgotos, as quais conjuntamente com as catacumbas são um cenário tenebroso, praticamente lançado às trevas em um contraste marcante com a luminosidade da superfície e das linhas de circulação dos equipamentos de mobilidade.

A ideia de uma dinâmica heterogênea na qual se interpenetram cenários e cenas da capital francesa, com todos os seus emaranhados, encantos e assombrações nos remonta, dentre inúmeras possibilidades, a marcante intervenção urbana que ocorreu na segunda metade do século XIX, capitaneada pelo conhecido e eternizado *Préfet Baron de la Seine*, tanto na criação de grandes bulevares, parques, praças, avenidas, edifícios monumentais, quanto nos recônditos mantidos sob escombros e paisagens taciturnas que, pelos rastros evidenciados, nos sinalizam, no entender de Debary (2019), a existência de vidas.

Supomos, com certa convicção, que arquitetos, engenheiros, economistas, cartógrafos, geógrafos, urbanistas, artistas, literatos e outras tantas pessoas que são confrontadas com o cotidiano da cidade de Paris não terão muita dificuldade de saber a quem nos referimos, tanto em razão de seus grandes feitos, na capital francesa, como sua influência para intervenção em outras metrópoles, considerando as evidências que nos obrigam, ao sermos interpelados quando flanamos na cidade, a lembrar do seu nome, a começar pelo *Boulevard Haussmann* com seus quase três quilômetros de extensão, indo do oitavo ao nono *arrondissement*, sendo sua construção iniciada em 1857, conforme nos indica Chaudun (2021).

Sem dúvida, esse pequeno preâmbulo já insinua o nome do homem e de sua obra: Georges Eugène Haussmann, cujos rastros atravessam Paris do grande bulevar até a sua última moradia no *Cimetière du Père-Lachaise*, situado no vigésimo *arrondissement*, ao lado de seus entes queridos. No entanto, a lápide que lá encontramos tem um significado próprio, a ponto de constar no mapa que fica na entrada principal do cemitério para orientar as pessoas curiosas em conhecer túmulos de mortos famosos como Jim Morrison,

Edith Piaf, Allan Kardec, Oscar Wilde, Frédéric Chopin, Marcel Proust, Auguste Comte, Amedeo Modigliani, Maria Callas, entre tantos outros.

No entanto, a expedição em meio a tumbas e epitáfios (sem nenhuma direção a ser seguida, visto que nos encontrávamos na pele de verdadeiros *flâneurs* tocados pelas pedras dos jazigos e restos fúnebres), exigiu de nós, em certo momento, conter a dispersão e assim, apresento-lhes um rastro mediante a imagem a seguir:

Imagem Ilustrativa 05 Tumba da família Haussmann em Paris



Fonte: Arquivo pessoal, (2021).

Evidentemente que a imagem é bastante interpelativa e aguça nossa curiosidade quanto a escrita eternizada em mármore e outros indícios pelo realizador dos *Grands Travaux*, como também os mistérios, dissonâncias e contradições acerca de uma reforma urbana de tamanha envergadura. Na tentativa de minimizar essa inquietação apresentaremos a seguir um percurso calcado sobretudo em seu transcurso de vida, contendo legados corporificados em fatos e ficções, tendo como suporte os rastros de grandes historiadores que se debruçaram em esmiuçar a vida privada e pública do “artista

demolidor” como ele próprio se auto intitulava, ou, Haussmann *le Grand*, conforme o apresenta Valance (2009, p. 7) “um daqueles heróis de um novo tipo que apareceram, no século XIX, junto com a máquina a vapor e o telégrafo elétrico”⁵⁷.

Assim, somos praticamente impelidos a adotar uma sistematização para apresentá-lo e, seguindo a esteira de uma tradição secular, faremos uma montagem, considerando os fatos dispostos em ordem cronológica em uma espécie de tabela com três grandes colunas, especificamente destinadas a uma marca de temporalidade, a um evento em particular e ao acréscimo por intermédio de notas, para manter fidelidade aos nossos propósitos de cartógrafos, construídos nas andanças pelo terreno da Geografia e da Memória Social⁵⁸. Como critério de orientação quanto à referência das fontes pesquisadas, optamos por remeter ao acervo no qual os documentos pesquisados se encontram, além da indicação de livros e artigos publicados.

Tabela 1 Percurso histórico de Haussmann

Índice cronológico	Acontecimento	Notas suplementares
27/3/1809	Nasce, em Paris, Georges Eugène Haussmann filho de Nicolas Valentim Haussmann e Marie Caroline Valentim Haussmann (CHAUDUN, 2021)	Segundo de uma família de quatro filhos.
1820	Início dos estudos de Haussmann no Liceu Henri-IV.	Atual Liceu <i>Condorcet</i> .
1826	Haussmann ingressa na Faculdade de Direito de Paris.	Há a esse respeito, uma longa passagem, no tomo III das <i>Mémoires</i> , no qual Haussmann (2000) se ocupa da pormenorização de suas impressões da cidade. Faz suas refeições no Restaurante <i>Flicoteaux</i> , próximo a Sorbonne, descrevendo o entorno

⁵⁷ Tradução livre de “un de ces héros d’un nouveau type qui apparaitront au XIXe siècle en même temps que la machine à vapeur et le télégraphe électrique.

⁵⁸ A construção das três colunas decorreu de uma exaustiva pesquisa cuja organização e compilação em fontes documentais, seguindo um critério cronológico para possibilitar a leitura dos cenários de vida e do trabalho do realizador dos *Grand Travaux*, ocorreu em três espaços específicos, conforme mencionado a seguir: 1. *Archives de Paris* (AP) 2. *Bibliothèque Administrative de la Ville de Paris* (BAVP) e 3. *Bibliothèque Historique de la Ville de Paris* (BHVP). Grande parte dos documentos desses acervos, praticamente a sua totalidade, não se encontra disponível em formato de documentação eletrônica, sendo acessíveis somente por solicitação prévia com hora marcada, mediante apresentação de uma justificativa plausível, atestada por um documento oficial. E ainda, para muitos documentos somente é permitida a consulta sob acompanhamento de um profissional que orienta o manuseio para preservar a integridade do material.

		como templo da miséria e da fome ⁵⁹ .
1831	Ainda muito jovem, aos 23 anos, Haussmann assume o cargo de Secretário Geral da Prefeitura de <i>Vienne</i> .	Comuna situada a quase quinhentos quilômetros de Paris próxima às fronteiras da Itália e da Suíça.
1832	Acontece uma grande epidemia de cólera na capital francesa dizimando mais de vinte mil pessoas, sendo um alerta em termos de condições higiênicas e sanitárias que facilitavam o contágio. (SCHNAIDERMAN, OLIVEIRA e PEREIRA, 2015).	A argumentação das autoridades é que essa epidemia decorreu sobretudo das péssimas condições sanitárias de muitas habitações.
15/6/1833	Haussmann assume o cargo de subprefeito na região de <i>Yssingeaux</i> . (CHAUDUN, 2021)	Comuna situada a quase seiscentos quilômetros de Paris próxima a <i>Vienne</i> na região <i>Haute-Loire</i> .
1812-1830	Gaspar de Chabrol toma posse como <i>Préfet de la Seine</i> .	Nomeado por Napoleão I, esse prefeito se encarregou de reformas expressivas em Paris.
28/6/1833	Claude Berthelot Rambuteau assume a prefeitura de <i>la Seine</i> com grandes ideias de reformas, mas realizando apenas algumas de pequeno porte (BHVP).	Esse prefeito manteve-se no cargo até 1848. No mês seguinte de sua posse foi aprovada a lei relativa aos procedimentos de desapropriação de imóveis sob alegação de interesses de utilidade pública. Sem dúvida, esse ato abriu caminho para Haussmann realizar seu plano.
9/10/1833	Haussmann assume o cargo de subprefeito de <i>Nérac</i> .	<i>Nérac</i> é uma comuna francesa situada na região administrativa da Nova Aquitânia, no departamento <i>Lot-et-Garonne</i> há mais de setecentos quilômetros de Paris.
12 a 14/4/1834	Protestos e motins acontecem em Paris resultando no massacre da <i>Rue Transnonain</i> , atual <i>Rue de Beaubourg</i> , nas imediações onde foi inaugurado, na década de 1970, o <i>Centre Georges Pompidou</i> .	A manifestação que ocorreu em 9 de abril, na cidade de Lion, organizada pela Sociedade dos Direitos Humanos, teve reflexos na cidade de Paris pela barricada nessa rua,

⁵⁹ A descrição do trajeto realizado de sua residência até a Sorbonne é bastante rico em termos das impressões que passam a fazer parte da sua vida. Afirma que durante sua ida atravessava as pedras do *Halles*, onde se confrontava com barracas de venda de peixes, seguia pela *Pont-au-Change*, a qual se encarregou de sua reconstrução ampliando-a, passando pelo Palácio da Justiça, covil repleto de ladrões e assassinos. Ao entrar na *Place Saint-Michel* tinha a sensação de ser um esgoto a céu aberto em função das águas que escorriam de várias ruas e vielas. A descrição do trajeto apresentada por Haussmann deixa entrever o horror em relação ao caos, com sinais claros de repulsa. Daí diante desses cenários lúgubres reafirma, cada vez mais, sua obsessão pela limpeza e clareza diante das lembranças amargas que são verdadeiras agruras e aflições de sua infância, bem como de sua adolescência.

		momento em que um capitão da infantaria foi ferido por um tiro, supostamente disparado de uma janela. Por causa desse tiro, metade das pessoas que se encontravam no prédio foram executadas como também as que permaneceram vivas foram gravemente feridas pelos soldados. (BAVP); (AP).
17/7/1836	Hausmann recebe o título de Cavaleiro da Legião de Honra ⁶⁰ .	
17/10/1837	Casamento de Hausmann com Louise-Octavie. (CHAUDUN, 2021)	Mulher de uma família da famosa região vinícola de Bordeaux, cidade portuária do sudoeste da França, situada há quase seiscentos quilômetros de Paris.
17/1/1840	Nascimento de Marie-Henriette Hausmann.	Primeira filha do casal Hausmann.
19/2/1840	Hausmann assume o cargo de subprefeito de <i>Saint-Girons</i> . (CHAUDUN, 2021)	<i>Saint-Girons</i> é uma comuna francesa do Departamento de <i>Ariège</i> , situada há quase oitocentos quilômetros de Paris.
3/5/1841	Entra em vigor o Decreto-Lei que amplia o domínio das desapropriações, para a necessidade de implantação da rede ferroviária. (BHVP)	Em certa medida, esse decreto é mais uma das circunstâncias que facilitaram a realização do plano Hausmann.
23/11/1841	Hausmann assume o cargo de subprefeito de <i>Blaye</i> . (CHAUDUN, 2021)	Comuna francesa da região administrativa da Nova Aquitânia no departamento de <i>Gironde</i> , situada aproximadamente há quase seiscentos quilômetros de Paris.
1/12/1843	Nascimento de Valentine Hausmann	Segunda filha do casal Hausmann.
20/2/1847	Hausmann é congratulado com o título de Oficial da Legião da Honra.	
24/1/1849	Hausmann toma posse como prefeito de <i>Var</i> . (CHAUDUN, 2021)	Departamento francês, cuja capital é Toulon, situada na região de Provence há quase novecentos quilômetros de Paris.

⁶⁰ A Ordem Nacional da Legião de Honra francesa é uma instituição que, conduzida pelo Grão-Chanceler e o Grão-Mestre, é responsável por conceder a mais alta condecoração honorária para pessoas que se destacam em solo francês. Essa legião foi fundada em 19 de maio de 1802, pelo Primeiro Cônsul da República Napoleão Bonaparte, no intuito de reconhecimento e recompensa aos soldados e civis que prestaram eminentes serviços à nação. (FRANC, 2014).

3/3/1849	Acontece um novo surto de cólera em Paris com mais de dezesseis mil vítimas. (SCHNAIDERMAN, OLIVEIRA e PEREIRA, 2015)	Mais uma situação de calamidade que chama atenção das autoridades para medidas higiênicas e sanitárias.
19/6/1849	Decretação de uma lei de urgência para interditar, por um ano, as agremiações, os clubes e reuniões políticas. Essa lei contribuiu de forma positiva para que <i>Emile Ollivier</i> ⁶¹ retomasse sua carreira privada, aferrando-se na defesa e difusão dos ideais republicanos. (BHVP)	Diante da aridez e da impopularidade de uma medida dessa natureza, causada pela interdição, as autoridades, na tentativa de dissuadir os operários de uma ação política, decidiram restaurar o direito de greve e acabar com as restrições para a realização de reuniões. Ambas medidas não surtiram os efeitos esperados.
11/5/1850	Hausmann assume o cargo de prefeito de <i>Yonne</i> . (CHAUDUN, 2021)	Região francesa localizada no condado de <i>Bourgogne</i> , há trezentos quilômetros de Paris.
26/11/1851	Hausmann assume a prefeitura de <i>Gironde</i> . (CHAUDUN, 2021)	Departamento francês, situado no sudoeste do país, na região Nova Aquitânia, há aproximadamente seiscentos quilômetros de Paris.
2/12/1851	Golpe de Estado de Napoleão III.	Existem rumores, segundo Chaudun (2021), de que Hausmann sonhou em ser cúmplice desse Golpe de Estado, porém, de nenhuma forma, contribuiu para o mesmo, embora no dia anterior estivesse em Paris.
3 a 4/12/1851	Hausmann assume um cargo em Bordeaux, demonstrando o início de sua oposição às ideias do Duque de Orleans. (CHAUDUN, 2021)	
21 e 22/12/1851	É realizado um plebiscito para decisão quanto à fórmula “Os franceses querem a manutenção de Louis-Napoléon Bonaparte, delegando-lhe poderes de estabelecer uma constituição”. (BHVP)	O resultado dessa consulta popular foi o triunfo pela vitória.
26/3/1852	Entrada em vigor do decreto que amplia as medidas de desapropriações relativas às vias desalinhadas e residências insalubres. (BVP). Pinon (2016).	O decreto presume um processo de retificação das ruas eliminando as suas curvas, justificado como ampliação para a entrada de luz e circulação de ar.

⁶¹ Político francês que ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 2 de Janeiro de 1870 a 9 de Agosto de 1870.

2/12/1852	Dia da proclamação do Império de Napoleão Bonaparte, com grande cerimônia no <i>Hotel de Ville</i> . (BHVP)	O plebiscito confirmou a sua indicação selando os conteúdos da mensagem de promulgação de uma nova constituição.
17/2/1852	Entrada em vigor do decreto de 17 de fevereiro de 1852 para regular as atividades da Imprensa. (BAHV)	Esse decreto determina que, por um período de dezesseis anos, órgãos de imprensa têm a obrigação de incluir comunicados oficiais, visando conter a onda de críticas de artistas e escritores como Émile Zola (2004). É interessante constatar que a Imprensa foi submetida a uma forte censura e dispunha de pouco poder para se posicionar em direção contrária. ⁶²
1/1/1853	Hausmann é condecorado com o título de Comendador da Legião de Honra. (CHAUDUN, 2021)	
29 e 30/1/1853	Casamento de Napoleão III com Eugénie de Montijo. (BHVP)	Última imperatriz da França ⁶³ .
20/2/1853	O Ministro do Interior duque de Persigny convoca prefeitos de cidades mais importantes para uma reunião em Paris, dentre os quais estava Hausmann. (BAVP)	
3/6/1853	Inauguração do primeiro pavilhão central do <i>Les Halles</i> , obra iniciada na gestão do Prefeito Rambuteau. (AP)	Napoleão III não aprovou o projeto arquitetural nem apreciou positivamente a obra. No subsolo do local havia uma prisão de praticamente oito andares subterrâneos, que apresentava as piores condições de custódia (PINON, 1999).
22/6/1853	Cerimônia de posse de Hausmann no cargo de prefeito da cidade de Paris. (BHVP)	Em função desse cargo e sua dimensão na gestão da cidade ficou reconhecido como <i>Préfet-Baron de la Seine</i> .

⁶² É digno de nota um fato: Henri Rochefort, à frente da direção da revista semanal *La Lanterne*, não teve pulso forte ou mesmo não quis controlar e abafar a onda de críticas. Essa sua atitude custou-lhe, segundo Chaudun (2021) um curto período de exílio.

⁶³ É interessante a esse respeito considerar o comentário da mãe da jovem imperatriz, conforme assinala Chaudun (2021, p. 23): “O povo reclama do alto preço das coisas e principalmente dos alugueis. É uma grande reclamação contra as demolições feitas em Paris”. Esses dois argumentos, embora apreciáveis de diferentes ângulos, não têm força suficiente para serem sustentados, ou seja, são inconsistentes.

Tradução livre de: Le peuple se plaint de la cherté des substances et surtout des loyers. C’est un grand grief contre les démolitions faites à Paris.

2/8/1853	O Ministro do Interior duque de Persigny convida o conde Henri Siméon para fazer parte da Comissão encarregada dos projetos para pensar o embelezamento de Paris. (BHVP)	Essa Comissão realiza a primeira reunião quatorze dias depois com a presença do imperador Napoleão III.
3 e 4/9/1853	Hausmann viaja para a Comuna de <i>Dieppe</i> na comitiva do Imperador. (BHVP)	<i>Dieppe</i> é uma comuna francesa, situada na Normandia há quase duzentos quilômetros de Paris.
25/10/1853	Nova reunião plenária da Comissão convocada pelo Ministro do Interior. (BAVP)	Nesta reunião foram analisados, apreciados e discutidos os primeiros esboços elaborados pela Comissão para o embelezamento de Paris.
6/12/1853	Última reunião plenária da Comissão convocada pelo Ministro do Interior. (BAVP)	A Comissão foi encarregada de apresentar, em vinte dias, o relatório final dos trabalhos realizados em formato de um projeto.
27/12/1853	O conde Henri Siméon envia para o imperador o Relatório Final elaborado pela Comissão. (BHVP)	
4/8/1854	Hausmann apresenta ao Conselho Municipal seu primeiro e detalhado relatório sobre a rede de abastecimento de águas de Paris. (BHVP).	O relatório apresentado é um projeto de reforma das vias de escoamento das águas na cidade de Paris.
26/4/1855	Viagem oficial do casal imperial à Grã-Bretanha, na qual Hausmann se encontrava em missão na cidade de Londres. (AP)	Enquanto o Imperador e o prefeito se encontravam na Grã-Bretanha, o Corpo Legislativo autoriza um empréstimo de setenta e cinco milhões de francos para a prefeitura. (BAVP)
14/6/1856	Batismo do príncipe imperial no <i>Hotel de Ville</i> contando com a presença do casal imperial.	Hausmann foi responsável pela recepção na qualidade de Grande Oficial da Legião de Honra. (BHVP).
9/6/1857	Decretação do cargo de Senador para Hausmann, ampliando o escopo de suas ações. (BAVP).	Esse cargo configurou-se como um tipo de benesse, uma manifestação suplementar de uma concessão do Imperador, sem ter nenhum poder político. Contudo representou um aumento significativo no seu salário, conforme afirma Chaudun (2021). Dez dias depois de assumi-lo, Hausmann lança uma proposta de escavação e perfuração para

		a construção do <i>Boulevard Saint-Michel</i> .
28/5/1858	Aprovação pelo Corpo Legislativo, com algumas alterações, do pedido de financiamento de cento e oitenta milhões de francos. (BAVP)	Esse foi um momento de tensão entre o Setor Financeiro da Prefeitura e o prefeito Haussmann.
16/7/1858	Hausmann apresenta o segundo projeto para a solução das águas de Paris. (BAVP)	Esse projeto seria uma complementaridade ao primeiro, considerando que determinados pontos críticos não foram beneficiados.
19/11/1858	Entrada em vigor do Decreto que institui o Fundo de Obras de Paris. (BAVP)	Com esse decreto, Haussmann teve mais condições de realizar as suas obras, principalmente diante do alerta do estouro dos orçamentos, sob alegação de corrupção.
12/03/1859	Lançamento do projeto de desapropriação, escavação e demolição para fins da construção do <i>Boulevard Magenta</i> . (BHVP)	
10/10/1859	Entrada em vigor do Decreto sobre a divisão de atribuições e de competências entre a Polícia e a <i>Prefecture de la Seine</i> . (BHVP)	Esse decreto já é um prenúncio da tentativa de restringir o poder de Haussmann e acalmar um setor da população completamente insatisfeito com as reformas e os gastos públicos.
11/1/1860	Hausmann participa como membro nas deliberações do Conselho de Estado. (BAVP)	Essa inclusão teria como finalidade recuperar a imagem desgastada do prefeito.
27/3/1860	Casamento de Marie-Henriette Haussmann com Camille Dolfus.	Existem rumores, segundo Heurteux e Moncan (2002), de que críticos e inimigos de Haussmann supunham que o casamento fazia parte de uma estratégia para recuperar poder, dadas as injunções que contribuíram para a sua realização.
24/7/1860	Cessão pelo governo francês do <i>Bois de Vincennes</i> a região administrativa da cidade de Paris para a sua reforma e transformação. (BAVP)	O Castelo e a Igreja foram mantidos sendo atualmente espaços para visitação turística.
22/12/1860	Hausmann tem assento nas sessões do <i>Conseil des Ministres</i> . (BHVP)	Mais uma vez a participação nessas sessões se converte em aumento do poder e prestígio do <i>Préfet de la Seine</i> .

10/05/1861	Hausmann apresenta o terceiro projeto para as obras de reforma acerca das águas de Paris. (BAVP)	O problema hídrico da cidade era bastante crítico tanto em termos de abastecimento quanto da rede de esgotos.
28/11/1864	Pronunciamento de um discurso popular pelo qual Hausmann opõe-se violentamente à proposta de um conselho municipal eleito. (BHVP)	A proposta apresentada consistia em um projeto de constituição de um Conselho Municipal mediante eleição, com participação do povo.
23/2/1865	Casamento de Valentine Hausmann com o Visconde Maurice Pernety.	Heurteux e Moncan (2002) argumentam que circulou à época notícias de que esse casamento também fazia parte de uma negociação para atender aos interesses de Hausmann.
12/7/1865	Entrada em vigor de uma lei que autoriza a Prefeitura de Paris a conseguir um empréstimo de duzentos e cinquenta milhões de francos. (BAVP) (AP)	
26/8/1865	Entrada em vigor do decreto para o desmembramento do <i>Jardin de Luxembourg</i> . (BHVP)	
2/12/1867	Assinatura do tratado de consolidação entre a Prefeitura e a instituição financeira <i>Crédit Foncier</i> . (BAVP)	Em função do esgotamento dos orçamentos, cada vez mais eram realizados altos empréstimos, gerando uma dívida de grandes proporções. Os rumores de roubo e corrupção tinham fortes expressões e extrapolavam os corredores da prefeitura.
7/12/1867	Eleição de Hausmann para a <i>Académie des Beaux-Arts</i> . (AP)	A indicação veio ao encontro de uma aspiração e anseio de Hausmann em ser uma figura reconhecida também no mundo artístico, principalmente em razão da escolha do nome “artista demolidor”, para si próprio.
19/4/1869	Entrada em vigor da lei ratificando o Tratado de Consolidação, cujo conteúdo consiste na abolição da <i>Caisse</i> para os <i>Travaux de Paris</i> . (BAVP)	Esse teria sido um grande golpe para as aspirações de Hausmann uma vez que em decorrência do aumento de gastos e do acúmulo de dívidas, os financiamentos foram cortados.
29/5/1869	Inauguração da Estação de Águas de Mont-Souris, visando à melhoria do abastecimento de Paris. (BAVP)	Esse reservatório passou a acumular as águas distribuídas pelo Aqueduto de <i>Vanne</i> .

1/1/1870	Interrupção definitiva de financiamento para a realização das reformas propostas por Haussmann, com o fechamento da <i>Caisse</i> para a realização dos <i>Grands Travaux</i> . (BHVP)	Esse ato encerrou todas as possibilidades em termos das pretensões do <i>Préfet de la Seine</i> . Ao tomar conhecimento da situação que levou a sua destituição do cargo de prefeito, Haussmann (2000) tenta se retratar, em vão, em tom de lamento, ao afirmar sobre as acusações de roubo e corrupção, que “esses rumores, eu os ouvia com preocupação”, forjando uma espécie de desculpa. Queria descobri-los, apreendê-los, encontrar provas: nunca consegui” ⁶⁴ .
5/1/1870	Entrada em vigor do decreto imperial assinado pelo novo Ministro do Interior <i>Chavandier de Valdrôme</i> que revoga o cargo de <i>Préfet de la Seine</i> , ocupado por Haussmann.	Depois da publicação do texto da lei, precisamente, no dia seguinte, Napoleão III recebeu Haussmann, em seu gabinete particular, para explicar, durante duas horas, a necessidade de destituí-lo do cargo de Prefeito.
5/5/1870	Haussmann é destituído da função de prefeito em reunião convocada por Emile Olivier, no dia 3 de janeiro de 1870 ⁶⁵ . (BHVP) (CHAUDUN, 2021)	O seu substituto foi Henri Chevreau.
13/6/1870	Acontece um almoço de negócios em <i>Saint-Cloud</i> durante o qual Napoleão III teria proposto a Haussmann a formação de um governo de reação.	Restaurante localizado no <i>Boulevard République</i> em Paris.
21-28/5/1871	Acontecem dois grandes incêndios: um nos <i>Jardins de Tuileries</i> e outro no <i>Hotel de Ville</i> . (PINON, 2016)	Devido a esses incêndios essa semana ficou conhecida como “Semana Sangrenta”. Grande parte dos acervos da reforma foi perdida, sendo preservada apenas a parte que se encontrava na Alemanha.
3/9/1871	Haussmann assume a pasta de Diretor da instituição financeira denominada <i>Crédit Mobilier</i> , depois de ser destituído do cargo de prefeito. (CHAUDUN, 2021)	
9/1/1873	Morte de Napoleão III.	
25/6/1877	Dissolução da Assembleia pelo presidente da República Mac-Mahon. (BHVP)	Nas eleições de outubro, Haussmann vence o pleito

⁶⁴ Tradução livre de: Ces bruits, dit-il, je les ai poursuivis avec inquiétude; j’ai voulu les découvrir, les saisir, en acquérir la preuve: je ne l’ai jamais pu.

⁶⁵ Em certo sentido, um exame detalhado no orçamento da cidade pelo Legislativo, bem como a participação de nove deputados nas deliberações do Conselho Municipal somente puderam acontecer em razão da destituição de Haussmann do cargo de prefeito.

		em Córsega, derrotando o príncipe <i>Jérôme Napoléon</i> .
11/1/1891	Morte de Georges Eugene Haussmann na Rua <i>Boissy-d'Anglas</i> , no oitavo <i>arrondissement</i> .	Sobre essa memória Chaudun (2021) faz o seguinte comentário: “o objeto de tanta paixão nasceu em 1809. Será que acreditamos que, em 2009, a cidade de Paris celebrou o bicentenário do homem a quem deve a maior parte de sua substância? Não mesmo!” ⁶⁶

Fonte: Elaboração Própria, (2022).

Esse é o resultado de muitas das pegadas que construímos nos encontros com as maquetes, cartas, decretos, leis, atas de reuniões, imagens, registros de sessões solenes, mapas e croquis, os quais aos poucos, fomos nos confrontando cuidadosamente, tanto para evitar uma aproximação excessiva, quanto um demasiado afastamento. Essas duas possibilidades se perfilaram para nós no exercício do papel de cartógrafo investigador. O encontro com esse manancial de indícios, signos, rastros, pegadas nos descortinou um cenário que até então somente imaginávamos ainda quando do nosso preparo e anseio para atravessar o Oceano Atlântico.

3.2 A transformação da cidade de Paris pelos *Grands Travaux*

Devemos iniciar com uma advertência: as intervenções urbanas realizadas para ampliação e aberturas de ruas, demolição de espaços considerados impróprios e criação de novos, em centros urbanos que apresentam um alto índice de densidade populacional não são, a bem dizer, uma invenção de Haussmann e tampouco começou na Paris do Segundo Império. A esse respeito, haja vista que antes mesmo da realização dos *Grands Travaux*, na capital francesa, outras metrópoles e a própria Paris já tinham se encarregado de intervenções urbanas com o propósito de soluções para problemas que surgem com o decorrer dos tempos, em função das cidades serem criadas em um contexto, o qual com o passar dos tempos se transforma. Sem dúvida, as cidades não foram planejadas considerando as possíveis adversidades próprias do seu cotidiano nem mesmo seria

⁶⁶ Tradução livre de: L'objet de tant passion naquit en 1809. Croit-on qu'en 2009, la ville de Paris avait célébré le bicentenaire de celui à qui il doit l'essentiel de sa substance? Même pas!

possível construir um projeto de cidade para resistir a todo tipo de intempérie⁶⁷. Também segundo Pinon (2016) a própria Paris, no tocante às questões relacionadas ao planejamento urbano, já tinha escrito um capítulo de sua história a partir de reformas significativas, ao encargo de gestores como Gaspar de Chabrol, nomeado por Napoleão I (1812-1830); Claude-Philibert de Rambuteau (1833-1848) e Jean-Jacques Berger (1848-1853), entre outros. Contudo, no que concerne aos cenários urbanos, Choay (2018) nos alerta que, a partir do século XVI, teve lugar uma preocupação com a fisionomia das cidades, de forma bastante contundente, especialmente em razão de ocorrências revolucionárias que tiveram impactos significativos na constituição das paisagens.

Em primeiro lugar, a ideia de retidão tem um destaque considerável, a ponto de a rua retilínea e larga ser vislumbrada como ideal de bem viver, considerando o esteio das ideias iluministas, ou seja, o cenário estruturado a partir de então distancia-se radicalmente do mundo das trevas da Idade Média, sendo um mundo organizado pelos critérios de exatidão, precisão e razão, com ênfase nas grandezas matemáticas.

Imagem Ilustrativa 06 Simetria e retidão da cidade de Paris



Fonte: Arquivo pessoal, (2021).

⁶⁷ Em termos de uma visão utópica, uma cidade talvez se conservaria caso fosse possível determinar o limite do número de habitantes, a quantidade de equipamentos para locomoção entre outras condições que com o passar do tempo se vertem em sérios problemas para as urbes.

Em segundo lugar, a aspiração pela retificação de ruas e avenidas, bem como a estética calcada na simetria, concorreram para condenar ruas estreitas e sinuosas, consideradas com pouca condição de restauração, principalmente no tocante à iluminação, visto que a retidão e amplidão são condições que facilitam a propagação da luz, minimizando a formação de sombras. Embora esses pensamentos constassem das preocupações dos gestores, a efetivação dessa proposta não aconteceu de imediato, pelo menos na cidade de Paris (CHAUDUN, 2021).

A adoção de um modelo de urbanização calcado nessas premissas remonta aos tempos, conforme bem o atesta a *Rue de Rivoli* ampliada no reinado de Napoleão I, das duas primeiras décadas do século XIX, ou seja, muito antes de Haussmann realizar as grandes perfurações e aberturas na capital francesa, visto que, conforme afirmam Des Cars e Pinon (2005, p. 51):

E, queiramos ou não, é preciso lembrar que o programa de *Transformação de Paris*, como Haussmann o denominou mais tarde, começou antes de sua chegada à prefeitura. E, portanto, é preciso admitir que os primeiros planos e o início da realização dessa transformação foram interrompidos e retomados quando Berger era prefeito de Paris. No entanto, é claro que Berger era apenas um executor, nem mesmo zeloso. Por outro lado, a intenção pessoal de Luís Napoleão é mais difícil de definir, mesmo frequentemente questionada. Napoleão III, exilado por muito tempo, teria ignorado a própria topografia de Paris⁶⁸.

Isso quer dizer que as reformas de Paris concernem a uma história que não teve início com Haussmann, pois é sabido, conforme aponta Girard (1986) que Louis Napoleão, mesmo antes de ser proclamado Imperador da França como Napoleão III, trouxe de seu exílio da Inglaterra ideias sobre reformas urbanas, sendo favorável à realização de grandes obras públicas, além de ser sedento por guerras. Suas alegações partiam do incômodo no tocante aos problemas sanitários, às áreas urbanas insalubres e a condições higienistas, conforme podemos depreender de sua carta de 2 de agosto de 1853⁶⁹ na qual pormenoriza os princípios desejados para a reforma. O então conteúdo do projeto de embelezamento de Paris, segundo Chaudun (2021), continha claramente sete

⁶⁸ Tradução livre de: Et, qu'on le veuille ou non, il faut bien constater que le programme de la transformation de Paris, comme l'appellera Haussmann plus tard, a commencé avant son arrivée à la préfecture. Et il faut donc admettre que les premiers plans et que le début de leurs réalisations ont été arrêtés et ont commencé alors que Berger était préfet de la Seine. Cependant, il est clair que Berger n'a été qu'un exécutant, peu zélé même. Par contre la part personnelle de Louis-Napoléon est plus délicate à cerner, et même fréquemment remise en cause. Napoléon III, longtemps exilé, aurait ignoré la topographie même de Paris.

⁶⁹ Documento da BAVP disponível para leitura e cópia manuscrita.

princípios norteadores e determinantes da intervenção urbana, os quais versavam sobretudo acerca de operações de aeração, arejamento, alinhamento e alargamento de espaços. De certo modo, a descrição desses princípios⁷⁰ e de seus conteúdos evidenciam a intenção do Imperador no tocante a transformação de Paris em uma cidade monumental diante dos cenários considerados abjetos formados por habitações insalubres, esgotos a céu aberto que escorriam para o Rio Sena, além dos odores fétidos produzidos por curtumes, matadouros, mercados de peixes e restos orgânicos putrefatos de feiras livres.

Havia também um aspecto que incomodava a visão do Imperador diante da restrição de horizontes em função de obstáculos como ruas curvas e estreitas. Esses fatores juntamente com a proposta de implantação de condições sanitárias impulsionaram a execução do projeto de intervenção em Paris sob sua determinação. Certamente o empenho para uma transformação dessa natureza deve-se, no entender de Bresciani (2002, p. 25-26), ao fato de que:

[...] a dimensão monumental e teatral dos trabalhos de Haussmann, na Paris do Segundo Império, funcionou para obscurecer o trabalho subterrâneo da instalação da infraestrutura urbana. Em Paris, os resíduos barrocos da perspectiva finalizada em monumentos encobriam o caráter moderno e funcional dos equipamentos coletivos urbanos, equipamentos situados nos subsolos das cidades e mantidos apartados da vista do cidadão. Seria exatamente essa dimensão espetacular das reformas do prefeito de Luís Napoleão Bonaparte o que teria levado os contemporâneos a serem incapazes de reconhecer o teor moderno das obras sanitárias realizadas na Inglaterra sem o recurso à produção de efeitos visuais, ou seja, desdenhando o apelo a elementos materiais inerentes à estrutura arquitetônica e urbanística sobre o solo. Os contemporâneos, em sua maior parte, seriam pouco sensíveis à concepção moderna, menos propensa a fazer concessões à teatralidade arquitetônica.

Quer dizer, além das soluções para as condições insalubres que produziam cenários degradados, especialmente no tocante aos trabalhos de operários e artesãos que, ao exercerem suas funções, não tinham grandes preocupações quanto ao

⁷⁰ O projeto de embelezamento de Paris, no entender de Chaudun (2021), deve seguir as seguintes regras: que todas as artérias principais terminem nas ferrovias; que a altura das casas seja sempre igual à altura da rua e nunca a ultrapasse; que nos contornos das ruas principais, os arquitetos façam tantos ângulos quantos forem necessários, para não derrubar monumentos nem as belas casas, mantendo o mesmo nas ruas, e portanto não escravos de um traçado exclusivamente em linha reta; que um mapa com todos os projetos seja impresso e tornado público; que o plano se estenda às fortificações; que o trabalho seja realizado tanto na margem esquerda como na margem direita do rio; que comecem as obras de melhoramento: A, estendendo a *rue de Rivoli* à *rue du Faubourg Saint-Antoine*; B, estendendo o *Boulevard de Strasbourg* até o cais; C, pelo *boulevard Malesherbes*; D, na margem esquerda, pelo prolongamento da *Rue des Ecoles* até à praça *Sainte-Marguerite*, de um lado e do outro até o cais da ferrovia *Orléans* que atravessa o *Jardin des Plantes*.

acondicionamento do lixo, dejetos e restos, faziam-se necessárias estratégias de aeração e arejamento, como também aberturas de grande flancos para a circulação de ar. Por esse motivo, a saída encontrada consistiu na retirada das habitações, demolição de ruas, becos e favelas, arrasamentos, aterramentos, o que ocasionou o deslocamento de pessoas. Essas operações eram defendidas a partir de dois critérios: a retidão dos espaços construídos pelo alinhamento e o alargamento de ruas para facilitar tanto a mobilidade de pessoas, quanto de equipamentos utilizados para deslocamentos, de acordo com as afirmações de Garden (1996).

Entretanto, tanto o alinhamento quanto o alargamento eram pensados como as melhores soluções, embora as duas operações estivessem interligadas, visto que, segundo Pinon (2016, p. 18) “o procedimento mais corrente de alargamento de vias antigas é o do alinhamento”⁷¹. O alinhamento deve ser entendido a partir do traçado, seguindo determinações legais, de uma linha divisória entre uma via pública atual ou futura e os imóveis que a circundam. Essa é uma exigência, segundo Paquot (2005), a ser cumprida pelos proprietários de imóveis, devendo ser considerado o princípio da retidão.

Esses foram os argumentos fundamentais para o planejamento das reformas no centro de Paris, cuja referência que pairava na mente de Napoleão III era certamente o nome de Haussmann, homem corajoso e destemido que não mediria esforços para realizar demolições com vista à abertura de ruas em um tecido urbano bastante corroído, em função do tempo que, em razão das aspirações de uma cidade estruturada para a burguesia, mostrava-se praticamente impossível ou mesmo não era desejada. Então guiando-se por diferentes critérios, inclusive a extinção radical de becos e vielas para afugentar a população pobre e evitar concentração de massas populares, a obra de Haussmann cairia como uma “luva” aos interesses e pretensões de Napoleão III.

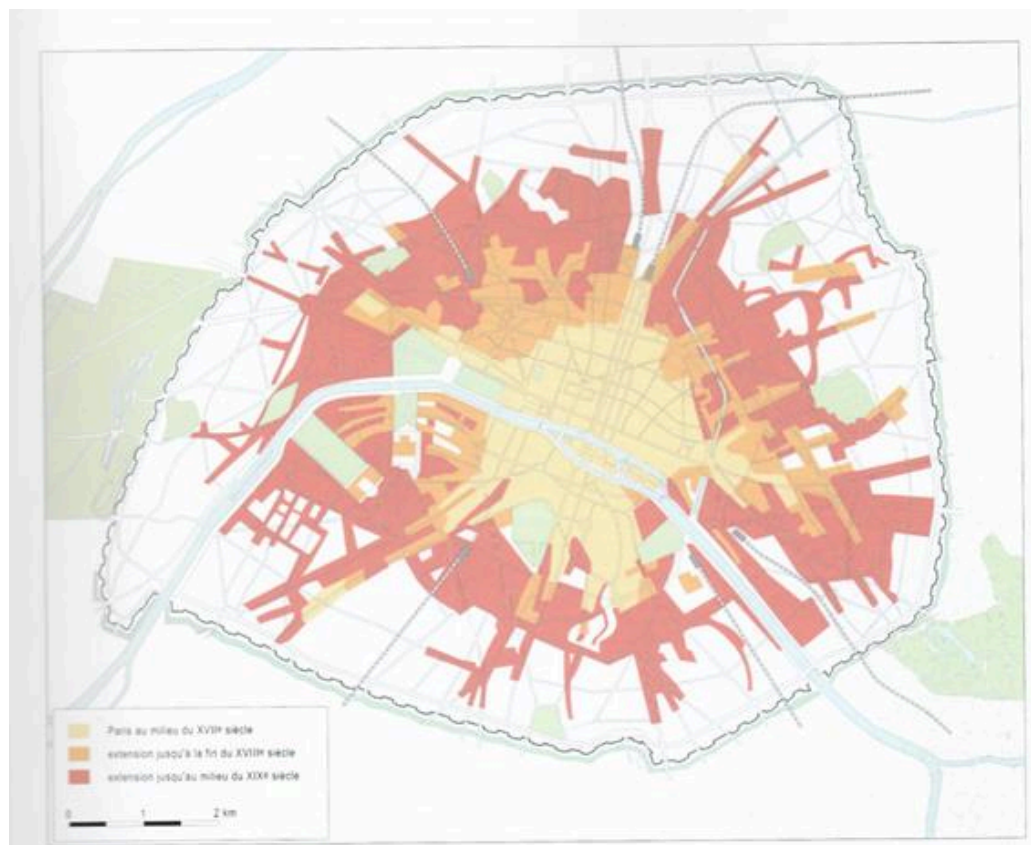
Todavia não resta nenhuma dúvida, pelo menos no contexto do urbanismo, que Haussmann foi o criador de um estilo que perdura até os dias atuais não apenas, segundo Paquot (2005), em Paris, como também em outras metrópoles que são fortemente influenciadas por esse modelo, como a cidade do Rio de Janeiro que, no alvorecer do século XX, teve sua estética transformada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, que era um grande admirador de Haussmann, segundo nos sugere Benchimol (1992).

Contudo, a geografia das duas cidades deve ser considerada em razão das reformas. A cidade milenar de Paris, de acordo com o entendimento de Pinon (1995),

⁷¹ Tradução livre de: La procédure la plus courante d'élargissement des voies anciennes est celle de l'alignement.

deve ser apreendida em um topos cortado por um rio e edificada no centro de várias fortificações, conforme podemos depreender no Mapa de Paris do século XVII, que apresenta uma área semicircular, ao lado direito do Rio Sena e uma grande muralha do século XIV, que se estendia da atual *Place de la Bastille* até a região na qual atualmente se encontra a *Place de la Concorde*, conforme depreendemos na seguinte imagem ilustrativa, considerando o traçado relativo às três extensões, diferenciadas por cores, com a expansão territorial, mediante a construção de novas muralhas para ampliar o perímetro urbano até sua configuração atual em *arrondissements* e *banlieues*.

Imagem Ilustrativa 07 Mapa de Paris no século XVII



Fonte: Pinon, (2005a).

A extensão dessa muralha perdeu seu significado de proteção, de modo que Louis XIV decidiu derrubá-la, substituindo-a por ruas e vias largas e arborizadas a ponto de produzir outra imagem para quem se dispõe a circular pelas margens do Rio Sena. Outras muralhas, segundo Pinon (2005), também tiveram o mesmo destino: foram condenadas à destruição para ampliar ruas, criar avenidas, melhorar as condições de arborização, o que de certo modo, já acena para uma proposta de arejamento diante da sensação de

abafamento vivida em razão dos ambientes exíguos, insalubres, escuros e considerados pelas autoridades, como impróprios de convivência, diante também das ameaças de propagação de doenças e a facilidade de formação de massas reivindicatórias.

Um aspecto que constantemente serviu de argumento para as reformas incidiu na questão da limpeza e higiene, haja vista a descrição da cidade como um imenso atelier de putrefação, no qual a miséria, a peste e as doenças se concentram de modo a causar uma forte penumbra na luz do sol. As evidências da mortandade de cólera foram determinantes para as autoridades públicas justificarem a necessidade das reformas, principalmente, apontando para o perigo de contágio devido à questão da insalubridade. Nesse sentido, os argumentos de ordem sanitária e de higiene tiveram um peso significativo, visto que, conforme afirma Blancot (2005, p. 16):

No século XIX, uma das melhores formas de medir as disfunções de uma cidade era contar as mortes de cada epidemia de cólera. O progresso feito contra esta doença refletiu na eficácia das autoridades públicas. Para combater a cólera é preciso água potável e rede de esgoto. Essa resposta, que parece óbvia hoje, foi muito complexa de se concretizar⁷².

Além do aspecto relativo às condições sanitárias e de contágio de doenças, circulavam críticas (BENJAMIN, 2006), pautadas em argumentos estéticos sob a alegação de que as ruas de Paris surgiram de forma espontânea sem obedecer a determinadas normas, sem qualquer planejamento prévio, motivo pelo qual deveriam ser retificadas com aberturas para circulação de ar e penetração da luz solar. Conforme afirma Chaudun (2021), a imagem que se projetava da cidade consistia em difundi-la como um lugar maldito no qual as árvores perecem ao lado da grande mortandade infantil. Certamente, esse tipo de argumentação colaborou como mais uma necessidade de realização das reformas, a partir da adoção da imposição de princípios disciplinadores justificados como condições fundamentais para o conforto, conforme afirma Bresciani (2002, p. 25):

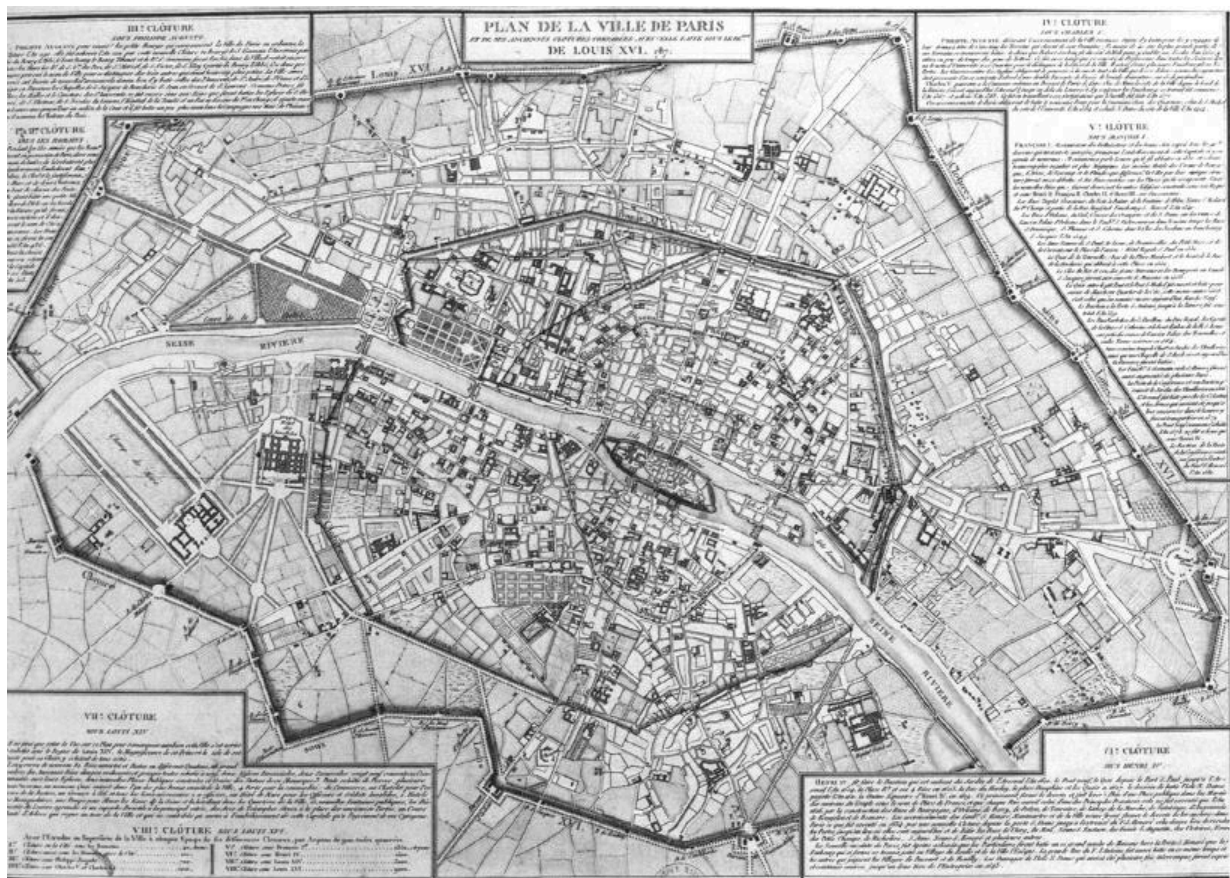
[...] a noção de conforto suave e disciplinador encontra-se no centro da sedução dessa estratégia sanitária. Não se pode esquecer, entretanto, a dimensão pedagógica baseada na ação disciplinar sobre as pessoas, no meio ambiente, natural ou arquitetônico, em tradução literal da proposta do liberalismo utilitarista de Jeremy Bentham.

⁷² Tradução livre de: Au XIX^{ème} siècle, l'un des meilleurs moyens de mesurer les dysfonctionnements d'une ville était de compter les morts de chaque épidémie de choléra. Les progrès faits contre cette maladie donnaient traduction de l'efficacité des pouvoirs publics. Contre le choléra il faut de l'eau potable et un réseau d'égouts. Cette réponse qui apparaît évidente aujourd'hui fut très complexe à concrétiser

A proposta de Bentham (2008), conhecida pela denominação de panóptico, é idealizada como uma solução arquitetônica para manter, no espaço urbano, a ordem e a disciplina, aspecto esse que foi utilizado por Foucault (2013) na explicação da vigilância onipotente em instituições de clausura. Contudo, vale salientar que o projeto benthaminiano consiste na formulação de mecanismos relativos a uma engrenagem específica e perfeita para o controle de pessoas e equipamentos em espaços com grande massa populacional, especialmente em movimento, como podemos supor em relação aos fluxos urbanos. Além disso, esse projeto visava a longo prazo, a pretensão de modelar e criar nas pessoas, em situação de deslocamento nas cidades, hábitos e costumes ditados pela vontade das autoridades em vigência no poder, uma vez preocupadas com os anseios da burguesia. Na verdade, a intervenção haussmanniana pode ser interpretada, não somente como a imposição de um cenário retificado para a cidade de Paris, como também a expressão de regras para modelar as pessoas por intermédio da integração entre os dispositivos alinhados às linhas simples das fachadas dos prédios e à amplidão dos espaços públicos nos quais os equipamentos do Estado de contenção, controle e vigilância circulam com mais fluidez.

Como se pode depreender, a questão urbana era uma preocupação alçada a um primeiro plano para não deixar transparecer as intenções de segregação de pessoas que viviam praticamente sem condições de higiene e amontoadas, devido principalmente a estrutura e exiguidade de suas habitações. A retratação desse cenário urbano pode ser depreendida, segundo Pinon (2005a), no Plano de Paris ainda do século XVIII, conforme ilustra a seguinte imagem:

Imagem Ilustrativa 08 Mapa de Paris em 1787



Fonte: Arquivo Pessoal, (2021).

Depreende-se da ilustração que a interioridade limitada pelas muralhas (região central disposta em *arrondissements*), é demarcada em uma exterioridade que tem um ponto de partida (as muralhas), mas que se estendem para o infinito: os *banlieues*. Há então não apenas a diferenciação geográfica, como também a criação de regiões social e economicamente diferenciadas. Para atender aos interesses e exigências da burguesia os critérios de limpeza e beleza deveriam prevalecer, razão pela qual tornou-se necessário um arejamento nesse emaranhado, mas ao custo de destruir ruas inteiras para construir uma única avenida que atendesse a vários setores: habitação, administração pública, lazer, diversão e sobretudo comércio. Essa proposta se corporificou na construção dos bulevares⁷³ criados para oferecer aos parisienses possibilidades de passeios, hábito bastante cultivado pelos franceses.

⁷³ Os bulevares são grandes vias que se lançam para além das muralhas de uma cidade fortificada, significando também baluarte, conforme propõe Giedion (1957).

Contudo, ainda no século XVIII, as intervenções urbanísticas tiveram um caráter restrito, comparativamente ao Plano Haussmann, visto que as reformas se concentraram em intervenções nos cais do Rio Sena que foram transformados, no entender de Gillon e Stourm (1836), mediante ampliações em áreas para passeios públicos situados entre, por um lado, as suas margens e, por outro, pelas construções altamente valiosas destinadas sobretudo a atrair interessados em imóveis de aluguel. O caráter ostentativo dessas edificações tinha um propósito de vender uma ideia de vida tranquila diante de um cenário majestoso contando com a inclusão de uma beleza natural, o rio, apresentado como um dispositivo de valorização, principalmente em razão do espaço amplo e arborizado que contava com a presença de praças e outros espaços de lazer.

As praças, as ruas alargadas, a arborização, a melhoria na iluminação e o processo de adoção de modelos geométricos (quadrados, retângulos, triângulos), passam a compor a paisagem de modo a condenar qualquer possibilidade de curvas visto serem consideradas impeditivas à contemplação dos monumentos. Em razão dessa adesão a uma perspectiva calcada na retidão, as praças foram alargadas para que as pessoas pudessem interagir melhor com os monumentos existentes, sem que quaisquer obstáculos perturbassem a contemplação da beleza. A concretização desses princípios, ou seja, as mudanças de cenários urbanos, aconteceram, segundo Bretez (2013), em Paris, no final do século XVII, principalmente pelas reformas e alargamento de praças: *Victoires* (onde há uma estátua em homenagem ao Rei Sol), *Vendôme, Royale* (atualmente *Vosges*), *Dauphine, Palais-Royal, Odéon e Panthéon*. Essas duas últimas praças foram alargadas às custas de inúmeras demolições de casarios, becos e passagens (PINON, 2005a).

Há um detalhe, segundo Pinon (2016) que deve ser considerado, não apenas do ponto de vista arquitetônico, mas pela sua importância histórica: a praça dedicada a Luis XV, atualmente *Place de la Concorde*, de 1753 e *Rue Royale*, tiveram as fachadas construídas antes mesmo de terem as suas reformas concluídas. Cabe ainda acrescentar que havia nos idealizadores de ruas e praças a intenção de que as transformações estéticas se alinhassem à natureza, em um tipo de relação espacial de interação e harmonia. Porém, a construção das praças, sob os auspícios monárquicos, tinha além dessa finalidade, um sentido político de enaltecimento à figura do rei. Há ainda a dimensão arquitetônica, uma vez que construir uma praça e alargar uma rua somente podem acontecer a partir de uma intervenção no tecido urbano, por intermédio de desapropriações de prédios e ruas inteiras para a execução do plano, cujo fundamento é a retidão e simetria espaciais.

As apropriações do espaço público e as desapropriações de espaços privados que, segundo Pinheiro (2011, p. 71), funcionaram para a modificação de Paris, contaram também com a ocultação de “fossos para dar lugar aos bulevares, os terrenos agrícolas são loteados, os antigos arrabaldes são anexados aos bairros centrais, ao tempo em que novas periferias se desenvolvem”. Essas operações produziram uma nova imagem para a cidade, no âmbito dos anseios iluministas, com novas fórmulas de gestão que têm continuidade com a elaboração do Plano dos Artistas, na penúltima década do século XVIII.

Essa proposta de intervenção, para Pinon (1989), elaborada depois da Revolução de 1789, consistiu em um dos planos urbanísticos, solicitados a uma Comissão de arquitetos e administradores pela Convenção Republicana. No seu teor, foram sinalizadas importantes mudanças, especialmente em relação aos chamados “*Biens Nationaux*” que foram desapropriados da Igreja Católica e do Estado Imperial. Essas mudanças fundamentam-se em três aspectos: o primeiro concerne ao processo de desapropriação mediante uma lei de parcelamento; o segundo refere-se à divisão desses *Biens Nationaux*, com vistas à abertura da *Rue de Rivoli* e, enfim, o terceiro trata da criação de comissões que deverão se encarregar no tocante ao gerenciamento desses bens.

Provavelmente as linhas mestras desse plano consistiram em uma espécie de estopim na proposição de grandes mudanças na cidade, especialmente com o olhar dirigido aos bens nacionais, época em que foram desapropriadas terras da Coroa e da Igreja pela Convenção Republicana. Essa iniciativa criou uma espécie de fluxo para reformas que tem sua continuidade em termos da concepção de paisagem urbana, com aspectos que atravessaram os tempos. Provavelmente foi com Enrique IV, segundo Des Cars e Pinon (2005), no século XVII, que o urbanismo se consolida na cidade de Paris com a finalidade de organização de uma paisagem urbana que se voltasse principalmente e acima de tudo para o embelezamento da cidade. O intuito dessa empreitada era fazer sucumbir por completo (sem deixar quaisquer respingos altamente condenáveis), a velha Paris com feições da Era Medieval. Afora essa prerrogativa, nos dois séculos seguintes, até a iniciativa de Haussmann, não foram realizados feitos espetaculares, pois as intervenções urbanas são planejadas não para deixar um legado, mas sim para atender necessidades da época em que se evidenciam, atendendo principalmente a dois critérios: crescimento geográfico e expansão geográfica. Não obstante, ainda considerando as ideias de Pinon (1989) podemos afirmar que o fato de as obras não terem resultado em grandes transformações, a cidade se transformou pelos programas arquiteturais

realizados, pelos serviços que são renovados e pela criação de equipamentos, contribuindo para produzir uma nova paisagem pelas conformações produzidas no solo parisiense.

Essa dinâmica passa por uma grande mudança no reinado de Napoleão I com seu propósito de que a organização urbana deveria estar estreitamente atrelada à política de renovação, para selar definitivamente a cova que ainda evidenciava, para os parisienses, os restos da época medieval. No tocante a essa questão, o imperador era categórico ao afirmar, segundo Girard (1986), que o embelezamento de Paris somente poderia acontecer com muita demolição e pouquíssimas construções. Sendo assim, não deveria haver qualquer entrave aos processos de escavação e abertura para retirar definitivamente os entulhos que deformavam a cidade, impedindo que a luz chegasse a todos os seus recônditos. Nesse sentido, o soterramento definitivo desses indícios feudais, a partir dessas reformas, significa situar Napoleão I em uma cidade medieval que se transformou, guiada por um profundo processo de revisão, mas que conserva, em quantidade considerável seus labirintos, pelo menos em seu subsolo. Curiosamente, é nesse cenário, assinala Pinheiro (2011, p. 73), que “tem início um vasto programa de obras públicas que, se, por um lado, cria empregos no ramo das construções e modera ou freia as agitações operárias, e, por outro, estimula as iniciativas do capital privado”. Sem dúvida estamos diante de uma política de obras públicas que apresenta desdobramentos significativos no tocante à produção de equipamentos como estradas, pontes, postos de controle dos rios, portos, mercados, matadouros, cemitérios, redes de esgoto, sistema de abastecimento de água, museus, escolas.

Em suas pretensões grandiosas, Napoleão I planeja abrir uma rua que tenha o seu próprio encantamento, conforme sinaliza Pinon (2016), pelo fato de ser acoplada aos *Jardins des Tuleries* e margear o atual Museu do *Louvre*. O projeto previa a edificação de uma rua com regulamentações, para a qual desenhistas e arquitetos reconhecidos foram convocados, os quais tinham a incumbência de projetar várias arcadas, assemelhando-se a uma galeria na qual seriam instalados os estabelecimentos comerciais e residências de luxo, em uma localidade que, à época, era conhecida como um dos locais mais animados e atraentes da vida parisiense.

Esse aspecto concorreu também para que fosse feita uma interligação dessa rua com a *Saint-Honoré*, em terrenos que foram liberados pela desapropriação dos Bens Nacionais (PINON, 1989). Contudo uma marca que atravessa os séculos e se mantém na grande reforma urbana do século XIX, concerne a uma dimensão estreitamente vinculada

ao poder, voltada para as preocupações com higiene, salubridade e reforma para ampliação da rede viária. Possivelmente, nessa época, ainda não tinha sido ventilada a ideia da reforma para conter protestos, reivindicações e motins. Apenas a ideia de alargamento das ruas fazia parte da execução de um projeto destinado a dirimir os entraves de comunicação nas cidades e criar mecanismos de fluidez de pessoas nos quarteirões. Obviamente pretendia-se também dinamizar o comércio, melhorar as condições de segurança pública, sem qualquer esquecimento quanto ao embelezamento urbano.

No entanto, havia ainda uma questão bastante delicada visto que as transformações do espaço urbano teriam que ser consoantes às demandas de uma nova aristocracia, o que exigia cálculos complexos. Por um lado, fazia necessária a ampliação de equipamentos voltados para o bem-estar da aristocracia e da burguesia, do que resultou a criação de teatros, a colocação de fontes em praças públicas, a construção de igrejas, bem como os dispositivos voltados para o comércio, influenciando na criação de ruas comerciais cobertas, no interior dos quarteirões equipados com vários tipos de serviços: lojas diversificadas e ambientes de alimentação, que em função de suas localizações estariam protegidas e abrigadas de intempéries externas.

Em decorrência dessas medidas, a capital francesa viu nascer novos bairros, produzidos pela iniciativa privada a partir de interesses econômicos nas adjacências e regiões circunvizinhas dos bulevares (PINON, 2016). Porém como a intervenção urbana aconteceu no centro da cidade, grande parte da população, cujas habitações foram demolidas, foi impelida a se deslocar para as regiões periféricas, em especial pela valorização dos imóveis com taxas de serviços a preços bem elevados.

Podemos então sinalizar que o deslocamento, de parte da população que ficou sem seus espaços habitacionais, do centro para a periferia era justificado em função da desordem devido aos hábitos das pessoas que foram desalojadas de seus *habitats* e pela concentração em grandes aglomerações que dificultavam a circulação de equipamentos de mobilidade, como também a vida cultural e o comércio. Mas é interessante observar que os pequenos artesões ao se deslocarem carregaram consigo também as suas atividades, dificultando assim a prestação de serviços para os setores aristocráticos.

O fator econômico apresentava-se de forma bastante contundente com a utilização de estratégias de enriquecimento, uma vez que os especuladores adquiriam os terrenos, por ínfimos preços e realizavam loteamentos da área. E então acontecia, conforme afirmou Halbwachs (2008), a venda dos lotes por um preço consideravelmente maior, a

ponto de ser até dez vezes o valor pelo qual esses terrenos haviam sido adquiridos. Certamente são iniciativas que vão ao encontro dos interesses da aristocracia, mas que também funcionam para dar lugar aos bairros destinados à burguesia. A premissa para acomodação desse novo arranjo urbano exigiu que uma nova linha de muralhas fosse construída no final do século XVIII, para a ampliação da área de interesse desses dois segmentos sociais, do que decorreu a extinção de terrenos cultivados e o afastamento do proletariado e artesãos para bairros populares e distantes do centro, cada vez mais confinados às periferias da cidade.

Não podemos deixar de sinalizar que os interesses de setores do poder da capital francesa interferiram significativamente para a intervenção na cidade pelos *Grands Travaux*, visto que, de acordo com Ansay e Schoonbrodt (1989, p. 67):

O aspecto físico da cidade é objeto de investimento e a essa dimensão se vinculam compromissos entre forças sociais antagonistas. A cidade é o teatro e o cenário da luta para quem sabe ler e interpretar. A haussmannização operada sobre a cidade europeia do século XIX é a grande operação de compra e de transformação da burguesia que quer desapropriar o trabalhador de seu direito quanto aos valores de uso hereditários herdados que o lugar urbano lhe salvaguarda. As considerações estratégicas de Haussmann funcionaram como uma mistura para as “metralhadoras” que tomam o bulevar alinhado. Elas confeccionam, também, o lugar urbano como espaço de representação para o poder. Todo o poder só existe e só perdura quando se mostra e se exhibe. A arquitetura monumental e o bulevar perspectivo constituem o cenário e a cena onde, no compromisso obrigatório entre grupos sociais antagônicos, se desenvolvem rituais de prestígio que conferem e celebram a soberania, monopólio da violência legitimada⁷⁴.

A constituição de um confronto de interesses antagônicos por diferentes setores da população não somente garante, para umas pessoas, conforto, tranquilidade e enriquecimento, enquanto que para outras, a exposição a ameaças constantes, em razão principalmente da omissão dos serviços de bem-estar do Estado, bem como a aplicação, quando acontece, precária e seletiva de políticas públicas. Assim, as pessoas que foram

⁷⁴ Tradução livre de: La physique de la ville elle-même est investie; s’y nouent des compromis entre les forces sociales antagonistes. Elle est théâtre et décor de la lutte pour qui sait lire et interpréter. L’haussmannisation opérée sur la ville européenne au XIX siècle est la grande opération d’achat et de transformation de la bourgeoisie qui veut désapproprier le travailleur de son droit aux valeurs d’usage héritées que le lieu urbain lui sauvegarde. Ces considérations stratégiques d’Haussmann font le ménage pour les mitrailleurs qui prennent le boulevard en enfilade. Elles confectionnent aussi le lieu urbain en tant qu’espace de représentation pour le pouvoir. Tout pouvoir n’existe et ne perdure que s’il se montre, s’exhibe. L’architecture monumentale et le boulevard perspectif constituent le décor et la scène où, dans le compromis obligé entre groupes sociaux antagonistes, se déroulent les rituels de prestige qui confèrent et célèbrent la souveraineté, monopole de la violence légitimée.

deslocadas, ao vivenciarem na pele as consequências desse processo, demonstram insatisfação e revolta, principalmente diante de medidas estatais de vigilância e controle.

Contudo, o mundo operário de alguma maneira tira proveito da monumentalidade, mesmo que seja apenas em termos contemplativos e ao circular pelos diferentes recônditos da cidade na prestação de serviços, deparando-se com ruas, praças, passagens que foram manchadas pelo sangue dos insurgidos. Esses vestígios sinalizam a construção de memória em razão de alguns indícios que são mantidos, a exemplo da *Rue Transnonain* que, segundo Bouyssy (2012), em função do massacre ocorrido em 15 de abril de 1834, teve sua denominação mudada para *Rue Beaubourg*, em 1851, mas que conserva em uma placa um rastro que nos reporta ao episódio sangrento, conforme pode se depreender da imagem, a seguir:

Imagem Ilustrativa 09 *Rue Beaubourg* (antiga *Rue Transnonain*)



Fonte: Acervo pessoal, (2021).

O fato da existência de uma referência à rua onde aconteceu o massacre nos leva a pensar na tentativa de conservação de um vestígio sobre a memória da cidade. No entanto, as duas denominações, em princípio, dão poucas informações sobre a manhã na qual, praticamente todo o prédio ficou atravessado por jorros de sangue de pessoas que, segundo Goulet (2016), lutavam para a obtenção do pão e por uma vida melhor, tendo conhecido o pórtico da morte pela ação de agentes impiedosos do Estado que sequer se

dispunham a ouvi-las. Essa situação, como tantas outras que aconteceram em solo parisiense, visaram à contenção de expressões populares em protestos e tiveram pelo menos duas consequências diretas. Em primeiro lugar, as autoridades concluíram que deveriam se posicionar contra aqueles que organizavam e participavam de revoltas, bem como erradicar para sempre os espaços exíguos que favorecem as amotinações para fins de reivindicações e protestos. Em segundo lugar, a destruição desses espaços representou uma possibilidade de enriquecimento para os especuladores que, segundo Pinon (2016), adquiriam os terrenos para depois revendê-los.

Ao analisar a questão por esse prisma, somos levados a considerar que a situação teve um desdobramento com participação direta da burguesia que, ainda na primeira metade do século XIX, impunha uma revolução que muda a concentração do poder, antes nas mãos da aristocracia latifundiária. Doravante o poder passa a ser da burguesia comercial, sendo um fator decisivo que exigiu a elaboração de programas para a gestão da cidade, conforme nos dá a entender Bresciani (1994). Essa guinada do poder teve uma grande repercussão para a capital francesa que não apresentava uma estrutura adequada às novas exigências da política urbanística, motivo pelo qual iniciou-se uma série de reivindicações da opinião pública para que modificações estruturais acontecessem. Essa situação crítica teve de ser encarada por um prefeito que era bastante questionado em razão de suas oposições parlamentares: Rambuteau, o qual, segundo Lequin (2012), se encarregou de reformas, uma vez tendo sido facilitado pela melhoria e agilidade do processo de desapropriação, como também se beneficiou da liberação de um empréstimo destinado à realização de obras de grande vulto em solo parisiense como a reconstrução das alas centrais dos *Halles*, a iluminação a gás e o aquecimento.

Eis o lançamento de uma das pedras fundamentais, ainda na primeira metade do século XIX para a transformação da cidade. Em certo sentido, esse prefeito teve total apoio da autoridade monárquica para abrir ruas (total de cento e doze distribuídas nos dois lados do Rio Sena, com uma concentração maior do lado direito que contou com oitenta e nove). Além da abertura de ruas, afirma Lequin (2012), muitas outras foram transformadas em processo de ampliação para alargamento com programas de arborização, pavimentação, criação das tubulações para esgotos e ampliação das redes de iluminação e de distribuição de gás. No bojo dessas transformações, realiza-se também a construção de uma muralha de trinta e seis quilômetros de extensão, a pedido da autoridade monárquica. Ainda no âmbito das execuções empreendidas por Rambuteau, foram construídas duas obras importantes: a praça de *la Concorde* com o obelisco Luxor

no centro e o novo *Hotel de Ville*. Acrescente-se também as obras de demolição na *Île-de-la-Cité* e da gigantesca instituição destinadas a doentes mentais *Charenton*. Seguindo a escrita de Pinheiro (2011, p. 74), é possível afirmar que:

[...] uma das mais importantes realizações do período Rambuteau é a implantação de nove linhas ferroviárias radiais, que se introduzem furando o bloqueio do arco externo da cidade, e a construção das *gares*, as estações de trens. A primeira linha ferroviária que une Paris a Saint-Germain é inaugurada em 1837. A instalação de novas linhas férreas principais permite prever o desenvolvimento dos núcleos suburbanos, que suscitam o problema de sua relação com a estrutura existente.

A melhoria do sistema viário pode, em muito, ter contribuído para o crescimento demográfico, fator considerado responsável pela degradação dos bairros antigos, devido aos constantes congestionamentos físicos e dos poucos serviços para melhorias higiênico-sanitárias. É curioso observar que na área central, polo de concentração das instituições financeiras e comerciais, o ambiente denota sinais de convulsão, como também no âmbito da densidade populacional, uma vez que mais de um milhão de pessoas que viviam em Paris nessa época se concentravam em apenas mil quatrocentos e setenta e quatro ruas até a metade do século XIX, conforme afirma Halbwachs (2008).

A situação assume um contorno de revolta e crise pela população a ponto de desencadear protestos populares reivindicando um governo democrático, principalmente sob alegação da corrupção pelo monarca e seus assessores. Há também um grande descontentamento dos católicos em relação a um dos ministros, que segundo Chaudun (2021) era protestante. Afora essa questão de cunho religioso, o proletariado se encarrega da disseminação do socialismo, principalmente no setor operário. Esses fatores confluem para a fomentação de um forte nacionalismo que assume a dianteira em relação aos demais. Daí então tem lugar grandes manifestações cuja pauta recaía nas reformas. Esse movimento popular, foi bastante sentido nos setores superiores do poder, o que fez com que uma manifestação fosse proibida. Essa proibição gerou revolta na população que se organizou em barricadas, fator decisivo para a abdicação do rei, logo a seguir (ASTON, 1988).

Em decorrência da abdicação, forma-se um novo governo provisório composto por socialistas e republicanos. Em seguida são convocadas eleições para a Assembleia Constituinte, cujo resultado representou uma decepção para os socialistas, ocasionando uma nova insurreição, desta feita, de amplitude bem maior com a formação de cerca de quatrocentas barricadas na margem direita do Rio Sena. Esse ato considerado expressão

de uma rebeldia foi violentamente reprimido, com mais de quinze mil pessoas mortas além de mais de quatro mil deportações, segundo Gaillard (1991), e então foi possível a aprovação de uma nova constituição pela Assembleia Nacional visando a convocação de eleições presidenciais, para a composição de um governo provisório como Segunda República, instaurada em 1848, com aproximação aos métodos de construção do socialismo. Disso resultam desdobramentos importantes que se sucedem como a criação de comunas em cada um dos bairros de Paris, programa que conheceu o seu fracasso, em razão de um aspecto considerável: a burguesia não se dispôs a encampar as diretrizes desse projeto, sendo essa atitude recalcitrante identificada pela classe operária como uma verdadeira traição de princípios, como a ruptura do compromisso entre a burguesia e a classe operária, nas jornadas de junho de 1848.

A situação se mostrava bastante crítica em solo parisiense, cuja solução foi idealizada como promissora, segundo Girard (1986) com a possibilidade do retorno de Londres de Luís Napoleão (sobrinho de Napoleão Bonaparte) depois de um exílio de trinta anos, o que de fato aconteceu, triunfando nas eleições presidenciais, com grande maioria de votos de operários e camponeses. Em suas ambições, a presidência representava muito pouco, motivo pelo qual lançou um plebiscito com a finalidade da promulgação de uma nova constituição, saindo vitorioso e pela imposição de um Golpe de Estado passou a ser o Imperador da França, em dezembro de 1852, vindo a compor mais um capítulo da monarquia francesa denominado de Segundo Império, que se estendeu até o ano de 1870.

Seu firme propósito para a capital francesa consistia em transformá-la, de forma grandiloquente, na primeira metrópole moderna do continente europeu, a ponto de somente poder ser imitada, mas jamais igualada. Esse projeto anunciado na cerimônia solene de sua posse que, segundo Touttain (1971), foi gestado em seu pensamento durante seu exílio na capital inglesa, em razão da contemplação dos espaços verdes, o que possibilitou o esboço do grande desenho de Napoleão com o propósito de criar uma cidade moderna, projetada para o futuro, sem quaisquer vestígios que acenassem para a Era das Trevas referida à Idade Média.

Nesse sentido, mesmo as edificações monumentais, quer pelas suas dimensões, quer pelo valor de memória, que foram mantidas de outras épocas históricas, como a Arena de *Lutèce*, passaram por reformas e adequações, visando se harmonizarem ao cenário da cidade luz, limpa, com espaços amplos, jardins, esgotos que correm no

subsolo, ou seja, uma cidade aerada e arejada. Os dois conteúdos imagéticos seguintes são bastantes elucidativos a esse respeito:

Imagem Ilustrativa 10 Escavações *Arènes de Lutèce*.



Fonte: Pinon, (2005a).

Essa imagem retrata um espaço em desarmonia em termos de retidão e alinhamento do solo que representa um vestígio de memória da cidade que ainda se reporta aos cenários medievais, considerados não atrativos para uma cidade que deveria se modernizar. Em sua escavação, para nivelamento do solo e introdução de jardins, segundo Pinon (2005), foram encontrados esqueletos bem conservados como também objetos de uso de povos antigos. A dimensão de obscuridade pode também ser atribuída às condições da superfície, completamente disformes e desniveladas, além do que, era muito comum em dias chuvosos reter grande quantidade de água a qual juntamente com a terra se transformava em lama, sendo um espaço que atraía insetos e pequenos animais.

Imagem Ilustrativa 11 *Arènes de Lutece* atualmente



Fonte: Pinon, (2005a).

Eis a transformação que foi realizada nesse espaço, o qual, atualmente, se destina à visitação turística e também a práticas de lazer, com uma frequência considerável de pessoas que o visitam.

Porém, há uma peculiaridade a ser assinalada: como Napoleão não contou com catástrofes, conforme aconteceu em Londres no incêndio que a devastou no século XVII, segundo Chaudun (2021), alterações estruturais e substanciais deveriam acontecer para que o ideal da cidade moderna fosse concretizado, alterando radicalmente o tecido urbano com a criação de ruas amplas e arejadas. Mas para conseguir esse feito, teria uma condição nada favorável: muitas demolições deveriam acontecer para a implantação de serviços básicos como o abastecimento de águas, a implementação da rede de distribuição de gás, melhoria e ampliação das redes de transportes. A área visada para o empreendimento foi o centro que ainda conservava ares medievais devido à presença de ruas estreitas de traçados tortuosos.

Contudo para passar do plano teórico ao plano da execução prática o gestor teria que dispor de orçamentos grandiosos e nesse sentido, o ano de 1851 lhe foi prodigioso, segundo Girard (1986), em termos de uma grande recuperação econômica que lhe permitiu programar e executar projetos para a transformação da cidade, como o cinturão ferroviário, a conclusão das obras do Museu do *Louvre*, abertura do bulevar *Strasbourg*, a ampliação do mercado *Les Halles* e o prolongamento da *Rue de Rivoli*.

Os primeiros movimentos do monarca para executar seu plano encontram resistência no então prefeito da cidade, segundo Pinheiro (2011), que não concordou com os gastos exorbitantes para a execução das obras, motivo pelo qual Napoleão decide

chamar o experiente Haussmann em função de notório percurso político, mas fundamentalmente pelo fato de ser reconhecido pelas intervenções na cidade de Bordeaux, para ocupar o cargo, de 1853 a 1870, de *Préfet de la Seine*. Curiosamente, a nomeação, segundo Touttain (1971), não era mais que o convite para assumir um cargo político e sim a incumbência de transformar a Paris, de ares medievais que só interessava a artistas e escritores, em uma metrópole com grandes espaços, grandes jardins, grandes bosques, além de propiciar alargamentos de ruas que, pelas suas condições lúgubres, impediam o brilho dos monumentos que quase perdiam suas dimensões devido ao emaranhado sombrio de ruas estreitas, becos e muitas habitações impróprias.

Dessa forma, a intervenção na cidade de Paris, cuja cuidadosa aplicação de um método criterioso, planejado em mínimos detalhes, contribuiu para o destaque dessa urbe, em escala mundial, se eternizou até os dias atuais como um estilo arquitetônico, identificado pelo adjetivo referido ao nome do executor dessa empreitada, considerando a evidência da palavra “haussmanniano” conforme destaca Quéré (2005, p. 222): “as plantas e os traçados de alinhamentos de algumas das ruas e avenidas permaneceram nos projetos da cidade por mais de um século, pois não foram legalmente abandonados no centro histórico até a adoção do plano de ocupação de solos em 1997”⁷⁵. Sem dúvida, a projeção do agente responsável por tamanha façanha, cujos feitos atravessaram mais de um século, deveu-se à conjunção de uma série de fatores completamente entrelaçados na aplicação de seu método de intervenção urbana, contando com uma equipe de trabalho altamente qualificada.

Quanto ao método que redundou em um estilo arquitetônico, podemos descrevê-lo pela formulação de estratégias de ação em vários níveis, começando pelo exercício da função de comando de uma equipe, com pessoas escolhidas em razão do reconhecimento pelos trabalhos realizados, mas que contou também com indicações para beneficiamento de pessoas próximas no intuito de favorecê-las, o que custou a Haussmann, segundo Chaudun (2021), horas amargas em relação às quais teve de abrir um espaço na sua agenda repleta de atividades e compromissos, para tentar justificar as escolhas, inclusive da indicação de parentes próximos, para exercer o cargo de apresentar plantas para monumentos e planilhas de orçamentos.

⁷⁵ Tradução livre de: Les plans et tracés d’alignement de certaines des rues et boulevards demeurèrent dans les projets de la Ville pendant plus d’un siècle puisqu’ils ne furent juridiquement abandonnés dans le centre historique que par l’adoption du plan d’occupation des sols en 1997.

Sem dúvida, a essa primeira atribuição do gestor dos *Grands Travaux* assoma-se a utilização de um instrumental refinado para elaborar um traçado que se alinhasse às ideias do Imperador, no sentido de atendê-las. Frente a esse desafio, a linha central do esboço para o plano consistiu na proposição de um esquema global para representar, de forma gráfica, seja a cidade existente com ares medievais que deveria sucumbir, seja a nova metrópole que adviria de suas mãos pelo processo da grande intervenção.

O esquema global gestado no pensamento de Haussmann apresentava várias prerrogativas a serem seguidas. De acordo com Gaillard (1976), as diretrizes desse plano obrigatoriamente deveriam se assentar em uma estética na qual prevalecesse a harmonia de bulevares, ruas, avenidas e praças a ponto de se integrar com as fachadas dos prédios, dando uma ideia de continuidade. Esse é o eixo axial responsável pelos movimentos a serem desencadeados no processo de aplicação do método na execução das reformas em todos os seus níveis.

Quer dizer, o esboço a ser construído graficamente pelas mãos de desenhistas deve consistir em uma espécie de imagem que demonstre minuciosamente os diferentes aspectos do Plano para os *Grands Travaux*, de modo a evidenciar os esboços preliminares de mapas e croquis, os quais a partir da aplicação de suas linhas diretoras corresponderiam à realidade gestada e almejada pelo Imperador. Por esse motivo, devia conter indicações precisas acerca da projeção do sistema viário, o processo de redistribuição de águas, a construção e melhoria da rede de esgotos, o aperfeiçoamento das condições de iluminação, além de escavações, aberturas e demolições; operações necessárias para a execução do plano que apresentou ao mundo uma nova Paris, com seus novos e suntuosos edifícios e monumentos.

A passagem da teoria à prática exigiu uma participação conjunta de setores da administração da cidade, a intervenção das pessoas do setor econômico e também a vontade política. Vale trazer à tona uma curiosidade em relação ao espanto do Imperador quando Haussmann (1979a) lhe apresentou um projeto destinado à construção de redes subterrâneas, o que não estava incluído nos propósitos de Napoleão III, uma vez concentrado em modificações na superfície da cidade. Diante do desapontamento, Haussmann apresentou um argumento imbatível, ao defender a ideia de que a criação de vias subterrâneas seguras para a distribuição de águas e canalização dos esgotos, reverberaria em mais segurança do ponto de vista da higiene e da limpeza, dando

consequentemente um destino à sujeira para fazê-la desaparecer dos olhos das elites que realizam seus passeios pela cidade⁷⁶.

Daí então, mais uma nuance é incluída no âmbito dos *Grands Travaux* com a elaboração de medidas voltadas para saneamento básico e solução para os esgotos a céu aberto que produziam cenários abomináveis, sendo focos de contágio além de produzirem odores fétidos e insuportáveis. Esse acréscimo foi devidamente justificado por Haussmann (1979a) e se encontra detalhadamente pormenorizado no volume I de suas *Mémoires*.

Sendo assim, do ponto de vista da orientação que determinará a execução de um método, há um agravante a ser considerado: os croquis foram elaborados, segundo Chaudun (2021), sem que tivesse havido a preocupação quanto à obtenção de informações precisas das características topográficas do solo, tampouco das consequências quanto ao funcionamento dos equipamentos que seriam implantados. A consequência óbvia desse “suposto descuido” trouxe dificuldades no âmbito de sua inclusão do projeto global de reforma para a cidade, não apenas em termos da elevação dos custos das obras, como também em relação às exigências necessárias para a sua efetivação. Ainda fazia parte do plano a anexação de alguns *banlieues*, o que também acarretou inflexões orçamentárias, mas que fora defendida como uma medida fundamental para a reconfiguração da estrutura da cidade em razão do processo de ampliação do centro.

Obviamente, fora do âmbito da organização dos métodos estão as determinações que são decisivas para a sua execução. Em princípio, fez-se necessário o estabelecimento de um acordo entre o setor de capital privado e o poder público. A partir desse acordo, aconteceram e, segundo Pinon (2005), foram autorizadas escavações, perfurações, nivelamento e arrasamento de solos, ocultamento de pequenos córregos que desaguavam no Sena, demolições de ruas, vielas, passagens, monumentos públicos, para enfim, viabilizar o alinhamento mediante a transformação do tecido urbano em suas diferentes malhas, visando a produzir um modelo de cidade moderna, mas que fosse também funcional. Essas obras, bem como os serviços e a implementação de equipamentos, determinavam um objetivo principal do método para uma cidade diante das

⁷⁶ Não temos dúvida de que quando Haussmann idealizou uma solução para a sujeira, estava pensando nos interesses da classe burguesa que se aferravam aos passeios nas vias públicas como formas de entretenimento, haja vista que a mobilidade de trabalho somente pode ser considerada para propósitos de deslocamento de suas residências para a realização laboral e o retorno. Quer dizer, trata-se de um segmento de usuários da cidade que não fazem parte do universo da aristocracia e da burguesia.

consequências da Revolução Industrial, ou seja, a cidade teria que se modernizar e, assim, segundo Pinheiro (2011), Haussmann deu continuidade às obras iniciadas pelos seus antecessores, porém em uma perspectiva qualitativamente diferenciada quanto à escala de sua obra pela amplitude, transformação e alcance.

Contudo, precisamos chamar a atenção para uma decorrência, a qual de certo modo, não figura nos traçados, mas que circula neles de forma subentendida, em relação às operações de “expulsão” e remoção da população residente das habitações demolidas e ruas destruídas. O que apareceu, em primeiro plano, como justificativa, é apresentado no tocante à necessidade de melhoria de mobilidade no centro da cidade e, sobretudo, no planejamento e execução de políticas de higienização. Não é difícil pensar, conforme bem adverte Paquot (2005), que as ações de afastamento da população pobre mudaram completamente o cenário do centro da cidade, momento em que as paisagens produzidas foram libertadas da presença de pessoas consideradas indesejáveis, sendo disponibilizadas para o prazer e conforto da burguesia, especialmente diante de ampliação e produção de áreas de lazer e entretenimento.

Assim, decretou-se o fim da rua medieval, bem como o afastamento dos personagens que interagiam com essa paisagem. Esses dois resultados consistiram na modificação das ruas em largura, construção de fachadas, alinhamento que deveriam obedecer a critérios geométricos de retidão e simetria, conforme nos sugere Bourillon (1992). Essa política de assepsia também incidiu no planejamento de novos bulevares (em comparação com os antigos projetados para recreação e passeio), nos lugares de onde foram retiradas as antigas muralhas. Quer dizer, os bulevares haussmannianos são, na verdade, artérias que se assentaram em solos da destruição de bulevares antigos, visando à abertura de vias de circulação rápida, pensadas para o escoamento do tráfego, pois o entendimento de Haussmann quanto ao espaço consistia em concebê-lo em sua dimensão pública e assim incluí-lo na rubrica da mobilidade, devendo se apresentar de forma ampla e desimpedida.

Essas premissas concorreram não somente para a elaboração de um método inserido no contexto da modernidade, como também apresentaram uma ruptura em relação às reformas anteriores, sobretudo, no tocante à produção de sistemas de aeração e arejamento. Essas duas condições determinam um rearranjo de malhas subterrâneas completamente entrelaçadas, com seus contornos definidos, bem como assinala Pinon (2016), produzindo uma rede de circulação em formato de estrela, com diferentes centros que se irradiam pelos bulevares, cujo exemplo que melhor ilustra essa configuração é a

Place de la Nation, com precisão e simetria nas construções e nas avenidas que tem nela a sua origem:

Imagem Ilustrativa 12 *Place de la Nation*



Fonte: Moreira, (2020).

Mas precisamos atentar para uma particularidade: a conformação em formato de estrela não se alinha, necessariamente, à construção de um espaço homogêneo, à medida que contribui para acentuar a divisão da cidade em setores, cuja estética e funcionalidade obedecem a critérios heterogêneos com graus evidentes de hierarquização. Não apenas esse formato teve peso decisivo na demarcação social entre habitantes da região central e aqueles que foram afastados para a periferia, devido ao fosso que se interpõe entre a região dos *arrondissements* e os *banlieues* com destaque ao centro, como também na oposição entre o leste e o oeste da cidade, regiões nas quais se localizam dois grandes bosques: o *Bois de Boulogne* situado na região oeste de Paris e o *Bois de Vincennes* na região leste, conforme podemos depreender do conteúdo imagético a seguir:

Imagem Ilustrativa 13 Bois de Boulogne e Bois de Vincennes



Fonte: Pinon, (2005a).

A região central do mapa corresponde ao conjunto dos *arrondissements*, sendo que além das fronteiras demarcadas pelas linhas pretas vão se dispor os *banlieues*. Essas disposições não traduzem apenas critérios de natureza geográfica, uma vez que um subtexto é escrito em termos da ordem de valores imobiliários e sociais. Em função dessas transformações, a região onde se encontram ruas, avenidas e bulevares determinam o estatuto do imóvel, diretamente em função das paisagens urbanas que são implementadas, sob a alegação relativa à produção de uma imagem urbana coerente, especialmente definida em critérios arquitetônicos que regulamentam a integração dos imóveis com o espaço público, levando-se em consideração a dimensão estética.

Devido aos fundamentos que concorrem para a aplicação da dimensão estética, os horizontes que se afiguram na paisagem urbana deverão ser, na verdade, grandes linhas de fuga, sem que haja qualquer empecilho à visão de quem se entrega à contemplação da beleza urbana. Não seria demasiado afirmar que, em quase vinte anos, Haussmann metamorfoseou a cidade de Paris, valendo-se de procedimentos originais como aberturas de vias, alinhamento de ruas e demolição daquelas em relação às quais o alinhamento seria uma obra infrutífera. Contudo, existe outra nuance da grande intervenção que raramente é mencionada uma vez que, no entender de Chaudun (2021, p. 194), “a era haussmanniana marcou o nível máximo do processo que deveria substituir essa estratigrafia tradicional por uma segregação geográfica de grandes proporções”⁷⁷.

⁷⁷ Tradução livre de: Or l'ère haussmannienne a marqué l'aboutissement du processus qui devrait substituer à cette stratigraphie traditionnelle une plus pontilleuse ségrégation géographique.

A segregação geográfica consiste sobretudo na edificação de imóveis em regiões valorizadas, para atrair grandes investidores e pessoas de alto poder aquisitivo, por um lado, e habitações simples nas periferias da cidade, por outro. De certo modo, é possível deduzir que esse dispositivo representa uma espécie de alinhamento arquitetônico, bastante preconizado pelo modelo haussmanniano, mas que teve consequências na esfera das interações humanas, marcadas por uma linha imaginariamente construída, cujo resultado foi a segregação espacial e social. No entanto, a segregação espacial, da mesma forma que a social, não são contempladas na escrita do Plano dos *Grands Travaux*, o qual confere destaque à luminosidade e monumentalidade.

Certamente as justificativas em torno da aplicação desse plano centram-se na necessidade de modernizar a cidade que concorreu, segundo Pinheiro (2011), para a reafirmação da ordem social, prestígio e, sobretudo, dinamizar o fluxo de circulação monetária, evidenciando-se assim interesses econômicos. Mesmo diante dessas condições, a reforma advogava pelo ajuste do tecido urbano, sem, contudo, perder a sua conotação de convivência da classe burguesa, sendo assim uma resposta aos impasses atribuídos à presença do proletariado identificados na cidade para os quais não havia uma solução até então. Seguindo essa linha de raciocínio, é importante referir a concepção de Haussmann no tocante às soluções para os problemas de uma grande cidade. Em seu modo de entender, Haussmann (2000) afirma que a cidade tem que ser pensada como uma questão do ponto de vista técnico, por isso, faz-se necessários serviços, equipamentos e transformações radicais em termos da dinamização de seus fluxos.

Foi a partir da elaboração de um modelo construído mediante fundamentos técnicos que Haussmann (2000) deixou seu legado em uma cidade, criando vias desobstruídas para manobras militares, visto que, desse modo, seria mais fácil conter motins e movimentos de protestos populares, como efetivamente aconteceu, de acordo com Marchand (1993). Assim, Haussmann processou a grande remoção dos destroços relativos à cidade medieval e facilitou a circulação de tropas militares que então passaram a se mobilizar em vários sentidos, seja para a contenção das chamadas desordens urbanas, conhecidas na forma de reivindicações e protestos, seja para garantir o fechamento de agremiações de oposição ao sistema vigente, censura à imprensa e outras tantas ações de vigilância e controle.

Cabe argumentar que com a “expulsão” e execução dos habitantes, bem como com a demolição de suas ruas, o Estado precisava de dispor de um aparelho ágil para a contenção, em situações de revolta e protestos, da parcela da população que sobreviveu

aos massacres e à remoção. Pode-se dizer, que o acesso fluido das tropas militares é a execução das pretensões de um regime autoritário apresentadas sob o manto da modernização, visto que conforme aponta Pinheiro (2011, p. 84-85):

No século XIX, Paris é considerada um modelo de modernidade, que se divulga nas exposições universais lá realizadas, situação atingida a partir das intervenções haussmannianas. Paris transforma-se, assim, numa cidade diferente das outras urbes europeias, por ser a primeira que passa por intensas reformas para adaptar-se às novas condições econômicas e sociais, e por ter construído um novo espaço urbano, mais compatível com os novos tempos e a nova sociedade burguesa. Essa Paris que nasce das obras do Segundo Império, a Paris haussmanniana, tem essa capacidade de transformar-se em exemplo e modelo, não só para outras cidades francesas, mas também para muitas outras mais afastadas.

Em síntese, o método haussmanniano que assumiu as feições de modelo ou estilo arquitetônico respondeu mediante a realização dos *Grands Travaux* a produção de uma nova configuração das ruas de Paris, entendida como “cidade-monumento-fascinante”, além de velar muitos mistérios e sombras. Contudo, não há dúvida quanto à grandiosidade da cidade a partir dessa reforma monumental, tanto pela magnitude de suas artérias, quanto no tocante à capacidade política na administração pública relativa à disponibilidade para arcar com a realização de obras de grande vulto.

Na esteira dos passos dessa linha de raciocínio, podemos seguramente pensar que a haussmannização comporta vários sentidos conforme já assinalamos. Não resta dúvida da pregnância do estilo arquitetônico que ultrapassou as fronteiras da França para influenciar intervenções urbanas em grandes metrópoles do hemisfério norte e do hemisfério sul. No entanto, além da rubrica de estilo arquitetônico, é lícito afirmar que a intervenção na capital francesa executada pelos planos dos *Grands Travaux* pode ser interpretada também no contexto de uma postura administrativa que se opõe à democracia, ou seja, a haussmannização é na verdade um poderoso estratagema da burguesia que faz sucumbir o proletariado, visto que a execução desse plano concorreu para a produção de uma cidade arrogante e pretensiosa, cuidadosamente planejada, segundo uma estética para pessoas de alto poder aquisitivo, e ainda, no entender de Blancot (2005, p. 217) “a adequação entre objetivos e meios que possibilitaram a realização das grandes obras reflete uma concepção clara segundo a qual os instrumentos jurídicos, as leis, devem se adequar e servir ao projeto”⁷⁸. Nesse sentido, a intervenção

⁷⁸ Tradução livre de: L'adéquation entre objectifs et moyens qui a permis la réalisation des grands travaux traduit une conception claire selon laquelle les outils juridiques, les lois, doivent s'adapter et servir le projet.

haussmanniana deve ser também pensada como uma experiência autoritária imposta à cidade, em função das grandes aberturas no tecido urbano, demolições de ruas, alargamento de avenidas e isolamento de edifícios antigos que são elevados à categoria de pontos valiosos para a cidade. Mas é importante salientar que as intervenções, de certo modo, conforme assinala Pinon (2016), não destroem o centro da cidade, visto que muitas das suas edificações e de seus monumentos serão aproveitados com melhorias e restaurações significativas.

De resto, salientamos que a formação de uma cidade, sob os anseios da burguesia, foi o sonho que Haussmann concretizou com o cenário que produziu para soterrar definitivamente os vestígios da velha Paris, seja pela uniformidade de seus traçados, seja pela variedade de detalhes que deveriam estar presentes em cada uma de suas criações, cujo aspecto principal, segundo Pinon (2005a, p. 128), são “as demolições, as quais, têm dois aspectos muito distintos, porque dizem respeito tanto às residências insalubres das quais ninguém se arrepende [da demolição], quanto aos monumentos medievais dos que se lamentam os arqueólogos”⁷⁹. A imposição das regras de enterramento da Paris medieval teve como objetivo concretizar o sonho haussmanniano de uma cidade como um conjunto de peças dinâmicas e harmônicas. Para essa concretização, determinadas medidas foram tomadas, o que redundou na hierarquização de espaços e controle das massas em deslocamento, tanto humanas quanto de equipamentos para mobilidade.

Acrescentamos também que o funcionamento dessa engrenagem complexa pode ser visto de duas maneiras. Por um lado, é o símbolo de progresso que se alinha aos princípios da Revolução e, por outro, a população conhece a sua exclusão de determinados espaços culturais, uma vez que foram retiradas das paisagens do centro da cidade, o que efetivamente aconteceu com a demolição de teatros populares e espaços de lazer utilizados pelas pessoas pobres, como terrenos para comemorações, espaços para a prática de esportes. Por esse motivo, assinala Pinheiro (2011, p. 83-84) que:

A cidade que chamamos de haussmanniana é a cidade burguesa por excelência, o lugar institucional da moderna sociedade burguesa, um espaço que se configura de acordo com a lógica de uma burguesia e se supõe um modelo espacial concreto. É uma vitrine da modernização, antes de ser um centro de produção que se aciona pelo encontro entre um urbanismo autoritário e as novas estruturas do capitalismo.

⁷⁹ Tradução livre de: Les démolitions, en effet, ont deux aspects bien différents, car elles concernent aussi bien les maisons insalubres que personne ne regrette vraiment, que les monuments médiévaux que les archéologues pleurent.

Indiscutivelmente para concretizar a sua grande realização, Haussmann contou com a conjugação de forças de três potentes engrenagens: a anuência e simpatia do aparato burocrático, o posicionamento favorável do Poder Legislativo e a franquia do sistema financeiro. Dessa conjugação de forças decorre a transição para uma cidade afeita aos critérios de modernidade, mas que seja “liberal”, inclusive na determinação de técnicas de controle, vigilância e segregação de pessoas, sem que esses últimos aspectos ocupem quaisquer páginas nos planejamentos para a transformação da cidade, de modo a considerar a vida das pessoas que são removidas e impedidas de continuar vivendo nos *habitats* aos quais estavam ambientadas, conforme afirma Paquot (2005). Mesmo sem evidências explícitas quanto ao destino dessas pessoas, medidas de contenção, repressão e controle foram adotadas com finalidades distintas: evitar a convivência de pessoas pobres com pessoas da aristocracia e da burguesia; fazê-las aceitar viver em regiões com poucos serviços, devido às assistências mínimas do Estado; obrigá-las e convencê-las as novas condições de vida, abafando quaisquer movimentos de reivindicação e protesto; e, por fim, aceitar a condição segregante relativa à desigualdade social.

4 A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Após a reurbanização, a cidade do Rio de Janeiro, anteriormente marcada por traços coloniais deixou de ser conhecida como “Capital da Morte” e passou a ser chamada “Cidade Maravilhosa”.

Pinheiro e Fialho Junior (2006)

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por acontecimentos assaz singulares, especialmente no tocante à sua fundação, a qual podemos com precisão situar nos documentos disponíveis produzidos pelos portugueses que escolheram o país para colonizar e também explorar. Porém, fundação que concerne à instalação de um marco inaugural para demarcação é diferente de concepção, acontecimento de difícil precisão em termos da marcação de uma temporalidade, visto que remete a uma conjuntura de edificações e pessoas em constante interação e evolução.

Diante da possibilidade de fundação, pelo menos, podemos situar marcos que são importantes na história da cidade, como a data de nomeação da Baía de Guanabara encontrada, segundo Bulhões (1997, p. 11), “em 1 de janeiro de 1502, pela expedição que a ela aportou, sob o comando de André Gonçalves, da qual fazia parte Américo Vespúcio”. Provavelmente este tenha sido o motivo da origem de seu nome, pois os membros dessa expedição equivocadamente pensavam tratar-se de um rio. Um ano depois, ou seja, em 1503 foi construída uma feitoria com um administrador advertido contra os ataques de piratas franceses, mas que não foi suficiente para impedir a chegada de três embarcações francesas que garantiram o domínio francês na cidade por mais de uma década com a pretensão de criar, de acordo com Bicalho (2008), em solo brasileiro, a França Antártica, que não se concretizou.

Ainda durante os embates para a expulsão dos franceses, a cidade começa a ser edificada às margens da baía, seguindo o curso dos seus diferentes contornos marcados por rios, ilhas, lagoas, pântanos e montanhas. Para os portugueses, fazia-se necessária a construção de fortificações para proteger a cidade dos ataques dos franceses, como também criar estratégias para expulsá-los, o que aconteceu graças à aliança dos portugueses com povos indígenas. Não resta a menor dúvida de que a França não enviou três grandes embarcações se não tivesse um interesse marcado pelas riquezas do continente, até então habitado pelos povos indígenas, entrando em conflito com os anseios também exploratórios de Portugal.

Se considerarmos o estado de guerra travado entre os franceses e portugueses na cidade do Rio de Janeiro logo após a sua fundação, não podemos deixar de nos referir a uma situação de conflitos de interesses entre as duas nações europeias que mobilizou o Estado francês a realizar um empreendimento dessa envergadura, destinando três navios sob o comando do nobre cavaleiro da ordem de Malta, Nicolas Durand de Villegagnon, os quais segundo Bicalho (2008, p. 32):

[...] chegaram à Baía da Guanabara com o intuito de fundar uma colônia. Havia muito que embarcações francesas navegavam por aquelas bandas, realizando o escambo com as populações indígenas, embarcando para a Europa grandes quantidades de pau-brasil. O projeto de fundação da França Antártica tinha o apoio de Henrique II, Rei da França, de Gaspar de Coligny, Almirante da Marinha Real, do Duque de Guise, cardeal de Lorena, e de comerciantes e armadores franceses. Um dos objetivos era garantir à França uma parcela do mercado de especiarias monopolizado pelos portugueses.

O firme propósito de explorar riquezas brasileiras para a Europa não apenas verteceu-se em uma forte ambição de diferentes países europeus, entre os quais a França, como também representa um capítulo de disputas que marca a história da cidade do Rio de Janeiro, corroborando com o pensamento de Oliveira (2002, p. 157), para quem “o Rio de Janeiro é certamente a cidade mais estudada, mais retratada e, se me permitem a expressão, mais ‘iconografada’ do Brasil”.

Os estudos sobre o Rio de Janeiro têm seu apogeu no século XIX, pois como a cidade de Paris, o Rio de Janeiro ocupou a primeira página de muitos jornais, seja sob o olhar acurado de artistas estrangeiros os quais construíram um encantamento ao retratarem a cidade como paisagem dos trópicos; seja de brasileiros que se encarregaram de documentar por meio de fotografias as suas belezas, a exemplo de Augusto Malta que teve o cargo de fotógrafo documentalista criado em 1903, encarregado de eternizar imageticamente a trajetória da Grande Reforma Urbana que aconteceu no início do século XX. Na verdade, essa situação da cidade deveu-se, sobretudo, às consequências da Segunda Revolução Industrial, em especial na Inglaterra, cujos resultados incidiram, segundo Pinheiro (2011, p. 121) no:

[...] aumento da produção e do comércio internacional. (...) Por essa época o Rio de Janeiro começa a ter um papel fundamental na inserção do Brasil no capitalismo internacional, ao transformar-se de porto exportador de café para centro distribuidor de produtos importados, tornando-se também um mercado consumidor.

Em função dessa transformação, a então Capital Federal assume, ainda que de forma tímida, a condição de centro cosmopolita, porém suas estruturas não eram adequadas a essa condição, fazendo-se necessário reformas urbanas, visando a atingir o patamar de outras grandes metrópoles. Fazia-se urgente a implantação de um projeto de reformas para possibilitar a recepção e circulação do capital estrangeiro. Por esse motivo, vários planos de reformas foram esboçados, ainda na segunda metade do século XIX, no âmbito social (transição das relações do tipo senhor/escravo para relações do tipo burguês/capitalista), político (fim do regime imperial com a Proclamação da República, com o propósito de transformar o homem livre, ex-escravo ou imigrante em trabalhador assalariado) e econômico (abertura de portas ao capital e à sociedade dita civilizada com um audacioso projeto dos donos do capital e do poder que consistia, no entender de Chalhoub (1986, p. 29), “fazer da jovem República um prolongamento tropical da civilização e da economia europeia”). Para atender a essas prerrogativas, a cidade teria que transformar radicalmente a sua estrutura urbana pela criação de regiões adequadas ao atendimento dessas novas ambições. Todavia, outras intervenções urbanas aconteceram em séculos anteriores que não foram devidamente documentadas, a exceção da produção de aquarelas que retratam diferentes paisagens da cidade, sem que precisamente tivessem como foco as reformas que aconteceram desde a sua fundação.

Até praticamente o final do século XVI a cidade do Rio de Janeiro, devido à existência de muitos pântanos, rios, córregos e lagoas, estava circunscrita a áreas localizadas nos morros. Esse cenário muda significativamente com o aterramento de lagoas e pântanos na sua região central. A Rua Direita, atualmente Rua Primeiro de Março, a mais importante do ponto de vista comercial, ligava o morro do Castelo ao Morro São Bento, alocando o Palácio do Governo, a Alfândega e Igrejas. Era ainda uma cidade, segundo Reis (1986, p. 24), na qual predomina o estilo colonial “feio e forte” com casas geminadas de um só andar, ruas estreitas e tortuosas, sem mecanismo para acomodação das águas pluviais e nem redes de esgotos, além da falta de iluminação adequada, sendo também repleta de dejetos lançados pela população e de material orgânico em decomposição lançados a céu aberto. Via de regra, o lixo produzido acumulava-se ou tinha como destino as lagoas, os pântanos e as praias quando não permaneciam ao relento em processo de putrefação.

Na segunda metade do século XVII, o Rio de Janeiro passou a ser a capital do Brasil e, em razão dessa condição, modificou-se substancialmente. Logo na primeira década do início do século XIX, a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil que

fugia das guerras napoleônicas teve um impacto considerável para a cidade, cujas edificações lembravam, com as devidas proporções em razão do clima tropical, a arquitetura das cidades portuguesas principalmente Lisboa e Porto.

Ainda mais, a cidade transforma-se também em razão da implantação de uma nova estrutura política, desta feita pelo fato de o Brasil ter se tornado a sede do Reino Unido de Portugal e Algarves⁸⁰. O impacto da chegada da Corte Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro foi considerável, especialmente devido à necessidade de transformação da região central para criar condições habitacionais com a finalidade de atender aos anseios do grande número de pessoas que estavam habituadas à vida em Portugal e que pretendiam viver nos trópicos em condições semelhantes. Ainda, houve o aumento significativo da população em função do grande quantitativo de pessoas brancas da comitiva real recém-chegadas.

Essa mudança demográfica representou um grande impacto, visto que para Azevedo (2016, p. 57) “a cidade crescia rapidamente e com ela os problemas de infraestrutura urbana. A estrutura urbanística do centro da cidade não foi capaz de absorver esse aumento demográfico”. No intuito de amenizar a situação, a iniciativa estatal julgou necessário promover um esvaziamento populacional da região central, especialmente as pessoas de baixa renda consideradas propagadoras de doenças. Foi desse modo que, fundamentados no conceito de saúde pública da época, moradores do centro foram desalojados pelas demolições, sendo também necessários a drenagem e o aterro de pântanos, a canalização de rios e aberturas de vias mais largas, para enfim, melhorar as condições de salubridade da capital, o que era esperado com um fator de prestígio e reconhecimento para os realizadores dessa empreitada, entre os quais, se encontravam, segundo Pinheiro (2011), o médico Oswaldo Cruz e o engenheiro Francisco Pereira Passos, que assumiu a prefeitura da cidade no alvorecer do século XX.

Contudo, vale assinalar que diante das preocupações com as condições sanitárias, o prefeito deu destaque às questões de natureza estética, colocando-as em primeiro plano no seu firme propósito de criar uma metrópole, no seu entender, civilizada, ou seja, as questões com a civilização da cidade eram prioritárias, uma vez que “o grupo de engenheiros capitaneados por Pereira Passos buscou atuar nela a partir de preceitos de ordem urbana e beleza urbanística arquitetônica” (AZEVEDO, 2016, p. 60). Ordem moral

⁸⁰ A Carta Régia de 16 de dezembro de 1815 eleva o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Essa condição teve várias consequências para a cidade do Rio de Janeiro e também para os países da América do Sul, grande parte dos quais estavam sob o regime de colônias.

e beleza arquitetônica são então os dois fundamentos que justificaram a realização de Grande Reforma Urbana, pois assim a cidade seria elevada à condição de metrópole moderna para atender aos interesses da elite intelectual e econômica herdada do período imperial, desde o início do século XIX.

A elevação do Brasil à condição de sede do Reino Unido de Portugal e Algarves desencadeou a necessidade de um processo de acomodação para, aproximadamente, vinte mil pessoas da Corte que desembarcaram nos trópicos, cujas exigências e sofisticação não se coadunavam com muitos aspectos da cidade, sobretudo as habitações existentes, motivo pelo qual o centro da cidade teve sua configuração completamente mudada, tanto geograficamente quanto socialmente: foram construídas casas luxuosas para acomodar a Família Real que se instalou no Convento do Carmo, na Casa da Câmara e na Cadeia do Aljube. Para a realização dessas acomodações, muitas pessoas (escravos e comerciantes) foram desalojados de seus espaços, como também houve uma grande ampliação na cidade que, segundo Spix e Martius (1981), compunha-se de setenta e cinco espaços públicos, quarenta e seis ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove praças.

O projeto de transformação da cidade pela construção de novas habitações e espaços luxuosos foi realizado, após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, com convite de artistas franceses que queriam fugir do regime napoleônico, o que resultou na criação da Academia Imperial de Belas Artes, com influência marcante da cultura francesa o que se expressava, já na segunda década do século XVII. Ainda de acordo com o pensamento de Spix e Martius (1981, p. 46), a influência era notada na “língua, costumes, arquitetura e afluxo de todas as partes do mundo que dão à praça do Rio de Janeiro feição europeia”. A esses artistas foi dada a incumbência de embelezar a cidade seguindo padrões de estética tipicamente europeus.

Contudo, ao mesmo tempo em que se produziu um embelezamento estético arquitetônico, também houve uma profunda mudança social, com o desalojamento de pessoas pobres e escravos dos espaços de convivência e de passeios que faziam parte da Corte. Nesse sentido, com a chegada da Família Real portuguesa, a cidade passou por uma profunda modificação de caráter eugênico e higienista, sob alegação de que grande parte da população que vivia na região central não dispunha de condições nem de hábitos adequados para dividirem os mesmos espaços com pessoas da Família Real. Essa política conservou-se ao longo dos tempos, sendo um solo frutífero para inúmeras reformas, a fim de aproximar a cidade do Rio de Janeiro do padrão das grandes cidades europeias da

época, expressando assim o nítido desejo de uma burguesia ex-colonial que sonha em alcançar o patamar dos habitantes de uma metrópole “civilizada”.

Vale destacar que desde a chegada da Família Real portuguesa ocorreram mudanças significativas no centro da cidade para criar acomodações consideradas adequadas para as pessoas recém-chegadas, com desapropriações, desalojamentos e remoções (sem avaliação de suas consequências), na criação de grandes monumentos para o conforto e bem-estar dessa elite nobre, cujo expoente máximo pode ser relacionado à suntuosidade da transformação que ocorreu na cidade serrana de Petrópolis, lugar privilegiado por essa elite, por se assemelhar aos ares europeus.

A tentativa de impor um estilo francês para a cidade era uma aspiração que contou com a colaboração de muitos artistas que queriam deixar a França após a ascensão ao trono de Napoleão XVIII. Essa influência evidenciou-se nas construções de confortáveis casas em regiões mais distantes do centro, nos bairros de Botafogo e São Cristóvão, de modo a substituir a influência da arquitetura portuguesa.

Contudo, mesmo considerando as mudanças de cenário arquitetônico, a cidade ainda mantinha, em grande parte da sua estrutura, a herança colonial portuguesa, como o tipo de pavimentação, iluminação precária e a presença de bondes puxados por animais, além de uma expressiva população de povos negros escravizados. Era uma cidade, segundo Pinheiro (2011), com uma vida bastante movimentada e com um comércio em condições bastantes precárias, principalmente, em razão da exposição de mercadorias que facilmente se decompunham pela ação do sol, à semelhança de um grande bazar a céu aberto, marcado pela sujeira e odores fétidos. A população era composta, em sua grande maioria por escravos domésticos, escravos de ganho⁸¹, lavadeiras de roupas e alguns negros livres.

O incremento da população de povos negros na cidade do Rio de Janeiro contribuiu consideravelmente para a realização do trabalho de calçamento das ruas, iluminação pública, transporte de cargas e de pessoas, bem como de gêneros alimentícios. A realização dessas atividades caracterizava-se por um regime exploratório e de opressão. Para Azevedo (2016, p. 191):

Em 1799, a população de cativos no Rio de Janeiro registrava 14.986 indivíduos, quase quadruplicando em um curto período de duas décadas, para 55.090 desafortunados em 1821 e quase dobrando em 1849, quando se verificou o número de 110.062 escravos.

⁸¹ Escravo de ganho era um cativo que saía às ruas a procura de trabalho com a finalidade de ganhar dinheiro, sendo que uma parte prefixada era destinada ao seu senhor e a quantia que ultrapassasse esse valor, caso acontecesse, ficava para si.

Essa população de povos negros intensificou-se com a chegada da Família Real e manteve-se depois da Independência do Brasil, acontecimento que selou o fim da condição de colônia. Contudo, a cidade, mesmo no regime do Império, ainda mantinha todas as características de uma cidade colonial expressas nas fachadas das casas e nos traçados das ruas. Se a cidade do Rio de Janeiro conservava uma herança urbana da arquitetura portuguesa, com uma mistura de povos com diferentes hábitos, um novo cenário se apresenta: as condições de vida concorreram para que transformações significativas fossem realizadas ao longo do século XIX, que são, de certo modo, o encaminhamento para a grande transformação que aconteceu no início do século XX.

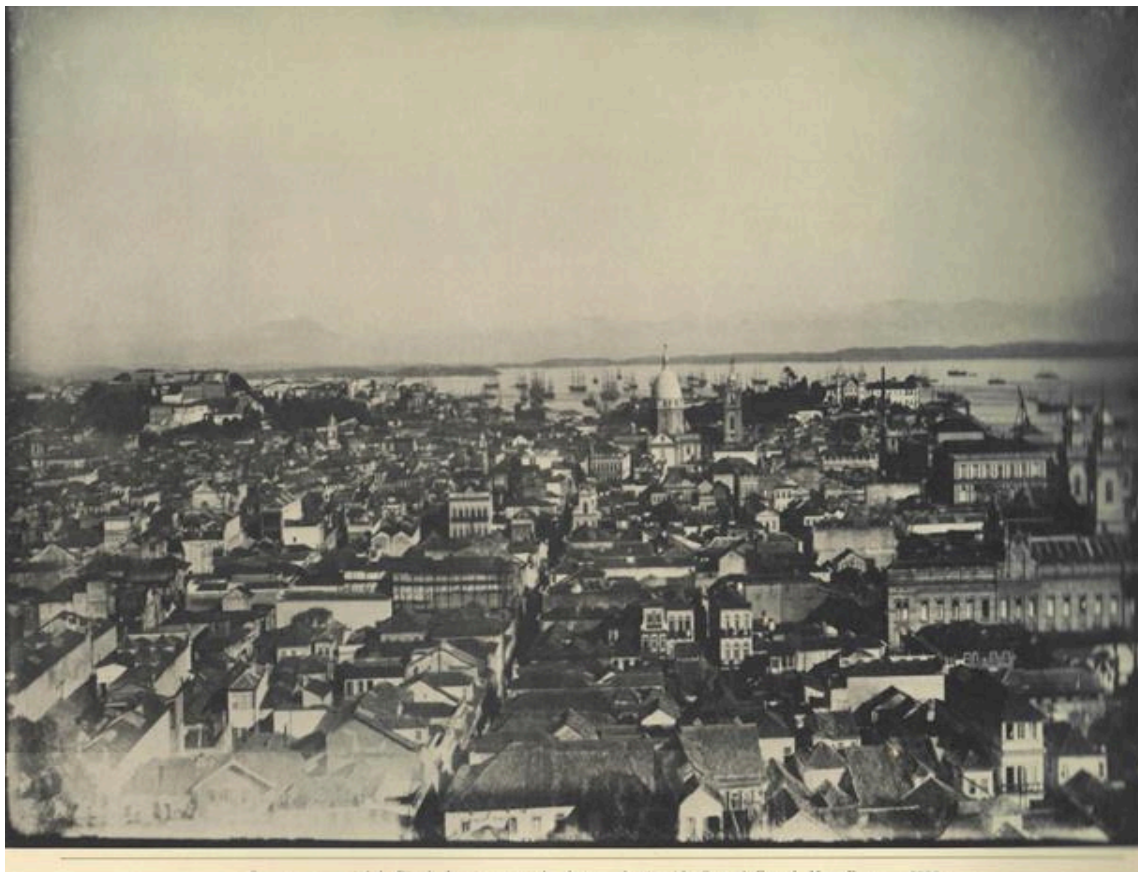
É interessante considerar que, com a chegada da Corte Portuguesa, criou-se uma fronteira bem demarcada entre a nobreza, as pessoas pobres e os povos negros na cidade, a qual no entender de Leblanc (1895, p. 28), “tem o ar de uma cidade de lazer antes do que uma de comércio. Sua baía é uma das mais belas do mundo”. Porém quando se percorria os seus numerosos becos e ruas estreitas a ilusão de beleza era desfeita, devido, principalmente, a sujeira e o fedor.

Um acontecimento serve de argumento para explicar a construção desse cenário: depois da expulsão dos franceses no século XVI, a cidade que era localizada na praia da Cara do Cão migra para partes elevadas com extensões, tanto para a planície quanto para a praia, desenvolvendo-se sobre pântanos entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição. Se por um lado essa migração pode ser considerada uma grande solução no tocante à proteção de alagações e enchentes, por outro, representou também um problema à medida que, em função das distâncias de postos de trabalho, houve a concentração de pessoas vivendo em habitações coletivas nos aglomerados que se formaram na região central da cidade. Além do mais, considere-se que as condições sanitárias eram bastantes precárias, pois não havia redes de esgotos e a iluminação era feita por lampiões de querosene, mas não em todos os lugares. Um fator que contribuía para essa suposta desordem concernia, segundo Pinheiro (2011), às atividades de comerciantes e ambulantes que lançavam as sobras de frutas, vísceras estragadas, além de outros restos ao ar livre.

A descrição da cidade, nessa época, bem como em séculos que se seguem, não é nada aprazível, visto que segundo Edmundo (1957, p. 18), “a casa é feia. A rua é suja. O conjunto exaspera. Tudo conspira um povoado infeliz. O clima abrasador e ardente”. Eis o cenário que era apreendido na região central, conforme depreende-se na imagem

seguinte, que conservava uma arquitetura colonial a qual não estava à altura das exigências de industrialização e modernização:

Imagem Ilustrativa 14 Centro da cidade do Rio de Janeiro em 1900



Fonte: Ferrez, (1982).

Tendo em vista essa descrição, conclui-se que a cidade ainda carecia de muitos atributos para ser a capital do Brasil, voltada para as dimensões de progresso e civilização, sendo preciso mudar a sua imagem para tornar-se a metrópole que represente o país, de modo a inseri-lo na rota do capitalismo internacional, além de ser um cartão de apresentação no exterior. Nessa época, muitos dos equipamentos da cidade como transporte, abastecimento de águas, recolhimento de lixo ainda eram realizados pela força do trabalho escravo. Na verdade, o sistema de abastecimento de águas era realizado por escravos, que buscavam água dos rios em recipientes considerados de pouca higienização. Esse serviço mudou na segunda metade do século XIX com a instalação das fontes e chafarizes, cuja canalização foi importada da Inglaterra, sendo que o controle e a comercialização ficou ao encargo de portugueses, conforme nos informa Benchimol

(1992). A mudança do sistema de abastecimento de água foi considerada um passo importante no contexto da insalubridade. Houve também mudanças significativas pela utilização da eletricidade, substituindo os lampiões a gás. Entretanto, não havia ainda sistema de coleta de esgoto, com os dejetos sendo lançados em fossas e praias.

Diante desse quadro de sujeira e focos de proliferação de doenças contagiosas causadas por, segundo suposições, odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos, as autoridades sanitárias reivindicavam medidas para solucionar o problema.

A motivação para a implementação dessas medidas deveu-se, segundo Pinheiro (2011), à decorrência do grande número de mortes causadas pela epidemia da febre amarela, a qual infectou mais da metade da população, ceifando mais de quatro mil vidas nos anos de 1849 e 1850. Após essa catástrofe sanitária, surgiram iniciativas de implantação do sistema de esgotos, mediante a concessão a uma companhia inglesa. Porém, como afirma Benchimol (1992), a concessão foi feita sem uma análise de critérios. Muito embora década e meia após essa epidemia quase toda área urbana se beneficiava desse serviço, existiam muitas insatisfações e críticas no tocante ao gradativo e crescente processo de contaminação do solo da Baía de Guanabara, utilizada como zona de despejo dos dejetos.

Apesar da implantação das redes de abastecimento de águas e de esgoto na área urbana, a cidade no entender do Bodstein (1986), não conseguiu sanar todos os seus problemas de insalubridade, sendo palco de muita sujeira e consistentes focos de epidemias como a cólera, a malária, a varíola e a febre amarela. Pelo fato de o lixo ser jogado nas ruas, em razão das condições climáticas a putrefação dos restos orgânicos era praticamente imediata, cujos dejetos atingiam as águas das praias, rios e lagoas.

O problema das epidemias preocupava as autoridades desde a época do Brasil Colônia, mas ficou ao encargo das autoridades do Império a necessidade de intervir no estado de salubridade da Capital Federal. Diante dessa urgência, a Assembleia Geral cria uma Comissão de Engenheiros com a missão de apresentar um projeto de melhorias para o saneamento da cidade, trabalhando junto com a Junta de Higiene Pública encarregada de executar as medidas para a preservação da saúde pública na Corte.

Essa Junta se desdobrava em dois setores: Inspeção Geral de Higiene e Geral de Saúde dos Portos, de acordo com Pinheiro (2011, p. 111), “introduziu um novo tipo de medicina, a Medicina Social, que observa, inventaria e analisa o espaço, numa busca preventiva para localizar o perigo e preservar a saúde dos habitantes da cidade”. Esse

novo ramo da medicina entrou em campo com um objetivo preciso que consistiu em apontar as causas e focos de contágios, considerando as condições das habitações e os hábitos de seus residentes, sustentando a tese de que o *modus vivendi* das pessoas observadas deveria ser considerado do ponto de vista moral, o que significou para Benchimol (1992, p. 116), “responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde não só física, como moral da população”. A Medicina Social diagnosticava causas naturais relacionadas às peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro e, sobretudo, causas sociais. Essas equipes são categóricas em seus argumentos de que a geografia da cidade é um fator que contribui positivamente para a insalubridade urbana, em razão dos pântanos e de seu clima, além de ser rodeada pelo mar e montanhas que, pelo abafamento, são verdadeiros obstáculos à circulação de ar para purificá-la. Daí a solução imediata ter sido apresentada em relação ao aterro dos pântanos e o arrasamento dos morros no intuito de criar vias de circulação dos ventos. Há, ainda, um fator preocupante a ser combatido no tocante às habitações, em especial as coletivas, consideradas como amontoados de pessoas pobres na região central da cidade.

É pertinente observar que a cidade, desde meados do século XIX, foi palco de várias epidemias, além do crescimento de sua população em grande proporção, especialmente na região central, o que resultava em um desdobramento de um grande número de transportes, criando dificuldades de mobilidade, conforme aponta Abreu (1988). Diante dessa situação problemática, nas décadas finais desse século, soluções deveriam ser propostas para intervenções, principalmente no tocante ao processo de expansão, e então, afirma Azevedo (2009, p. 9) que “a cidade crescia em direção a sua atual zona norte, com o arruamento do bairro de Vila Isabel”. Outras vias de expansão deveriam ser contempladas nos projetos de reforma, diante da avaliação pelas autoridades, de que a cidade se encontrava em estado caótico.

Esses argumentos de expansão serviram de fundamento para que as autoridades se encarregassem da elaboração e da execução de projetos para remodelar a cidade, aliado aos interesses de especuladores interessados ávidos por lucros. Nesse sentido são elaboradas e apresentadas as seguintes propostas, segundo Pinheiro (2011, p. 112):

[...] expansão urbana para bairros mais salubres com o intuito de descongestionar o Centro, imposição de normas para a construção de casas higiênicas, alargamento e abertura de ruas e praças, arborização, instalação de redes de esgoto e água, manutenção de asseio nos mercados e matadouros, criação de locais próprios para a deposição de dejetos, entre outros.

Dáí entra em cena um discurso de cunho higienista, o qual se expandiu no senso comum de camadas da população, principalmente as subalternas, que constituíram a partir de sua divulgação uma corrente de opinião favorável às mudanças apresentadas para melhoramentos. Essas camadas populares não se opuseram de forma explícita às medidas, uma vez que concordavam com a ideia de que era necessário transformar a capital do Império em uma metrópole moderna aos moldes das cidades europeias.

Acrescente-se ainda que o insucesso na implantação dos serviços de esgotos e limpeza de determinadas áreas da cidade, bem como as caracterizações negativas quanto ao estilo arquitetônico constituíram-se em argumentos imbatíveis para a realização de mudanças estruturais drásticas com novas construções, aterramento de pântanos, desvio do curso de rios e arrasamento de morros, com o intuito de aparelhá-la com equipamentos sob a justificativa de modernização para, enfim, tentar combater frontalmente a insalubridade creditada aos miasmas emanados dos solos alagados e encharcados, características próprias da cidade.

Na esteira da realização desses projetos, o espaço construído adequa-se a determinadas regras de acordo com as pretensões defendidas em nome do progresso e aeração da cidade. Nesse sentido, teve lugar a intervenção, na década de 1820, pela execução de um projeto elaborado, segundo Pinheiro (2011), pelo francês Grandjean de Montigny que reformulou o Largo do Paço com a construção do Palácio Imperial e Campo de Santana o qual passou por uma redução de sua área, pela criação de uma rua destinada a passeio e ao comércio, o que no entender de Santos (1981) tem semelhanças com a *Rue de Rivoli* de Paris. O fundamento que guiou essa reforma era pautado em uma proposta de articulação entre a região central da cidade e as novas áreas de expansão.

Uma segunda reforma sugerida na década de 1840, consta do relatório do engenheiro Henrique de Beaupaire Rohan, segundo Pereira (1988), Diretor de Obras Públicas, que apresentou um projeto de intervenção urbana, condenando definitivamente as heranças coloniais, com destaque a dois aspectos: salubridade pública pela instalação e melhoria da rede de esgotos; e embelezamento da cidade com a proposta de arborização de ruas e praças, cujo resultado contribuía também para a purificação do ar, contando com o desmonte dos morros considerados empecilhos à passagem dos ventos e obstáculos à expansão da cidade que deveria ter ruas amplas e habitações em condições sanitárias, decretando assim o fechamento dos cortiços e mudanças dos mercados e matadouros para áreas distantes dos afluentes das águas fluviais. De resto, o projeto apresenta uma coordenada de intervenção urbana que consiste em substituir uma parte da cidade velha

visando à construção de uma nova cidade, cujo modelo arquitetônico deve considerar as práticas, deslocamentos e instalação de equipamentos para locomoção, entre outros, além de mudanças profundas nos hábitos das pessoas.

Para incluir todas as diretrizes do plano de intervenção na cidade, o teor que norteia o projeto proposto é defendido em termos da possibilidade de recuperação para que, desse modo, houvesse, por um lado, um desenvolvimento saudável da população e, por outro, facilitar o ofício de artistas estrangeiros. Essas diretrizes pressupunham a criação de um solo propício para a implantação de indústrias, meta considerada pelas autoridades, de extrema importância para a modernização da cidade. Ao lado desses ícones que sinalizam progresso e sofisticação, há ainda um aspecto nesse projeto que, na opinião de Pinheiro (2011), deve ser ressaltado, o qual consiste na construção por parte da iniciativa estatal ou da privada de residências em regiões circunvizinhas ao centro da cidade, para pessoas de baixa renda, com serviços de comércio entre outros.

Apesar da realização dessas duas reformas, pelo menos de forma parcial, o espaço urbano ainda continua sendo o alvo das preocupações, especialmente no que concerne à abertura de novas ruas e alargamento com retificação das até então existentes, visando à facilitação da circulação do ar e à dissipação dos miasmas que proliferam nos solos de regiões pantanosas e alagadas. Os projetos elaborados a partir da década de 1870 fundamentam-se em propostas que consideram, no entender de Pinheiro (2011), o impacto das intervenções realizadas por Haussmann em Paris que são consideradas importantes por muitos profissionais brasileiros, entre os quais Francisco Pereira Passos.

Ainda na década de 1870, a qual coincidiu com o término dos *Grands Travaux* na cidade de Paris, em face dessas preocupações e considerando a necessidade de transformação da Capital Federal, o Imperador Pedro II nomeia uma comissão com a incumbência de elaborar um plano urbanístico para a cidade, alvo de surtos epidêmicos e também marcada pela insalubridade, conforme aponta Fritsch (1986). A situação se agravava com a dizimação de grande contingente de pessoas devido as frequentes epidemias. Por esse motivo a cidade precisava de mudanças de saneamento, abertura de ruas e avenidas para melhor circulação do ar, criação de praças e parques além de, conforme afirmam Pinheiro e Fialho Junior (2006, p. 7), “retificação e embelezamentos dos logradouros, canalização de rios, obras viárias, remodelação arquitetônica das edificações e outras”. Essas medidas uma vez executadas mudariam, por completo, a imagem da cidade do Rio de Janeiro com novas vias de ventilação, purificação pelo processo de arborização, sendo as avenidas amplas e arejadas o principal objetivo da

intervenção urbana, com efeitos diretos no tocante ao processo de transformação social quanto à ocupação dos espaços urbanos.

Diante dessas e de outras necessidades, a comissão deveria pensar nos problemas de insalubridade, alinhamento, retificação, alargamento, demolições, desmonte de morros, aterros de pântanos, lagoas e córregos com a preocupação de modernizar a cidade à feição das metrópoles europeias, ou mais precisamente, das metrópoles do hemisfério norte, dando ao mesmo tempo “mais beleza e harmonia às suas construções [...] projectando os novos alinhamentos de sorte a evitar o mais possível a demolição de propriedades públicas ou particulares mais importantes” (PASSOS, MORAES JARDIM, RAMOS DA SILVA, 1875, p. 1). A proposta de reforma tinha também como meta desafogar o tráfego entre a região central da cidade e os diversos bairros, em razão do quantitativo de equipamentos de locomoção que causavam grandes transtornos.

A questão da retificação e alargamento das ruas passou então a ser o alvo das propostas da Comissão⁸², tanto como solução para os problemas de ordem sanitária como também no tocante à estética, uma vez que a beleza passa a ser um critério a nortear os projetos de reformas urbanas. Contudo, as desapropriações e as demolições foram planejadas, mas não constam nos dois relatórios quaisquer indicações quanto ao destino da população desalojada de suas habitações demolidas. Quer dizer, constam somente nesses dois relatórios argumentos sanitários e embelezamento estético. Essas prerrogativas faziam parte dos argumentos de reformas que intencionavam transformar a cidade do Rio de Janeiro, conforme explicitam Passos, Moraes Jardim e Ramos da Silva (1876, p. 7):

A cidade do Rio de Janeiro, já importantíssima pelo seu comércio, riqueza e população, tem ante si um futuro imenso, que lhe garantem sua situação geográfica e a circunstância de ser a capital de um dos mais extensos e mais férteis países do mundo. Entretanto nada se tem feito até hoje para dotá-la de construções mais apropriadas ao nosso clima e de ruas que estejam em relação com as necessidades de seu tráfego e satisfaçam às imperiosas exigências de higiene pública.

Ao adotar o princípio de que o traçado de uma cidade é antes obra do tempo do que obra do *architecto*, a Comissão reconheceu que as marcas decorrentes das mudanças temporais precisariam ser cuidadas a partir de reformas reparadoras ou mesmo inovadoras. No entendimento de que a cidade, em razão de seus diferentes

⁸² A Comissão de Melhoramentos foi instituída no ano de 1874 visando sanar as precárias condições de salubridade da capital.

acontecimentos humanos e naturais, precisa ser transformada, claramente o propósito da Comissão se alinha perfeitamente ao Plano dos *Grands Travaux* do Barão Haussmann, conforme depreendemos em Chaudun (2021). A marcante influência evidenciada nos dois relatórios deve-se sobretudo, segundo Pinheiro (2011), ao fato de o presidente da Comissão, Francisco Pereira Passos, ter realizado missões em Paris para estudo e trabalho na época em que o Barão Haussmann transformou a cidade. É importante destacar que, nessas viagens, Pereira Passos estabeleceu contatos importantes, inclusive com técnicos encarregados da realização das obras dos *Grands Travaux*.

Depreende-se assim que a estadia de Francisco Pereira Passos em solo francês, conforme assinala Azevedo (2016), bem como o exercício de alguns encargos foram fundamentais na elaboração do projeto de reforma, de modo que os apontamentos; as recomendações sobre o processo de ventilação das habitações; as obras relativas ao destino das águas pluviais; a necessidade de alargamento e retificação de ruas; bem como as indicações que constam nesses dois relatórios, configuram um plano de expansão destinado à região central da cidade, como possibilidade de serem realizados também em bairros circunvizinhos.

Já nessa época, o plano elaborado pela Comissão se alinha perfeitamente, segundo Benchimol (1992), à nova concepção arquitetônica de Paris conhecida como estilo haussmanniano, mas com uma grande diferença, visto que a Comissão não apresenta uma proposta radical de reforma com grandes demolições e desapropriações, argumentando que, conforme aponta Pinheiro (2011, p. 118), “em vez de destruir o Centro, derrubando quarteirões operários, essas avenidas são projetadas para a periferia, áreas ainda pouco urbanizadas, orientando e criando condições para a expansão da malha urbana”. A ideia principal do projeto está mais voltada para um processo de ampliação do que propriamente pela destruição de parte da cidade velha para criar uma cidade nova, embora indicações nesse sentido estavam presentes, mas em grau bastante moderado, pelo menos nas diretrizes e sugestões dos dois relatórios elaborados pela Comissão nos anos de 1875 e 1876.

Como se depreende das próprias recomendações da Comissão, uma destruição quase total de toda a região central para criar uma cidade com as condições sanitárias e higiênicas desejáveis implicaria na utilização de grandes montantes e provavelmente o tesouro não dispunha de valores tão altos. A alternativa vislumbrada por Passos, Moraes Jardim e Ramos da Silva (1876, p. 34) consistiu na proposta de que se:

[...] o governo imperial ou a municipalidade pudesse tomar sobre si a tarefa de abrir, alargar, ou rectificar as ruas desta cidade, fazendo todas as despesas com as desapropriações, e cedendo depois a particulares os terrenos disponíveis para novas edificações, não ha duvida que a execução do plano deveria começar por aquella parte da qual resultaria maior somma de benefícios para a cidade; mas nem o governo, nem a municipalidade dispõe dos meios indispensáveis para a realização immediata de obras como essas, que exigirão o dispendio de avultado capital. Forçoso é, por conseguinte, appelar para o espírito de associação, acenando-lhe com os lucros e vantagens que possa colher de taes empresas, mediante a concessão de alguns favores pelo Estado.

Possivelmente o alto custo de uma intervenção radical na região central da cidade tenha sido o fator determinante para as reservas da Comissão, conforme consta no Anexo n. 3 do 1º Relatório, além evidentemente de implicações políticas. Esses dois fatores foram determinantes para que a Comissão não especificasse a realização de grandes reformas na região central da cidade, focos dos problemas mais graves, principalmente no tocante às epidemias, uma vez que as condições das habitações favoreciam, pela falta de higiene, a proliferação de doenças. Diante dessa circunstância, a Comissão (PASSOS, MORAES JARDIM, RAMOS DA SILVA, 1975, p. 17), entendendo ser impossível uma reforma dessa dimensão, pondera que:

No traçado das novas ruas e avenidas a comissão procurou conservar as direcções rectilíneas tanto quanto o permittiam os accidentes do terreno e as construccões existentes, sem perder de vista as condições de belleza e as conveniências da circulação. Extensas ruas em linha recta nem sempre produzem bom effeito, por que a uniformidade dá-lhes geralmente um aspecto monótono ou triste, ou pelo menos fatiga a vista de quem as percorre.

Embora a Comissão⁸³ tenha se esmerado na apresentação de um plano considerando o fundamento estético das novas ruas e ensejando a construção de edifícios particulares, sem uma pressão quanto à uniformização das fachadas, em nenhuma das detalhadas recomendações deixou em segundo plano, a importância e a necessidade premente de questões concernentes à salubridade. Conforme salienta Chalhoub (1996), essas intenções somente se consolidaram décadas depois no século XX, na administração de Francisco Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

⁸³ De certo modo, questões orçamentárias e correntes políticas contrárias contribuíram para a não realização de muitas das sugestões apresentadas pela Comissão, razão pela qual ensejou a execução de projetos de pequeno porte, de acordo com Pinheiro (2011). As propostas de pequeno porte mostraram-se mais exequíveis.

A reforma que aconteceu no alvorecer do século XX na cidade do Rio de Janeiro ficou conhecida nos anais da história dessa urbe como a Grande Reforma Urbana realizada, em princípio no âmbito das esferas federal e municipal, se ponderarmos que o plano idealizado e anunciado pelo então Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves obedecia, segundo Azevedo (2016, p. 143-144) as seguintes motivações:

Primeiramente, à questão do saneamento da cidade, que respondia a uma demanda de salubridade urbana que se apresentava no Rio de Janeiro desde os meados do século XIX. Essa demanda partia da população da cidade, vitimada pela sucessão de epidemias que a vinha afligindo nos últimos cinquenta anos, pela pressão dos médicos higienistas e, sobretudo após a fundação do Clube de Engenharia, pela pressão dos engenheiros. Em segundo lugar, à necessidade de legitimação do regime republicano diante do conjunto da população brasileira, ao juízo da qual se encontrava devastado. Em terceiro lugar, à necessidade de se ampliar o comércio externo a fim de conseguir maior equilíbrio financeiro nas contas federais, dependente sobretudo da arrecadação fiscal sobre as importações, às quais tinham como principal receptor à crise da capitalidade do Rio de Janeiro, revigorando esta propriedade da cidade na perspectiva de se fazer da capital federal a metonímia de um país que caminharia rumo ao progresso.

Possivelmente, as motivações elencadas para uma grande reforma, anunciadas pelo Presidente da República, tinham como meta a dimensão do progresso, mas, em paralelo, melhorar, em âmbito internacional, a imagem da cidade e, pelo fato de ser a capital, elevaria também a imagem externa do Brasil, a ponto de atrair estrangeiros que se interessassem em trabalhar em solo brasileiro, na lavoura cafeeira, a qual passava por momentos difíceis desde a abolição da escravidão. De certo modo, a pretensão na modificação dos trabalhadores mediante a substituição dos escravos por imigrantes europeus era uma das aspirações da elite política do Estado de São Paulo que, no entender de Lobo (1978), exercia uma forte pressão no Governo Federal, composto por políticos do Estado de São Paulo e era bem afeiçoado às ideias de progresso e civilização.

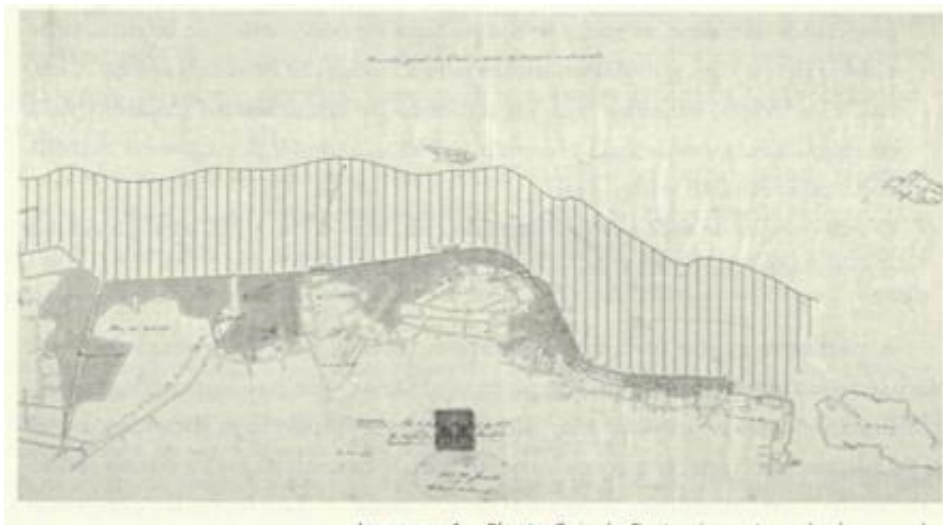
A vinda de imigrantes para o Brasil muda um cenário no contexto da população, uma vez que passa então a contar com pessoas brancas nas frentes de trabalho e assim nutria-se a esperança de soterrar para sempre um passado marcado pela presença de povos indígenas e povos negros escravizados, com o propósito, conforme assinala Fanon (2015), de minimizar os hábitos considerados incivilizados dos povos indígenas e negros. Aliás, assinala Azevedo (2016, p. 144) que “a voga do conceito de raça no Ocidente fazia com que o embranquecimento fosse desejado como elemento importante na busca do que se entendia como progresso”.

A diversidade de fatores que confluíram para a proposta da Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro incluía ações da alçada do Governo Federal, com obras vultuosas de modernização do porto e abertura das três grandes vias de acesso em direções opostas: em toda extensão do cais do porto seria aberta a Avenida Rodrigues Alves, na direção norte margeando o canal do Mangue, a Avenida Francisco Bicalho e na direção sul, Avenida Central renomeada em 1912, segundo Azevedo (2016), para Avenida Rio Branco. A inauguração dessa avenida significou, para seus idealizadores, o ápice do progresso e da modernização, como também um embelezamento estético ao estilo europeu, porém às custas de grandes demolições e remoção de pessoas na operação Bota-Abaixo. Seus contornos alinham-se de forma curiosa a uma região da capital francesa, na qual está localizada uma grande casa de espetáculos, *L'Opéra Garnier*, que segundo Pinheiro (2011), guarda devidas semelhanças com a Avenida Central, com a diferença que esta tem como visão principal a Baía de Guanabara.

Além dessas reformas de grande porte, outras intervenções ficariam ao encargo da gestão municipal que paralelamente executou inúmeras obras ao mesmo em que eram realizadas as obras de alçada federal, à diferença de que havia o acoplamento dos serviços de engenharias com intervenções de médicos sanitaristas. A intervenção do saber médico nessa reforma teve um papel fundamental à medida que a partir das advertências para erradicação das causas das epidemias, foi decretada e realizada a demolição de muitas habitações, consideradas foco e propagação de contágio, com desapropriações constantes e desalojamento de pessoas da classe proletária que viviam em espaços ocupados de forma coletiva.

Vale salientar que o plano de realização dessas obras, para os mentores que elaboraram as plantas das reformas, apresentavam ideias e exigências de eliminação de irregularidades geográficas como pequenas lagoas e morros; de retificação às custas de aterramento com medidas para nivelamento de regiões, e arrasamento de morros. Essas medidas foram consideradas necessárias à realização das obras do porto, concebido como o local de importantes trocas comerciais, além de ser o cartão de visita para estrangeiros que desembarcavam na cidade. Quer dizer, o porto precisava passar por um processo de modernização para que a cidade fosse alçada à condição de modernidade e progresso, além de “civilização”. O conteúdo imagético seguinte ilustra essa intenção:

Imagem Ilustrativa 15 Planta do Cais do Porto



Fonte: Azevedo, (2016).

Não resta dúvida de que a exigência dessas condições eram justificadas pela ideia de progresso, tanto da capital federal quanto do próprio país, justificado para regenerar a cidade em atraso no tocante ao contexto da industrialização. No intuito de pôr em prática as ideias reformistas, calcadas nas ideias de progresso e de civilização, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, segundo Azevedo (2016, p. 168) “anuncia o nome de Francisco Pereira Passos como o novo prefeito da cidade”.

A escolha de Francisco Pereira Passos para a função de prefeito da cidade do Rio de Janeiro decorreu, sobretudo, da avaliação positiva de suas ações e dos cargos exercidos no Governo Imperial, bem como a experiência em países estrangeiros como França e Inglaterra. Conforme sinaliza Azevedo (2016, p. 250):

Para a obra mais complexa e extensa de reformar o centro urbano da capital, o presidente paulista designou o engenheiro Passos, que foi nomeado por ele para agir a partir de um projeto de autoria do próprio prefeito, que contava com o fechamento da Câmara Municipal da Cidade por seis meses. A atuação do governo federal nesse campo ficou restrita à construção da Avenida Central.

A bem dizer, o engenheiro que passou a administrar a prefeitura era um nome respeitado pelo seu percurso em obras públicas, como os trabalhos de planejamento e execução de ferrovias, considerando também a sua atuação como presidente na Comissão de Melhoramentos da cidade, na produção de propostas de reformas que constam nos dois relatórios produzidos. Acrescente ainda que seu trabalho minucioso também pode ser depreendido nas exaustivas planilhas de cálculos que se transformaram em uma Caderneta de Campo de sua autoria (PASSOS, 1912).

Um fator que muito contribuiu para a indicação do então Prefeito concerne à sua grande capacidade técnica na realização de trabalhos no contexto do Brasil Imperial, cujos resultados foram bastante expressivos, além do fato de que Francisco Pereira Passos era um homem que tinha uma postura em termos de não se vincular, de acordo com Azevedo (2016), a interesses políticos, visto defender a condição técnica para uma reforma ao invés de determinações políticas. As credenciais que colaboraram para a indicação do Prefeito foram consideradas como uma espécie de esperança de reforma pela população, extremamente insatisfeita com a cidade e também insatisfeita por não ter respostas às suas reivindicações as quais não eram atendidas.

Além do mais, o fato de Pereira Passos ter presidido a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro na elaboração dos dois relatórios repercutiu positivamente em termos do audacioso e sofisticado plano de intervenção urbana proposto, mas que teria sido parcialmente engavetado em razão do Tesouro Nacional não dispor de montantes para realizar as recomendações. Outro fator que muito favoreceu a indicação concerne ao fato de o engenheiro conhecer bem a evolução da cidade, não só como urbanista, mas também como habitante, uma vez que residia nela há mais de cinquenta anos, quando deixou seu estado natal para estudar na Corte, conforme aponta Athayde (1944).

Diante dos atributos pessoais e da experiência acumulada pelo engenheiro que se diferenciou na gestão de obras públicas com esmero e dedicação, o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves teve plena convicção de que Francisco Pereira Passos corresponderia perfeitamente ao perfil do homem que teria idealizado para a grande intervenção na cidade do Rio de Janeiro, cartão de visita internacional por ser a capital federal no contexto do Regime Republicano. Sem dúvida, para o então presidente o nome por ele indicado reunia praticamente todas as condições para reformar a cidade em direção ao progresso, aspecto do qual não abriu mão nas suas empreitadas na reforma do porto e na execução de grandes obras hidráulicas. Como assinala Azevedo (2016, p. 168) “em contrapartida a reforma urbana operada pela municipalidade iria se colocar para além do discurso do desenvolvimento material”.

Desse modo, podemos conjecturar que a Grande Reforma Urbana, ao encargo do Prefeito Francisco Pereira Passos, deveria incluir no seu bojo valores além daqueles que estavam associados ao progresso material da sociedade, focalizando também o espectro dos valores da sociedade brasileira. Na esteira desse raciocínio, podemos deduzir que a realização da intervenção urbana ao encargo desse prefeito não foi apenas a execução de

obras planejadas pelos engenheiros uma vez que a possibilidade de implantar novas modalidades de hábitos considerados “civilizados” fazia parte de sua imaginação e que efetivamente foi colocada em prática, conforme já estavam sinalizadas nos dois relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.

É importante frisar que Rodrigues Alves, ao tomar posse como presidente, tinha em mente que o aspecto colonial da cidade se apresentava como um fator negativo para a capital federal, especialmente em comparação com outras capitais da América do Sul, considerando a necessidade do aumento de produção e a ampliação de fronteiras, no tocante ao comércio internacional. Nesse sentido, era importante e necessária a transformação da cidade do Rio de Janeiro para alcançar a condição de centro cosmopolita e assim possibilitar a inserção do Brasil no capitalismo internacional. Em seu modo de entender, a cidade precisava da implantação de uma grande infraestrutura para se alinhar às grandes metrópoles, visto que, conforme pontua Pinheiro (2011, p. 121):

Há uma necessidade de adequar a forma urbana às novas funções da cidade na República, com a integração do País no contexto capitalista internacional, o que exige uma nova organização de seu espaço. Mas a concretização dessas ideias só se tornaria possível quando à disponibilidade financeira se somasse a decisão política. Seria necessária a liderança de um administrador capaz de enfrentar as dificuldades e os problemas que um projeto desse porte acarretaria à vida da cidade e de seus habitantes. Pereira Passos, com sua forma ditatorial de administrar a cidade, iria consegui-lo.

Como podemos constatar, as aspirações do Presidente da República entraram em sintonia com as idealizações do novo prefeito, bastante sensibilizado pelas transformações de metrópoles do hemisfério norte, em especial Paris, cidade onde viveu durante a realização dos *Grands Travaux*, executados pelo *Préfet de la Seine*, tendo acompanhado, direta ou indiretamente, a realização de obras de saneamento para a modernização da cidade. Devido à convivência com equipes responsáveis pelas intervenções implementadas por Haussmann, tendo também conhecido reformas de outras cidades europeias e pela presidência da Comissão de Melhoramentos, Francisco Pereira Passos era bastante familiar e conhecia muito bem os problemas da cidade do Rio de Janeiro, o que pesou favoravelmente na sua indicação de Prefeito.

Cabe enfim mencionar que na gestão de Rodrigues Alves foram tomadas medidas de cunho autoritário, uma vez que, no entender de Freire (2002, p. 189):

[...] em um primeiro momento, o novo presidente acompanhou os passos de seu antecessor ao promover uma nova reforma na Lei

Orgânica, que resultou, entre outros pontos, na instauração de um regime ditatorial por seis meses. (A literatura registra que foi essa uma condição apresentada pelo engenheiro Pereira Passos ao presidente para assumir a prefeitura).

Porém, cabe uma ressalva: a grande confiança de Rodrigues Alves em Pereira Passos fez com que não somente atendesse aos seus pedidos como também lhe desse plena liberdade administrativa, razão pela qual dificilmente interferia nas decisões do gestor municipal. Esse modo de proceder do Presidente da República concorreu para que Pereira Passos apresentasse um grande programa de obras públicas que causou grande impacto não somente para a cidade, mas que também gerou insatisfação em determinados segmentos da população.

4.1 Conhecendo Francisco Pereira Passos pelo seu percurso de vida

Visando a retratar um percurso marcado sobretudo pelo exercício em diferentes cargos públicos, devido à sua capacidade técnica, faremos uma montagem relativa à vida e obra de Francisco Pereira Passos, considerando os fatos dispostos em ordem cronológica, em uma espécie de tabela com três grandes colunas, especificamente destinadas:

A) a uma marca de temporalidade que remonta a fatos acontecidos, pessoais e profissionais, no decorrer de uma existência;

B) a um evento em particular, em termos de um feito que atravessa mais de um século e faz parte dos anais da urbanização e arquitetura da cidade do Rio de Janeiro no tocante às reformas urbanas e,

C) ao acréscimo, por intermédio de notas, no sentido de elucidar determinadas passagens.

A disposição seguinte justifica-se para manter fidelidade aos nossos propósitos como cartógrafos, construídos nas sendas de nossas andanças pelos terrenos da Geografia e da Memória Social⁸⁴. Como critério de orientação quanto à referência das fontes

⁸⁴ A construção das três colunas decorreu de uma exaustiva pesquisa cuja organização e compilação em fontes documentais, seguindo um critério cronológico para possibilitar a leitura do percurso de vida e das diversas intervenções do realizador da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, operação denominada, a partir da década de 1980, Bota-Abaixo, realizada principalmente no centro da cidade e áreas adjacentes. As fontes são as seguintes:

1. Biblioteca do Museu da República do Rio de Janeiro

pesquisadas, optamos por remeter ao acervo no qual os documentos pesquisados se encontram, além da indicação de livros e artigos publicados.

Tabela 2 Percurso histórico Pereira Passos

Índice cronológico	Acontecimento	Nota suplementar
29/08/1836	Nasce, em São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, filho de Antônio Pereira Passos e Clara Oliveira Passos. (AZEVEDO, 2016)	Seu pai era um homem rico reconhecido pelo título de Barão de Mangaratiba.
1850	Mudou-se com 14 anos para a Corte e ingressou no Colégio São Pedro de Alcântara.	Corte era o nome pelo qual a cidade do Rio de Janeiro, era conhecida na época.
1850	Grande epidemia de febre amarela.	Foram criadas a Comissão dos Engenheiros e a Junta de Higiene Pública para planejar e executar medidas para preservação da saúde pública ⁸⁵ .
1852	Ingressou na Escola Militar.	Essa escola mudou de denominação em 1958 para Escola Central.
1854	Ingressou na Escola Politécnica.	Essa escola oferecia um curso teórico de Ciências Físicas e Matemáticas, além de um curso de Engenharia, voltado para a construção de estradas, pontes e edifícios.
12/1856	Graduação em Engenharia.	
1857	Nomeação de adido à Legação Brasileira em Paris.	Nessa ocasião frequentou, na capital francesa, os cursos da <i>École de Ponts et Chaussées</i> , aprofundando-se em questões relacionadas à hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro.
1857	Contato com o Engenheiro Chefe A. Alphand, encarregado da reforma relativa aos Grands Travaux de Haussmann (AZEVEDO, 2009).	Essa troca de ideias foi importante para Pereira Passos no sentido do planejamento das reformas para a cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da engenharia.

2. Instituto Pereira Passos

3. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

4. Arquivo Nacional

⁸⁵ Essas medidas incluíam: o aterramento de pântanos, o arrasamento de morros e a melhoria das condições higiênicas das habitações, especialmente as coletivas, nas quais viviam as populações mais pobres, severamente atingidas pela doença.

De 1857 a 1860	Acompanhamento de diversas obras em solo francês, inclusive a construção da estrada de ferro que liga Paris a Lyon.	Nessa época, Haussmann, prefeito desde 1853, executava a intervenção na cidade de Paris conhecida como Grands Travaux.
1861	Retorno ao Brasil, com reconhecimento em função dos estudos em Paris.	Pereira Passos passou a atuar em um dos setores da economia brasileira: a construção de ferrovias. Teve participação efetiva na construção da estrada de ferro que ligava Cantagalo e Santa Maria Madalena à cidade de Niterói. Essa ferrovia foi importante para o escoamento da produção de café.
Década de 1860	Atuação de Pereira Passos na equipe de técnicos americanos no projeto de assentamento de trilhos da segunda seção da Estrada de Ferro Dom Pedro II (PASSOS, 1912).	Essa ferrovia tinha como destino o Vale do Paraíba.
1865	Casamento de Pereira Passos.	Na ocasião fora lhe ofertado um casal de escravos como presente, o que de pronto foi recusado sob a alegação de que um engenheiro que acredita no trabalho livre não deveria, e nem poderia, aceitar ter pessoas escravizadas. (AZEVEDO, 2011).
1867	Inauguração da estrada de ferro São Paulo Railway.	Pereira Passos fiscalizou, na qualidade de funcionário do Governo Imperial, a execução da obra dessa ferrovia. O interesse desse engenheiro em conhecer o interior do Brasil, motivou seu deslocamento para a Bahia onde chefiou a Comissão encarregada dos estudos e da exploração para prolongamento da Estrada de Ferro Dom Pedro Segundo II até o Rio São Francisco.
1870	Novo surto de febre amarela.	Essa segunda onda da doença propiciou a abertura do debate sobre saúde pública, impondo a necessidade de um primeiro plano urbanístico para a cidade que ficou ao encargo da Comissão de Melhoramentos da qual

		Pereira Passos era integrante. (PINHEIRO e FIALHO JUNIOR, 2006)
1870 a 1872	Estadia em Londres.	Durante sua estadia na capital inglesa Francisco Pereira Passos publicou o livro “Caderneta de Campo” legado para os engenheiros brasileiros no setor de construção de estradas de ferro.
1871	Cargo de Consultor Técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas. (AZEVEDO, 2009).	Em função desse cargo Pereira Passos viaja para Londres para negociações com a empresa inglesa que explorava os direitos da Estrada de Ferro São Paulo Railway, permanecendo na Europa por mais de um ano.
1872	Realização do primeiro Censo Oficial no Brasil.	No Município Neutro da Corte havia uma população de 274.972 habitantes, sendo 230.454 na área urbana e 41.518 na área rural (RENAULT, 1982).
1871 a 1880	Consolidação da carreira de Pereira Passos na área de construção de estradas de ferro. Nessa época, foi consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas. (AZEVEDO, 2009)	Durante os três primeiros anos Pereira Passos permaneceu em Londres na qualidade de inspetor espacial das estradas de ferro, subvencionada pelo Governo Brasileiro, para a realização de um empréstimo destinado à conclusão da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.
1870 a 1880	Década de degradação do quadro sanitário da cidade do Rio de Janeiro com aumento de mortalidade devido a quatro epidemias: febre amarela, varíola, malária e influenza.	Esse quadro produz uma imagem negativa da cidade pelas epidemias que assustavam os visitantes estrangeiros, causando prejuízos ao comércio. Esse cenário foi um dos motivos da plataforma eleitoral de Rodrigues Alves na qual constavam a remodelação e o saneamento e a modernização do porto do Distrito Federal.
1873	Pereira Passos assumiu a direção do Estaleiro da Ponta da Areia.	Esse estaleiro era de propriedade do Barão de Mauá.
1874	Nomeação de Pereira Passos no cargo de Engenheiro do Ministério do Império.	Ao assumir esse cargo, passou a ser responsável pelo acompanhamento das

		obras de engenharia do país, como também as obras realizadas na Corte.
1874	Participação de Francisco Pereira Passos na Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, na qualidade de presidente.	Nessa época o crescimento urbano acelerado devido, sobretudo, ao processo de migração, desencadeou debates sobre as condições sanitárias insalubres da capital imperial em razão das epidemias de varíola e febre amarela ⁸⁶ .
12/01/1875	Conclusão do Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro ⁸⁷ .	Equipe: Francisco Pereira Passos (presidente da Comissão), Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva.
29/02/1876	Conclusão do Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro.	Equipe: Francisco Pereira Passos (presidente da Comissão), Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva.
1876 a 1880	Nomeação de Pereira Passos no cargo de Diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II.	Nesse cargo, Pereira Passos lança mão de inovações tecnológicas trazidas de suas viagens à Europa, como o sistema de luz elétrica (AZEVEDO, 2009).
06/1880	Pereira Passos proferiu um discurso na inauguração da Estação Marítima do Gamboa.	Nessa ocasião, o engenheiro chamou a atenção para um projeto visando à eliminação das praias prejudiciais à saúde pública.
1880	Estadia em Paris.	Pereira Passos frequenta cursos na Sorbonne e no <i>Collège de France</i> . Durante a sua estadia escreveu o relatório sobre as estradas de ferro no Brasil intitulado: <i>Renseignements</i>

⁸⁶ Essas epidemias atingiram todas as classes sociais e não apenas pessoas pobres, o que desencadeou a mobilização de autoridades públicas quanto à preocupação no tocante a transformar a cidade com precárias condições sanitárias em uma cidade saudável, com destaque ao projeto para combate das infecções miasmáticas, com intervenção no Canal do Mangue. Contudo, sem a adesão do setor privado, como também sem o apoio institucional de recursos públicos propostos pela Comissão mediante vacinação compulsória, essas iniciativas se transformaram em uma herança do Império para a futura República.

⁸⁷ Esse Relatório de cinquenta e cinco páginas contém o Anexo n. 01 que versa sobre as Regras para construção de casas particulares, o Anexo n. 02 que trata dos Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro na parte compreendida entre o Campo da Acclamação e o Andarahy e o Anexo n. 3 acerca do Orçamento para a proposta relativa ao Anexo n. 2.

		<i>statistiques sur les chemins de fer du Brésil</i> , publicado em 1881 pela <i>Revue générale des chemins de fer</i> . (AZEVEDO, 2009)
24/12/1880	Criação do Clube de Engenharia.	Francisco Pereira Passos integrou a primeira diretoria desse clube, tendo sido o Vice-Presidente no período de 19 de novembro de 1881 a 2 de setembro de 1882. (AZEVEDO, 2016)
1881	Ocupação do posto de Primeiro Vice-Presidente do Clube de Engenharia. (PINHEIRO e FIALHO JUNIOR, 2006)	Esse cargo logo foi abandonado uma vez que não fazia parte das ambições de Pereira Passos.
1882	Retorno de Pereira Passos ao Brasil depois de estadia na capital francesa, onde frequentou cursos na Sorbonne e no <i>Collège de France</i> . Nesse mesmo ano, assumiu a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão.	Nessa estadia exerceu o trabalho de consultoria junto a <i>Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens</i> .
9/12/1882	Decreto Legislativo.	Esse decreto concede a isenção de impostos alfandegários às indústrias que construírem casas higiênicas para seus empregados. (PINHEIRO, 2011)
1883	Pereira Passos, juntamente com Marcelino Roma e Lopes Ribeiro, projetaram e construíram a Estrada de Ferro do Corcovado.	Inaugurada em 1884 por Dom Pedro II, tendo sido a primeira via turística construída na Corte.
1885	Pereira Passos propõe aos trinta maiores acionistas da Carris a aquisição do projeto de uma grande avenida a ser construída no centro da Capital.	O projeto foi elaborado pelo arquiteto italiano Giuseppe Fogliani. Uma vez que essa ideia foi aprovada, Pereira Passos mobilizou-se para a obtenção da concessão do Governo. (Athayde, 1944)
1886	Exposição Nacional de Estradas de Ferro.	Evento organizado pelo Clube de Engenharia, seguindo os moldes da exposição que aconteceu na França em 1882. (AZEVEDO, 2009)
1887	Diversificação das atividades de Pereira Passos com extensão para o ramo da construção civil.	Fundou uma serraria que se transformou em uma das maiores fornecedoras de madeira para a construção de mansões e palacetes na cidade do Rio de Janeiro.
13/05/1888	Abolição da Escravidão no Brasil.	Assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

15/11/1889	Proclamação da República.	Golpe de Estado político-militar sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil.
1889	Postura Municipal.	Essa determinação da Prefeitura proíbe a construção de cortiços, casas e habitações que não se encontrem nos padrões das normas sanitárias. (MOURA, 1995)
1890	Realização do Segundo Censo Oficial.	O Município Neutro da Corte conta com 522.651 habitantes dos quais 34% são negros, tendo sido registrado um aumento de praticamente 100% em comparação com a população de 1870. (CHALHOUB, 1986)
1/6/1890	Decreto Legislativo.	Proibição da construção de habitações fora dos padrões de higiene e salubridade e também a convivência de mais de uma família em uma mesma residência. (PINHEIRO, 2011).
1891	Constituição da República.	A nova constituição eleva o município do Rio de Janeiro à Capital Federal. (ANDREATTA, 2006)
1892	Lei Orgânica do Distrito Federal.	Por intermédio dessa Lei, o Poder Executivo Federal escolhe e nomeia o Prefeito do Distrito Federal. (ANDREATTA, 2006)
1902	Convite do Presidente da República Rodrigo Alves a Francisco Pereira Passos ⁸⁸ para assumir o cargo de Prefeito do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro.	O então prefeito recebeu a incumbência explícita da autoridade máxima da República de realizar uma reforma na cidade para sanar todos os problemas da capital, que são obstáculos ao desenvolvimento e o progresso. (AZEVEDO, 2016)
12/1902	Aprovação pelo Congresso da Lei nº 939.	Por esse instrumento legal o Presidente da República

⁸⁸ A decisão quanto à escolha do engenheiro Francisco Pereira Passos para o cargo de prefeito do Distrito Federal e colocá-lo ao encargo da ambiciosa missão de modernizar a cidade do Rio de Janeiro, na qualidade de um técnico, foi determinada por critérios pautados em suas qualidades pessoais e profissionais, em razão de seu percurso na realização de trabalhos na esfera pública e também pelas funções que exerceu no campo empresarial. A atuação nesses dois setores foi fundamental para a facilitação dos trâmites entre ambos.

		confere ao então Prefeito, plenos poderes exceto a criação e elevação de impostos durante a sua gestão (DEL BRENNNA, 1985). Ainda, o conteúdo dessa lei diz respeito ao adiamento, por seis meses, das eleições para o Conselho Municipal, dando amplos poderes ao prefeito para consertar os defeitos da capital, demitir funcionários e até suspender suas aposentadorias.
12/1902	Dissolução do Conselho Municipal. (REIS FILHO, 1994)	Francisco Pereira Passos visando intervir no espaço urbano com poderes totais após a sua posse, administra sem interferências de órgãos municipais por seis meses.
05/1903	O teor da missão a qual Pereira Passos foi encarregado consta na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional.	
1903	Início da reforma urbana conhecida pela denominação operação Bota-Abaixo.	Essa operação tinha por finalidade a remodelação do Distrito Federal, a partir de uma série de decretos e também com a imposição de hábitos e costumes, por meio de medidas restritivas ao comportamento das pessoas em espaços públicos ⁸⁹ .
03/1903	Início das obras para a abertura da Avenida Central.	Demolição de prédio na Rua da Prainha.
09/09/1903	Decreto nº 4.956.	Esse decreto regulamenta as desapropriações, dando amplos poderes ao Estado, a partir de mudanças de cálculos das indenizações, para facilitar o processo de ampla demolição. (VAZ, 1985)
1904	Revoltas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.	A cidade vivencia verdadeiros embates entre os revoltosos da chamada “Revolta da Vacina” e o

⁸⁹ Os decretos proibiam toda e qualquer forma de comércio ambulante; a venda de bilhetes de Casas Lotéricas, o ordenamento de vacas nas ruas; o exercício da medicina em lugares públicos; as pessoas urinarem fora dos mictórios públicos; comemorações com fogos de artifícios e cães soltos pela cidade (ABRAHÃO, 2022).

		poder governamental. (BENCHIMOL, 1992)
15/11/1905	Inauguração da Avenida Central.	Ocasião da comemoração dos dezesseis anos da Proclamação da República.
1905	Início da construção do Teatro Municipal.	O autor do projeto e executor da obra foi Francisco de Oliveira Passos, filho de Francisco Pereira Passos. O projeto é claramente inspirado na Ópera de Paris.
01/03/1906	Letra e partitura do hino em homenagem à Bandeira do Brasil.	Na ocasião, o prefeito do Distrito Federal solicitou a Olavo Bilac um poema. A partir dessa data o hino foi adotado pela Prefeitura sendo cantado em todas as escolas.
15/11/1906	Final do mandato de Rodrigues Alves.	Nessa ocasião Francisco Pereira Passos deixou a prefeitura do Distrito Federal.
12/03/1913	Francisco Pereira Passos morre a bordo no navio Araguaia.	Essa viagem tinha como destino a Europa. (Pinheiro e Fialho Junior, 2006)

Fonte: Elaboração Própria, (2022).

Na história dos gestores municipais de grandes metrópoles que realizaram reformas urbanas, os nomes do Haussmann e de Francisco Pereira Passos têm lugar de destaque, não apenas pelas coincidências das intervenções realizadas por esses dois prefeitos, mas pela longevidade das mudanças que produziram nas intervenções que atualmente simbolizam percursos e estilos. Da mesma forma que a realização dos *Grands Travaux* em Paris consolidou um estilo arquitetônico na segunda metade do século XIX, a administração de Pereira Passos deixou um grande legado para a cidade do Rio de Janeiro que perdura há mais de um século.

Porém, os nomes desses homens entraram para a história, tanto com admiração, quanto com críticas, a ponto de se formarem correntes de opiniões opostas. Em relação à administração de Pereira Passos podemos situar as ressonâncias das duas correntes. Em uma vertente elogiosa que difunde admiração pelos feitos do grande gestor municipal da cidade do Rio de Janeiro, encontramos aqueles como Athayde (1944), Ribeiro (1936), entre outros que retratam a Grande Reforma Urbana como uma verdadeira obra de

regeneração e de organização, a qual transformou a cidade colonial na metrópole com o progresso e a civilização necessários para uma Capital Federal.

Depois da década de 1970, pensadores como Abreu (1988) e Benchimol (1992) assumem uma postura crítica no tocante à realização da grande reforma à medida em que esses autores e tantos outros consideram, segundo Azevedo (2016, p. 26), “a reforma de Pereira Passos como uma mera cópia deslumbrada de Paris, como uma ação concatenada da burguesia nacional para expulsar os trabalhadores de baixa renda do centro a fim de lucrar com a especulação imobiliária”.

Na ótica desses pensadores a reforma teve como produto desejado uma forma de elitização da região central da cidade, orquestrada pelo controle e opressão dos trabalhadores assalariados com fortes medidas eugênicas e sanitárias. Esse tipo de visada qualifica o administrador da urbe como um tirano representante dos anseios de uma classe opressora que, em muito contribuiu, no entender de Pinheiro (2011) para marginalizar as pessoas pobres que habitavam o centro da cidade. Essa segunda forma de compreensão acerca da Grande Reforma Urbana teve grande impacto no sentido de abafar as apreciações elogiosas da primeira.

Todavia as duas leituras devem ser relativizadas. Essa é a posição defendida por Azevedo (2016), Pinheiro (2011) e Del Brenna (1985). É fundamental que seja levada em consideração a diferenciação dos princípios urbanísticos que guiaram a Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, de iniciativas federal e municipal. Na verdade, a reforma correspondeu a uma ação concatenada de duas distintas intervenções urbanas que tiveram como resultados principalmente a modernização da urbe diante de uma exigência mundial em nome da industrialização.

Notadamente o ideal de progresso do gestor federal teve um peso considerável nas ações do gestor municipal o qual teve como encargo produzir mudanças consideradas de cunho civilizatório nos primeiros anos da implantação do regime republicano, a grande conquista para fazer ruir as marcas do Brasil Imperial, cujos alicerces estavam abalados desde a década de 1860 com a destituição do Gabinete Liberal e as insatisfações políticas da elite brasileira (AZEVEDO, 2016).

Além do mais, devemos considerar que a nova classe dominante que chegava ao poder, especialmente o presidente da República que defendia os interesses da burguesia paulista mantida pela produção de café, via na cidade do Rio de Janeiro, pela inexistência de uma estrutura urbana adequada, com equipamentos modernos e também pelas constantes epidemias, um grande empecilho para os negócios, motivo pela qual a cidade

deveria ser reconstruída para fazer jus às condições de uma metrópole. No entender de Pechman (1992, p. 36), “era preciso, portanto, no imaginário da burguesia cafeeira, construir-se uma nova cidade, à imagem e semelhança da imagem que esta classe fazia de si mesma”. Porém para a cidade alcançar a imagem desejada com características de modernidade, a ponto de representar um país reformado e inserido na rubrica do capitalismo, eram urgentes e necessárias profundas intervenções no tecido urbano com embelezamento estético e construções monumentais, a exemplo das cidades europeias que eram o dístico marcante de simbolização de burguesia e progresso, tendo como ícone a capital francesa.

Para isso, não apenas seriam necessárias grandes reformas urbanas como também seria necessário facilitar a entrada de povos estrangeiros brancos com experiências em trabalhos de produção agrícola e dotados de conhecimentos tecnológicos para a implementação de equipamentos urbanos modernos. Havia também, nessa empreitada, de forma escamoteada, a possibilidade de chegada de europeus para branqueamento da população brasileira que contava como um grande contingente de ex-escravos, os quais não dispunham de conhecimentos para a operação de maquinários mais complexos.

Desse modo, o Brasil adota, segundo Azevedo (2016), valores e hábitos considerados civilizados com a facilitação de entrada de imigrantes europeus, e assim, projeta-se uma nova urbanidade que se contrapõe a até então existente, em termos sociais, formada em sua maioria por um contingente de povos negros, adaptados quase tão somente para trabalhos braçais, sem grandes conhecimentos técnicos. São então os imigrantes, os novos atores com hábitos europeus que representaram a possibilidade de combate à suposta desordem imputada à cidade de herança colonial que deveria migrar, a qualquer custo, para uma ordem determinada pela vertente capitalista.

4.2 A Grande Reforma Urbana

Uma análise das proporções e da extensão das intervenções urbanas realizadas no século XIX no Rio de Janeiro permite concluir que, no alvorecer do século XX, a cidade, especialmente a sua região central, foi o palco de uma Grande Reforma Urbana, realizada pela esfera municipal em conjunção com os poderes da União. Essas reformas, consideradas de pequeno porte, pretendiam preparar a cidade do Rio de Janeiro com vistas ao seu crescimento, sendo que já fazia parte das intenções de seus gestores, pois se seguirmos as indicações de Rezende (2002, p. 258) constatamos que:

No último quartel do século XIX, em 1875, a cidade é objeto de um plano que busca prepará-la com a infraestrutura necessária, em especial a de saneamento, para acompanhar o surto de desenvolvimento industrial ocorrido em grande parte com o apoio do capital estrangeiro. Desde meados do século, como consequência também de investimentos estrangeiros, os trens retalhavam áreas anteriormente rurais, e os bondes passaram a ligar áreas já ocupadas, efetuando-se em várias ocasiões a associação bonde e loteamento, e abrindo novos bairros à expansão. O plano de 1875, elaborado pela Comissão de Melhoramentos, prepara de certa forma as intervenções que se darão 27 anos mais tarde, pois as várias obras propostas serão realizadas na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), que participa da sua elaboração como membro da equipe.

Para que possamos compreender a intrínseca relação entre as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, bem como suas motivações sociais, políticas e históricas, é preciso que retrocedamos ao século XIX, mais especificamente ao ano de 1808, quando a Família Real Portuguesa, buscando refúgio no Brasil diante da invasão Napoleônica em Portugal, transformou a referida cidade em sede do governo português. Esse acontecimento é de extrema importância na história da cidade, com profundos impactos em relação ao seu desenvolvimento, principalmente no que se refere ao âmbito político e econômico dessa urbe. Podemos citar como exemplo a abertura dos portos às nações amigas, ainda em 1808, acontecimento esse que alavancou as atividades portuárias ao encerrar a exclusividade de relações comerciais com a metrópole portuguesa, lançando as bases para a Independência do país, em 1822.

Com o intuito de acomodar as famílias nobres portuguesas recém-chegadas ao Brasil, o Poder Real determinou o despejo de uma série de edificações localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro, identificando os imóveis a serem desapropriados por meio da marcação “PR”, iniciais que remetiam à Propriedade Real, significando que a partir desse momento essas construções estavam sob a posse da Família Real Portuguesa. Contudo, a esse respeito, devemos lembrar que:

Os processos de revitalização do *locus* urbano, que consistem na transformação de um cenário da cidade em outro, contêm diferentes nuances de um conjunto de acontecimentos com particularidades positivas e negativas, justificados mediante a argumentação de que é preciso agir em um cenário original historicamente degradado, degradante, perigoso e improdutivo para propiciar o advento de uma estética voltada para uma determinada camada econômica e social da população da cidade. São processos que geram efeitos não só nas formas e objetos dos espaços urbanos, mas também nos atores sociais que ali habitam, que por ali passam ou mesmo aqueles que somente os frequentam.

Em nome desses processos de transformação urbana, políticas públicas, como planos diretores e leis de desapropriação são lançadas com um objetivo específico: transformar o cenário da cidade, visando maior circulação de capital, principalmente por meio de relações público-privadas que ocasionam, quase sempre, a mudança radical naqueles que têm o espaço como habitat, sendo obrigados a viverem em lugares até então desconhecidos e distantes (ABRAHÃO, 2022, p. 4).

Esse período de transformações no início do século XIX ficou marcado por uma série de alterações urbanas que ocorreram no intuito de modernizar a cidade, seguindo as exigências da Família Real no país, após a sua forçada instalação, com a criação e construção de uma série de edifícios públicos, tais quais o Museu da Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil e a Academia de Belas Artes no centro da cidade, por exemplo. Essas modificações também inauguraram na cidade do Rio de Janeiro dinâmicas segregativas referentes a remoções de moradores da região central visando a utilização de áreas valorizadas para os nobres, bem como o afastamento da população pobre do convívio com as famílias abastadas que agora ocupavam o centro da cidade.

A chegada dessa família, com quinze mil pessoas, repercutiu também no aumento da população que, de cinquenta mil no início do século XIX, segundo Azevedo (2016), passou para mais de sessenta e cinco mil habitantes ainda na primeira década desse século. Não apenas houve uma mudança demográfica considerável, como também se fizeram necessários determinados arranjos como construção de pontes, aterramento de pântanos e mangues, abertura de ruas e avenidas e construção de postos para distribuição de águas e, principalmente, o alargamento de ruas para facilitar o trânsito de carroças e carruagens visando a acomodar esse novo contingente populacional.

Contudo, é pertinente salientar que ainda diante do regime escravista para realização do trabalho, os escravos representavam, pontua Benchimol (1992, p. 29), “a força produtiva básica para a economia urbana”, pois o trabalho de exploração dos escravos era um fator essencial para a produção e circulação de mercadorias, atividades portuárias, construção, comércio ambulante, descarte de dejetos, coleta de água e também a condição de escravo de ganho, conforme pontua Pinheiro (2011). Esse cenário perdura até o final do século XIX quando a cidade tinha seus contornos marcados por quatro morros: Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição. Essa estrutura geográfica aos poucos mudou de aparência devido a transformações substanciais do ponto de vista arquitetônico que acompanhou também mudanças significativas na estrutura social.

Mais tarde, após a Independência do Brasil em 1822, a cidade já na condição de capital federal e centro político do país, convergiam os movimentos político-partidários do Império, incluindo os ideais abolicionistas e republicanos. Os movimentos abolicionistas desenvolveram-se de maneira mais proeminente na cidade pois nela funcionou o Cais do Valongo, que se caracterizou por ser um porto utilizado para desembarque de escravos que aportaram na cidade, por onde se estimam ter passado milhares de escravos africanos, o que impactou diretamente na demografia e cultura de seus habitantes. Esse cais foi construído de maneira a deslocar a atividade do centro da cidade, ocupado à época pela Família Imperial, ocultando a funesta e volumosa atividade dos olhos e do dia a dia dos cidadãos.

Por volta do fim do século XIX e início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro idealizava alcançar o patamar de grande metrópole, a exemplo das grandes cidades europeias. Por ser a então capital do Brasil, conclamava por um novo cenário estético e social, condizente com os desejos de uma elite que vivia em Regime Colonial, mas que sempre desejara viver um estilo de vida em igualdade aos de uma metrópole com atributos de uma república. Além dessas aspirações relativas a busca de um *status* de progresso europeu para a cidade, era notório o conflito entre uma sociedade que ainda se desgarrava de seu passado escravocrata e que vislumbrava voltar-se completamente para o capitalismo, inclusive no que se referia ao ordenamento urbano, como pode ser depreendido dessa passagem de Lamarão (2006, p. 143): “a capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo”. A cidade aspirava a uma grande modificação com a finalidade de alinhar-se ao plano da economia capitalista global, pretendendo deixar no passado a imagem negativa colonial escravocrata.

Em uma tentativa de corresponder a essas aspirações e lançando mão de uma ação conjunta entre os poderes municipais e o poder federal, Francisco Pereira Passos, prefeito da cidade, em conjunto com o então presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, foi responsável pela criação de projetos que visavam à concretização de tais ambições, elaborados ainda no cenário do Brasil Imperial, não realizados nessa época em razão da escassez de orçamentos.

Dessa maneira, no entender de Azevedo (2015a), nesse momento aconteceram duas reformas: uma, sob a responsabilidade do Governo Federal para a modernização do porto do Rio de Janeiro e outra, coordenada pelo então prefeito Pereira Passos, que

mesmo tendo como cerne a integração das regiões do centro da cidade, apesar das grandes transformações arquitetônicas para melhorias, teve uma forte implicação social, especialmente no que concerne ao processo de segregação de uma massa de atores sociais que viviam em condições precárias à margem dos postos de trabalho. Essas pessoas, por não terem os requisitos necessários, principalmente financeiros, para habitarem o centro da cidade e os então bairros nobres recém-criados, aglomeravam-se em precários cortiços sem condições mínimas de higiene e salubridade, os quais foram a justificativa principal das autoridades para dar cabo a realização de um projeto, cujas transformações urbanas culminaram na demolição dessas habitações e no desalojamento das pessoas que as ocupavam.

Portanto, parte da população carioca aguardava ansiosamente uma reforma urbanística que elevasse a cidade do Rio de Janeiro à condição das grandes cidades da Europa, apontadas como modelos de desenvolvimento, civilidade e cultura. No intuito de colocar em prática suas aspirações, o então prefeito inspirou-se, segundo Abreu (2008), nas reformas urbanísticas da cidade de Paris, sob a alegação de que precisava com a máxima urgência livrar-se das marcas sombrias da era escravocrata, construindo praças e grandes edificações, abrindo avenidas e ampliando ruas, além de um projeto pioneiro em termos de saneamento básico. No intuito de conferir esse patamar de desenvolvimento à cidade, o então presidente da Primeira República lança mão da lei de número 939, em 29 de dezembro de 1902, que, dentre outras disposições, confere “plenitude de poderes”, exceto na criação e elevação de impostos, durante a administração e governo do prefeito no Distrito Federal (DEL BRENNAN, 1985, p. 20), ou seja, nesse momento, Pereira Passos com plenos poderes e anuência das elites, agiu de forma bastante autoritária para intervir na cidade, no intuito de que seus planos de remodelação se tornassem realidade.

O gigantesco projeto de transformação urbana do então prefeito tinha como objetivo adequar diferentes regiões da cidade para o crescente fluxo de equipamentos móveis e de pessoas, visando a um processo de remodelação do espaço urbano. Paralelamente às transformações arquitetônicas, houve também profundas modificações sociais, cujo maior indício concerne à remoção de vinte mil pessoas, segundo Faulhaber e Azevedo (2015), e a demolição de habitações decretadas impróprias segundo critérios sanitaristas, sob a alegação de serem grandes focos de contágio, razão pela qual deveriam ser destruídas preventivamente no combate às enfermidades que acometiam a capital.

As transformações urbanas no centro da cidade do Rio se caracterizaram pela abertura de amplas avenidas, o que culminou na destruição de grande parte dos cortiços,

fundamentada segundos preceitos higiênicos para a erradicação de doenças e reorganização urbana. Disso resultou a remoção da população pobre e negra das regiões centrais da cidade. É importante ressaltar que essa reforma urbana se fez necessária pois a industrialização do Brasil e do Rio de Janeiro já era tardia e precisava de condições favoráveis para acontecer (ABREU, 2008). Quer dizer, pode-se observar que a iniciativa pública, por meio de um movimento de reorganização do espaço urbano, prevaleceu-se do real objetivo de adequar a cidade ao novo cenário iminente: o da industrialização da cidade em consonância com a lógica do capitalismo, ante a necessidade de estar nas mesmas condições das grandes metrópoles mundiais consideradas desenvolvidas.

Em suma, podemos situar a Grande Reforma Urbana da cidade como a confluência de três determinantes principais:

1) Equipar a cidade em termos de modernização com aparelhos de mobilidade e construção de edificações apropriadas seguindo os critérios da industrialização capitalista mundial;

2) Implantar severas medidas de higienização de cunho eugênico dirigidas a grupos sociais considerados perigosos que foram segregados social e geograficamente, e;

3) Impulsionar a circulação de capital pelo incentivo a um mercado voltado para o comércio com ênfase no fortalecimento do turismo.

Assim, no intuito de alcançar estes propósitos, os gestores municipais e federais buscaram realizar uma série de modificações na estrutura urbana da cidade que acabaram por impactar, positiva e negativamente, sua dinâmica e seus habitantes.

Ainda, cabe ressaltar que uma das primeiras providências do prefeito Pereira Passos, segundo Lessa (2000), foi a proibição do comércio informal com consequência, por um lado, para os ambulantes que foram impedidos de exercer seus ofícios e, por outro, para comerciantes que, com a expulsão desses ambulantes, expandiram suas vendas avolumando seus lucros. Sem dúvida, nesse sentido, a proibição sugerida para solucionar os supostos problemas sociais intentou indiretamente beneficiar um segmento social relacionado ao setor econômico.

Vale, da mesma maneira, apontar que o plano diretor idealizado para essa grande transformação urbana, abertamente inspirado na reforma parisiense conhecida como *Grands Travaux* de Haussmann, como já mencionado anteriormente, balizou-se em duas vertentes: a urbana relativa às transformações arquitetônicas e a cultural voltada para a imposição de novos hábitos e costumes aos moldes de povos europeus. Para tanto, fazia-

se necessário um forte apelo de controle e coerção para regulamentar o espaço urbano, sob um discurso, segundo Azevedo (2015b), que visava transformar a obscura cidade do Rio de Janeiro, ainda sobre os destroços da época Imperial, em uma cidade considerada civilizada, porém às custas de segregação maciça de parte da população negra e pobre. Ou seja, essa nova aparência urbana destinou-se exclusivamente às elites com alto poder de consumo.

Quer dizer, os resultados elencados na rubrica de progresso da reforma parisiense foram trazidos e executados na cidade do Rio de Janeiro, mesmo considerando que seus propósitos eram distintos, além de não se levar em conta as particularidades e singularidades de cada metrópole. Cabe salientar que o prefeito Pereira Passos, em suas pretensões, reproduziu, de certo modo, o embelezamento pela “iluminação” da cidade, como também pôs em prática um forte plano de hierarquização social, o qual, guardadas as devidas diferenças, também aconteceu na cidade de Paris.

Assim, observa-se que essa transformação urbana, e, conseqüentemente a remoção e a marginalização de grupos de baixíssimo poder econômico, tenha como resultado direto o aumento no contingente de pessoas que iniciaram a favelização da cidade, pois, de acordo com Cardoso (2007, p. 4), “uma parcela significativa da população apresenta insuficiência ou insegurança de renda [...], limitando, portanto, as possibilidades de acesso ao mercado formal de moradia”. Ou seja, ao serem impedidas de trabalhar e circular no centro da cidade, estigmatizadas em um perfil de potencial risco sanitário e de maus hábitos e costumes, essa população teve como opção a migração para os distantes subúrbios da cidade ou para íngremes morros em busca de lugares acessíveis, porém impraticáveis para se viver. Esses atributos, entre outros, foram considerados para justificar a reforma bem como a escolha dos padrões estéticos e culturais, em função do percurso europeu de seu idealizador (OLIVEIRA, 2002).

Além do mais, é possível observar uma particularidade dessas áreas apossadas por essas pessoas removidas: eram espaços ignorados pelo poder público, praticamente inabitados e sem interesse econômico, atributos que facilitaram sua rápida ocupação e expansão. Vale apontar ainda que as insalubres condições de habitação nos cortiços, considerados edificações incivilizadas e insalubres, bem como foco de propagação de doenças, se perpetuaram nas favelas, principalmente pela ausência total de condições sanitárias, saneamento básico, planejamento estrutural prévio e controle estatal. Quer dizer, essa mudança apenas afastou o problema da vista das elites das regiões centrais da

cidade, mas não houve qualquer planejamento para saná-lo conforme as grandes transformações urbanas anunciavam e a população almejava.

A essa altura de nossa reflexão, no intuito de ilustrar a referida situação, recorremos a Mbembe (2017, p. 34), quando nos sinaliza que “os sem-lugar não têm qualquer direito a ter direitos. São regidos pela lei da desigualdade. Essa desigualdade e a lei que a institui e na qual se baseia, fundam-se no preconceito da raça”. Ou seja, são produzidas, intencionalmente, comunidades segregadas nas quais são estipulados aqueles que não despertam interesse social ou econômico por parte dos governantes ou das elites. Porém, cabe acrescentar que nessas comunidades distinguem-se dois tipos de cidadãos: os excluídos necessários que interessam às elites para prestação de serviços e os excluídos desnecessários, os quais, segundo Nascimento (2000, p. 56), “não são homens ou mulheres efetivamente, pois não são assim representados pelos que vão a compra ou ao trabalho”. Não é tão difícil imaginar o destino para essas pessoas que com frequência não escapam aos processos de “eliminação”, segundo métodos diferenciados, em uma espécie de caminho sem volta. Ainda, é pertinente salientar acerca da segregação, principalmente intrínseca às cidades brasileiras, conforme aponta Oliveira (2002, p. 99) que:

[...] a ordem urbana brasileira exprime de maneira nítida, na sua territorialidade e sociabilidade, a hibridez da nossa ordem social. [...] o espaço social conformado em nossas metrópoles traduz a histórica ordem social híbrida, na qual valores, práticas e papéis inerentes a um sistema estatutário e hierárquico - pelos quais as pessoas são consideradas naturalmente desiguais, em termos de poder social, e ocupam posições inferiores na escala da honra social - convivem com os relativos a uma ordem competitiva e individualista, onde o mercado distribui os recursos e o poder, e as pessoas são consideradas socialmente pela sua autonomia e capacidade.

Na esteira dessas reformas urbanas motivadas por outros determinantes, principalmente interesses econômicos e sob a alegação de medidas sanitárias e de segurança, a cidade focaliza uma região para transformá-la arquetonicamente e, indiretamente, em relação aos cenários nos quais convivem coletivos fixos e nômades. Nesse sentido, Abreu (1988, p. 15) aponta que o “Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas”, quer dizer, as reformas urbanas mais uma vez sobressaem-se como um excelente método para a aplicação de políticas que visam o bem-estar das elites e, em consequência, o destino “funesto” das camadas de pessoas segregadas.

Ainda discorrendo sobre as desigualdades alegadas, em primeiro plano, em termos de condições higiênicas e estéticas, e em segundo plano, interesses econômicos, é possível afirmar que os mesmos se configuraram como justificativa principal das grandes transformações urbanas empreendidas por Pereira Passos. Contudo, essas modificações foram executadas sob argumentos relacionados ao combate a moléstias sociais, como o aumento de violência e surto de doenças, sendo essa última a justificativa crucial frente às epidemias que assolavam a cidade na época (LESSA, 2000). Quer dizer, tanto o preconceito quanto a lei que o fundamenta, como apontado anteriormente, são aparelhos eficazes na manutenção de um distanciamento entre uma comunidade que se julga igual, civilizada e asseada, e outra, considerada diferente, de maus hábitos e dessa forma, perigosa em todos os sentidos possíveis, o que acirra a desigualdade.

Cabe acrescentar que a grande propagação de epidemias que ocorria na cidade, atribuída a essas camadas desfavorecidas da população, aliada à má fama de cidade perniciosa pela qual a cidade do Rio de Janeiro era conhecida chamaram a atenção das autoridades para uma urgente reforma desse cenário, segundo Abreu (2008). As linhas de ação do Plano Diretor dessa grande transformação urbana fundamentavam-se em face dessas constatações, razão pela qual a medida imediata sugerida pelos médicos sanitaristas consistia no aterramento de manguezais, arrasamento de morros e mudança drástica das condições de habitação por força do Estado. Estes planos de transformação eram apresentados como solução para as mazelas da cidade, entendidas como decorrentes do desordenamento da urbe que apresentava prováveis indícios de decadência física e até mesmo “degradação” moral.

Além disso, os ex-escravos e os migrantes, que caracterizavam esse contingente de pessoas pobres e marginalizadas, eram vistos como seres humanos desprovidos de hábitos refinados ou modos adequados para interagir com a casta da cidade carioca. O maior reflexo dessa disparidade foi registrado na região central da cidade, constituída por ruas e vielas nas quais existiam pequenas habitações e imensos cortiços. As condições de higiene e saneamento básico eram quase inexistentes, e essas, associadas ao relevo peculiar da cidade, a exemplo dos morros que dificultavam a passagem do ar de uma região a outra, foram elencadas como as causas das epidemias de diversas doenças. Não podemos negar que esses tipos de ocupações (sem o devido olhar e preocupação de autoridades em termos da aplicação de políticas), favoreciam o surgimento de focos de contágio de diversas enfermidades. Entretanto é importante pontuar que tais habitações existiam devido à precariedade das condições econômicas dessa população, bem como

ao abandono por parte das autoridades na assistência a essas pessoas econômica e socialmente desfavorecidas.

Também é interessante apontar que, ao invés de o Estado empreender políticas para solucionar a situação de extrema vulnerabilidade desses grupos sociais (ex-escravos sem condições de trabalho e sem lugares para morar, migrantes pobres recém-chegados para serem absorvidos pela construção civil), adotou métodos de controle, coerção e punição que culminaram no impedimento da circulação dessas pessoas em determinados espaços, exceto durante o período em que eram utilizadas (excluídos necessários) como força de produção, ou seja, deviam exercer suas funções produtivas e depois retornarem aos morros ou a regiões bem distantes do centro da cidade, como os subúrbios, locais em que, até hoje, o transporte público tem horário de término. Dessa forma, podemos apontar uma correlação, no cenário brasileiro, à situação retratada por Wacquant (2003) sobre as medidas de criminalização da pobreza na França e em outros países pelo aparato estatal, no seu propósito de militarização, que ao invés de viabilizar políticas públicas para distribuição de renda, condenou e puniu os mais vulneráveis que se encontram expostos a situações de violência extrema.

É ainda importante considerar que as consequências decorrentes das intervenções na cidade concorreram, por um lado, para um “inchaço” demográfico de ex-escravos, ambulantes e imigrantes em determinadas regiões do então Distrito Federal. Essas pessoas viviam aglomeradas em habitações precárias, insalubres, não por escolha. Por outro lado, também estimulou, sobremaneira, a segregação da população desfavorecida, em especial os povos negros que imperiosamente distribuíram-se pelas periferias e morros da cidade, dando origem ao processo de favelização que conhece, a cada momento, um crescimento incontrolável e cada vez maior. À vista disso, as condições de vida que caracterizam a dinâmica das favelas, conforme conhecemos hodiernamente, pode ser considerada como o reflexo de uma proposta civilizatória que causa consequências, em termos de desigualdade, até os dias atuais.

Desse modo, coube ao quinto Presidente da então Primeira República não poupar esforços para a realização das reformas iniciadas em 1903 e ao médico sanitariano Oswaldo Cruz, o encargo do projeto de higienização, em um plano de modernização da zona portuária, com a criação de três grandes avenidas: Avenida Central (atualmente Avenida Rio Branco), Avenida Beira-Mar e a Avenida Maracanã. Para dar cabo a esses empreendimentos, as autoridades governamentais obrigavam a revista compulsória com a invasão de domicílios sob a alegação do combate à contaminação pelo contágio,

campanha capitaneada pelo médico anteriormente referido Oswaldo Cruz, que pela execução dessas atividades, segundo Lessa (2000, p. 196):

[...] foi reconhecido internacionalmente, inclusive com uma condecoração na Alemanha, no ano da erradicação da febre amarela, em 1907. O estigma sobre a cidade começou a ser dissolvido. O Rio estaria assumindo condições de recepção de visitantes internacionais.

Foi nesse contexto que, no ano de 1904, com a promulgação de uma lei que obrigava a população a ser vacinada contra a varíola, ocorreu um levante que marcou a história da cidade e ficou conhecido como Revolta da Vacina. Em meio ao crescente descontentamento da população com as remoções e com as diversas proibições realizadas por Pereira Passos na execução da Grande Reforma Urbana, a truculenta obrigatoriedade da vacina foi a faísca para o estopim social que estava posto. Esse descontentamento é bem demonstrado por Moura (1995, p. 139-140), ao afirmar que:

[...] na prática as baixas classes urbanas, não visadas pelos benefícios da reforma urbana realizada pela prefeitura, eram incorporadas na socialização dos prejuízos, o que provocava um enorme clima de insatisfação na cidade, capitalizado pela campanha [de vacinação].

Portanto, vale apontar que essa campanha não foi tão pacífica como se esperava, uma vez que um grande contingente da população se mostrou muito insatisfeito e reticente em relação à obrigatoriedade da vacina, pelo temor de morte iminente em decorrência de sua inoculação como um fator que precipitava à morte. Aliado a esse temor, pairava sob essas pessoas a ameaça de que as autoridades estatais pretendiam desalojá-las de suas habitações, o que efetivamente se concretizou em alguns casos, sob argumentos sanitaristas em prol das condições de saúde. Corroborava a esse respeito o fato de, nas duas últimas décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro ter sido atingida por vários surtos epidêmicos de febre amarela, cólera, varíola, tuberculose. Assim, ao se lançar um olhar em retrospectiva sobre o elenco de doenças transmissíveis, organizado por lustros, constata-se após breve análise que posteriormente a reforma empreendida por Pereira Passos somente a tuberculose e a varíola apresentaram índices elevados; a febre amarela foi praticamente extinta; a malária, o tifo e o beribéri tiveram sua incidência reduzida mais que a metade (ABRAHÃO, 2018.)

Desse modo, não podemos pôr em segundo plano os aspectos positivos da reforma, como o controle e a extinção de enfermidades que assolavam a vida da população, porém não devemos também deixar de considerar que:

Naquele chuvoso quinze de novembro, quando Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos inauguravam oficialmente a Avenida Central, 1681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia em um curto espaço de quatro anos (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 36).

Vale salientar uma particularidade acerca do processo de desalojamento de pessoas nas diversas intervenções urbanas que se sucederam na cidade do Rio de Janeiro. Em termos comparativos, segundo Abrahão (2018, p. 91), a Grande Reforma Urbana representou o maior índice de pessoas removidas (percentual de 3,7%, ou seja, em uma população de 811.443 habitantes houve a remoção de 30.000 pessoas)⁹⁰.

Ainda, no tocante à questão sanitária ressaltamos a confluência de dois saberes que postulam lugar central nos debates relativos ao urbanismo: o saber médico e o saber do engenheiro. A esse respeito, Bresciani (2002, p. 26) tece considerações acerca da influência desses saberes sobre as cidades:

[...] o encontro de dois saberes não esgota os fios que viriam a compor o saber sobre as cidades, nem a pretensão *técnica* à objetividade e neutralidade: um – *o saber médico* com sua teoria mesológica apoiada na teoria dos miasmas e na descoberta da dupla circulação sanguínea por Harvey –, reivindicando deter os parâmetros do que seria o meio ambiente adequado para formar homens sãos para o trabalho (e para a política), já que a saúde pressupunha o abandono dos vícios e costumes promíscuos, daí, das práticas consideradas imorais; outro – *o do engenheiro* –, reivindicando deter o saber fazer/produzir esse ambiente desejado por meio do domínio da técnica. É, contudo, a validade universal de suas propostas o que insidiosamente vai oferecendo à linguagem técnicas, argumentos para se autorrepresentar como saber neutro, localizando os problemas da cidade no plano de um diagnóstico baseado na teoria sanitária e nas técnicas disponíveis para resolvê-los.

Em face do exposto, consideramos que as teorias que embasam os saberes e os argumentos para intervenção nas cidades apresentam, de forma escamoteada, uma aparência de neutralidade, visando a ocultar interesses outros por detrás de um véu técnico científico de maior aptidão para o consentimento de determinados segmentos da população. Sendo assim, salientamos que essa reforma urbana visava não apenas a transformação do espaço físico, em uma arquitetura considerada aprazível aos olhos da classe dominante, mas também a prevenção e erradicação de doenças mediante o controle de determinadas camadas da população. Essas pessoas consideradas ameaças ao convívio, conforme já mencionado, foram forçosamente deslocadas, por serem

⁹⁰ A reforma de revitalização para os Jogos Olímpicos de 2016, conhecida como Projeto Porto Maravilha, teve o percentual de 1,1%, em uma população de 6.320.446 habitantes foram removidas 67.000 pessoas.

consideradas inadequadas à circulação e à vivência na região central da cidade, seja pela alegação de que seriam potencialmente propagadores de doenças graves, seja para evitar que pessoas da abastada alta sociedade carioca convivessem com outras estigmatizadas pela imputação de hábitos abomináveis e diferenças étnicas, econômicas e culturais.

Ou seja, a reforma que redefiniu a estrutura urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro e adjacências, além da notória transformação estética, teve como finalidade precípua a imposição de novos hábitos e costumes por intermédio de leis e decretos, os quais influenciaram decisivamente a vida dos habitantes, principalmente os de baixo poder de consumo, incluindo migrantes, pobres e povos negros. Conforme assinala Barbosa (2011, p. 228), essa reforma no seu teor ficou conhecida como o “Bota-Abaixo” do Prefeito, em razão das inúmeras demolições realizadas de forma brutal, sem quaisquer planejamentos quanto a sua execução. Nessa operação, as pessoas removidas não tinham forças nem argumentos para justificar a sua permanência no lugar, no momento da remoção — nem posteriormente — pois suas habitações já não existiam mais.

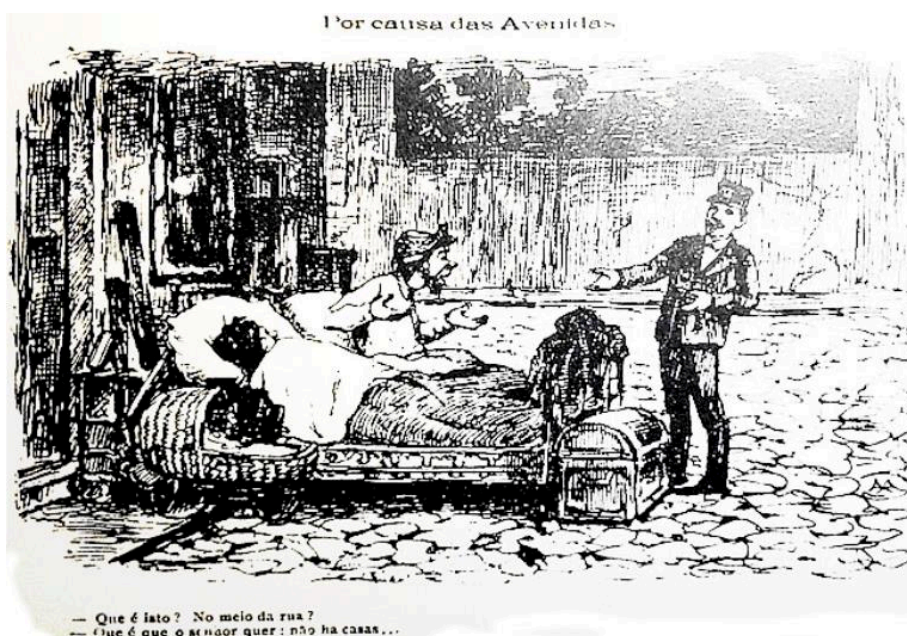
Depreende-se assim que essa reforma deve ser considerada no âmbito do reflexo da desigualdade que evidencia, de forma contundente, uma organização social hierárquica. A esse respeito evocamos Tuan (2005, p. 251), quando nos aponta que existem “conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo [causando] a queda da ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres”. Nesse sentido, podemos destacar dois fatores que se alinham às práticas estatais destinadas ao embelezamento estético, mas que recaem também na segregação de pessoas já economicamente hierarquizadas. Acrescente-se que uma das estratégias que melhor funciona nessas condições consiste em imputar a uma classe social a condição de perigosa e ameaçadora, haja vista que o medo social, segundo Abrahão, Farias e Faceira (2019), funciona para que setores das elites sejam favoráveis, primeiramente as reformas e ao desalojamento de pessoas e, secundariamente, aos métodos de enriquecimento, em especial pela especulação imobiliária.

De resto, a política de difusão de ameaça motivou, segundo Lessa (2000), a execução do plano diretor da Grande Reforma Urbana apresentado sob a alegação de uma transformação estética da cidade pela edificação de imponentes obras arquitetônicas, alterações de condições geográficas naturais como o arrasamento de morros, aterramento de pântanos, desvio de rios e implementação de saneamento básico. Em certo sentido, esse plano caminhava passo a passo com estratégias de ocultamento e silenciamento de

camadas sociais que deveriam ser mantidas à distância dos locais de convívio da classe detentora do poder aquisitivo, ou seja, essa reforma trazia claramente embutida um conjunto de premissas voltadas à segregação social, incrementando a desigualdade. Ressalta-se mais uma vez que, a essa época, o Brasil almejava incluir-se na rubrica de progresso, modernidade e civilização, desejando equiparar-se a países ícones da Europa e da América do Norte, o que exigia não só uma boa apresentação da arquitetura da cidade, bem como uma “purificação” de seus habitantes, mesmo às custas de um movimento higienista, e até certo ponto, eugênico⁹¹.

Na esteira das modificações decorrentes das intervenções relativas a Grande Reforma Urbana, havia também a prerrogativa de transformação de hábitos e costumes dos habitantes. A título de ilustração, recorreremos às publicações de jornais e revistas da época que retratam de forma contundente a insatisfação da população mediante as imposições de um novo *modus vivendi*. A esse respeito, destacamos uma charge, denominada *Por causa das Avenidas*, veiculada no jornal *O Malho*, conforme nos aponta Del Brenna (1985), cujo conteúdo consiste em uma crítica às demolições e desalojamentos na região central da cidade, conforme depreendemos na ilustração a seguir:

Imagem Ilustrativa 16 Charge “Por causa das Avenidas”



Fonte: Del Brenna, (1985).

⁹¹ Vale observar que tanto o movimento higienista quanto o eugênico não foram criações brasileiras e sim importação de políticas de cidades consideradas evoluídas do hemisfério norte.

Uma análise desse conteúdo imagético nos encaminha para as seguintes considerações: em primeiro plano, observamos a perplexidade de uma autoridade estatal quanto à situação de pessoas dormindo em uma cama no meio da rua; em segundo plano, aparece a justificativa dessas pessoas alegando não terem mais mínimos lugares de acolhimento. Sendo assim, acreditamos que a incredulidade da autoridade representa o total desconhecimento das condições de vida das pessoas desalojadas pelas reformas, cuja única opção teria sido “dormir na rua”, sendo essa uma crítica social bastante contundente à execução da Grande Reforma Urbana.

Todavia, podemos deduzir, em razão dos argumentos apresentados, que a tentativa de transformar o Rio de Janeiro ao estilo *Belle Époque* francês culminou em um alto custo subjetivo, ao menos no que se refere a população negra, ex-escrava, visto que não houve uma política ou mesmo preocupação em integrá-la à sociedade após a abolição da escravatura, bem como garantir seus direitos. De certo modo, o plano dessa reforma urbana trazia subliminarmente em suas linhas de ação, segundo Silva (2018, p. 48), “uma limpeza étnica e racial, por detrás de ideais reformadores... A especulação imobiliária contribuiu para que a classe social economicamente mais baixa não ocupasse áreas agora destinadas àqueles que mereciam desfrutar de tal processo urbanístico”. Nesse sentido, conjugam-se interesses econômicos do setor mais favorecido pela reforma e as políticas estatais que concorreram para a pauperização e marginalização de determinadas pessoas, conforme salienta Wacquant (2014).

Cabe acrescentar que após um século e uma década da intervenção da Grande Reforma Urbana, situação semelhante ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, reafirmando contradições espaciais como uma repetição do passado em uma intervenção que esteticamente embelezou o centro da cidade, valorizando-o economicamente, mas aos custos do “eclipsamento” de determinadas camadas sociais que mais uma vez foram alijadas de seus antigos *habitats*, locais de convivência e postos de trabalho. Ao ser escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a cidade, novamente, passa por grandes intervenções urbanas que deveriam seguir a cartilha das exigências do Comitê Olímpico Internacional, seguindo critérios estéticos com foco no acolhimento de turistas e jornalistas para a realização dos jogos, trazendo consigo, entretanto, a chaga da segregação social e reavivando a memória das primeiras remoções que remontam às épocas colonial e imperial.

Queremos salientar que não é nosso propósito focalizar a intervenção na cidade do Rio de Janeiro realizada no século XXI. Contudo, é pertinente trazer a lume argumentos que conectam ambas as reformas. Por isso, vale acrescentar, a respeito dessa recente transformação na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências eclipsadas por detrás de um embelezamento estético que, conforme pontua Abrahão (2018, p. 26):

[...] mais uma vez, difunde-se a ideia de que a reforma traria grande benefício em termos de segurança, pois a região [portuária] passou a ser evitada sob a ameaça de roubos, assaltos, entre outros. Não resta dúvida de que a reforma produziu benefícios para o setor turístico, no entanto, como as demais, teve seu custo: a gentrificação e a remoção de pessoas, sem um planejamento para acompanhar os reassentamentos.

Retomando o contexto da Grande Reforma Urbana, o seu projeto esboçado em um plano de revitalização urbana para melhorias arquitetônicas voltadas para a saúde pública e embelezamento estético consistiu também, do ponto de vista social, em hierarquização e segregação de camadas da população as quais, doravante, conheceram, a duras penas, a condição de marginalizadas. Nota-se a preponderante intenção de reformar também os costumes e hábitos da população residente nas áreas centrais da cidade, que não eram tidos como civilizados e, portanto, não faziam jus, segundo a elite, aos bons costumes da população de uma Capital Federal.

O plano de remodelação para intervenção na cidade do prefeito Pereira Passos remonta às diretrizes da Comissão de Melhoramentos apresentadas a autoridade imperial na penúltima década do século XIX. Acrescente-se que as ideias esboçadas nos dois relatórios foram retomadas pelo então prefeito em 1903, sendo que mais uma vez, o problema do saneamento é a vertente que justifica a execução das obras propostas. Não obstante, coube também, nesse plano, aspectos relacionados à estética, sendo a higiene relegada a segundo plano, como consta na sua primeira página: “[...] determinar a demolição da edificação actual onde ella mais atrasada e mais repugnante se apresenta” (DEL BRENNNA, 1985, p. 43). Acrescente-se que, embora a questão sanitária tenha sido o argumento, houve um desvio do foco para a transformação, pela imposição, de novos hábitos e costumes considerados de teor civilizado, conforme são evidenciados nos decretos, leis e circulares dos anos de 1903 e 1904, os quais, no entender de Abrahão (2022, p.168)

[...] alteraram profundamente a dinâmica da região central da cidade, visando modificar hábitos e costumes que não estariam de acordo com o comportamento da população civilizada de uma capital federal, como mencionado. Aliás, o Prefeito reprime o uso de “carrinhos de mão” nos trilhos das companhias de bondes; proíbe que os mercadores

ambulantes conduzam as vacas pelas ruas para a venda de leite; proíbe a venda de miúdos de reses; proíbe a venda ambulante de bilhetes de loteria; regulamenta a obrigatoriedade de pintura, caiação, consertos e limpeza dos imóveis em todas as suas faces visíveis da via pública; cria um serviço extraordinário de inspeção sanitária de habitações; inicia o recolhimento de “tiradores de esmolas e mendigos”; realiza a “apanha e extinção de cães vadios”; proíbe o ato de “cuspir e escarrar nos veículos de transporte de passageiros”, prescrevendo o uso de escarradeiras em estabelecimentos públicos; proíbe fogueiras e fogos de artifício e “balões de fogo” nas ruas e praças públicas; proíbe a atividade de mascates e vendedores ambulantes sem licença.

Considerando o contexto das proibições, verifica-se que a Grande Reforma Urbana teve o teor de uma grande assepsia na imposição de valores morais, com vista a corrigi-los, comparável ao processo de retificação da paisagem urbana. Esses propósitos evidenciam-se nas próprias palavras de Pereira Passos, cristalizadas em uma mensagem aos membros recém-eleitos do Conselho Municipal, na qual apresenta um balanço de sua gestão:

Velhas usanças se mantinham que, em muitos casos, lhe negavam os foros de capital e mesmo de simples ‘habitat’ de um povo **civilisado**. [...] Encetei os melhoramentos de que a cidade é tão carecedora, já no que diz respeito a abertura de novas vias de comunicação, já no que se refere ao alargamento das actuaes, a reforma do calçamento, a arborisação, ao ajardinamento das praças, ao embellezamento dos nossos melhores logradouros públicos, ao desenvolvimento das diversões populares gratuitas, já, finalmente, cuidando da extinção de males arraigados que davam a nota deprimente do atraso da nossa **civilisação**. [...] Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de rezes expostas em taboleiros, [...] scenas estas que ninguem, certamente, achará digna de uma cidade **civilisada** (DEL BRENN, 1985, p. 98-99, grifo nosso).

Vale lembrar, no tocante às ambições de modernização da cidade e transformação de hábitos, conforme assinala Halbwachs (1950/1997, p. 201) que “certamente, é inevitável que as transformações de uma cidade e a demolição de uma casa perturbem alguns indivíduos em seus hábitos, os perturbem e os desconcertem”⁹². Essa perturbação pode ser considerada de dois modos. Por um lado, existem usuários da cidade pertencentes à elite que se incomodam pela transformação da cidade em um canteiro de obras, como desvios de rotas, tapumes, explosões, mas que os toleram em razão de diferentes expectativas, inclusive de enriquecimento e, por outro, existem as pessoas do proletariado a quem são impostas mudanças radicais pelo processo de demolição e que

⁹² Tradução livre de: Certes, il est inévitable que les transformations d'une ville et la démolition d'une maison gênent quelques individus dans leurs habitudes, les troublent et les déconcertent.

passam a habitar regiões afastadas dos postos de trabalhos e que também são obrigadas a romper determinados vínculos sociais. É pertinente assinalar que, com o processo de demolições, o prefeito intervém no espaço urbano visando transformar a cidade e produzir uma imagem idealizada segundo os moldes de modernidade e civilização, mas a partir de um estilo autoritário e ditatorial de administração, que apesar dos escombros e restos produzidos teve uma grande aceitação popular.

Reportando-nos ao trecho extraído dessa carta que evidencia a pretensão do prefeito em sua obstinação para livrar a cidade de atos e costumes que não se enquadravam na categoria do que ele considerava civilizado, denota-se a direção de assepsia e eugenia que caracterizam marcas de sua reforma. Entretanto, as publicações em jornais da época demonstram que as tentativas de “civilizar” a população da cidade não foram bem aceitas por determinados grupos sociais, haja vista que poesias, charges e crônicas demonstravam a insatisfação popular mediante essas medidas, conforme salienta Del Brenna (1985, p. 194):

E, por viverem, são as casas taes quaes os homens.
 Há casas de coração bem conformados (as que seguem os novos preceitos da hygiene) e outras que o têm ruim como cobra.
 Há casas morigeradas e outras que, como o dr. Varella, tem máu genio.
 Há, enfim, casas de uma resignação infinda e outras onde a desillusão entrou e tudo desola.
 Neste caso estão as casas do grande incêndio da semana passada.
 Ninguém me convence de que aquillo não foi um suicidio por medo, medo atroz da picareta incansavel, que impiedosamente vai rasgando essa boa aldeia, a que dão o nome de cidade do Rio de Janeiro.
 As casas também vivem, morrem, e ás vezes, suicidam-se.

Depreende-se em um olhar atento que essa crônica denominada *Bolando*, publicada no jornal *A avenida*, focaliza a questão das demolições desmedidas de habitações na cidade do Rio de Janeiro, como condição para a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), conforme retratam as plantas e croquis de sua execução registradas por Ferrez (1982). Ao mesmo tempo que o teor da crônica denuncia, de forma ácida, a potência da “picareta incansável” que “rasga” a cidade, insinua também, um incêndio de casas metaforicamente considerado como uma espécie de resignação e desistência por parte das residências que seriam demolidas. Nesse suposto intento, as próprias habitações “decidiram” deixar de existir para não sucumbirem às demolições. Entretanto, considerando outra vertente de interpretação, é possível admitir que o ato atribuído a essas residências represente uma forma de resistência frente às práticas de

arrasamento que aconteciam na região central da cidade: as habitações teriam optado pela retirada de suas próprias vidas antes que as autoridades pudessem se regozijar nesse suposto triunfo.

Dando prosseguimento, recorremos ainda à charge bastante ilustrativa, denominada *Os passos milagrosos* (DEL BRENNNA, 1985), a qual insinua em tom de ironia, cujo trocadilho no título alude ao nome do prefeito, estampado na primeira página do jornal *Tagarela*, veículo bastante crítico às intervenções da Grande Reforma Urbana na vida do povo carioca. De resto, o prefeito é acusado de impor que cada cidadão saia de sua rotina habitual para ganhar uma “cara nova”, conforme evidencia a imagem seguinte:

Imagem Ilustrativa 17 Charge “Os Passos milagrosos”



Fonte: Del Brenna, (1985).

É importante destacar que essas insinuações, bem como a proposta de mudança de hábitos da charge anterior, demonstram, mais uma vez, que os mais nefastos efeitos da intervenção urbana incidiram na parcela da população pobre, que vive de bicos, pessoas em situação de rua, ambulantes, mascates e donos de quiosques. Em

contrapartida, a realização da reforma favoreceu lojistas e comerciantes do centro que por intermédio dessas modificações “civilizatórias” viram-se libertos de uma ameaça que afugentava as pessoas de alto poder de consumo. É pertinente salientar que para a melhoria da estética da paisagem, tiveram lugar obras, consertos e pinturas dos imóveis visíveis de vias públicas para deleite das elites cariocas, porém com a decretação de que os povos miseráveis moradores de cortiços teriam apenas por opção arcar com os custos de obras estéticas, ou abandonar suas habitações, sem a assistência do poder público, sabedor das condições precárias de seus interiores.

Não por acaso, a avenida Central, pensada como a artéria principal da cidade e, portanto, espaço de comércio e cultura destinado às suas elites, após a Grande Reforma Urbana, foi tomada por lojas com nomes estrangeiros, com destaque aos de origem francesa, inglesa e alemãs: *Parc Royal*, *La Maison*, *Rouge*, *L’Opera*, *Casa Sloper*, *Casa Raunier*, *A Torre Eiffel*, *Chapeleiro Watson*, *Madame Dupeyrar*, *Madame Coulon*, dentre outros. Essas lojas, completavam a paisagem dando-lhe ares europeus, fazendo com que, muitas vezes, as fotografias da cidade registradas por Malta não parecessem sequer serem um registro da cidade do Rio de Janeiro, como pode ser depreendido no cenário da imagem ilustrativa a seguir:

Imagem Ilustrativa 18 Segunda loja *Parc Royal* no Largo de São Francisco



Fonte: Ermakoff, (2009).

Vale destacar que esse cenário destinado às elites cariocas reproduz os “ares” da capital francesa, especialmente na artéria que liga o *Hotel de Ville* a *Place de la Bastille*. Em certo sentido, o prefeito Pereira Passos não poupou esforços em reproduzir, em solo brasileiro, mesmo que em miniatura, um lugar aprazível da capital francesa, espaço de lazer e hábitos “nobres”, frequentado cotidianamente por pessoas consideradas eruditas e de alto poder de consumo, sem que houvesse, em razão de critérios seletivos, qualquer possibilidade de mistura com pessoas trabalhadoras habitantes dos pobres *banlieues*.

De maneira análoga, a revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro buscava, segundo seus idealizadores, torná-la mais aprazível do ponto de vista estético, a fim de agradar a burguesia, e a metrópole ser bem avaliada aos olhos dos detentores do capital estrangeiro, bem como tornar o centro um espaço administrativo, capaz de abrigar importantes instituições como bancos e empresas, além de teatros, cinemas, restaurantes, passeios públicos, praças, museus e bibliotecas, criando assim novas áreas de diversão, fomentando também o comércio.

É cabível destacar a esse respeito que essas transformações têm uma imensa repercussão positiva a partir do olhar movido por uma inocência desejada, o qual não se preocupa ou tem conhecimento sobre os impactos e danos que essas modificações causam à vida de determinadas pessoas. Há também, um aspecto que merece ser ressaltado: esse mesmo olhar desconsidera que a configuração arquitetônica até então existente, quando modificada, altera cenários, paisagens e hábitos, de modo a produzir uma verdadeira transfiguração da cidade, à medida que elimina definitivamente muitos referenciais utilizados como orientação.

As modificações aludidas à Grande Reforma Urbana foram amplamente registradas por meio de fotografias oficiais. Em 1903 é criado pelo então prefeito o cargo de fotógrafo documentalista, na Diretoria Geral de Obras da Prefeitura do Distrito Federal, ocupado por Augusto Malta, encarregado de registrar com minúcia e esmero a grande transformação pela qual a cidade passou. Malta catalogou fotografias, segundo critérios próprios e interesses pessoais, que exibiam a execução de obras, suas inaugurações, edificações que seriam removidas, festividades coordenadas pela Prefeitura, dentre outros importantes momentos desse período. Essa tarefa, segundo Ribeiro (2002, p.157-158), foi muito importante para a compreensão desse momento histórico, pois:

[...] contribuiu para tornar a fotografia elemento central na construção da memória da cidade. Ao registrar a reforma que estava em curso durante a gestão do prefeito Pereira Passos, Malta mostrou também a

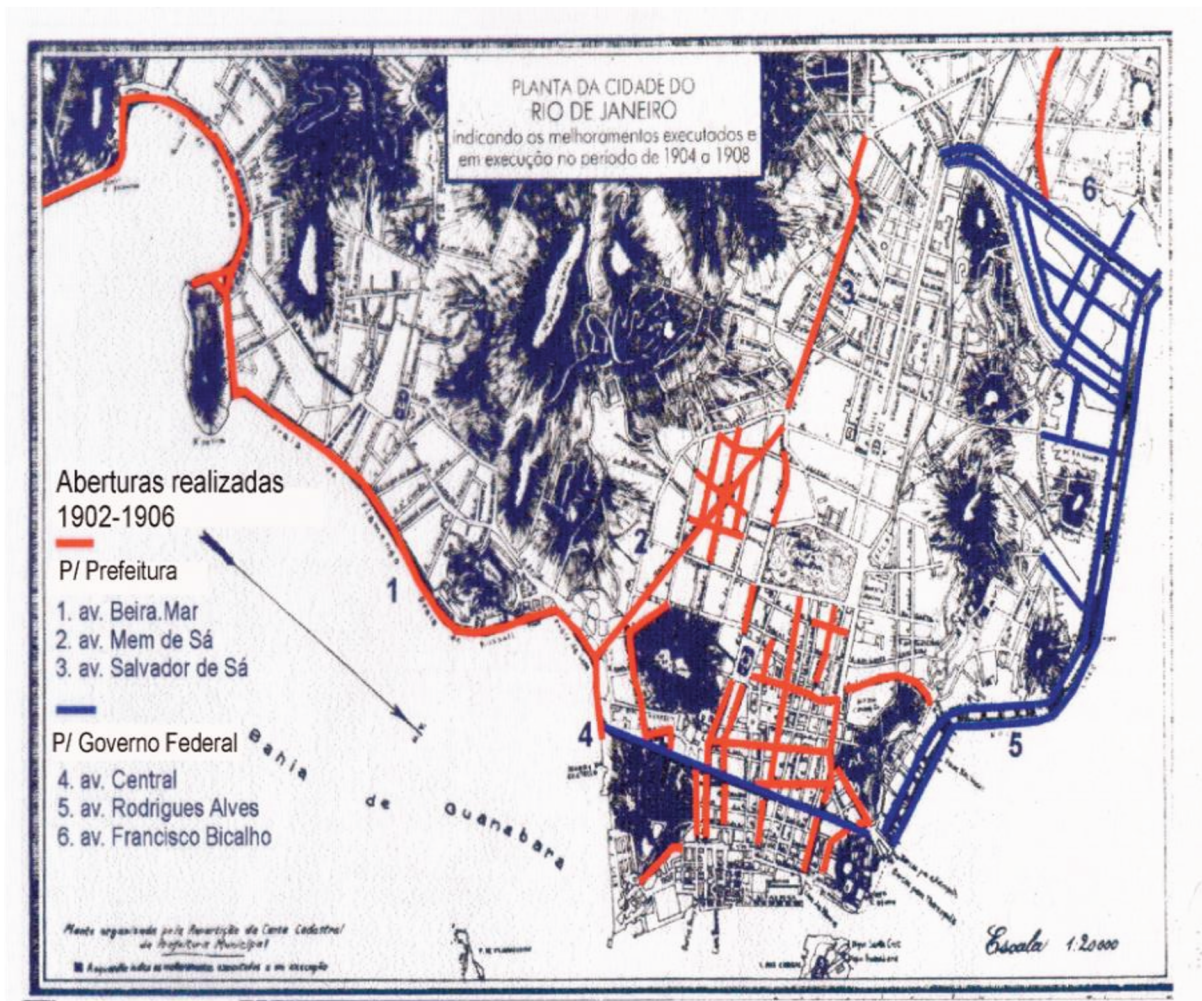
cidade que estava sendo destruída. Seu olhar foi usado, ainda, para resolver questões práticas, já que seus álbuns de fotografia serviram para o prefeito discutir o valor da indenização correspondente aos prédios que seriam derrubados.

Finalmente, esse processo de remodelação que visava produzir uma nova identidade para a cidade, conduzido principalmente pelas elites brancas com alto poder econômico, soterrou uma cidade que remetia a memórias de um passado colonial escravocrata, considerada submersa nas trevas e incrustada no atraso, principalmente no tocante ao progresso idealizado pelas instalações de iluminação, redes sanitárias e alterações significativas em sua geografia.

Entretanto, após anos de transformações no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro executadas por Pereira Passos, não podemos deixar de citar algumas das melhorias realizadas como a modernização do porto da cidade, o prolongamento do canal do Mangue, a abertura de grandes avenidas: a avenida do Cais (atual avenida Rodrigues Alves), a avenida do Mangue (atual avenida Francisco Bicalho) e a avenida Central (atual Rio Branco). Vale ressaltar também, os diversos edifícios públicos construídos nesse período, tais como o edifício do Supremo Tribunal Federal, a Biblioteca Nacional e o prédio da Câmara Municipal, para citar alguns exemplos. Ainda, a construção da avenida Beira-mar possibilitou a expansão da cidade para a zona sul, além de cumprir com sua função estética, conforme aponta Benchimol (1992, p. 236-237): “a avenida Beira-mar cumpria, também, o propósito de formar um quadro paisagístico destinado a impressionar os olhos dos estrangeiros a bordo dos navios que ingressavam na baía de Guanabara”.

Depreende-se assim que a intervenção urbana realizada por Pereira Passos alterou a paisagem pelo fato de contornar e destruir obstáculos naturais para criar uma via ampla de circulação entre a região central e outras regiões da cidade e também para facilitar a comunicação de modo a romper definitivamente a configuração herdada da época colonial, conforme podemos observar na planta a seguir:

Imagem Ilustrativa 19 Plano de Intervenções de Pereira Passos



Fonte: Abreu, (1988).

Uma observação desse plano sugere que o projeto de reforma teve como fundamento produzir um sistema radial de ruas e avenidas para abrir flancos visando à melhor circulação de equipamentos móveis e também aberturas para iluminação e arejamento, porém às custas da destruição de habitações e desalojamento de pessoas que ficaram impossibilitadas de manter os vínculos até então construídos, em razão das proibições e da nova configuração da cidade com sua paisagem construída segundo critérios de embelezamento.

Porém, como o espaço e a geografia de uma cidade são elementos fundamentais de enraizamento de pessoas, ao mesmo tempo em que constituem a memória da cidade, a destituição bem como a alteração da configuração geográfica de uma cidade tem um peso considerável, tanto em termos dos cenários urbanos quanto no âmbito subjetivo. Mas como Pereira Passos estava movido por uma intenção de modernização da cidade pelas

vertentes do progresso e da civilidade, não mediu esforços para realizar uma intervenção urbana pautada na transformação da cidade de Paris, considerada, no entender de Benchimol (1992) o modelo de metrópole mundial que deveria servir de inspiração para as metrópoles dos dois hemisférios que desejassem alcançar a condição de cidade cosmopolita, conforme já teria acontecido em cidades do hemisfério sul como Montevideú e Buenos Aires.

Após essa gigantesca reconstrução do centro da cidade, a nova e moderna Rio de Janeiro poderia enfim considerar-se apta aos auspícios de um capitalismo cada vez mais globalizado, deleitando-se em um *status* de Paris dos Trópicos, ideal tão sonhado e desejado por muitos brasileiros, entre os quais, o prefeito Francisco Pereira Passos.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O cartógrafo, por não se ater, a priori, em nenhum detalhe específico, é capaz de captar o que há de habitual em uma cena da vida cotidiana ou em um cenário de uma cidade, em especial os aspectos considerados óbvios em relação aos quais há uma suposição acerca da existência e ainda de conhecimento pelo conjunto de atores sociais que são partes integrantes do dinamismo urbano. Seu olhar, a partir da intromissão no campo de investigação, é dinâmico e concerne a um processo de atualização constante em função de sua inserção no contexto da atividade.

Desse modo, o espaço urbano, para o propósito desta investigação, é o campo de afetação no qual se desenrola o encontro com o inesperado, o surpreendente, uma vez que não se parte de generalizações, mas de pistas que apontam insinuações passíveis de serem transformadas em abstrações e conceitos. Nesse processo, há o confronto com os diversos problemas práticos que emergem a partir das lentes de observação em ações humanas, como andar nas ruas, ser um componente em uma fila de espera, conduzir um carro em situação de engarrafamento, utilizar um elevador para subir em um prédio, ser afetado pelas transformações arquitetônicas, presenciar cenas do cotidiano de uma cidade, orientar-se para realizar determinados percursos, reconhecer a presença de agentes públicos em seus ofícios.

Todas essas atividades, além de outras não elencadas, fazem parte do viver na cidade e estão sujeitas a modificações em decorrência da transformação do espaço urbano. Embora não se considere, a princípio, a imposição que uma reforma urbana tem para os atores urbanos, em termos de marcos referenciais que deixam de fazer parte da paisagem urbana, é de extrema importância considerar o processo de acomodação, bem como o tempo de cada pessoa para se ambientar às novas modalidades espaciais que resultam das reformas urbanas.

Desse modo, a metrópole é apreendida pelo cartógrafo como um repertório complexo de fenômenos, uns evidenciados enquanto outros são apenas insinuados a partir de restos oriundos dos repetidos projetos de reformas como propostas de soluções para situações impactantes, seus impasses, suas contradições e seus paradoxos. Esses fenômenos permitem seguir por caminhos traçados nas diferentes sedimentações de uma cidade, uma vez que podemos supor que cada reforma executada se constitui como uma camada que sugere ser um capítulo de uma história, no caso a história da cidade.

Sendo assim, a lógica que move o cartógrafo consiste em uma série de arranjos que esgarçam e ampliam as bordas do espaço de visibilidade, à medida que considera também as insinuações, bem como outras possibilidades de compreensão sobre os espaços edificados, da mesma maneira pelos espaços vazios produzidos pelas reformas, como praças, jardins, parques, entre outros.

Depreende-se então que as diferentes modalidades de incursão do cartógrafo no campo de investigação mobilizam diferentes técnicas do olhar diante dos efeitos e mobilizações que decorrem dessa empreitada. Assim, é possível considerar a diversidade, em seu caráter heterogêneo e a variabilidade do espaço urbano em seu caráter dinâmico em razão dos processos de remodelação.

Considerando essa prerrogativa, podemos elencar diferentes procedimentos de produção de tessituras que conformam as diferentes tramas do espaço urbano. Essas tramas devem ser consideradas como as veredas de incursão do cartógrafo, como agente comprometido, tanto com o processo de transformação das cidades pelas reformas, quanto com o destino de quem interage as paisagens produzidas ao longo de um transcorrer histórico. Contudo, faz-se necessário no tocante à dinâmica desses procedimentos tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar é preciso salientar que a incursão do cartógrafo na situação de campo pressupõe o encontro com os fenômenos em ação, mesmo que tenham acontecido em outras épocas, sobretudo pelo fato de que os vestígios devem ser considerados como “indícios vivos” inquestionáveis da existência de paisagens e cenários outrora existentes que interagiam com diferentes atores sociais. Sendo assim, a atividade do cartógrafo concerne à modalidades e condições de realização *in situ* e no intervalo de tempo que se encontra imerso no campo onde são produzidas as informações para reflexão.

Em segundo lugar, os fenômenos que emergem a partir da evidência dos restos remetem a uma dinâmica temporal das cidades, refletindo assim a possibilidade de um conjunto de ações entre atores sociais. Por esse motivo, os achados, no processo exploratório da expedição cartográfica, não se apresentam já constituídos, uma vez que são flexíveis e passíveis de transformações mediante a atribuição de sentido.

Podemos, assim, admitir que o material produzido pelo cartógrafo, no contexto dessa investigação, em função de sua implicação e engajamento no campo de investigação emerge e se singulariza em decorrência de suas ações atuais, exercidas no local em que se encontra imerso, considerando também sua presença como um vetor que influencia os seus “achados” e também o modo como é influenciado pelos mesmos pois,

conforme depreendemos no adágio milenar de Marco Túlio Cícero: “toda vez que entramos em alguma história, deixamos um vestígio”⁹³. É assim que entendemos a incursão do cartógrafo na paisagem em que faz a sua imersão, como também sua afetação pelos vestígios com os quais se confronta e as pegadas que deixa.

Na verdade, o encontro do cartógrafo com o campo de exploração pode ser considerado uma espécie de método documental interpretativo conforme propôs o filósofo e sociólogo húngaro Mannheim (2001). Essa “viagem” exploratória deve ser entendida como uma incursão que propicia ao olhar do cartógrafo uma das possíveis direções a serem seguidas pelos apontamentos indicados pelas pistas e, assim, minimamente, produzir uma espécie de compreensão do fenômeno urbano sobre as transformações⁹⁴ que acontecem nas cidades devido às reformas que nelas ocorrem.

Cabe acrescentar que a modalidade de aproximação do cartógrafo evidencia os seus passos das idas e vindas constantes para, devido a essa dinâmica, instaurar um processo interpretativo de produção de sentido entre a cidade, considerada em sua totalidade e como um todo e suas diferentes regiões, principalmente aquelas que são “escolhidas” para serem modificadas. Nesse sentido, considera-se a cidade, mas igualmente as suas particularidades entendidas como detalhes, de importância fundamental na concretização da imagem espaço-temporal de uma urbe em seus diferentes processos de transformação.

Nesse contexto, os indícios com os quais o cartógrafo se defronta funcionam como uma espécie de documento em processo de construção contínua. Para tanto, sua atenção deve ater-se, principalmente, às fissuras, ranhuras e demais marcas tracejadas em pedras e pegadas deixadas pelo percurso de seres vivos que também compunham as paisagens que deram lugar ao cenário atual produzido pela reforma.

Acrescentamos que a interpretação dos indícios, dos rastros, representa uma possibilidade, segundo Debary (2019), de definição *a posteriori* das insinuações indicadas pelas pistas, podendo inserir as descobertas em uma dimensão retrospectiva-prospectiva, de modo a abrir um caminho que se assenta em uma lógica de presentificação dos restos circunscritos na expedição investigativa.

Ainda no tocante à dinâmica dos procedimentos, em terceiro lugar, admitimos que a expedição do cartógrafo tem como referência o contexto de fenômenos singulares,

⁹³ “*Quacumque ingredimus, in aliquam historiam vestigium ponimus*”. Cicero (1914).

⁹⁴ Cabe salientar que as cidades são passíveis de transformações de pelo menos duas ordens distintas: devido a incidência de fenômenos naturais como vendavais, terremotos, incêndios, tsunamis, e também as relativas aos projetos de modificações arquitetônicas e alterações de redes de equipamentos móveis, empreendidas no âmbito do procedimento conhecido pela denominação “revitalização”.

mesmo que aludem a processos universais como o *modus vivendi* em uma cidade, devido, sobretudo, às exigências impostas. Isso deve-se ao fato de que a empreitada do cartógrafo confere importância ao contexto das interações em suas diferentes polarizações, considerando tanto o espaço arquitetônico outrora existente como também as diferentes dinâmicas subjetivas relacionadas a esses espaços.

Há, ainda, um ponto a ser considerado no tocante aos fenômenos singulares, visto que muitas das ocorrências de uma reforma recaem no processo de remoção de pessoas, além da destruição de espaços edificados. Somos cientes de que tanto a destruição de espaços quanto a remoção de pessoas são indícios de um processo de desenraizamento e tem como consequência uma espécie de estranhamento para os seres vivos que, forçosamente, terão de se ambientar aos novos espaços, como também o lento e gradual processo de reassentamento (quando acontece) com as pessoas removidas. Quase sempre essas pessoas estão sujeitas a um duplo processo de elaboração, por um lado, no tocante à perda decorrente da ruptura de vínculos espaciais e afetivos e, por outro, no esforço para produzir condições de adaptações aos espaços desconhecidos, tendo que firmar laços em outros percursos de vida, incluindo relações humanas e interações com as novas paisagens.

Depreende-se então, considerando esse contexto que o cartógrafo em suas expedições acaba demonstrando as condições de um processo de condicionamento de pessoas, especialmente as removidas, que acontece sob o signo da violência, praticada tanto pelos aparatos do Estado quanto por setores interessados da sociedade, pela simples anuência e pela postura de omissão. Trata-se, desse modo, na expedição cartográfica de uma aspiração no sentido de iluminar, à medida do possível, os contornos das situações de pessoas mantidas sob o manto da invisibilidade, mediante a articulação de elementos distintos, além daquelas que são beneficiadas, social e economicamente, pela realização dos projetos de reforma urbana.

Com isso, nos aproximamos do quarto e último procedimento a ser considerado na expedição do cartógrafo, no que concerne às reformas urbanas. Uma vez que os planos projetados para a execução da reforma assentam-se primordialmente sobre transformações arquitetônicas e alterações nas malhas urbanas, há de se considerar também os fenômenos de cunho subjetivo que emergem da mudança de condições de vida de pessoas as quais foram, positivo ou negativamente afetadas pelas reformas.

Um olhar dessa natureza consiste em considerar que a presença do cartógrafo em situação de campo se justifica por uma espécie de engajamento comprometido que abre

no horizonte urbano diferentes perspectivas, a ponto de incluir vozes silenciadas e olhares ofuscados por interesses que colocam em segundo plano o âmbito da constituição dos arranjos subjetivos, em detrimento de questões estéticas e interesses econômicos.

No intuito de perseguir essa meta o cartógrafo posiciona-se a partir de uma postura de seguir pistas, uma grande subversão ao considerar que os fenômenos produzidos remetem a categorias distintas, todas de igual importância, pois o engenheiro, ao estudar a natureza da pedra a ser colocada na reforma deveria também estar cômico de que sob cada pedra há um grito abafado no silêncio e um olhar sob um forte anteparo que não tem prosseguimento. Quase sempre os espaços constituídos pelas reformas são extremamente seletivos em termos de quais atores sociais comportam, ou seja, a quem é permitida a circulação e ocupação dos novos cenários produzidos, tendo como justificativa o embelezamento estético, o “combate” à violência, o “controle” e a eliminação de focos de contágio, mesmo que seja às custas de práticas eugênicas escamoteadas sob o rol de medidas sanitárias.

Como podemos constatar, os procedimentos de reforma têm múltiplas significações, de modo que devemos considerar, tanto os aspectos de “melhoramentos”, quanto as políticas que resultam em processos de gentrificação, responsáveis pela acentuação do fosso entre determinadas classes sociais, com prejuízos irreversíveis para as classes “marginalizadas” em razão da falta ou inexistência de assistências estatais.

5.1 Caderno Cartográfico: o cenário de Paris nos *Grands Travaux*

Conforme já mencionado, a seleção de materiais para os propósitos desse estudo ficou, no caso dos vestígios dos *Grands Travaux*, condicionada aos seguintes fatores:

1) A perda considerável de documentos em decorrência dos dois incêndios de grande proporção no *Hotel de Ville* que, à época, era o lugar no qual todo o material estava conservado. Estes incêndios, segundo Chaudun (2021), destruíram projetos de remodelação; planos de instalação de redes de água e esgoto; substituição de modalidades antigas de iluminação; croquis para aberturas de avenidas com alargamento e retidão; plantas para a criação de praças e parques; documentos de previsão orçamentária e esboços arquitetônicos para embelezamento. Os danos causados por estes incêndios destruíram praticamente todo o material sobre o plano de revitalização da cidade, exceto pouquíssimos documentos que ainda estavam sob a guarda da família Haussmann.

2) Além do material doado pela família, houve um incidente que tem seu significado: por ocasião das querelas entre França e Alemanha, pouco antes do incêndio ocorrer, autoridades alemãs confiscaram grande parte do acervo levando-o para solo germânico. Não obstante, a política de conservação não foi suficiente para a guarda do material em condições ideais, de modo que esse acervo, ao ser devolvido, já estava parcialmente destruído. Acrescenta-se que somente os materiais com maior resistência sobreviveram às intempéries do tempo e à insalubridade dos espaços nos quais estavam confinados. O material que restou encontra-se, atualmente, em uma biblioteca do *Hotel de Ville* e nos *Archives de Paris*. Contudo, existem restrições quanto ao manuseio e até mesmo obtenção de imagens por meio da fotografia.

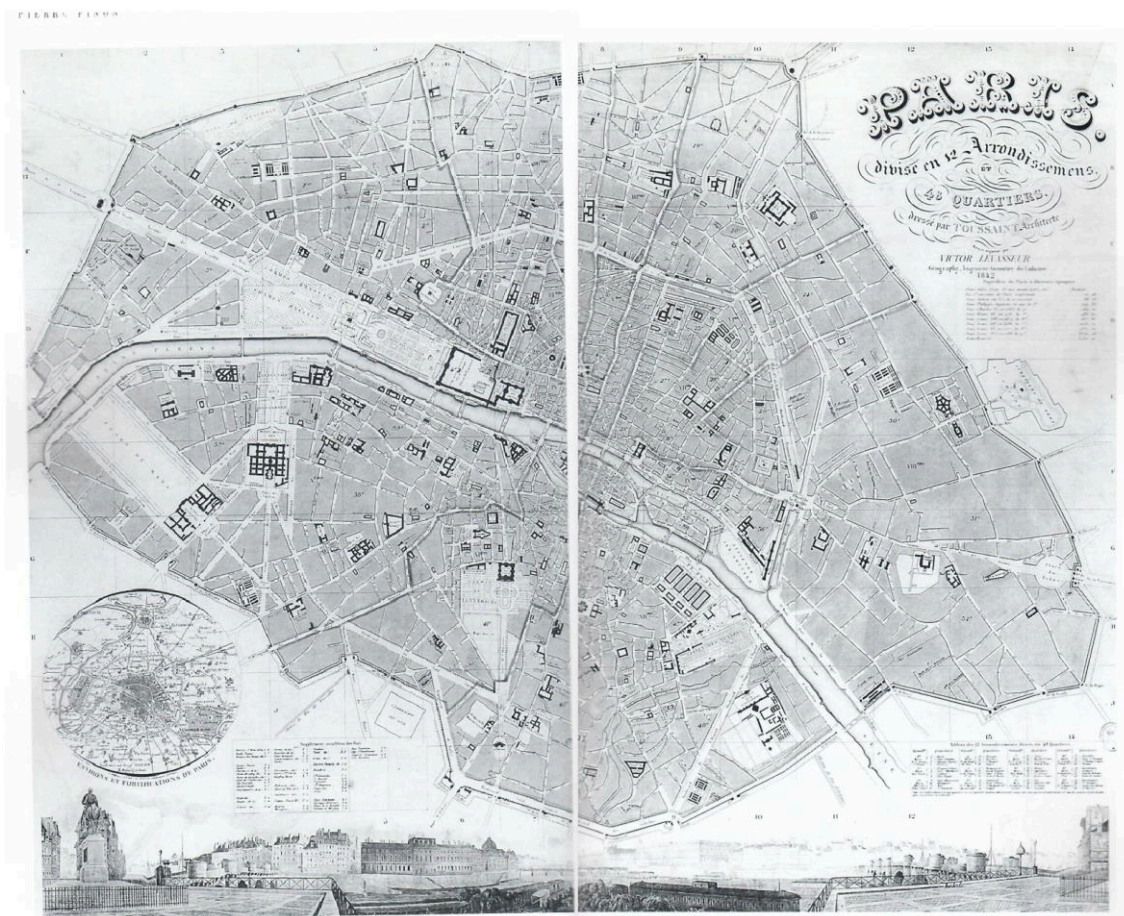
3) O período de cartografia na capital francesa coincidiu com inúmeras restrições devido à pandemia da Covid-19 como, por exemplo, solicitação prévia de agendamento nas bibliotecas do *Hotel de Ville*, restrição de horários, limite do número de usuários, incluindo também a indicação da necessidade de equipamentos de proteção no tocante à conservação para o manuseio de documentos.

Tratando-se do acervo referido aos *Grands Travaux*, havia também a necessidade de solicitação de um funcionário que se encarregava da manipulação do material que estava disponível para a consulta e também para reprodução, atendendo a rigorosas recomendações.

4) Por fim, há uma particularidade que merece ser assinalada: o material a ser consultado deveria ser solicitado com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, não só em função da pandemia, mas no tocante às condições dos locais de guarda, em ambientes específicos de iluminação, temperatura, controle de umidade e circulação de usuários.

Para a análise elencamos três gêneros de materiais existentes denominados de, para nossos propósitos, documentos; imagens cartográficas; e plantas e mapas. Todavia, somos cômicos de que outros pesquisadores poderão ter olhares diferentes dos nossos, porém, no âmbito de nossas discussões, guiadas por um contínuo que se inicia nos *Grands Travaux* até a Grande Reforma Urbana, processos de remodelação urbana que se distanciam em apenas três décadas, esses gêneros se mostraram profícuos para a presente pesquisa. Iniciaremos, a seguir, a análise e interpretação desses materiais, a partir de um mapa de Paris de 1842.

Imagem Cartográfica 01 Mapa de Paris em 1842



Fonte: Archives de Paris/Arquivo Pessoal, (2021).

A utilização da imagem acima tem como propósito fazer uma remissão ao panorama da capital francesa uma década antes do início da intervenção haussmanniana, no qual são identificados doze *arrondissements* e quarenta e oito quarteirões que compunham a região circundada pelas novas muralhas, construídas em um projeto que ampliou consideravelmente a extensão da região.

Cabe informar que nesse mapa já se observa uma preocupação de orientação em termos do círculo, em baixo à esquerda, cuja utilidade consiste em apresentar de forma sintética a cidade. Há um destaque aos monumentos. Um detalhe que se depreende do mapa diz respeito a conformação das ruas e avenidas as quais não seguem um traçado retilíneo, salvo raríssimas exceções, possivelmente em consonância com a disposição circular dos *arrondissements*.

Acrescente-se que, em uma visada acurada a esse mapa, depreende-se uma configuração da cidade em duas regiões demarcadas pelo rio Sena, sendo que uma delas

é consideravelmente maior que a outra. A esse respeito vale uma observação: enquanto que a região maior concentra uma maior densidade de edificações, em sua grande parte residenciais, a área menor concentra grandes monumentos, prédios oficiais e comerciais, ainda atualmente.

A configuração desse mapa foi bastante alterada pelos *Grands Travaux*, não apenas em termos de demolições de ruas, abertura de vias, construção de praças e jardins, como também no tocante à expansão do território em razão, segundo Chaudun (2021), da anexação de muitas regiões localizadas além das muralhas, que doravante, foram devidamente demolidas, restando apenas seus indícios nas chamadas *Portes de Paris*.

Atualmente, as portas demarcam as fronteiras imaginárias, outrora físicas, que separam a área nobre da cidade (*arrondissements*) de áreas periféricas de caráter heterogêneo, habitadas tanto por pessoas de alto poder aquisitivo, conforme o *banlieue Versailles*, quanto áreas nas quais vivem pessoas com poucas alternativas de consumo, entre as quais, por exemplo, *La Courneuve*, onde havia um *quartier* popular denominado *Cité Quatre Mille*, difundido na década de 1990 em razão de ocorrências violentas, inclusive mortes, com severas opressões do aparato policial.

É notável a diferença do ponto de vista comparativo entre o mapa da cidade antes da reforma e o mapa que retrata os resultados depois dos *Grands Travaux*, datado de um ano após a decretação pelo Imperador do fim do mandato de Haussmann. Essa diferença pode ser observada na seguinte imagem:

Imagem Cartográfica 02 Mapa de Paris em 1871



Fonte: BAVP, (1889).

Um aspecto que marca o descompasso entre ambos os mapas concerne à retidão de ruas e avenidas após a remodelação; como também a inclusão na região dos *arrondissements* de dois grandes bosques: do lado esquerdo o *Bois de Boulogne* e do lado direito o *Bois de Vincennes*, espaços destinados ao divertimento como fórmula de passatempo e bem-estar de pessoas de classes sociais abastadas⁹⁵.

O novo traçado apresenta uma complexidade, não só em termos de densidade, como também em vias de comunicação, além de um estreitamento das margens do rio. Acrescente-se também a criação de uma via que circunda a região central e que, ao mesmo tempo, demonstra, além desse contorno, as regiões que

⁹⁵ Propositadamente as vias de acesso a estes bosques foram planejadas com uma intenção: o retorno deveria propiciar um “engarrafamento” de carruagens para que, com a demora, as pessoas pudessem usufruir das belas paisagens decorrentes da reforma. Nesse sentido, vale salientar, segundo Chaudun (2021), que Haussmann não abriu mão de obrigar as pessoas a apreciarem a sua obra, visto considerar-se um artista.

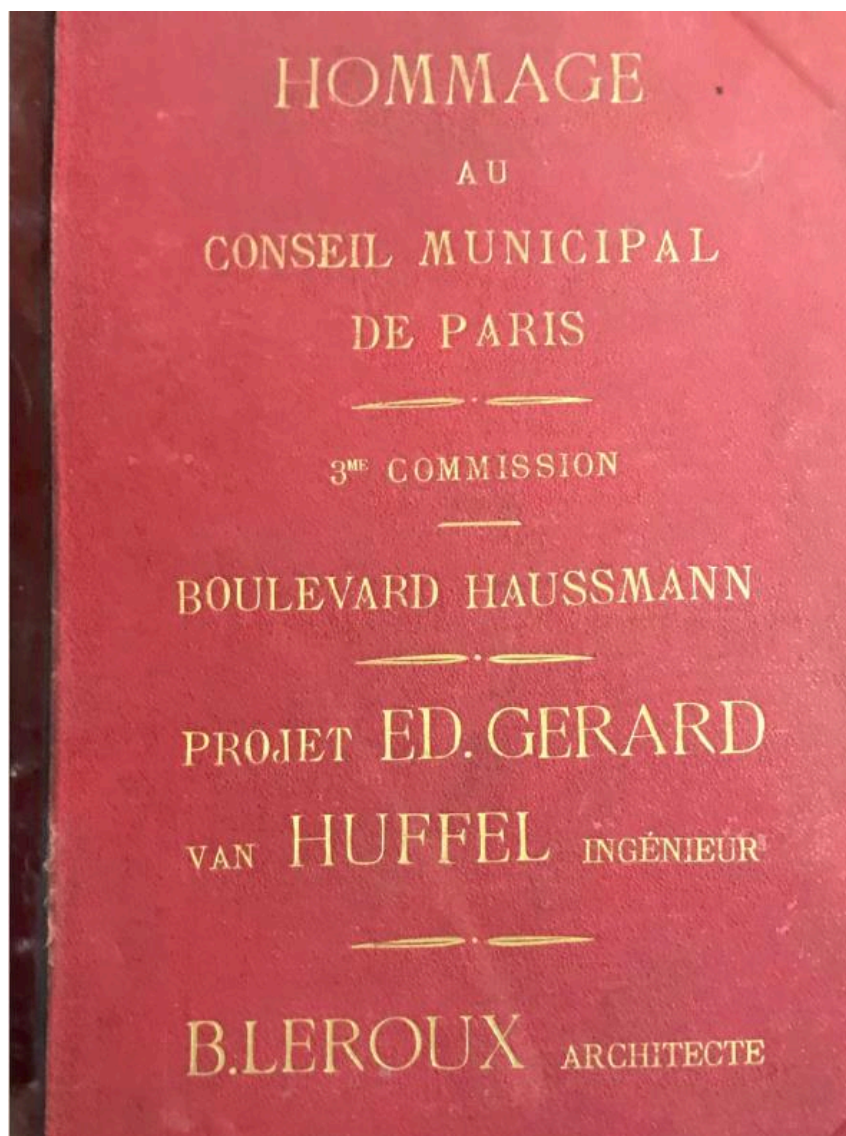
foram anexadas no processo de ampliação da cidade. O novo cenário já inclui em suas vias de deslocamento, tanto de pessoas, quanto de equipamentos móveis, traduzindo-se assim em uma paisagem pela qual interagem usuários de determinados serviços.

A introdução nas urbes de equipamentos móveis, redes (elétrica, telefônica, águas e esgotos) e vias de deslocamento são, na verdade, uma espécie de “calcanhar de Aquiles” para as cidades; planejadas para um contexto, mas que em pouco tempo são obrigadas a se adaptarem, ou não, aos novos fluxos. É importante não deixarmos de considerar as consequências nocivas da poluição que advém desse fator, em seus diferentes aspectos, prejudiciais não só a saúde dos habitantes, mas a todo o planeta.

Em certo sentido, o rearranjo apresentado na imagem demonstra, pelo menos, três novas características decorrentes do processo de remodelação: a retidão de ruas e avenidas; a demolição para a ampliação de espaços, justificada como meio para maior circulação de ar, entendida como medida preventiva no controle aos focos de contágio e melhoria das condições de iluminação com a introdução da eletricidade.

É conveniente informar que essa transformação teve alto custo aos cofres do Estado pela desapropriação e indenização de terrenos e imóveis, como também oneraram, do ponto de vista subjetivo, as pessoas que foram desalojadas. Ainda, podemos acrescentar a questão da especulação, em relação a qual houve a aquisição de imóveis e terrenos a preços muito baixos, sendo vendidos ao Estado a preços muito mais altos.

Apenas para ilustrar uma das muitas ocorrências referidas anteriormente utilizaremos o planejamento de execução do Boulevard Haussmann, o qual seguiu os mesmos princípios para a abertura das grandes artérias na capital francesa, conforme demonstra o projeto orçamentário disposto na brochura da ilustração a seguir cujas informações sobre demolições e indenizações foram utilizadas no processo de análise.

Imagem Cartográfica 03 Projeto Boulevard Haussmann

Fonte: BAVP/Arquivo Pessoal, (2021).

Apresentamos a seguir as características dessa brochura: a) dimensões - largura 33 centímetros e altura 50; b) conteúdo - croquis de abertura e modificação de vias, tabelas orçamentárias e previsão de traçados futuros; e, c) texto manuscrito, em grande parte em letra gótica. A escolha desse documento decorreu das seguintes injunções. Em primeiro lugar, pelo fato de ser um dos poucos acessíveis para consulta, dentre cartas pessoais, atas de reunião, decretos e demais documentos escritos à mão, em relação aos quais há um impedimento de captura imagética, uma vez que os mesmos são conservados sob iluminação indireta. A alegação dessas restrições é de que, pelo fato de os documentos serem escritos à tinta, qualquer incidência luminosa, no tocante à reprodução, pode causar severos danos.

Em segundo lugar, em razão do recorte das remodelações urbanas nas duas cidades, objeto de nossa análise, o *Boulevard Haussmann* tem importância em razão da semelhança com o álbum referido ao projeto para a criação da Avenida Central.

Em terceiro lugar, ambas as vias se encontram nas proximidades de dois ícones: *L'Opéra Garnier* e Theatro Municipal, além de uma praça e um grande obelisco situados à frente de cada um desses monumentos, bem como a conformação de um grande corredor de edificações cuja arquitetura se assemelha.

Em suma, conforme afirma Le Goff (1996, p. 538), “o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram”. Assim, concebemos o referido documento que, em suas inúmeras páginas, capturamos não só as intenções das autoridades, à época da reforma, como também modalidades de silêncio e outras práticas insinuadas quanto ao destino da paisagem a ser destruída, incluindo aspectos objetivos e subjetivos, para dar lugar a um cenário idealizado como aprazível, atendendo às prerrogativas da modernidade.

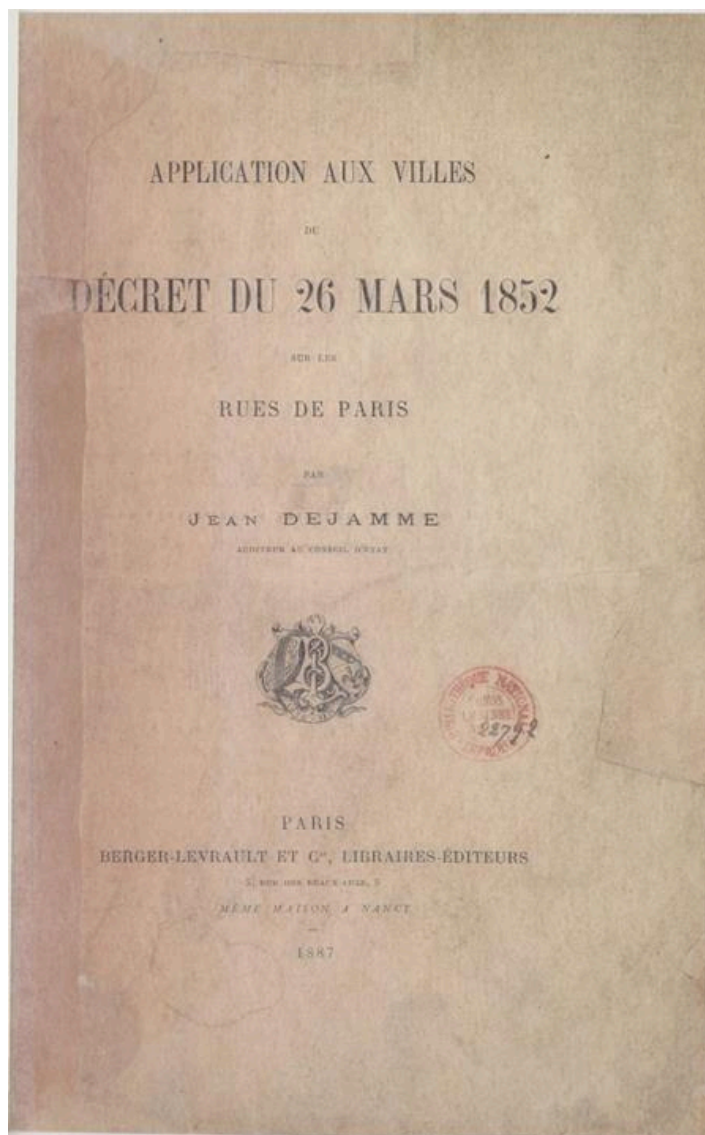
Cabe acrescentar que, em uma análise acurada das planilhas orçamentárias, depreende-se que os idealizadores do plano não poupavam recursos quanto ao embelezamento sem, contudo, haver qualquer alusão quanto ao destino das pessoas que foram desalojadas e alijadas para algumas regiões periféricas da capital francesa: os *banlieues*, cujos habitantes dispõem, em sua maioria, de baixo poder de consumo, tendo que conter, inclusive, suas aspirações de um dia voltarem a fazer parte, como moradores, da região central composta pelos *arrondissements*.

Sem dúvida, os “ruídos” que nos chegam desse documento nos indicam que o traçado apresentado com as alegações de condições sanitárias, embelezamento, modernização deve, também, ser considerado no tocante aos indícios de vida os quais, segundo Debary (2017), são insinuados nas paisagens monumentais. Sendo assim, não podemos deixar de considerar essa vertente nesse documento, embora não haja qualquer nitidez nos croquis e planilhas do mesmo.

Essa assertiva encontra eco na escrita de Benjamin (2006), que, metaforicamente, compara o deslocamento diário de operários nas primeiras horas da manhã e nas últimas da tarde com o fluxo das marés. Em sua opinião, essa é uma triste cena, pois estes operários transitam nas regiões nobres de Paris apenas para prestação de serviços, sendo impelidos obrigatoriamente a retornar aos lugares com carência de assistências públicas para pernoitar.

Não obstante, os traçados que aparecem no projeto de reforma para a criação do *Boulevard Haussmann* são a consolidação de determinações legais que foram seguidas, conforme podemos depreender na imagem a seguir:

Imagem Cartográfica 04 Decreto de 26 de Março de 1852



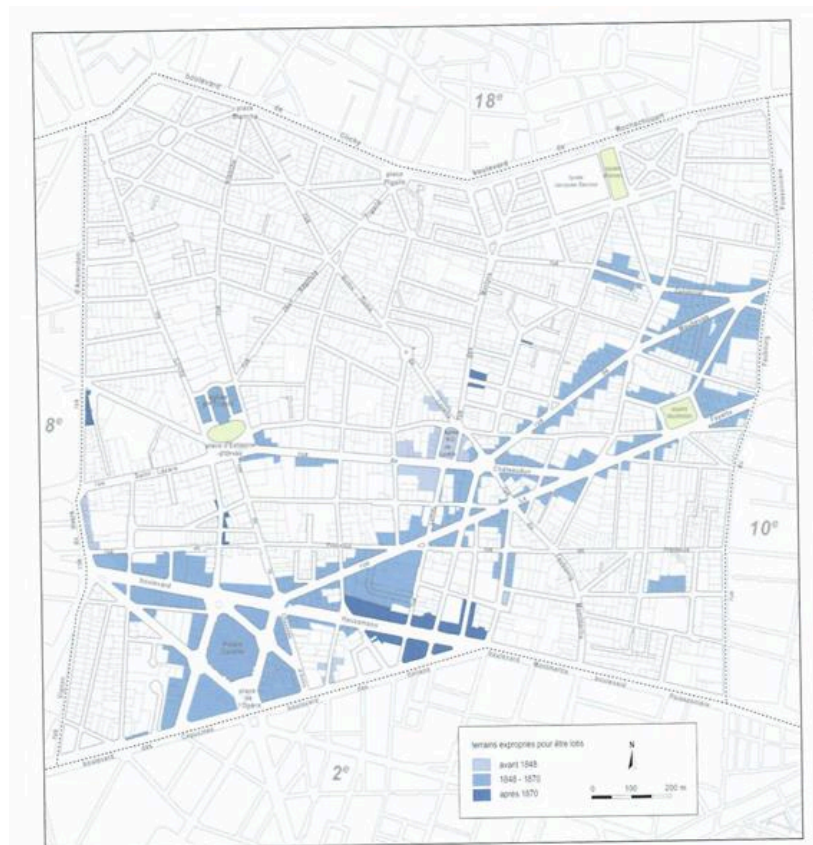
Fonte: Archives de Paris/Arquivo Pessoal, (2021).

A justificativa para a escolha deste documento concerne a duas condições. Por um lado, trata-se de um decreto do Imperador Napoleão III que, de certo modo, viabilizou a realização dos *Grands Travaux*, especialmente no tocante a uma idealização do monarca transportada da capital inglesa. Por outro, embora Haussmann seguisse as determinações desse decreto, em pouco tempo fez valer suas exigências de plenos poderes modificando e ampliando o horizonte dessa planta, muitas vezes posicionando-se de encontro às

recomendações do Imperador, principalmente na autodenominação que escolheu para ser eternizado, “artista demolidor”, demonstrando que a remodelação de Paris deveria, além de atender a critérios sanitários, convergir para a construção de monumentos em função dos quais a cidade tornou-se mundialmente conhecida.

O planejamento de reforma de Haussmann não seguiu ao pé da letra as recomendações do Imperador conforme estavam previstas no referido decreto, em especial no segundo artigo. O texto é contundente no tocante à necessidade de desapropriação das edificações visando o alargamento e o redesenho de ruas e avenidas atendendo aos critérios de retidão, simetria e a eliminação de áreas sombrias, principalmente em função de impedimentos quanto ao acesso de luz, conforme podemos observar na imagem a seguir, cujo foco são as áreas a serem desapropriadas.

Imagem Cartográfica 05 Plano de desapropriação *Grands Travaux*



Fonte: Pinon, (2016).

Se considerarmos a área presente na imagem, somos levados a admitir que as desapropriações representam um percentual significativo, ou seja, muitas edificações foram consideradas impróprias e inadequadas aos critérios de modernização e de

apagamento de quaisquer vestígios que lembrassem a antiga paisagem medieval da cidade, tanto pela retificação, quanto pela destruição definitiva de áreas para circulação de ar. Mais uma vez, convém lembrar, que os traçados das linhas planejadas seguem rígidos critérios de alinhamento e retidão indicando, provavelmente, as exigências daquilo que era pretendido como transformação em direção a um horizonte futuro.

Há ainda um destaque nesse artigo concernente à criação de condições as quais, segundo Pinon (2016, p. 73), seriam fundamentais para produzir “circunstâncias salubres”, visto que a ameaça de contágio foi considerada suficiente para determinar qualquer demolição justificada como medida preventiva no combate às epidemias. O argumento da salubridade, sem ser falacioso, responde também aos pressupostos de mais valia e à modernização arquitetônica.

Há, ainda, no âmbito das desapropriações, a condenação de quaisquer imóveis fora da perspectiva de alinhamento. Essa determinação do decreto objetivava aberturas de longa extensão podendo causar o fim de ruas existentes para a criação de uma nova artéria, segundo os critérios preconizados de amplidão, retidão e simetria.

Acrescente-se também, no terceiro artigo do decreto, a importância da questão do alinhamento. A esse respeito o poder público determinava que quem quisesse construir uma habitação deveria seguir determinados critérios quanto a fachada, a altura e o estilo. Nesse sentido, a aspiração pela modernização redundou na criação de traçados que primam pela simetria e, em conformidade com os critérios de fachadas e gabarito dos imóveis, a semelhança que frequentemente deixa transparecer a sensação de repetição. Esse tipo de configuração faz parte da imagem a seguir:

Imagem Cartográfica 06 Retidão e alinhamento dos planos

Fonte: Pinon, (2016).

É interessante observar que uma cidade como Paris, tendo como ponto de partida a Arena de *Lutece* e a disposição circular dos *arrondissements*, tenha tido como projeto de remodelação planos pautados em linhas retas que, em muitas regiões, praticamente não deixam transparecer a sua configuração circular, tanto devido à extensão e largura dos grandes bulevares, quanto ao aparecimento de configurações em formatos geométricos os quais oferecem a visão de um horizonte infinito.

As configurações que seguem critérios geométricos de correção de linhas curvas decorrem das diretrizes dos *Grands Travaux*, sendo cuidadosamente mantidas conforme

depreendemos em uma visão aérea da área compreendida pelo *Boulevard* Haussmann, entre outros e a *L'Opéra Garnier*, regiões escolhidas para os propósitos de nosso estudo conforme depreendemos a seguir:

Imagem Cartográfica 07 Imagem aérea do *Quartier l'Opéra Garnier*



Vue aérienne du quartier compris entre l'Opéra, la gare Saint-Lazare et l'église de la Trinité.

Fonte: Des Cars & Pinon, (2005).

É importante salientar que a conformação arquitetônica apreendida nessa imagem corresponde aos critérios do estilo haussmanniano, tanto aos princípios de alinhamento e simetria, quanto na semelhança das fachadas, salvo raras exceções, como algumas estações de trem cujo estilo arquitetônico foi parcialmente conservado, embora não faça parte do recorte de nossas análises. Sendo assim, dando continuidade à cartografia realizada nos deteremos no *Boulevard* Haussmann.

Cabe então uma advertência: conforme já mencionamos, o incêndio no *Hotel de Ville* foi responsável pela destruição de muitos documentos, mapas e plantas. Porém,

salientamos que nos valem de um recurso, na brochura apresentada na Imagem Cartográfica 03, para enfim demonstrar as indicações das inúmeras ruas e becos que foram completamente demolidos, dado ser uma área de um grande contingente de edificações consideradas irregulares e, dando sequência, ilustramos com uma planta concernente à configuração pretendida para o referido bulevar:

Imagem Cartográfica 08 Plano de alterações urbanas *Boulevard* Haussmann



Fonte: BAVP/Arquivo Pessoal, (2021).

A seguir apresentamos uma tabela com os nomes das ruas e o quantitativo de edificações demolidas na ocasião da construção desse bulevar:

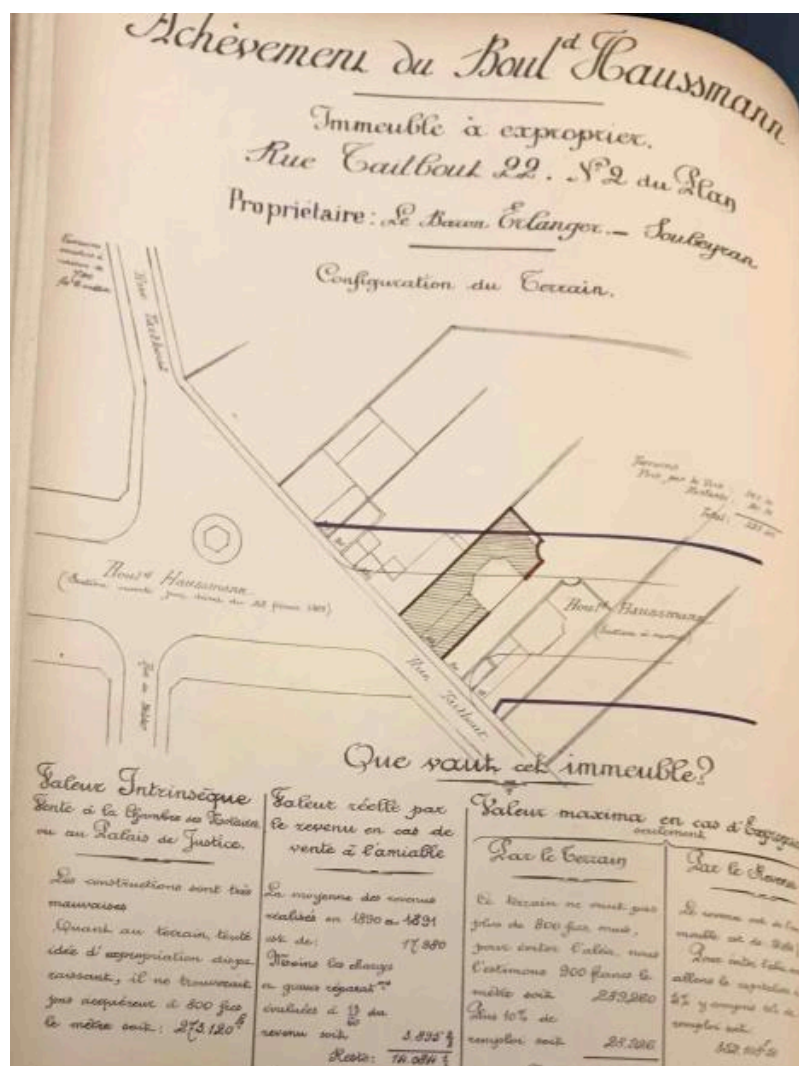
Tabela 3 Edificações demolidas *Boulevard* Haussmann

Nº	Nome	Edificações Demolidas
1	<i>Rue Taitbout</i>	3
2	<i>Rue Laffitte</i>	9
3	<i>Rue Le Peletier</i>	6
4	<i>Boulevard des Italiens</i>	11

Fonte: BAVP/Arquivo Pessoal, (2021).

Uma visada detalhada no documento indica um trabalho minucioso no tocante a descrição dos preços dos imóveis (residenciais, industriais, comerciais) a serem demolidos, o nome de seus proprietários seguido, em sua grande maioria, da justificativa quanto ao mau estado dessas edificações e sua condenação, bem como a queda vertiginosa de seus valores venais, conforme ilustramos a seguir, com uma das múltiplas planilhas do documento:

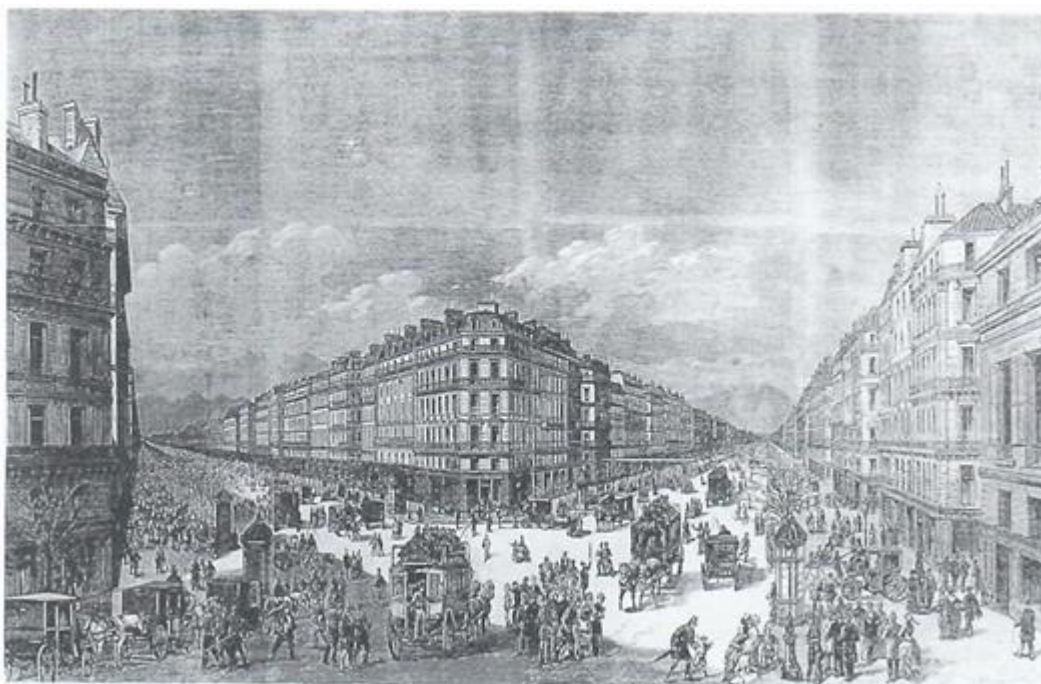
Imagem Cartográfica 09 Planilhas de imóveis a serem expropriados



Fonte: BAVP/Arquivo Pessoal, (2021).

Acrescentamos que como não dispomos dos arquivos de croquis, plantas e mapas (destruídos pelo incêndio) relativos à construção desse bulevar, bem como de outros, valemo-nos de uma gravura e de fotografias no intuito de ambientar o leitor à referida região que circunda o monumento escolhido para nossa análise: *L'Opéra Garnier*.

Imagem Cartográfica 10 Gravura do *Boulevard* Haussmann



Fonte: Des Cars & Pinon, (2005).

A imagem é assaz contundente, especialmente no tocante a amplidão dos espaços para fluxo de pessoas e equipamentos móveis. Contudo, vale advertir que o espaço remodelado é um local que, por si, apresenta uma conotação segregativa se considerarmos que a população que usufrui das benesses do espaço urbano transformado pertencem à elite e do alto poder de consumo.

Além disso, uma informação nos chama a atenção: a pregnância da imagem do solo pode ser considerada como sendo um indício de limpeza, bem como a padronização do estilo e altura dos edifícios, seguindo uma mesma fachada e a indicação de luminosidade. Salientamos que o destaque a cor do asfalto, na mesma tonalidade da cor das nuvens, com o mínimo de contraste relativo às sombras, demonstra provavelmente, uma verdadeira sintonia entre a Terra e o céu, em alusão ao rei Sol, denominação pela qual Luís XIV, segundo Chaudun (2021), foi imortalizado, em uma das inúmeras praças da capital francesa.

Ainda, detectamos também, a organização espacial das pessoas, insinuando um estado de harmonia, identificado positivamente como bons hábitos, em resposta às reproduções imagéticas que retratavam o caráter “caótico” dos movimentos de barricadas e protestos atribuídos a operários e pessoas revoltadas com o sistema vigente.

É importante acrescentar que no escopo dos critérios de modernidade, figuravam hábitos higiênicos, posturas, vocação para passeios, cafés e salões de chá, lugares nos quais os franceses entabulavam diálogos sobre diversos assuntos, incluindo política, literatura, arte, música, filosofia, educação.

Seguimos nossa expedição recorrendo a duas fontes imagéticas que nos serviram para realizar uma comparação entre o estado prévio à criação do boulevard, conforme imagem cartográfica 09 e o estado atual capturado em fotografias, uma da segunda metade do século XX e outra da segunda década do século XXI, conforme expostas a seguir:

Imagem Cartográfica 11 Fotografia do século XX do *Boulevard* Haussmann



Fonte: Des Cars & Pinon, (2005).

Imagem Cartográfica 12 Fotografia do século XXI do *Boulevard* Haussmann

Fonte: Arquivo Pessoal, (2021).

Após essa breve incursão pelo *Boulevard* Haussmann nos deteremos em um dos monumentos icônicos da capital francesa, para dar sequência aos nossos propósitos: *L'Opéra Garnier*, bem como a avenida homônima.

A justificativa para a escolha desse monumento, entre tantos outros que surgiram pela realização dos *Grands Travaux*, deve-se ao recorte realizado da capital francesa com uma área “correspondente” na cidade do Rio de Janeiro. Certamente, existem outros tantos pontos em comum, mas em nossa análise vamos privilegiar não apenas os esboços elaborados por Pereira Passos, a partir de sua estadia na capital francesa, como também aquilo que efetivamente foi construído.

Antes de nos determos nos recursos imagéticos, apresentaremos, de forma breve, um pequeno histórico dessa casa de entretenimento que faz parte das reformas realizadas por Haussmann, logo nos primeiros anos em que exerceu o cargo de prefeito. Acrescentamos que, para sua construção, seguindo os princípios legais, foi realizado um concurso público, tendo sido vencedor, segundo Chaudun (2021), o arquiteto Charles

Garnier. O projeto previa, como praticamente todos os planos de alterações urbanas do então prefeito, a demolição de edificações e a preparação de um terreno onde havia um pântano. Estes fatores retardaram o início da construção, haja vista a necessidade de um grande período para preparação do terreno, além de todo cuidado no tocante a drenagem da água e processos de encanamento, conforme podemos depreender a seguir:

Imagem Cartográfica 13 Demolições para abertura da *l'Avenue de L'Opéra*



Fonte: BAVP/Arquivo pessoal, (2021).

Um detalhe que nos chama atenção diz respeito ao reflexo de luminosidade que faz a conexão entre o céu e o solo. No entanto, há uma sombra do lado esquerdo de uma edificação em ruínas que faz contraste com a luminosidade, sendo, pois, uma evidência de que os empecilhos à entrada de luz e passagem de ar deveriam ser removidos. Como contraponto, do lado direito, há um acúmulo de escombros e ao fundo, na região central da imagem, pessoas enfileiradas provavelmente executando a mesma tarefa.

É pertinente assinalar o contraste sugerido entre luminosidade e sombra que se evidencia no solo do lado esquerdo com uma superfície lisa, com destaque à claridade, e do lado direito uma superfície rugosa devido ao estilo de pavimentação submersa nas sombras, remetendo ao passado medieval, sugere as duas linhas mestras dos *Grands Travaux*: por um lado, os resquícios de uma cidade que devem ser soterrados e, por outro, a idealização de uma nova estética que se alinhe aos auspícios da modernidade.

O cenário apresentado praticamente foi destruído pela demolição se atentarmos para a mudança da região a partir do ano de 1875, quando foi inaugurada (PINON,

2005b). É importante mencionar que todas essas construções foram condenadas para a ampliação do terreno, além de outras nas proximidades que também tiveram o mesmo fim para a ampliação de espaços na abertura de bulevares, conforme demonstra a planta a seguir:

Imagem Cartográfica 14 Mapa de expropriações da l'Avenue de l'Opera



Fonte: Pinon, (2005b).

Observamos que a previsão para o local onde foi erguido o teatro comporta a construção de uma grande praça para além da qual se abre uma grande avenida. Além disso, as áreas sombreadas são as indicações das demolições que foram realizadas no entorno da Ópera para aberturas de avenidas. Podemos mesmo admitir que o cenário existente foi praticamente transformado, inclusive em termos de sua pavimentação e estilos arquitetônicos, em contraste com o cenário atual, haja vista que ao invés de trabalhadores da construção civil, as pessoas que circulam trabalham em grandes empresas ou frequentam esse espaço na busca por lazer.

Considerando as informações extraídas nas duas imagens precedentes, aventuramo-nos a lançar uma indagação: qual foi o destino das vidas que interagiam com essa paisagem, visto que sabemos que as edificações foram destruídas? No entanto, sabemos que muitas pessoas foram desalojadas sendo obrigadas a habitar regiões

distantes do centro parisiense, adaptando-se a um novo estilo de vida marcado principalmente pelo deslocamento diário para tarefas laborais.

Quanto às edificações, a paisagem foi refeita com novos e suntuosos monumentos e praças, porém o rearranjo das condições de vida das pessoas não faz parte dos planos da reforma, pelo menos não há qualquer menção ao acondicionamento das pessoas desalojadas, visto que se atentarmos para as características do processo de reforma de Haussmann, constatamos que, conforme afirma Blancot (2005, p. 218): “o método de Haussmann definiu como base do desenvolvimento urbano, uma rede combinada de vias públicas hierarquizadas, de praças, de jardins e de equipamentos do qual resultou centros múltiplos dispostos em um conjunto de aglomerações”⁹⁶, conforme podemos depreender na estética apresentada para o novo espaço a seguir:

Imagem Cartográfica 15 Fotografia da *Avenue de l’Opera*



Fonte: Archives de Paris/Arquivo Pessoal, (2021).

Afirmamos que um olhar acurado nos detalhes da imagem acima demonstra a radical transformação quando comparada com a penúltima precedente. No entanto há um

⁹⁶ Tradução livre de: La méthode d’Haussmann définit comme base du développement urbain un réseau combiné de voies publiques hiérarchisées, de places, de jardins et d’équipements qui crée des centres multiples, répartis sur l’ensemble de l’agglomération.

detalhe que vincula as duas, referido à luminosidade no solo que, nesta imagem, ocupa todo o solo, demonstrando o fim de uma área sombria. Além desse contraste verificamos o estado das árvores: na figura precedente sem folhas, já na figura atual existem árvores frondosas e pessoas utilizando o novo espaço, não mais para realização de obras e sim para deslocamento e lazer. Mais uma vez, os detalhes de simetria são devidamente mantidos, tanto nos dois pequenos círculos, quanto nos dois grandes círculos, onde existiam dois chafarizes, como também nas edificações.

Ainda no tocante à comparação das representações imagéticas referidas (Imagem cartográfica 13 e Imagem cartográfica 15), observamos, a partir da disposição dos edifícios e a incidência de luz, a indicação de certa “purificação” com relação ao cenário antigo, cujos prédios encontram-se dispostos em um estado que se assemelha ao “caos”, além de suas inclinações e estilos arquitetônicos distintos, sugerindo a ausência de padronização. Indagamos: a padronização deve ser entendida como a implantação de um estilo ou a imposição de um hábito? Evidentemente, estamos considerando as cenas humanas dispostas nas duas representações nas quais em uma delas figuram pessoas trabalhando e algumas outras em pequenos afazeres, enquanto que a outra registra pessoas com indumentárias que traduzem o pertencimento a uma determinada classe social.

Contudo, tanto em uma representação quanto em outra há a presença de pessoas, porém, se atentarmos para o teor das indicações relativas ao projeto de realização da reforma urbana (alinhamento, retidão, simetria, vias de aeração), não encontramos qualquer alusão ao processo de acomodação das pessoas que tiveram suas habitações condenadas para a demolição, mesmo que tivesse havido indenização por parte do Estado. Entretanto, conforme já sinalizamos ao longo desta tese, os valores pagos mostraram-se insuficientes, conforme assinala Halbwachs (2008), para a aquisição de novas habitações, além da oneração do custo de vida pelo gasto com deslocamento.

A esse respeito, vale apresentar mais uma vez, a contundente crítica dirigida às autoridades estatais, entre as quais Haussmann, no tocante a valorização de terrenos para beneficiar setores da especulação imobiliária, processo naturalizado, mas que contou com a anuência do Estado no favorecimento de alguns grupos de pessoas.

Certamente, estes pormenores não faziam parte das diretrizes do plano de reforma para a realização dos *Grands Travaux*, que modificaram várias regiões da capital francesa, em especial as áreas circunvizinhas onde foi construída o teatro, cujo cenário se transformou de forma radical, pela abertura de avenidas, ampliação e criação de espaços, determinação do estilo de fachadas das edificações e corredores para circulação do ar,

deslocamento de equipamentos móveis e facilitação da incidência de luz; medidas consideradas fundamentais ao combate dos focos de epidemia, por um lado, e indícios de progresso por outro. Estes critérios serviram de justificativa para a implementação das medidas de reforma, tendo Haussmann a “carta branca” do Imperador para destruir qualquer obstáculo que fosse considerado um indício de remissão ao passado da cidade, que remontasse à era das trevas, conforme podemos depreender na imagem atual da praça da Ópera, apresentada a seguir:

Imagem Cartográfica 16 Visão frontal da *Opéra Garnier*



Fonte: Arquivo Pessoal, (2021).

Se compararmos a captura que depreendemos nas representações desse monumento notamos que a estética atual se assenta, de forma cabal, aos aspectos do estilo haussmanniano, bem como em atendimento às aspirações do Imperador para modernizar a cidade com a criação de grandes corredores, áreas verdes de parques e jardins,

modificações substanciais no projeto de iluminação, adequação do gabarito de construção e “ostentação” nas fachadas de edificações residenciais e governamentais.

No tocante ao prédio do teatro, é pertinente afirmar que, além de uma extensa praça a sua frente, as ruas laterais conservam uma distância significativa de modo a não ofuscar o seu brilho, principalmente se considerarmos as duas esculturas laterais e os frisos das paredes pintados em tons dourados, alusão ao ouro. Apesar de não destoar no tocante a cor há um aspecto que singulariza esse monumento: a sua altura em relação às edificações ao seu entorno, bem como em relação aquelas que formam o corredor da avenida homônima, a qual tem na sua extremidade e em frente à Ópera, um grande obelisco, não presente na imagem devido ao recorte da fotografia.

Imagem Cartográfica 17 *Avenue de l'Opera*



Fonte: Arquivo Pessoal, (2021).

Acrescente-se que a padronização do estilo arquitetônico é uma máxima que foi seguida em seus mínimos detalhes, no tocante às fachadas, à pavimentação, aos corredores de fluxos de pessoas e de equipamentos móveis conforme podemos depreender em detalhes, observando a retidão e alinhamento dos imóveis, suas fachadas, seus estilos arquitetônicos, que conservam a característica de simetria. Cabe acrescentar que a concepção dessa avenida foi idealizada de modo a dar destaque ao prédio do teatro, situado no seu início, como um ícone estético que emana diretrizes para o conjunto que compõe o cenário da região, como janelas e portões de ferro seguindo mesmo estilo artístico, detalhes decorativos, cores de paredes e sequência de janelas e portas dando ideia de continuidade.

No tocante aos feitos dos *Grands Travaux*, vale mencionar que as grandes avenidas, os parques, praças, jardins e os grandes monumentos, apesar da sua condição de grandiosidade e imposição de uma presença, deveriam tornar-se ícones, na forma de modelos para serem copiados e fontes de inspiração pelo resto do mundo. Entretanto, não nos deteremos em cada uma dessas transformações e afirmamos que a grande casa de espetáculos (*L'Opéra Garnier*) não é apenas um lugar de entretenimento, mas uma referência que, como as realizações dos *Grands Travaux*, deu nome a uma praça e a uma avenida, demonstrando ser um centro de irradiação das transformações que sinalizam progresso, modernidade, bem viver, satisfação e bem-estar.

Contudo, mais uma vez, alertamos que essa suposta irradiação não alcança, e nem era a pretensão dos idealizadores dos *Grands Travaux*, o destino das pessoas que foram desalojadas. Sendo assim, aventuramo-nos a admitir que a mesma intensidade de embelezamento escamoteia, na mesma proporção, um processo de ofuscamento da vida das pessoas hierarquizadas socialmente, confinadas nos *banlieues* desprestigiados.

Por fim, no encaminhamento de nossa análise, queremos salientar que o percurso recortado na abordagem analítica do teatro e seus entornos será seguido, guardadas as devidas proporções, no contexto da Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro, seja no tocante às semelhanças, seja no tocante às diferenças. Certamente, a transposição do modelo de reforma para a cidade do hemisfério sul teve que se adequar às condições econômicas e, sobretudo, geográficas.

5.2 Caderno Cartográfico: o cenário do Rio de Janeiro na Grande Reforma Urbana

A Grande Reforma Urbana, no âmbito da municipalidade, procedeu a alterações substanciais na cidade do Rio de Janeiro, a começar pelas obras de drenagem com canalização de riachos, desvio do curso de rios, a construção de jardins, arborização de ruas, de avenidas, de praças existentes bem como a construção de novas, ainda de três grandes mercados, o Theatro Municipal e, enfim, a significativa remodelação do Paço Municipal; edifício que foi demolido, conforme afirma Pinheiro (2006), quatro décadas depois para a abertura da Avenida Presidente Vargas.

No âmbito federal a reforma se encarregou de duas frentes: uma, a modernização do porto e aberturas de artérias de escoamento e recepção de mercadorias, as avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho, e a outra, a abertura da Avenida Central a qual tem início no mar, praticamente na imediação do porto e termina também no mar, região que foi aterrada para a construção do Parque do Flamengo.

No intuito de entender a extensão dessa reforma, remontaremos a uma apresentação da então Capital Federal por intermédio do mapa da segunda metade do século XIX, o qual será seguido por uma ampliação (Imagem Cartográfica 19) que detalha a área urbana, objeto da remodelação que ocorreu no início do século XX.

Imagem Cartográfica 18 Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1885



Fonte: Maschek, (1885).

Imagem Cartográfica 19 Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1885 aproximada



Fonte: Maschek, (1885).

O mapa acima retrata o panorama da cidade do Rio de Janeiro antes da Grande Reforma Urbana realizada por Pereira Passos. Nele podemos visualizar a ausência de uma artéria de circulação que realizasse uma ligação direta entre a região leste do referido mapa, compreendendo principalmente a região portuária da cidade, à região oeste, compreendida, à época, pela praia de Santa Luzia. É possível notar a existência de uma série de ruas de pequeno porte que, certamente, com a evolução dos meios de transporte e com o incremento populacional da cidade, não conseguiriam dar conta da crescente dinâmica dos deslocamentos urbanos.

É importante destacar que depois da chegada da Família Real, houve um aumento significativo da população de pessoas brancas consideradas “cidadãos”, como também teve seu reflexo no tocante ao aumento de povos negros escravizados, conforme observamos na seguinte tabela:

Tabela 4 Aumento populacional no Rio de Janeiro

Ano	Cidadãos	Ano	Cativos
1799	43.356	1799	14.986
1821	112.695	1821	55.090
1849	268.386	1849	110.622
1872	274.972	x	x
1890	522.651	x	x
1906	811.443	x	x

Fonte: Florentino, (2002)

Depreende-se, então, pelas informações apresentadas, que em um período de vinte e dois anos (1799 a 1821), a população de povos brancos praticamente triplicou, enquanto que a população de povos negros quase quadruplicou. Entendemos essa constatação em razão da abertura dos portos⁹⁷ o que teve como desdobramento a chegada de pessoas brancas (comitivas da Família Real) e o aumento de povos negros para trabalhos portuários. Em quase trinta anos (1821 a 1849), a população de povos brancos, bem como a de povos negros duplicou com um acréscimo considerável de habitantes provenientes da Europa. Esse discreto crescimento, em comparação ao primeiro período, deve ser considerado em função das reformas realizadas para a acomodação da Família Real e o fim do Regime Colonial com o Império. A manutenção desse contingente populacional mantém-se nos próximos vinte e três anos com um discreto aumento de povos brancos (menos de 10%). A partir de 1850 a população de povos negros começa a decrescer em razão das primeiras leis abolicionistas e da proibição do tráfico internacional de escravos.

⁹⁷ É importante frisar que o porto destinado ao atracamento dos navios negreiros estava em pleno funcionamento desde a implantação do regime de escravidão de povos negros.

Ainda vale registrar que, de 1872 a 1890, a população branca duplicou em decorrência de vários fatores relacionados que contribuíram significativamente para o povoamento habitacional de regiões distantes da capital federal, principalmente a região sul do Brasil.

Em primeiro lugar, o ideal de branqueamento era seguido em todas as suas minúcias em função de ser considerado um índice civilizatório, mas, sobretudo, um dado de pureza no tocante aos povos negros considerados degenerados. Nesse sentido, a política de branqueamento era difundida como uma esperança de progresso e modernização, haja vista que os povos negros eram identificados “cientificamente” à povos primitivos, ou seja, verdadeiras potências físicas com conotações animais.

Em segundo lugar, em decorrência das consequências da Revolução Industrial, o processo de mecanização exigia trabalhadores com um mínimo de escolarização para operar máquinas, característica não encontrada nos povos negros, praticamente analfabetos, não por opção, mas por imposição. Com a abolição da escravidão, o governo imperial incentivou a vinda de povos europeus que atendia simultaneamente a dois critérios: branqueamento e escolarização, pretendendo assim minimizar o quantitativo de povos negros devido à má fama que lhes era atribuída, especialmente no tocante ao caráter atávico, conforme defendido por Lombroso (2007), para enquadrar pessoas propensas à criminalidade, incluindo em sua grande maioria aquelas da raça negra.

Por fim, em mais de quinze anos (1890 a 1906), a população da cidade cresceu mais de 60%, possivelmente em função do fluxo migratório de povos estrangeiros, a abolição da escravatura e, também, a proclamação da República, calcada em ideais que se contrapunham ao *modus vivendi* da época colonial.

Convém salientar que o aumento abrupto da população teve várias consequências, principalmente habitacionais, se considerarmos que os povos recém-chegados não se contentavam com as modalidades de acomodações adotadas pelos povos negros e migrantes nordestinos. Além do mais, as condições de consumo de determinadas camadas da população, em vertiginosa queda, concorreram para aglomerações no centro da cidade, consideradas pelas autoridades em péssimo estado de higiene e focos de doenças. Cabe ainda ressaltar que, com o aumento das pessoas de alto poder de consumo, a cidade começou a sofrer os impactos de “congestionamentos” de carruagens e outros equipamentos móveis.

Esse cenário retrata uma cidade em estado crítico, com ruas consideradas inadequadas para o deslocamento de equipamentos móveis, o tráfego de pessoas, a

circulação de ar e ausência de arborização. Essas evidências foram decisivas no tocante a realização da Grande Reforma Urbana a qual deveria ser realizada de forma radical, tanto do ponto de vista estético, quanto na “correção” dos acidentes devidos ao relevo, como pântanos, lagoas, morros e rios.

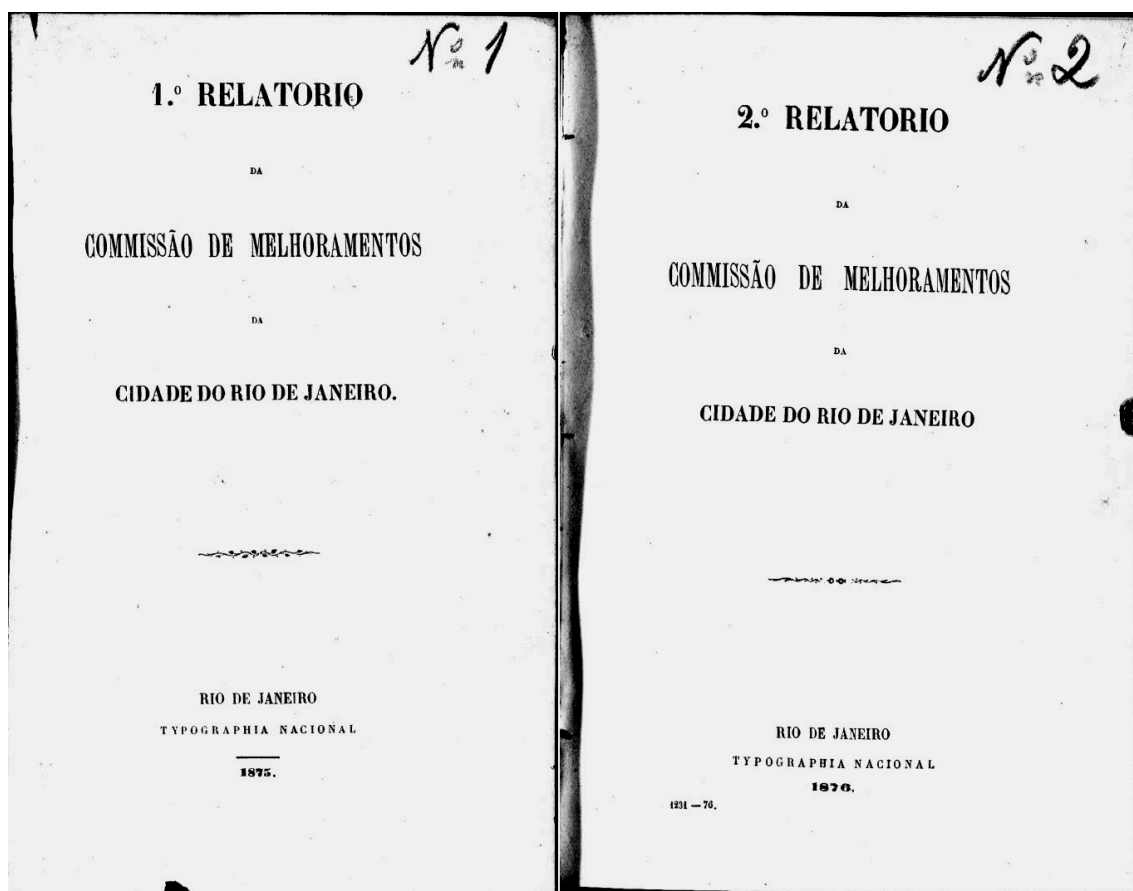
É importante apontar uma característica da cidade do Rio de Janeiro relativa ao seu relevo, composto por uma série de morros, como podemos observar na imagem cartográfica 18, entre os quais o Morro de Santo Antônio e o Morro do Castelo, considerados, entre outros, grandes obstáculos e entraves na organização espacial das vias de circulação na cidade. As poucas ruas que existiam se estreitavam entre essas estruturas para permitir a circulação entre as diferentes regiões da cidade à época. Esse aspecto é fundamental quando traçamos um olhar comparativo entre a cidade de Paris e a cidade do Rio de Janeiro: enquanto a cidade de Paris se espalhava às margens do rio Sena, a cidade do Rio de Janeiro teve seu crescimento limitado pela orla marítima, além de ser contida pelo seu relevo acidentado.

A constatação de que a cidade do Rio de Janeiro se comprime entre o oceano e as montanhas explica as intervenções idealizadas pelo Prefeito Pereira Passos no sentido do desmonte de morros localizados no centro, bem como o aterramento de zonas marítimas, lagoas e pântanos para ampliação de novos espaços de crescimento para a cidade, conforme constam nos relatórios dos anos de 1875 e 1876 (Imagem Cartográfica 20) apresentados ao Imperador que alegou não ter disponibilidade financeira para realizar obras de tamanho porte, já que pressupunham uma grande remodelação da paisagem urbana. Entretanto, decorridos mais de quinze anos desde o início do governo republicano, estes esboços são retomados e utilizados para a Grande Reforma Urbana, definida, sobretudo, em termos de um projeto de melhoramento para a cidade e, muito mais que isso, a transformação de uma urbe que conserva uma paisagem colonial em uma cidade modernizada alinhada aos princípios de civilização e progresso.

Nesse sentido, a análise das recomendações existentes nos relatórios, em especial sobre a abertura de artérias e aterramento de pântanos e lagoas, atendia ao critério de retificação e alargamento das vias públicas, sem desconsiderar a questão estética. Os princípios contidos nesses dois documentos foram retomados praticamente na íntegra, no plano da Grande Reforma Urbana.

Apresentamos a seguir a capa dos relatórios os quais, na verdade, são um a continuação do outro, inspirados pela realização dos *Grands Travaux*, concluídos no final da década de 1870.

Imagem Cartográfica 20 Relatórios da Comissão de Melhoramentos



Fonte: Passos, Moraes Jardim e Ramos da Silva, (1875-1876).

O primeiro relatório está disposto em cinquenta e cinco páginas, contendo o Anexo n. 01 que versa sobre as Regras para construção de casas particulares, o Anexo n. 02 que trata dos Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, na parte compreendida entre o Campo da Acclamação e o Andarahy, além do Anexo n. 3 que versa sobre o Orçamento para a proposta relativa ao Anexo n. 2.

Esse relatório explicita em seu primeiro parágrafo a intenção de organizar um plano para realizar o “alargamento e rectificação de varias ruas [...] e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições hygiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais belleza e harmonia ás suas construcções” (PASSOS, MORAES JARDIM, RAMOS DA SILVA, 1975). Destacamos aqui as preocupações principais da Comissão com a higiene e o deslocamento na cidade, sem deixar de fora os aspectos relativos à beleza e padronização

(harmonia) entre as edificações. Ainda, da mesma maneira que Haussmann, nota-se que o cerne das transformações estavam no alargamento e retificação das artérias urbanas.

O segundo relatório realizado pela Comissão apresenta em quarenta páginas a continuação dos planos de remodelação da cidade, fazendo interessantes comparações com cidades da Europa, tais como Paris, Vienna e Londres, no sentido de embasar os aspectos positivos das transformações já realizadas por outras importantes cidades do hemisfério norte. É notória a preocupação com a questão higiênica, sempre atrelada aos pântanos, ruas estreitas com ausência de incidência de luz solar e ausência de circulação de ar.

Os ideais de embelezamento, bem como as medidas para a erradicação e controle de epidemias, eram aventados para a transformação da capital federal em uma metrópole, no hemisfério sul, que rivalizasse, segundo Pinheiro (2011), com a cidade de Buenos Aires, em especial com a Avenida de Mayo, já reconhecida nos trópicos. Além disso, o projeto ambicionava também remodelar uma cidade aos modos de metrópoles do hemisfério norte, em especial Paris e Londres, consideradas, em razão das reformas, ícones de modernização e beleza, contando também com o fato da “erradicação” de epidemias e coerção de movimentos proletários.

Seguindo a nossa análise, destacamos a imagem cartográfica seguinte, adotando o mesmo princípio relativo à imagem 18 (apresentação global e ampliação), visando a compreensão do planejamento de execução da Grande Reforma Urbana.

Em relação ao recorte ampliado, é importante sinalizar que, apesar das condições acidentais da cidade em função de seu relevo, o plano de melhoramentos do então prefeito deixa transparecer uma retificação de ruas e avenidas, certamente obtida às custas de demolições, arrasamentos, drenagens, aterramentos e outras tantas intervenções que se fizessem necessárias. Em certo sentido podemos dizer que o prefeito seguia à risca as linhas projetadas para a realização dos *Grands Travaux*, sem contar com as peculiaridades da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, no traçado aparecem quatro grandes avenidas conectadas: a Avenida Central, que começa na Avenida Rodrigues Alves (Praça Mauá) e termina na Avenida Beira-Mar; e a Avenida Francisco Bicalho, que se conecta na Avenida Rodrigues Alves. Essas quatro artérias são vias de facilitação do fluxo de equipamentos móveis, distribuição de mercadorias importadas, deslocamento de pessoas para carregamento de navios, circulação de pessoas em passeios e a trabalho, além da mudança radical da paisagem do centro, idealizada como embelezamento estético pela sua arquitetura monumental e índice de progresso por ser a região de concentração de instituições comerciais, financeiras e culturais.

É importante salientar que, no afã de se alinhar ao estilo *Belle Époque* copiado da capital francesa, muitas das ruas perpendiculares à Avenida Central passaram por um processo de remodelação com alargamento, drenagem de córregos e retificação, uma vez que era exigido para a nova avenida espaços estéticos que se alinhassem ao seu estilo, conforme a Rua do Ouvidor com seus cafés, lojas de tecidos, confeitarias, chapelarias, tabacarias e outras lojas de produtos importados, também encontradas nas ruas Sete de Setembro e São José.

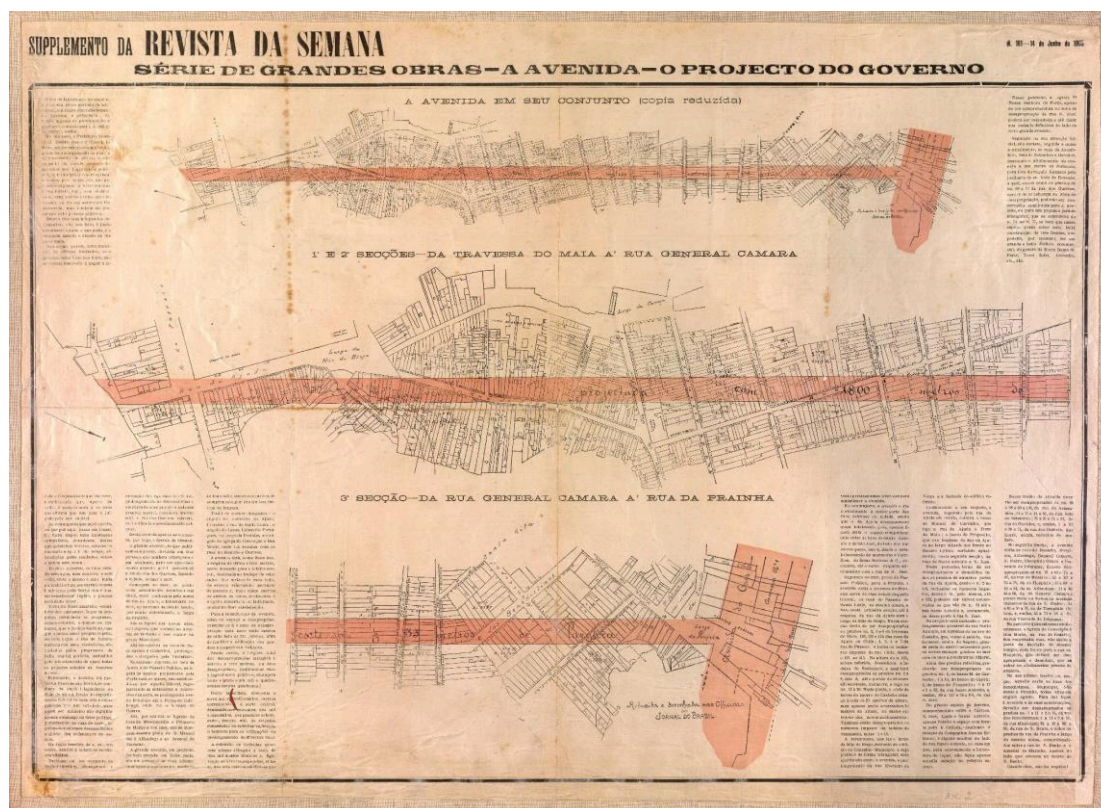
Conforme preconizamos, em consonância com a análise que realizamos no tocante à execução dos *Grands Travaux*, nos deteremos no projeto de abertura da Avenida Central, em especial pelo fato de ter se constituído até a transferência da capital para Brasília como um espaço de concentração de instituições comerciais, financeiras, culturais, hoteleiras, além dos grandes monumentos de iniciativa estatal, dos quais destacamos o obelisco que se encontra na sua extremidade final, em uma paisagem com uma rotatória que remonta ao obelisco que se encontra também no final de *L'Avenue de L'Opéra*.

Em seguida, apresentaremos a imagem cartográfica 23 acerca do projeto de demolição que se fez necessário para a criação da nova avenida. Acrescentamos que, para melhor compreensão, utilizamos como estratégia a ampliação (Imagem Cartográfica 24)

para termos uma ideia da quantidade de edificações demolidas, condenadas por serem consideradas insalubres e focos de contágio pela operação Bota-Abaixo, bem como de terrenos ainda sem construções que foram utilizados.

Cabe notar que a idealização dessa artéria ícone de progresso não poupou esforços administrativos, financeiros e, sobretudo, pouco se ateuve ao destino das pessoas que foram desalojadas, sabendo-se que, as sobreviventes deveriam passar por um profundo processo de ambientação às novas regiões para as quais se destinaram, como a encosta de morros e áreas da periferia, praticamente desprovidas de assistências públicas, o que, segundo Lessa (2000), impulsionou o processo irreversível de favelização. De certo modo, podemos afirmar que proporcionalmente à retidão e embelezamento esperados para a nova avenida, ocorreram em outras áreas, arranjos urbanos desordenados, do ponto de vista dos estilos arquitetônicos preconizados à época, principalmente pela ausência de políticas públicas e condições relativas ao baixíssimo ou nenhum poder de consumo.

Imagem Cartográfica 23 Projeto da Avenida Central



Fonte: Revista da Semana, (1903).

Imagem Cartográfica 24 Projeto da Avenida Central aproximado.



Fonte: Revista da Semana, (1903).

Um olhar acurado na planta da imagem cartográfica 24⁹⁸ nos possibilita fazer as seguintes afirmações. Em princípio, os novos traçados, além de seguirem uma certa linearidade, obedecem ao critério de retidão quaisquer sejam as condições geográficas e as edificações que fossem condenadas à demolição. Por outro lado, o traçado planejado para o centro da cidade, de certo modo, não guarda qualquer indício de uma região situada praticamente abaixo do nível do mar, com a existência de córregos, pântanos e lagoas, bem como a de morros, levando-nos a pensar em uma cidade plana.

Se analisarmos as proporções entre as ruas existentes e a dimensão da Avenida Central somos levados a identificar um grande contraste, principalmente no tocante à sua largura que se destaca das famosas ruas que nela incidem, mesmo sabendo que as mesmas passaram por grandes reformas quanto à pavimentação, construção de calçadas, substituição da iluminação a querosene, uniformização de fachadas e gabarito de prédios e instalação de espaços para diversão e passeio.

⁹⁸ Cabe salientar que a análise realizada consistiu na apreensão dos detalhes apresentados na planta, no projeto e no perfil longitudinal da Avenida Central que fazem parte do Álbum da Avenida Central de autoria de Ferrez (1982), que em razão de suas dimensões, mais de 1,5 metros, não foi possível obter uma imagem reduzida de suas totalidades.

Dando prosseguimento ao processo de análise, apresentaremos na imagem cartográfica 25 um panorama das obras em andamento para a abertura da grande artéria urbana, que curiosamente tem seu número um à margem do mar, em uma grande praça circular, e termina em direção ao mar, também em uma região cujo traçado arquitetônico é uma espécie de *Rond Point*.

Imagem Cartográfica 25 Início dos trabalhos de construção da Avenida Central



Fonte: Gerson, (1965).

Depreendemos, dessa imagem, um grande contraste principalmente se considerarmos os escombros produzidos e equipes da elite da cidade encarregada da abertura da grande avenida. Em uma primeira visada constatamos um estilo arquitetônico disforme aos padrões da época estabelecidos pelo alinhamento e retidão. Ao centro da imagem fica evidente a abertura de um grande vão produzido paulatinamente às custas de demolições. Contudo, devemos salientar que as regiões laterais, com o passar dos tempos, foram completamente transformadas dando lugar a grandes edificações, à exceção a rua da Carioca que ainda sobrevive com seus ares coloniais. Ao mesmo tempo que o grande corredor simboliza o ideal de progresso, suas áreas laterais remetem ao passado colonial, objeto de recusa pelos realizadores da Grande Reforma Urbana.

A título de circunscrição histórica, nos deteremos brevemente em alguns aspectos da cidade no alvorecer do século XX, em relação ao qual a Cidade Maravilhosa ainda conservava ares coloniais os quais não combinavam mais com a imagem positiva que grandes cidades europeias, principalmente Paris. Além disso, existia uma grande população que se amontoava nessa região do Rio, que era suja e propensa à propagação de doenças como a febre amarela e a varíola. Essas duas situações levaram Francisco Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, a propor mudanças drásticas.

O projeto de construção da Avenida Central ficou ao encargo do engenheiro Paulo de Frontin que, segundo Needell (1993), tinha estado em Paris em 1902 e teria ficado encantado com os bulevares parisienses. Esse encantamento foi decisivo para incentivar a abertura de um bulevar no centro da cidade seguindo um modelo que seria uma cópia da *Rue de Rivoli* ao estilo *Belle Époque*, tanto pelo concurso das fachadas quanto em relação às plantas dos edifícios.

As obras, conforme depreendemos na imagem cartográfica 25, iniciaram-se em março de 1904, com a demolição de muitas casas e prédios antigos, desalojando um grande número de pessoas que migraram para cortiços e morros em outras partes da cidade. Após alguns meses de trabalho estava aberta de ponta a ponta uma avenida que rasgava todo o centro da cidade, da Praça Mauá (onde está o porto) até a Avenida Beira Mar – encostando-se ao bairro da Glória, que crescia muito na época, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento.

A Avenida Central foi inaugurada em 7 de setembro de 1904 pelo presidente da República, Rodrigues Alves, e entregue ao tráfego em 15 de novembro de 1905. Logo, passou a ser a mais importante via de circulação, lazer e economia da cidade. Tendo muito destaque também devido a elogiada arquitetura dos prédios que a cercavam. Sete anos depois, em 21 de fevereiro de 1912, o nome da avenida foi mudado para Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, diplomata brasileiro que havia morrido em 11 de fevereiro e fora responsável por tratados que garantiram as fronteiras brasileiras em conflitos com países vizinhos.

Ressaltamos que a planta original da Avenida Central concerne a um projeto de construção de uma artéria de ligação de quase dois quilômetros de extensão, com mais de trinta metros de largura, com abertura para vias radiais, seguindo à risca o estilo haussmanniano, especialmente no chamado *Rond Point* em uma de suas extremidades, conforme afirma Ferrez (1982), e a construção de refúgios arborizados no centro da via, modelos também importados da Paris modernizada pelos *Grands Travaux*, além das

amplas calçadas de mais de sete metros idealizadas para passeio da elite carioca, especialmente se nos determos nas lojas que ostentavam produtos importados da Europa, considerados ícones “civilizatórios”, expressivos no tocante à adequação à política dos bons hábitos. Não resta a menor dúvida de que a pretensão dos idealizadores com a construção dessa avenida recaiu, sobretudo, na questão do embelezamento, embora as alegações para demolições fossem justificadas como medidas higiênicas para controle e combate das epidemias.

A ideia de criar um espaço urbano do porte da Avenida Central (de modo a torná-la a principal via da cidade privilegiava um ideal de “civilização” importado das metrópoles do hemisfério norte, em especial, Paris e Londres) alinha-se ao pressuposto da necessidade de que a cidade precisava de um lugar esteticamente aprazível em meio às paisagens coloniais consideradas degradadas e passíveis de degeneração, conforme podemos depreender nos esboços de reforma dos dois relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro datados de 1875 e 1876.

Para tanto, minúcias quanto à estética seriam fundamentais, motivo pelo qual foi criado um concurso para a construção das fachadas que premiou o projeto vencedor, conforme registram as imagens de Ferrez (1982). Além disso, alguns dos projetos de fachadas resultaram na construção de prédios suntuosos na esquina da Rua do Ouvidor, no quarteirão entre as ruas Sete de Setembro e São José, entre outros. Nessa época a prefeitura regulamentou o gabarito dos prédios que deveriam ter, pelo menos, três pavimentos, com fachadas que poderiam seguir critérios livres de opções de estilo, conforme demonstra a Imagem Cartográfica 26:

Imagem Cartográfica 26 Fachada de edificação na Avenida Central

Fonte: Ermakoff, (2009).

A exemplo desse prédio, outros tantos foram construídos na própria avenida, bem como nas ruas radiais, obedecendo às recomendações da Prefeitura, modificando a paisagem urbana do entorno e deixando “soterrado” para sempre o passado colonial, considerado feio e degradado. Queremos ressaltar que não apenas houve uma mudança arquitetônica, como imperou uma mudança de hábitos devido a dois fatores: o desalojamento de povos negros e pobres e a utilização por parte das pessoas da elite carioca com alto poder de consumo.

Além dessa remodelação, a nova avenida surge para servir de artéria de ligação ao porto, mas sem perder de vista o seu caráter elegante para uma população que tinha a pretensão de viver nos trópicos o *air de noblesse* da capital francesa, razão pela qual as lojas e demais casas comerciais receberam denominações nos idiomas francês e inglês, em sua grande maioria. De certo modo, as fachadas, pelos seus estilos estéticos, foram consideradas uma espécie de renascimento da cidade para se contrapor às supostas ruínas

da cidade colonial que deveria sucumbir sob tapumes para não ofuscar o brilho desse índice considerado “progresso civilizatório”, além de outras que foram também construídas, em especial as grandes artérias conectadas pela Avenida Central, conforme podemos depreender na imagem cartográfica a seguir:

Imagem Cartográfica 27 Avenida Central



Fonte: Ermakoff, (2009).

É curioso comparar essa avenida com a *Rue de Rivoli* e constatar a grande semelhança, tanto no tocante às lojas e cafés, quanto nas amplas calçadas para passeios e a região central destinada ao deslocamento de equipamentos móveis. Chama-nos atenção também o cuidado com a arborização, bem como as pessoas que se deslocam vestem-se e portam-se de acordo com os “bons” hábitos determinados pela Prefeitura. Assim, acreditava-se que a Avenida Central apresentava características de ser equiparada aos *boulevards* franceses.

Não resta dúvida de que a Avenida Central teve e, de certo modo, ainda tem um significado de extrema importância para a cidade do Rio de Janeiro e também para o Brasil, pelo fato desta cidade ser à época a capital da República. A bem dizer, a Avenida

fora pensada para ser um ícone de progresso e de civilização que estivesse à altura dos anseios das elites republicanas⁹⁹, por dois motivos.

Em primeiro lugar, a Avenida Central estava diretamente conectada ao Porto do qual demonstrava ser uma continuidade, sendo assim a máxima representação material em razão da chegada da importação e exportação de produtos símbolos de ideais ditos civilizatórios como indumentárias e vestimentas, como também local de escoamento da produção cafeeira do Brasil para o exterior, uma divisa significativa considerada marca de progresso. Essa região mais próxima da Praça Mauá era o seu segmento destinado ao mundo dos negócios e das finanças, incluindo os grandes bancos, característica que conserva até os dias atuais.

Em segundo lugar, a partir de sua metade em direção à Avenida Beira-mar, foram construídos prédios majestosos e instituições sofisticadas destinadas ao lazer e à prática de “bons” hábitos como pretendia Pereira Passos em termos da disposição e interesse em frequentar lojas de roupas importadas consideradas de primeiríssima qualidade, chapelarias, perfumarias, confeitarias e casas de diversão, destacando a Escola de Belas Artes, a sede do Senado Nacional, a Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe e o Theatro Municipal. Nesse segmento, ficavam também as sedes de jornais, clubes, hotéis.

Para se ter uma noção do cenário retratado até então, reportamo-nos a imagem cartográfica 28, colorida artificialmente, mas que demonstra o caráter monumental dessa avenida, com destaque para as instalações de iluminação, com postes que se harmonizam ao estilo das fachadas, a presença de carruagens e pessoas que se deslocam demonstrando um índice de classe econômica em função de seus trajes.

⁹⁹ As elites republicanas eram compostas por segmentos sociais que defendiam o embranquecimento dos povos negros com a expectativa de “melhorar” a composição étnica brasileira aos olhos da Europa colonizadora. Essas elites alimentavam a crença de que o processo de branqueamento seria decisivo em nome do progresso e da civilização para o Brasil, pois somente dessa maneira haveria possibilidade de soterrar para sempre o Rio de Janeiro como cidade-passado, por um processo de “regeneração” que deveria ser uma abertura para o futuro.

Imagem Cartográfica 28 Avenida Central após a Grande Reforma



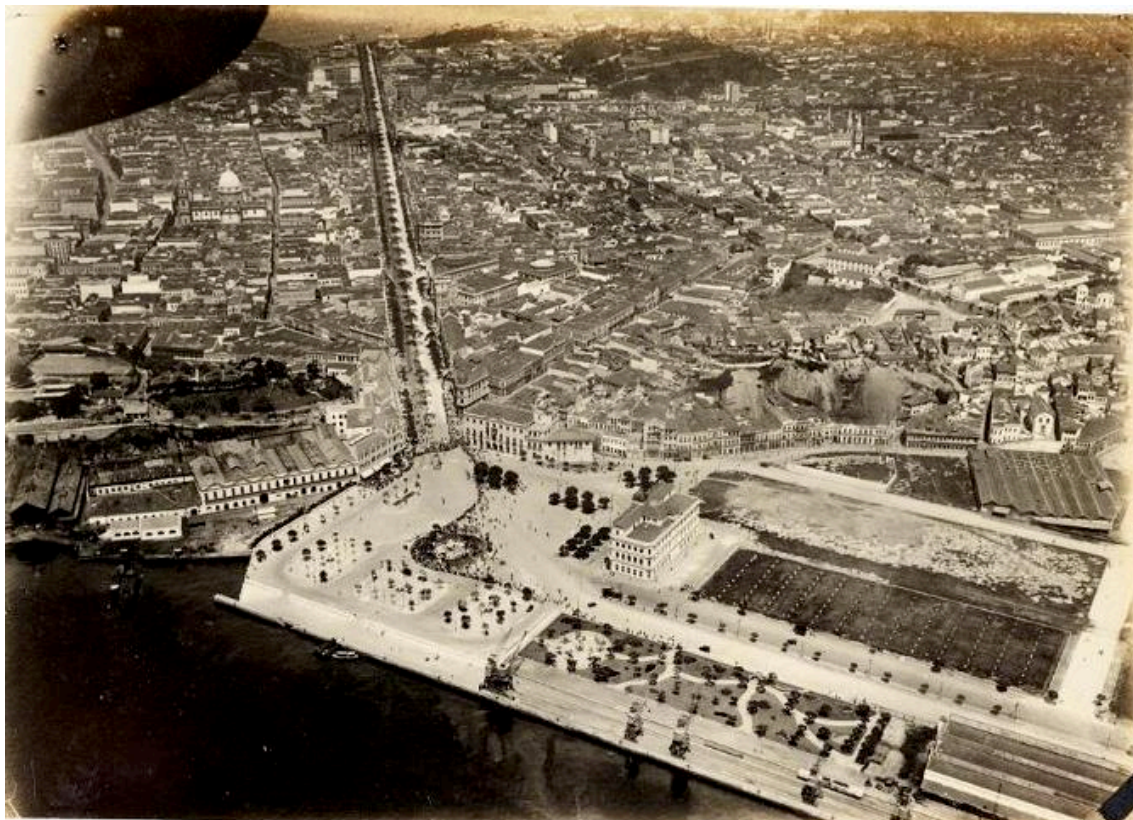
Fonte: Diário do Rio, (2022).

Essa avenida traça uma diagonal na região central da cidade, ligando as artérias de deslocamento para a zona norte pela Avenida Rodrigues Alves, e também para a zona sul ligando-se à Avenida Beira-Mar. Nela se concentram as atividades administrativas, comerciais e financeiras, além de áreas para divertimento, sendo também o local onde se desenvolve grande parte do trabalho urbano. Nessa posição estratégica, além de ser o acesso ao Porto, veio a se constituir como a mais importante artéria da zona central da cidade pelo conglomerado de monumentos e casas de diversão, de modo a ser considerada o símbolo da cidade moderna em oposição à paisagem que remonta à época colonial.

A bem dizer, essa avenida é responsável pela mudança da imagem do centro da cidade na primeira década do século XX, sobretudo pela imposição dos hábitos ditos civilizados determinados pelo Prefeito Francisco Pereira Passos. Durante a época em que a cidade foi sede da Capital Federal, a avenida Central era considerada como a peça chave para fazer a inserção do Distrito Federal nos tempos marcados sob a rubrica do progresso, visto ser considerada em razão de suas casas comerciais, cafés, lojas, instituições financeiras, entre outros, uma ilha de modernidade que se diferenciava radicalmente pelo

contraste com seus entornos os quais ainda contava com uma malha urbana dos tempos coloniais, conforme demonstra a imagem cartográfica seguinte:

Imagem Cartográfica 29 Vista aérea da Avenida Central



Fonte: Kfuri, (1921).

Embora ainda persistissem muitos vestígios da era colonial em suas proximidades, a Avenida Central, na qualidade de ícone de progresso, desenvolvimento, modernidade e civilização, muda a fisionomia da cidade, tanto em nível nacional quanto internacional. Não por acaso que nessa avenida foi construído um prédio que durante muitas décadas era a maior edificação da cidade.

Cabe acrescentar que a abertura dessa avenida atendia a vários critérios. Em princípio devia ser uma via livre para circulação das mercadorias chegadas no Porto, especialmente considerando as dificuldades decorrentes da malha urbana em função de pântanos, riachos, morros. Em segundo lugar a ideia de embelezar o centro da cidade fazia parte do projeto da reforma, ou seja, devia ser criada uma avenida que fosse reconhecida nacional e internacionalmente a exemplo de avenidas famosas de outras

metrópoles tanto do hemisfério sul (Buenos Aires) quanto do hemisfério norte (Paris, Londres).

A construção dessa avenida teve um grande impacto econômico e social. Por um lado, consistiu em um processo de expropriação de uma área privilegiada da região central da cidade, cujos habitantes foram desalojados, muitos dos quais colocados à deriva. (BENCHIMOL, 1992). Por outro, beneficiou determinados segmentos sociais mediante a valorização dos imóveis construídos, trazendo lucros expressivos para seus proprietários.

Para a construção da Avenida Central, foram demolidas aproximadamente 700 edificações, sendo afetados 130 mil metros quadrados (ATHAYDE, 1961, p. 100), conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 5 Edificações desapropriadas para abertura da Avenida Central

Nº	Rua	Edificações Demolidas
1	Prainha	6
2	São Bento	1
3	Municipal	8
4	Benedictinos	14
5	Visconde de Inhaúma	18
6	Ourives	50
7	Theophilo Ottoni	16
8	São Pedro	13
9	Hospício	9
10	Alfandega	18
11	General Camara	11
12	Chile	130
13	Rosario	9
14	Sete de Setembro	23
15	Ouvidor	17
16	Assembléa	22

17	São José	16
18	Passeio	16
19	Travessa do Maia	23
20	Santo Antonio	29
21	Barão de São Gonçalo	1
22	Becco Manoel de Carvalho	1
23	Ladeira do Seminario	39
24	Santa Luzia	12
25	Luiz de Vasconcellos	11
26	Nova do Ouvidor	2
27	Primeiro de Março	2
TOTAL	-	517

Fonte: Ferrez, (1982).

Analisando os detalhes da tabela chegamos a um total de quinhentos e dezessete edificações desapropriadas fora as cento e vinte e sete edificações desapropriadas pagas por meio de permuta, as vinte e oito edificações mediante avaliação do valor locativo, e as trinta e seis edificações parcialmente desapropriadas, além de duzentos e oitenta e dois terrenos vazios e onze edificações governamentais.

Considerando o total de propriedades removidas, entre edificações e terrenos, a cifra chega a mil e uma condenações para a construção da Avenida Central, segundo análise das tabelas apresentadas em Ferrez (1982). Comparando os dados com as vinte e nove edificações demolidas para a construção do *Boulevard* Haussmann, considerando apenas as edificações desapropriadas pagas em dinheiro, por permuta e avaliação de valor locativo (seiscentas e setenta e duas), é possível observar que o número de edificações desapropriadas para a construção da Avenida Central no Rio de Janeiro foi quase vinte e quatro vezes maior que o mesmo número para a *Boulevard Haussmann*, em Paris.

No intuito de continuar com a análise comparativa da Grande Reforma com a realização dos *Grands Travaux*, nos concentraremos no monumento, o qual, guardadas as devidas proporções, construído na cidade do Rio de Janeiro remete a um monumento

da metrópole de Paris. Conforme já sinalizado, vamos nos deter na imagem do Theatro Municipal, monumento da Avenida Central que guarda grandes semelhanças conceituais e arquitetônicas com *L'Opéra Garnier*, seja no tocante à praça com espaços amplos para deslocamento de pessoas, seja em relação ao obelisco visível das arcadas de ambos os espaços, conforme evidenciam as imagens a seguir:

Imagem Cartográfica 30 Obelisco de Luxor



Fonte: The New York Public Library, (2022).

Imagem Cartográfica 31 Obelisco Avenida Central



Fonte: Ferrez, (1982).

Os cenários recortados em ambos monumentos evidenciam aspectos significativos, a começar pela referência à água: em Paris duas fontes e no Rio de Janeiro o mar. No entanto, o estilo arquitetônico é bastante similar, mesmo considerando que o obelisco de Paris tenha sido transportado do Egito. A grande diferença a ser depreendida da imagem consiste, sobretudo, no cenário que serve de pano de fundo: em Paris dois prédios com os mesmos estilos e, no Rio de Janeiro, o mar e o outeiro da Glória, denotando uma diferença radical em termos da conformação dos relevos. Estes dois pontos terminais e as duas casas de espetáculo são indicativos de que a Avenida Central, tanto conceitual, quanto arquitetonicamente, teve seu projeto inspirado pelo estilo haussmanniano, além de outras inúmeras evidências.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre o Theatro Municipal e o obelisco havia um monumento, o Palácio Monroe, que foi demolido na década de 1970 a partir do projeto de implantação da rede metroviária. Cabe acrescentar que a destruição do monumento aconteceu por critérios de um regime que não via com bons olhos determinados estilos arquitetônicos, em especial, segundo argumentações das autoridades estatais, conforme assinala Paraizo (2003), de que essa construção seria um obstáculo à visão do monumento aos mortos da Segunda Guerra, de quem estivesse na praça em frente ao Theatro Municipal. Contudo, houve uma alteração significativa na paisagem haja vista que o Theatro Municipal se harmonizava com o referido Palácio, além das edificações do seu entorno, como a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, a Casa do Senado, o prédio da Suprema Corte Federal, entre outras edificações famosas de iniciativa privada como o cinema Odeon.

Antes mesmo de estabelecer critérios comparativos entre o Theatro Municipal e *L'Opéra Garnier*, faz-se necessário apresentar aspectos relativos ao planejamento desses monumentos. Tanto para um quanto para outro, foram abertos editais de concorrência para apresentação de projetos. No entanto, conforme salienta Pinheiro (2011), em ambos os casos houve favorecimento quanto ao engenheiro encarregado pelas obras, cujo projeto vencedor foi do filho do então prefeito, no caso do Theatro Municipal. Ressalte-se que a casa de espetáculos do Rio de Janeiro é, considerando seu estilo arquitetônico, praticamente uma cópia da *L'Opéra Garnier*, não apenas em sua fachada, como também sua cúpula central, janelas e portas e as duas pequenas abóbadas laterais, conforme depreendemos na imagem a seguir:

Imagem Cartográfica 32 Theatro Municipal



Fonte: Ermakoff, (2009).

É importante frisar, no tocante ao Theatro Municipal, que a sua disposição, conforme já assinalado em relação à praça, guarda também uma semelhança com a *L'Opéra Garnier*, no que concerne às avenidas laterais, do lado esquerdo a Avenida Treze de Maio, por onde circulavam bondes, automóveis e ônibus até a conclusão da rede metroviária, quando o espaço incorporado à praça. Do lado direito, a Avenida Central que, com sua iluminação, arborização e áreas para passeios, reporta aos entornos do monumento parisiense.

Depreende-se ainda as minúcias no tocante aos estilos das luminárias, bem como os detalhes do calçamento em estilo neobarroco, dando a impressão de uma paisagem parisiense. No entanto, conforme assinala Azevedo (2016), se nos detivermos no interior de ambas as edificações, vamos nos deparar com diferenças significativas no tocante à adoção de estilos arquitetônicos no Theatro Municipal, remontam à cultura assíria, sendo este um distintivo, entre outros, que não está presente na *L'Opéra Garnier*.

De resto, a imponência desse monumento é um dos aspectos que, no entender de Pinheiro (2011), foi propositadamente pensado para “soterrar” definitivamente o passado colonial da cidade do Rio de Janeiro na esperança de que as luzes que “irradiam”, tanto da construção, pelos detalhes de seus adornos, quanto da rede de iluminação ao seu

entorno, conformassem uma paisagem de modernidade na qual deveria prevalecer o ideal civilizatório, importado de metrópoles europeias, especialmente no tocante ao contraste que pode ser observado entre a polidez da superfície das avenidas e da praça e as condições de áreas próximas sombrias pela presença de pântanos, ruelas e iluminação precária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento das cidades somente pode ser considerado um produto da invenção humana que representou e ainda representa um significativo processo de transformação da natureza por meios técnicos. De certo, não estamos seguros quanto a motivação que impulsionou o ser humano a construir cidades. No entanto, a conformação que resultou dos arranjos urbanos, em comparação com as condições de vida no meio rural, repercutiu significativamente no *modus vivendi* das pessoas que foram obrigadas a se modificarem em decorrência da incorporação da alteração processada no contexto das coisas naturais, da qual resultou tanto a destruição de formas de vida e aspectos geográficos, quanto à criação de espaços de interação próprios.

Seguramente, as cidades, além de se constituírem referências, foram e são responsáveis pela produção de paisagens heterogêneas as condições naturais. Entretanto, na qualidade de frutos da criação humana, uma vez tendo surgido no planeta, não esteve isenta do mesmo destino de tudo aquilo que surge na natureza: emergência, evolução, declínio e desaparecimento, cumprindo assim a lei que determina a dinâmica das coisas criadas.

Compreendidas na acepção de um organismo vivo, as cidades modificaram cenários no planeta, no tocante ao arranjo de várias formas de vida, como também em relação ao processo de interação de seres humanos. Além disso, em função de sua condição de uso, as cidades se deterioram com o passar do tempo, sendo necessárias intervenções de preservação para não atingir condições de ruínas. Além da reparação, no contexto da história da humanidade, algumas cidades apresentam capítulos relativos a reformas, especialmente com o advento da era moderna, enquanto que outras desapareceram e algumas delas que atravessam os tempos encontram-se em estado de ruínas monumentalizadas devido a acontecimentos históricos, como também sacralizadas pelos achados arqueológicos e na escrita.

É pertinente acrescentar que o dinamismo da vida das cidades deve ser considerado como um processo por meio do qual são eliminadas tanto características arquitetônicas, quanto em decorrência do desaparecimento de determinados modos de interação. Nesse sentido, aquilo que desaparece, persiste e insiste nas novas formas e, em muitas situações, clama pela produção de sentido. De resto, aventamos, no tocante às cidades, duas possibilidades de violência. Por um lado, a violência imposta à natureza para a construção da cidade, devido a uma espécie de alteração irreversível. Por outro, a violência para os

seres humanos decorrente das necessidades de adaptação para o convívio no meio urbano. Seja uma ou outra, o planejamento de uma cidade dificilmente está afeito a essas duas vertentes de violência mesmo sendo concebida como lugares de realização, satisfação e melhoria da qualidade de vida.

Uma particularidade dessa segunda modalidade de violência nos foi evidenciada a partir de indícios relacionados aos processos de desalojamento e deslocamento de pessoas como exigências para a realização das reformas. Não obstante, nem sempre as alegações apresentadas podem ser consideradas como justificativas para os fatos, seja no tocante aos “massacres” produzidos na capital francesa para coibir movimentos de protesto, seja em nome de políticas higienistas que tiveram um caráter bastante eugênico na capital brasileira à época.

Uma vez tendo sido feita essa pequena abertura no tocante às cidades, salientamos que para a análise e a interpretação realizadas, a partir das informações construídas em situação de campo, nos valem de documentos, plantas, mapas e imagens, como indícios que remetem a um passado recente acerca de camadas históricas das metrópoles recortadas para nosso estudo: Paris na segunda metade do século XIX e a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Ao realizarmos essa incursão, tínhamos como meta a produção de significação e construção de memória acerca dos processos de remodelação, revitalização, reforma e transformações urbanas. Consideramos os gêneros de arquivos (documentos, mapas, plantas e imagens) como signos que carregam significados e sentidos atribuídos aos procedimentos de análise produzidos durante a incursão cartográfica.

Convém sinalizar que esses procedimentos de construção de informações dialogam perfeitamente com as indicações de textos canônicos sobre os processos de transformação urbana. Estes processos decorrem do desgaste próprio dos usos da cidade, mesmo considerando as intervenções para preservação, conservação e reforma. Há, ainda, que considerar as incidências de fenômenos naturais e as consequências da densidade populacional, aliada ao incremento de equipamentos móveis. Assim, utilizamos a trama conceitual relativa à cidade, seus progressos e retrocessos, analisando a questão da violência à natureza pela construção das cidades e a violência decorrente da vida em situação urbana, para, enfim, tentar reunir indícios, por intermédio de signos, rastros e vestígios, no intuito de construção de memória.

Guiados pelo leme da produção de memória sobre as cidades, partimos de um planejamento que nos possibilitou realizar uma expedição nas duas metrópoles referidas

no sentido de traçar semelhanças e também estabelecer diferenças em consonância com as diretrizes e os temas recortados na presente investigação, tendo como suporte de interpretação, as contribuições do campo da Memória Social a partir das interlocuções com saberes distintos.

No tocante ao material no qual se fundamenta a nossa incursão interpretativa, faz-se pertinente estabelecer que, quando trabalhamos com imagens somos cômicos de que, na atualidade, as novas tecnologias são responsáveis por um tipo de uso que concerne ao momento atual: as imagens circulam, em muitos casos, em caráter de efemeridade, ou seja, informações surgem e desaparecem em átomos com ou sem justificativa. Além do mais vivemos em uma era na qual é muito comum a manipulação de informações, bem como a retirada de informações de um contexto e a aplicação em outro, por vezes, de forma indevida.

No entanto, trabalhamos com produções imagéticas que remontam aos séculos XIX e XX, épocas nas quais a difusão de medo, ódio, negação e outras aconteciam de forma bem lenta, basta considerar o cenário das vacinas nesses séculos em termos de atitudes recalcitrantes e opositoras, comparada à situação semelhante vivenciada atualmente no contexto da COVID-19. Não estamos com isso responsabilizando os propagadores de informação quanto às possíveis reações geradas, mas acreditamos que a velocidade de transmissão dessas informações e o contexto de sua difusão devam ser considerados, haja vista que as imagens reforçam crenças, solidificam estereótipos e juntamente com documentos evidenciam posicionamentos políticos.

Em segundo lugar, acrescentamos que, na seara do debate acadêmico na qual esta tese se insere, a problematização é bastante profícua, demonstrando assim a necessidade de “escavação” nesses materiais visto que são restos de vida que concernem aos problemas sociais relativos às reformas. Sendo assim, é fundamental trazer a público essas questões e assumirmos uma postura protagonista no tocante a desvendar os véus que eclipsam determinados aspectos das reformas os quais ficam à sombra do embelezamento estético defendido pela rubrica de modernidade, progresso e civilização.

Em terceiro lugar, a nossa estratégia de considerar documentos, plantas, mapas e imagens como signos remonta aos tempos antigos quando os seres humanos utilizavam, e ainda utilizam, esses indícios para expressar seus sentimentos visando a construir uma via interpretativa a respeito dos cenários com os quais interagem, seja como modalidade de reconhecimento e trocas subjetivas; seja no tocante à transmissão de legados para gerações futuras. Certamente, como consideramos as cidades organismos vivos, essas

afirmações são válidas, uma vez que esses recursos carregam, conservam e são os registros de acontecimentos que mudam os cenários das cidades e igualmente a vida das pessoas.

Quer dizer, na “escuta” atenta aos indícios apontados por esses materiais, depreendemos duas vertentes que concernem à dinâmica das cidades. Em princípio, evidenciou-se a constatação de que os espaços edificados funcionam como referências, para quem com os mesmos interagem em razão de sua existência, afetando diretamente a construção de arranjos subjetivos, tanto devido a sua emergência, quanto com relação ao seu desaparecimento, compondo paisagens distintas, ou seja, aquilo que se apresenta como novidade evidencia, mesmo que de forma insinuada, um resto que remete ao passado.

Acrescentamos ainda que a dinâmica evolutiva dos espaços urbanos, considerando a monumentalização estética e o processo de transformação em ruínas são, na verdade, uma abertura para a construção de uma imagem mítica para a cidade, muitas vezes condenatória de seu passado, pautada em uma prospecção de um futuro harmonioso ditado pelo ideal de modernidade e progresso. Essa imagem mítica constitui, a bem dizer, as duas faces de uma mesma moeda: um passado condenado, que deve ser “soterrado”, e um futuro almejado como um ideal de vida feliz. É importante salientar que essas circunstâncias são impostas aos habitantes urbanos os quais são diretamente afetados pelos processos de revitalização em termos de aceitação por alguns segmentos sociais e estranhamento por outros a quem determinadas condições de vida, econômicas e sociais, são impostas.

A respeito da realização dos *Grands Travaux*, forças distintas se impuseram a começar pela idealização de Napoleão III (à época recém-chegado do seu exílio na Inglaterra) em transformar a capital francesa à imagem e semelhança da capital inglesa, recém revitalizada, porém dando-lhe um ar de majestuosidade. Todavia, argumentos relativos ao combate de epidemias tiveram um peso significativo sob a alegação de que a cidade teria que se livrar de seu passado medieval considerado sombrio. Ainda, faz-se necessário considerar o processo de valorização de áreas urbanas o que aguçou o interesse de setores da economia com segmentos que foram amplamente beneficiados. Por fim, um motivo que foi fundamental na realização da reforma urbana teve como suporte um projeto de controle e opressão social por medidas para inviabilizar protestos e movimentos sociais, principalmente se considerarmos que a abertura de grandes artérias urbanas facilitou o deslocamento de equipamentos militares, sendo necessários para essa

finalidade, demolições de edificações consideradas insalubres e obstáculos à circulação do ar, ao acesso de luminosidade e ao livre fluxo dos aparatos estatais de controle.

A par dessas evidências, afirmamos que a transformação da capital francesa em uma cidade idílica, ícone que irradia luminosidade para o mundo, teve consequências positivas, se considerarmos a monumentalidade como um indício de civilização, progresso e modernidade; como também efeitos devastadores para segmentos da população de baixo poder aquisitivo, tanto em relação aos monumentos com restrição, principalmente econômica, de acesso, quanto ao processo de estratificação geográfica, com áreas privilegiadas e espaços habitacionais construídos, na maioria dos casos, sem planejamento. Não desconhecemos que a realização dos *Grands Travaux* teve impactos diferentes quando consideramos a configuração social decorrente do poder de consumo. Melhor dizendo, a desigualdade.

A difusão do sucesso da reforma da capital francesa, que deve ser relativizado, ecoou aos quatro cantos do mundo, não só como uma “solução” para os problemas urbanos, como também em termos da incorporação do estilo arquitetônico haussmanniano. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro, logo após a implantação do regime republicano, ainda mantinha um passado colonial, motivo pelo qual foi defendido com argumentos imbatíveis um projeto de reforma para transformar a “cidade da morte”, difamada, principalmente, pelas epidemias, em cidade maravilhosa, símbolo de modernidade e progresso para enfim se ajustar aos ideais “civilizatórios” considerados na passagem do século XIX para o século XX.

Cabe acrescentar que a assimilação e transposição do modelo arquitetônico haussmanniano decorreu de evidências a partir de reformas de metrópoles, tanto no hemisfério norte, quanto no hemisfério sul e também da longa estadia do realizador da Grande Reforma Urbana em solo francês, no qual manteve contato, à época da realização dos *Grands Travaux*, com responsáveis (arquitetos e engenheiros) pela elaboração de mapas, plantas, orçamentos e pela execução das obras.

Ainda, é possível depreender que a Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro não só vislumbrava transformar sua paisagem urbana, aproximando-a do ideal de progresso e estética das cidades europeias, como também intentava modificar os hábitos e costumes de uma população que carregava o estigma de ausência de traços “civilizatórios”. Esse aspecto é apreendido de maneira consistente na paisagem exibida após as reformas, não só com grandes artérias alargadas e retificadas, mas também com

uma elite que se trajava de maneira europeia (em pleno clima tropical), frequentando as novas lojas que portavam letreiros ostentando nomes em francês e inglês.

Um efeito direto da reforma pode ser identificado no contexto de uma nova estrutura de organização social a qual foi decisiva para a implantação de novos costumes, ao mesmo tempo que respondeu por novas funções na cidade. Desse modo, argumentamos que a reforma decorreu de uma intervenção estatal de reorganização do urbanismo fundamentada em critérios civilizatórios e de modernidade, em razão dos quais camadas pobres da população foram expulsas de uma área valorizada da cidade, reservada a partir de então à classe dominante com o propósito de implantar um ar cosmopolita, completamente idealizado ao *modus vivendi* parisiense. Ainda, podemos afirmar que a proposta de reforma como solução para as contradições do espaço urbano redundou em contradições na organização social, à medida que foi responsável por uma nova estruturação espacial a qual contribuiu para o processo de segregação, a exemplo da formação das primeiras favelas.

Acrescente-se que, no âmbito da Grande Reforma, os argumentos que justificaram a sua realização consistiam em melhorias no saneamento, embelezamento e abertura de artérias que facilitasse a fluidez de pessoas e a distribuição de mercadorias. Estes argumentos foram cabais para que autoridades públicas e setores privados concordassem com a intervenção, principalmente no tocante ao desmantelamento do “amontoado” de habitações no centro da cidade, considerado como sinônimo de desordem, definida pela presença de quiosques de ambulantes sem regulamentação, prostituição, jogos a céu aberto, além dos considerados maus hábitos. É importante afirmar que os idealizadores da reforma foram convincentes em demonstrar que o espaço urbano, tal qual se configurava, vertia-se em um grande obstáculo à livre circulação, seja pelo impedimento de deslocamento de equipamentos móveis, como também em relação às áreas de má fama (devido a difusão de um suposto perigo) as quais pessoas da elite evitavam transitar. Não resta dúvida de que determinados obstáculos naturais existiam, como pântanos, que foram aterrados, e morros que foram arrasados para a expansão da cidade.

É importante frisar que toda a modificação no centro da cidade com o propósito de soterrar definitivamente um passado indesejável concorreu para transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma metrópole capitalista sem lugar para pessoas pobres a não ser no tocante a execução de trabalho, à semelhança do processo de segregação social e espacial que aconteceu na capital francesa. Nesse sentido, os dois ícones que melhor representam essa transformação são a Avenida Central e o Theatro Municipal, que

reproduzem, em certo sentido, um monumento (L'Opéra Garnier) e uma grande artéria da capital francesa, cuja disposição arquitetônica foi reproduzida na cidade do Rio de Janeiro.

Há, ainda, um aspecto que merece ser considerado. Embora Pereira Passos pretendesse “europeizar”, aos moldes parisienses, a cidade do Rio de Janeiro, determinadas peculiaridades da metrópole francesa dificilmente seriam assimiladas, principalmente se considerarmos as condições climáticas, além do relevo bastante acidentado da capital brasileira à época. Dificilmente a implantação de hábitos europeus encontrou limites no âmbito das classes sociais se considerarmos a prolongada estação de frio europeia em razão da qual as pessoas, indistintamente de classe, se protegem. Porém, a vestimenta sugerida como índice de bons hábitos somente era acessível à elite e ainda pode ser considerada um certo “despropósito” em razão do clima quente da cidade do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que uma diferença radical não pode ser relegada a segundo plano: o Brasil (país colonizado), à época da Grande Reforma Urbana, contava com uma população expressiva de povos negros libertos, fato esse que não existia na França que, além de país colonizador, mantinha e, de certo modo, ainda mantém forças de trabalho em seus territórios na África, Américas, Ásia e Oceania.

É interessante apontar a semelhança entre os percursos dos executores das reformas nas duas cidades: ambos vislumbraram radicais transformações que não só visavam alterações espaciais e arquitetônicas profundas, como também modificações no âmbito social e econômico, no caso de Paris, controle e opressão das reivindicações populares, enquanto que no Rio de Janeiro, o processo de eugenia foi justificado em nome da saúde pública. Além disso, Haussmann e Pereira Passos foram escolhidos por seus respectivos chefes máximos não só por terem um percurso que demonstrava capacidade técnica para executar tarefas dessa magnitude, mas também por suas características individuais marcadas pela contundência e austeridade, as quais foram fundamentais para determinadas situações ao longo das reformas, diante das quais ambos se valeram de ações ditatoriais, com restrições e imposições severas a determinados setores da população. Não por acaso, ambos receberam plenos poderes para a realização de seus trabalhos. Ainda no contexto de suas semelhanças, os dois executores foram destituídos de seus respectivos cargos sob fortes críticas, deixando, contudo, inegáveis legados que, com o passar dos anos, são interpretados e reinterpretados de maneiras paradoxais, ora como figuras ilustres responsáveis por grandes melhoramentos urbanos, ora como

personalidades execráveis que debilitaram a vida dos mais pobres, sem falar do endividamento dos cofres públicos.

Apesar das divergências quanto a maneira pela qual seus legados são interpretados a partir do afastamento histórico, não podemos negar que ambos foram responsáveis por ações de magnitude inimaginável (destruição pela demolição de ruas, vielas, becos, além da alteração do curso de rios), alterando o espaço urbano de forma significativa e criando cenários que perduram até os dias atuais. É importante destacar que, apesar da diferença relativa ao período em que os dois ocuparam seus respectivos cargos, com Haussmann como prefeito da cidade de Paris durante dezessete anos e Pereira Passos permanecendo como chefe máximo da cidade do Rio de Janeiro ao longo de quatro anos, ambos foram capazes de realizar gigantescas modificações urbanas e sociais, além de se eternizarem na história das duas cidades, observando-se que Pereira Passos tentou seguir à risca os passos de seu inspirador.

No tocante aos trabalhos executados, foi possível depreender semelhanças relativas tanto aos objetivos pretendidos com as reformas, quanto às justificativas apontadas para a execução das mesmas. Em Paris, da mesma forma que na cidade do Rio de Janeiro, as transformações visavam não só um novo cenário pautado por um embelezamento estético, como também a busca por um ideal de modernidade e progresso que deveria ser descortinado por meio de uma nova paisagem urbana a qual estivesse alinhada com as necessidades de um crescente capitalismo em franca globalização.

Além disso, os planos para as duas cidades apresentavam uma preocupação relativa à tornaram-se símbolos de desenvolvimento cultural e econômico não só para seus próprios países, como também para o mundo, vislumbrando o protagonismo do turismo na condição de cartões postais reconhecidos internacionalmente. Para dar cabo a essas pretensões, ambos os planos lançaram mão de justificativas de cunho higienista, alegando combate às diversas enfermidades que assolavam as cidades à época, bem como alegações no âmbito do progresso e desenvolvimento, não só da estrutura urbana, como também dos hábitos e costumes de seus habitantes, considerados atrasados e repulsivos, justificativas essas que beiravam, muitas vezes, a eugenia, na cidade do Rio de Janeiro. Embora na capital francesa tenha havido a eliminação de determinados serviços como curtumes e feiras livres considerados produtores de desordem, as pessoas não eram julgadas por terem hábitos inadequados, quer dizer, a grande preocupação das autoridades francesas recaía sobre classes proletárias que organizavam e realizavam movimentos de protesto na luta pela reivindicação de direitos.

Ainda, cabe salientar que devido à grandiosidade de ambas as reformas, tanto Haussmann, quanto Pereira Passos, precisaram contornar os altos custos relativos aos trabalhos executados ao longo das transformações que, em determinado momento, foram o cerne de críticas e insatisfações de setores da população das duas cidades. Da mesma forma, as duas reformas ocorreram em meio a rumores sobre corrupção e vantagens financeiras indevidas por parte dos executores, além de uma complacente postura com setores interessados na especulação imobiliária.

Estes aspectos, quando conjugados, nos indicam que tanto nos *Grands Travaux* em Paris, quanto na Grande Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro, os interesses econômicos foram preponderantes no fomento das intervenções, porém sublimemente escamoteados por trás de políticas e discursos sanitários e pela busca de um ideal de modernidade e progresso, que se levantam pretensiosamente como universais, mas culminam como benefícios para poucos. Dessa forma, enquanto que a reforma de Haussmann, em Paris, deslocou a população pobre e mais vulnerável do centro da cidade para os *banlieues*, a reforma de Pereira Passos foi responsável pela remoção das classes consideradas marginalizadas do centro, porém devido à configuração geográfica dessa cidade, deu início ao processo de favelização dos morros e encostas da região. Nos dois casos, o ônus recai sobre os mais pobres.

Cabe destacar que na capital francesa o processo de segregação espacial, mesmo com a abolição das muralhas, obteve êxito em demarcar regiões destinadas à elite (*arrondissements*) e determinadas áreas para pessoas de baixo poder de consumo (*banlieues*) que passaram a ser controladas por mecanismos estatais, principalmente no tocante aos equipamentos de deslocamento com horários limitados, obrigando as pessoas a retornarem às suas habitações em função do término de funcionamento desses equipamentos. Todavia, na cidade do Rio de Janeiro, a segregação espacial não foi em si suficiente para consumir a segregação social, haja vista que sua geografia possibilitou a coexistência de bairros nobres com favelas incrustadas nos morros e encostas, a exemplo da região central revitalizada e o morro da Providência.

Concebendo as cidades como organismos vivos e considerando as reformas como uma espécie de medicamento para a cura de “doenças” urbanas, podemos calcular que, em ambas as reformas, algumas melhorias esperadas pela sua aplicação foram notadas: como a erradicação de doenças que assolavam as cidades, melhorias nos sistemas de esgoto e abastecimento de água, melhoria na questão da salubridade das ruas na região da cidade, com maior circulação de ar e penetração da luz do Sol, porém não podemos

deixar de citar um dos efeitos colaterais de maior ocorrência quando da aplicação desse remédio: o enriquecimento das elites e a pauperização e segregação das classes consideradas marginalizadas.

Apesar de todos esses pontos em comum e semelhanças na transformação dessas duas cidades, um aspecto importante observado na reforma de Paris não é notado na reforma realizada por Pereira Passos no Rio de Janeiro: a intenção de suprimir os levantes e as reivindicações de uma classe proletária que se organizava de maneira crescente e tirava o sono das elites econômicas e políticas de Paris. No âmbito da sociedade carioca à época, não existia o mesmo temor por partes das elites, visto que ocorreram poucos levantes relacionados somente à obrigação da vacinação compulsória, não caracterizando um grupo organizado com finalidades políticas. Na França, os movimentos sociais estavam organizados, realizando insurreições na forma de barricadas que se utilizavam das estreitas ruas para o controle de determinadas áreas da cidade, fazendo com que o alargamento das vias principais fosse um dos objetivos primordiais na execução dos *Grands Travaux*, que foi muito bem utilizado por parte do Estado e das elites parisienses à época, como forma de escamotear um controle social por detrás de um embelezamento estético: os deslumbrantes *boulevards* que serviam como cartão postal também se mostraram perfeitamente adequados ao trânsito de veículos e tropas militares.

É digno de nota que as ações de retificação (correção e eliminação dos desvios) e alinhamento (padronização estética por uniformização), no contexto das reformas urbanas, têm seus correspondentes, no plano subjetivo, nas práticas segregativas de afastamento e eliminação de pessoas, consideradas diferentes, segundo critérios da elite dominante, por serem pobres, estigmatizadas na condição de impróprias para circularem em determinados ambientes remodelados e “modernizados” com novas paisagens e ainda, em alguns casos, impuras no tocante a serem rotuladas como focos de contágio e de transmissão de doenças, principalmente sob a alegação de terem maus hábitos. Eis a expressão mais legítima das políticas higienistas e eugênicas existentes, de forma escamoteada, no plano para reforma urbana, muitas das quais divulgadas e justificadas pela denominação de revitalização.

Abordar um tema tão intenso e complexo, repleto de consequências, não é tarefa trivial, haja vista os inúmeros e díspares pontos de vista dos diferentes pesquisadores que se debruçaram sobre o tema de maneira muitas vezes bastante distintas. Daí a importância das cidades, suas estruturas, suas formas, suas funções e seus processos, que ao longo da história carregam consigo indícios e vestígios, os mais diversos possíveis, capazes de

serem alçados à produção sentido. Essa importância concerne, sobretudo, à construção de memória.

Desse modo, acreditamos que nossa contribuição na escrita dessa tese se dá pela abertura de novas trilhas no sentido de interpretar o espaço urbano por meio da Memória Social. Incitamos novas pesquisas que, debruçando-se sobre o aspecto social vinculado ao meio urbano, realizem processos de construção de memória sobre vidas que tiveram suas vozes silenciadas e monumentos condenados ao seu fim, na ocasião de grandes reformas urbanas. Ambos são retratados em passagens da história que dão relevo a determinados aspectos enquanto que, propositadamente, silenciam outros. Não obstante, quase sempre tudo aquilo que é empurrado para o esquecimento insiste em permanecer, tanto nos vestígios de ruínas, quanto nas novas edificações.

Sem dúvida, os vestígios que são condenados a circular no “exterior” da produção de uma memória oficial são restos de vida que fazem parte de capítulos da história marcados pelo desalojamento de pessoas e subsequente segregação, como condição *sine qua non* para ser possível a realização de contrapontos à memória oficial dos que triunfaram, sugerindo assim um passado que teimosamente insiste em se presentificar.

Ainda, essa escrita é destinada aqueles que se interessam a pensar a complexidade da vida nas cidades, com sua estratificação geográfica e social e, principalmente, devido à desigualdade em função da qual pessoas em situação de vulnerabilidade sofrem os efeitos negativos das grandes transformações urbanas, tendo suas vidas forçosamente modificadas em algum ou muitos aspectos. Essas pessoas, expostas a violência extrema, não contam com as assistências do Estado a não ser a presença do aparato militarizado para repressão e controle, uma vez que são difundidas no imaginário social como classes perigosas.

Uma vez condenadas a viver em situação de extremo abandono, essas pessoas, salvo raras exceções, não têm a quem recorrer, visto que o Estado, que deveria fornecer o devido amparo aos necessitados, está sempre do lado mais forte, do lado vitorioso que, desde os primórdios e, principalmente, no atual estágio do voraz sistema capitalista globalizado, é o lado das elites políticas e econômicas.

Por fim, gostaríamos de reforçar que não nos colocamos como força opositora a execução das reformas e transformações que ocorrem nas grandes cidades. Nos colocamos, sim, contra a manutenção da desigualdade social, os desalojamentos forçados e a falta de assistência Estatal para com os necessitados. Nos posicionamos de forma que defendemos que o aspecto social conste nos planos de revitalização na mesma proporção

que os aspectos arquitetônicos, o que nos dois casos estudados infelizmente não ocorreu. Se a cidade é construída pelo ser humano e para o ser humano, faria mais sentido colocar o ser humano, e não a rocha, em primeiro plano.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAHÃO, J. V. S. **Memórias do Porto Maravilha**: o eclipsamento de violências traçado por elegâncias estéticas. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ABRAHÃO, J. V. S.; FARIAS, F. R.; FACEIRA, L. S. Considerations on the relationship between violence, social fear and urban transformations. **US-China Education Review**. v. 9, nº 1, 2019.

ABRAHÃO, J. V. S.; FARIAS, F. R. VIOLÊNCIA, PRECARIIDADE, NECROPOLÍTICA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ESPAÇOS URBANOS. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 9, n. 18, p. 171–187, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/11537>. Acesso em: 7 abr. 2022.

ABRAHÃO, J. V. S. O “Bota-abaixo” de Pereira Passos: transformação urbana como artifício civilizatório. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. v. 62, 2022.

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ALCANTUD, J. A. G. Horizontes lejanos y conflictos espaciales. Lugares urbanísticos para la etnografía exotista parisina. In: ESCOBAR, J. C.; ALCANTUD, J. A. G. (orgs). **La ciudad**: paraíso y conflicto. Madrid: Abada, 2007.

ALCANTUD, J. A. G. La mémoire urbaine et son opacité selon Maurice Halbwachs. In: PÉQUIGNOT, B. (Org.) **Maurice Halbwachs**: le temps, la mémoire et l’emotion. Paris: Harmattan, 2014.

ANDREATTA, V. **Cidades quadradas, paraísos circulares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. **Penser la ville**. Choix de textes philosophiques. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ASTON, N. Orleanism, 1780–1830. **History Today**, v. 38, n. 10, 1988. Disponível em: <<https://www.historytoday.com/archive/orleanism-1780-1830>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ATHAYDE, R. T. **Pereira Passos: o reformador do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: A Noite, 1944.

AZEVEDO, A. N. Um esboço biográfico de Francisco Pereira Passos. O progresso sob a égide da civilização. **Intellectus**. v. 8, n. 2, 2009.

_____. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**. v. 19, p. 151-183, (2015a).

_____. A reforma urbana do Prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellèctus**. Ano XIV, n. 2, p. 72-87, (2015b).

_____. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BARBOSA, V. M. O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n. 5, 2011.

BARROS, J. A. Delineamentos para uma compreensão da cidade medieval. **Alétheia - Revista de estudos sobre antiguidade e medievo**. v. 1, n. 1, p. 12-32, 2013.

BARROS, L. P., & KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina, 2012.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: DGDIC, 1992.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. Discours de 1^{er} décembre 1850. **Journal des Débats**. Paris, 11 décembre 1850. Livre Atles de Discours.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. **Recueil d'arrêtés du préfet de la Seine concernant le personnel des services préfectoraux (1857-1867)**. Paris, N° 102.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. ALPHAND; A. **Dossier sur l'aménagement de la place et du square Laborde**. Paris, N° 709.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. **Décret sur la grande voirie de Paris (1852)**. Paris, N° 1107.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. **Documents divers concernant G. E. Haussmann**. Paris, N° 1199.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. **Lettres de G. Davioud, de C. Formigé concernant aux aménagements du bois de Boulogne (1865-1895)**. Paris, N° 1204.

BIBLIOTHÈQUE ADMINISTRATIVE DE LA VILLE DE PARIS. **Photographies (1779, 1780, 1781 et 1782) du “plan de Morizet).** Papiers de la Commission de Henri Siméon. Paris, N° 1269.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS **Expropriations: 123** (Avenue Victoria). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 68, 419, 420 et 421** (Boulevard Saint-Marcel). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations 203, 204 et 207** (Boulevard Saint-Michel). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 236** (Rue de Rennes). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 298 et 309** (Rue de Châteaudun). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 299** (Rue Auber). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 300, 301 et 302** (Boulevard Haussmann). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 304, 305 et 306** (rue de Mogador). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 307 et 308** (Rue la Fayette). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 357 et 358** (Avenue du Général -Michal-Bizot). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 392** (Place d'Italie). Paris.

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DE LA VILLE DE PARIS. **Expropriations: 416, 419, 429 et 421** (Avenue des Gobelins). Paris.

BICALHO, M. F. B. A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”. **História**. v. 27, n. 1, 2008.

BLANCOT, C. Actualité Haussmann. In: DES CARS, J.; PINON, P. (Ed.) **Paris-Haussmann**. Paris: Picard, 2005.

BODSTEIN, R. C. A. Práticas sanitárias e classes populares do Rio de Janeiro: cidade e região. **Revista Rio de Janeiro**. v. 1, n. 4, 1986.

BODY-GENDROT, S. **Globalização, medo e insegurança**: os desafios das cidades dos hemisférios norte e sul. São Paulo: EdUSP, 2018.

BOURILLON, F. L'haussmannisation: une solution à la crise urbaine du milieu du XIXe siècle? **Histoiens-Geographes**, Paris, n. 338, 1992.

BOUYSSY, M. **L'urgence, l'horreur, la démocratie**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2012.

BRESCIANI, M. S. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRESCIANI, M. S. **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1994.

BRESCIANI, M. S. Cidade e história. In: OLIVEIRA, L. L. (Org). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

BRETEZ, L. **Plan de Paris dit Plan Turgot 1734-1739**. Paris: Feuilles, 2013.

BROWN, W. **Nas ruínas do Neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

BULHÕES, A. Nascimento, paixão e martírio desta Cidade Maravilhosa. In: REBELO, M.; BULHÕES, A. (Orgs.) **Rio de Janeiro do Bota-abaixo**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

CALATRAVA, J. En los orígenes de la metrópole moderna: Émile Zola y el Paris de Haussmann. In: ESCOBAR, J. C.; ALCANTUD, J. A. G. (orgs). **La ciudad: paraíso y conflicto**. Madrid: Abada, 2007.

CARDOSO, A. L. **Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios**. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.

CECCARELLI, P. R. Violência e cultura. In: RUDGE, A. M. (Org). **Traumas**. São Paulo: Escuta, 2006.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, S. **A cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUDUN, N. **Haussmann, Georges Eugène, Préfet-Baron de la Seine**. Paris: Babel, 2021.

CHOAY, F. La utopía y el estatuto antropológico del espacio edificado. In: ESCOBAR, J. C.; ALCANTUD, J. A. G. (orgs). **La ciudad: paraíso y conflicto**. Madrid: Abada, 2007.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

CICERO, M. T. **De finibus bonorum et malorum**. Londres: Macmillan, 1914.

DEBARY, O. **Antropologia dos restos: da lixeira ao museu**. Pelotas, Rio Grande do Sul: UM2 Comunicação, 2017.

DEBARY, O. **De la poubelle au musée: une anthropologie des restes**. Paris: Creaphis, 2019.

DEL BRENNNA, G. R. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELGADO, L. A. N. **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DES CARS, J. PINON, P. **Paris-Haussmann**. Paris: Picard, 2005.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

DIPLOMACIA. Volker Schlöndorff. Alemanha: Film Oblige, Gaumont, Blue Printfilm e Art, 2014.

EDMUNDO, L. **Recordações do Rio antigo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ENDERS, A. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

ERMAKOFF, G. **Augusto Malta e o Rio de Janeiro 1903-1936**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2009.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

FARIAS, F. R. Os pecados da civilização: o homem, a natureza e a cultura. **Mente Social**. v. 3, n. 2, 1997.

FARIAS, F. R. Apresentação. In: _____. **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERREZ, M. **O Álbum da Avenida Central**: Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906. São Paulo: João Fortes Engenharia/Ex-Libris, 1982.

FLORENTINO, M. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Revista Topoi**. n. 5, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FRANC, J-M. **La légion d'honneur**. Paris: Editions Techniques pour l'Automobile et l'Industrie, 2014.

FREIRE, A. Fortalezas republicanas: ensaios sobre a formação do Distrito Federal nos Estados Unidos e no Brasil. In: OLIVEIRA, L. L. (Org). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

FREUD, S. **Construções em análise**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXIII.

- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- FRITSCH, L. A. Palavras ao vento: na urbanização do Rio Imperial. **Revista Rio de Janeiro**. v. 1, n. 3, 1986.
- GAILLARD, J. **Paris, la Ville. 1852-1870**. L'urbanisme parisien à l'heure d'Hausmann. Lille: Press Université de Lille, 1976.
- GAILLARD, M. **Paris au XIXe siècle**. Paris: AGEF, 1991.
- GARDEN, M. La apuesta de Hausmann: remodelar París. In: GUARDIA BASSOLS, M.; MONCLÚS FRAGA, F. J.; OYÓN BAÑALES, J. L. (Ed.). **Atlas histórico de ciudades europeas**. Francia. Barcelona: CCCB; Salvat, 1996.
- GERSON, B. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1965.
- GIEDION, S. **Espacio, tiempo y arquitectura**. Barcelona: Hoelpli, 1958.
- GILLON, J-L.; STOURM, A. **Traité de la grande voirie et de la voirie des villes**. Paris: Dupont, 1836.
- GIRARD, L. **Napoléon III**. Paris: Fayard, 1986.
- GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora, Minas Gerais: EdUFJF, 2005.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V; FARIAS, R. F.; GONDAR, J. **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
- GOULET, A. Du massacre de la rue Transnonain aux drames de la rue: politique et théâtre de l'espace. **Romantisme**, n. 171, 2016.

GREGORY, D. *et al.* **The dictionary of human geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005.

HALBWACHS, M. **La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte**: étude de mémoire collective. Paris: PUF, 1941.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1925/1994.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1950/1997.

HALBWACHS, M. **Estudios de morfología social de la ciudad**. Madrid: CIS, 2008.

HARVEY, D. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

HAUSSMANN, G. E. **Mémoires sur les eau de Paris présentés au Conseil Municipal. Le 4 août 1854 et le 16 juillet 1858**. Paris: Archives de la Bibliothèque Administrative de la Ville de Paris, 1858.

HAUSSMANN, G. E. **Memoire présenté par M. le Sénateur, Préfet de la Seine au Conseil Municipal de Paris au sujet d'une convention entre l'État et la Ville, relative à l'ouverture de nouvelles voies publiques**. Paris: Archives de la Bibliothèque Administrative de la Ville de Paris, 1858.

HAUSSMANN, G. E. **Memoire présenté par M. le Sénateur, Préfet de la Seine à la Comission Departamentale sur l'extension des limites de Paris**. Actes de la Session Extraordinaire de 1859. Paris: Archives de la Bibliothèque Administrative de la Ville de Paris. 1859.

HAUSSMANN, G. E. **Mémoires sur les eaux de Paris, présentées au Conseil Municipal, le 20 avril 1860.** Paris: Archives de la Bibliothèque Administrative de la Ville de Paris, 1860.

HAUSSMANN, G. E. **Recherches statistiques sur la Ville de Paris et le Département de la Seine.** Paris: Recueil des tableaux dressés et réunis d'après les ordres de M. le Baron G. E. Haussmann, 1860.

HAUSSMANN, G. E. **Discours prononcé au Sénat par M le Baron Sénateur, Préfet de la Seine, au sujet des pétitions ayant pour but l' annulation du décret du 9 janvier 1861.** Paris: Le Moniteur, 1861.

HAUSSMANN, G. E. **Discours prononcé au Sénat par M le Baron Sénateur, Préfet de la Seine, au sujet de la pétition de M. Baudin fils, contre le décret du 11 août 1867 déclarant d'utilité publique l'ouverture d'une rue nouvelle à travers une partie du cimetière du Nord.** Séance de 10 et 11 janvier. Paris: Impr. Ch. De Mourgues Frères. 1868.

HAUSSMANN, G. E. **Discours prononcé au Sénat par M le Baron Sénateur, Préfet de la Seine, sur le projet de loi ayant pour objet approuver les traités passés entre la Ville de Paris et le Crédit Foncier de France. Extrait du procès-verbal de la séance du 13 avril 1869.** Paris: Impr. Ch. De Mourgues Frères. 1869.

HAUSSMANN, G. E. **Chambres des deutes, séance du mardi 29 juillet 1879.** Discours prononcé par M. le Baron Haussmann, Député de la Corse, sur la proposition de loi tendant à faire disparaître les ruines des Tuileries: Paris: Impr. de A. Chaix, 1879.

HAUSSMANN, E. G. **Mémoires du Baron Haussmann I.** Avant l'Hôtel de Ville. Paris: Victor-Havard, 1979a.

HAUSSMANN, E. G. **Mémoires du Baron Haussmann II.** Préfecture de la Seine. Paris: Victor-Havard, 1979b.

HAUSSMANN, E. G. **Mémoires du Baron Haussmann III. Grands travaux de Paris.** Paris: Seuil, 2000.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HEURTEX, C.; MONCAN, P. **Le Paris de Haussmann.** Paris: Macène, 2002.

HOBBS, T. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Ícone, 2008.

HOBBS, E. **Era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBS, E. J. **A era do capital 1848-1875.** São Paulo: Paz Terra Record, 2012.

HUGO, V. **O corcunda de Notre-Dame.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KFURI, J. **Vista aérea da Praça Mauá e da Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central).** Instituto Moreira Salles, 1921. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/8247>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KOTKIN, J. **A cidade: uma história global.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LADRIÈRE, J. **Vie sociale et destinée.** Glembox: Duculot, 1973.

LAMARÃO, S. T. N. **Dos trapiches ao porto: uma contribuição ao estudo da produção da área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2006.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA, 2012.

LEBLANC, W. **Récits de ma vie d'aventures et de navigation**. Souvenirs d'un vieux normand. Paris: Plon, 1895.

LE GOFF, J. Ordres, mendiants et urbanisation dans la France médiévale. **Annales, ESC**. Paris, 1970.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: EdUNICAMP, 1996.

LEQUIN, G. M. **Mémoires du Comte de Rambuteau**. Paris: General Books, 2012.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LEVINAS, E. **Violência do rosto**. São Paulo: Loyola, 2019.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007.

LORENZ, K. **Civilização e pecado**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

MANNHEIM, K. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARCHAND, B. **Paris, histoire d'une ville (XIX-XXeme siecle)**. Paris: Seuil, 1993.

MASCHEK, E. **Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1885.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOREIRA, S. **Urbanismo radial**: nove exemplos no mundo vistos de cima. Archdaily, 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/951415/urbanismo-radial-nove-exemplos-no-mundo-vistos-de-cima>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente** - Tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu, 2019.

MOURA, R. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1995.

MUMFORD, L. **A história na cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUMFORD, L. **The culture of cities**. New York: Open Road, 2016.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NEDELL, J. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, C. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

OLIVEIRA, L. L. Memórias do Rio de Janeiro. In: _____. (org.) **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

PAQUOT, T. Le Baron Haussmann, le mal-aimé? In: DES CARS, J. PINON, P. **Paris-Haussmann**. Paris: Picard, 2005.

PAQUOT, T. **Le paysage**. Paris: La Découverte, 2016.

PARAIZO, R. C. **A Representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o Palácio Monroe**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PASSOS, E. & BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina, 2012.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, F. P. **Caderneta de campo**. Rio de Janeiro: Olympio de Campos, 1912.

PASSOS, F. P.; MORAES JARDIM, J. R.; RAMOS DA SILVA, M. **1º Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

PASSOS, F. P.; MORAES JARDIM, J. R.; RAMOS DA SILVA, M. **2º Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

PECHMAN, R. M. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. F. (Orgs.) **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: EdUFBA, 1992.

PECHMAN, R. M. Olhares sobre a cidade. In: MOSES, R. (Org). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.

PEREIRA, M. S. **Rio de Janeiro: l'éphémère et la pérennité: Histoire de la Ville au XIX siècle**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988.

PINHEIRO, M. C.; FIALHO JUNIOR, R. **Pereira Passos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

PINHEIRO, P. E. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação dos modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. Salvador: EdUFBA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 2 de nov. 2021.

PINON, P. Le plan des artistes entre grands axes et opportunités foncières. In: PINON, P. **Les traversées de Paris: deux siècles de révolutions dans la ville**. Paris: Moniteur; La Grande Halle. La Villette, 1989.

PINON, P. L'haussmannisation: réalité et perception en Europe. In: LORTIE, A. (Ed.), **Paris s'exporte: architecture modèle ou modèles d'architectures**. Paris: Pavillon de l'Arsenal-Picard, 1995.

PINON, P. **Paris, biographie d'une capitale**: Paris: Harzan, 1999.

PINON, P. L'éventrement du "Vieux Paris". In: DES CARS, J. PINON, P. **Paris-Haussmann**. Paris: Picard, 2005a.

PINON, P. L'avenue de L'opéra avant et après L'opéra. In: DES CARS, J. PINON, P. **Paris-Haussmann**. Paris: Picard, 2005b.

PINON, P. **Atlas Paris Haussmannien**. La ville en heritage du Seconde Empire à nos jours. Paris: Parigramme, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, 1989.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. **Melhoramentos da cidade projetados pelo Prefeito do Districto Federal Dr. Francisco Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903.

PROUST, M. **No caminho de Swann**. São Paulo: Globo, 2006.

QUÉRÉ, J-P. La leçon d'urbanisme d'Hausmann. In: DES CARS, J. PINON, P. **Paris-Hausmann**. Paris: Picard, 2005.

REEMTSMA, J. P. **Trust and violence: an essay on a modern relationship**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

REIS FILHO, N. G. Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. n. 1, 1994.

REIS, J. O. História urbanística do Rio de Janeiro. O Rio: cidade dos pântanos e lagoas. **Revista Municipal de Engenharia**. v. 40, 1986.

RENAULT, D. **O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REVISTA DA SEMANA. **Série de grandes obras - A avenida - O projeto do Governo**. Rio de Janeiro: a Revista, 1903.

REZENDE, V. F. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, L. L. (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira? In: OLIVEIRA, L. L. (Org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

RIBEIRO, M. Pereira Passos, o reformador da cidade. **Revista do Clube de Engenharia**. v. 2, n. 23, 1936.

RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUNICAMP, 2007.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: EdFGV, 2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, P. F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: Instituto dos Arquitetos Brasileiros, 1981.

SCHANAIDERMAN, B.; OLIVEIRA, R.; FERREIRA, J. P. A vida da peste. **Revista USP**. N. 107, 2015.

SCHORSKE, C. E. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. **Espaço & Debates**. n. 27, 1989.

SENRA, M. A cidade moderna: história, memória e literatura - Paris, Belo Horizonte. **Revista Univasp**. v. 17, n. 29, 2011.

SILVA, N. A. C. **A reforma urbana de Pereira Passos e as transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro (1890-1910)**. 2018. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=001058172>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SPADONE, P-L. Bâtir un espace de mémoire. In: PÉQUIGNOT, B. (Org.) **Maurice Halbwachs: le temps, la mémoire et l'émotion**. Paris: Harmattan, 2014.

SPIX, J. B. MARTIUS, C. F. **Viagens pelo Brasil 1817-1820**. São Paulo: EdUSP, 1981, v. I.

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY. Place de La Concorde. **Digital Collections**. Disponível em: <<https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47e3-c030-a3d9-e040-e00a18064a99>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

TOLEDO, R. P. Sobre ônibus, metrô e ordem social. **Veja**: Ensaio de 25/5/1996. Folha Online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fol/ideias/ideias12.htm>>. Acesso em 3 nov. 2021.

TOUTTAIN, P-A. **Hausmann, artisan du Second Empire, créateur du Paris moderne**. Paris: Grund, 1971.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: EdUNESP, 2005.

VALANCE, G. **Hausmann le grand**. Paris: Flammarion, 2009.

VAN, HUFFEL, G.; LEROUX, B. **Boulevard Hausmann**. Paris: Conseil Municipal de Paris, 1894.

VAZ, L. F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular**: as habitações coletivas no Rio antigo. Dissertação (Mestrado em Ciências (Planejamento e Urbanismo Regional)). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1985.

VIEL-CASTEL, H. (1883). **Mémoires sur le règne de Napoléon III**. Paris: Bouquins, 2005.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**. v. 26, n. 2, 2014.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZOLA, E. **The kill (La Curée)**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.